



Dayana Façanha de Carvalho

**Política e escravidão em *O tronco do ipê*, de José de Alencar: o surgimento de
Sênio e os debates em torno da emancipação, 1870-1871.**

CAMPINAS/2014



**Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História**

Dayana Façanha de Carvalho

**Política e escravidão em *O tronco do ipê*, de José de Alencar: o surgimento de
Sênio e os debates em torno da emancipação, 1870-1871.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de Mestra em História, na área de concentração História Social.

Orientador: Prof. Dr. Sidney Chalhoub

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Dayana Façanha de Carvalho e orientada pelo prof. Dr. Sidney Chalhoub.

CAMPINAS/2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

C253p Façanha, Dayana, 1986-
Política e escravidão em O tronco do ipê, de José de Alencar : o surgimento de Sênio e os debates em torno da emancipação, 1870-1871 / Dayana Façanha de Carvalho. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Sidney Chalhoub.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Alencar, José, 1829-1877 - O tronco do ipê. 2. Escravos - Emancipação. 3. Escravidão na literatura. 4. Literatura brasileira - História e crítica. I. Chalhoub, Sidney, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Politics and slavery in O tronco do ipê, by José de Alencar

Palavras-chave em inglês:

Slavery - Emancipation

Slavery in literature

Brazilian literature - History and criticism

Área de concentração: História Social

Titulação: Mestra em História

Banca examinadora:

Sidney Chalhoub [Orientador]

Robert Wayne Andrew Slenes

Daniela Magalhães da Silveira

Data de defesa: 17-11-2014

Programa de Pós-Graduação: História



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, em sessão pública realizada em 17 de novembro de 2014, considerou a candidata DAYANA FAÇANHA DE CARVALHO aprovada.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Sidney Chalhoub

A handwritten signature in blue ink, reading "Sidney Chalhoub", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Daniela Magalhães da Silveira

A handwritten signature in blue ink, reading "Daniela Magalhães da Silveira", is written over a horizontal line.

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes

A handwritten signature in blue ink, reading "Robert Wayne Andrew Slenes", is written over a horizontal line.

Profa. Dra. Gabriela dos Reis Sampaio

A horizontal line for a signature, currently empty.

Prof. Dr. Jefferson Cano

A horizontal line for a signature, currently empty.

Resumo

Esta dissertação explora a relação entre *O tronco do ipê*, romance de José de Alencar, e a experiência política do romancista como deputado e ex-ministro da Justiça. Como a obra foi publicada no início de 1871, o intento da pesquisa foi estudar a experiência parlamentar que precedeu a produção do romance, em 1870. Como metodologia de pesquisa, fez-se o cotejo entre *O tronco do ipê* e os anais parlamentares de 1870, que, por sua vez, foram estudados em seu veículo original de publicação, as páginas do *Jornal do Commercio*. Com isso, buscava-se uma relação mais densa entre os debates e sua repercussão na imprensa, a procura de um contexto amplo no qual inserir a produção literária. A dissertação analisa a forma como as discussões em torno da exoneração de José de Alencar do cargo de ministro da Justiça afetaram a produção de *O tronco do ipê*, dentre outras obras publicadas a partir do final de 1870, bem como a crítica à política imperial inserida no romance. Nesse contexto, formula-se uma hipótese acerca do surgimento do pseudônimo Sênio. Além disso, principalmente, a dissertação examina a relação que o romance de Alencar estabelece com os debates em torno da emancipação escrava no início da década de 1870, assim como o sentido político da representação da escravidão e das personagens escravas em *O tronco do ipê*.

Palavras-chave: O tronco do ipê; José de Alencar; Sênio; emancipação escrava; imprensa; literatura; personagens escravas.

Abstract

This dissertation explores the relations between *O tronco do ipê*, a novel by José de Alencar, and the political experience of the novelist as a congressman and as former State Minister. As the novel was published in the beginning of the year of 1871, the intention was to study the parliamentary experience which preceded the writing of the novel, in 1870. As a research method we confronted *O tronco do ipê* with the 1870 parliamentary annals, which, in their turn, were studied at their original context, in the pages of *Jornal do Commercio*. The aim was to search for a more complex dialogue between the parliamentary discourses and its reverberation in the press, looking for a wide context in which to situate the literary production. The dissertation studies the ways in which Alencar's political experiences affected the writing of *O tronco do ipê*, as well as the political criticism inserted in the book. In this context it formulates a hypothesis about the appearing of the pseudonym Sênio. Moreover, the dissertation analyses the relation that Alencar's novel develops with the political debates about the slave emancipation in the beginning of 1870's, as well as the political meanings of the representations of slavery and slave characters in *O tronco do ipê*.

Key words: *O tronco do ipê*; José de Alencar; Sênio, slave emancipation; press; literature; slave characters.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 – Política e literatura na pena de José de Alencar	9
A elegia de Alencar: experiência na sessão parlamentar de 1870:	12
Estreitamento das divergências.....	30
O último pronunciamento.....	40
Sênio e os temas políticos	45
“Indispensável contra enredeiros e maldizentes”	51
<i>O tronco do ipê</i>	59
 Capítulo 2 – O parlamento na imprensa e as preocupações senhoriais	71
Sobre como a “grave questão” chega ao parlamento após o fim da guerra do Paraguai	72
Fala do trono e repercussão na imprensa	79
Um deputado interpela o gabinete	86
As preocupações senhoriais - “braços livres” e outras coisas	98
A derrocada política do gabinete de 16 de julho	111
Um “gabinete emancipador”	130
Ruína e nostalgia em <i>O tronco do ipê</i>	135
 Capítulo 3 – A escravidão em <i>O tronco do ipê</i> : relações de troca e convivência	149
Relações de troca e convivência	149
A aposta de Alencar na política paternalista	180
Pai Benedito e outros feiticeiros negros	195
Sangue africano	209
 Fontes e Bibliografia	219

Para Mirte e Simião, meus pais
Para Isaac, Israel, Esdras, Vittoria e Matheus, meus irmãos

Agradecimentos

Foram praticamente três anos de estudos e intensa dedicação às demandas da pesquisa e da escrita da dissertação, um processo exigente, mas também gratificante, de desafios e descobertas intelectuais. Agradeço às instituições e às pessoas que estiveram comigo ao longo do percurso. À CAPES e à FAPESP, pelo suporte financeiro ao longo dos meses de pesquisa. Aos funcionários do Arquivo Edgard Leuenroth, que foram muito atenciosos durante o período em que passei as manhãs e tardes na sala de pesquisa, ao menos três dias por semana, lendo o *Jornal do Commercio*. Agradeço à Flávia Peral que, com gentileza e solicitude, em diversos momentos me ajudou a conhecer e a resolver os trâmites da FAPESP.

Agradeço a Sidney Chalhoub pela orientação ao longo dos meses de pesquisa e especialmente ao longo do período de escrita da dissertação, capítulo a capítulo. Agradeço por ter ouvido minhas ideias e interpretações das fontes, mesmo quando a formulação dos argumentos ainda não estava clara, sempre com incentivo. Obrigada pela leitura cuidadosa dos relatórios e dos capítulos e pelas sugestões que permitiam tornar o texto melhor. Ainda quanto à escrita, agradeço o misto de exigência e incentivo à criatividade, algo que tornou instigante o árduo processo de produção dos textos. Aprendi muito com tudo isso. Agradeço também aos professores Robert Slenes e Jefferson Cano, que participaram da banca de qualificação com comentários e sugestões importantes os quais tentei incorporar ao texto.

Entre os colegas de pós-graduação, encontrei pessoas generosas e companheiras, cuja amizade e solicitude foram suporte importante ao longo dos meses de pesquisa e escrita. Agradeço à Dani Megid o bom ouvido que teve desde o início, fosse para as coisas da pesquisa ou para as coisas da vida. Com ela e com Andrea Mendez compartilhei as dificuldades e descobertas iniciais da leitura dos anais parlamentares no *Jornal do Commercio*, um desafio e tanto no início da pesquisa. Com seu toque de irreverência e bom humor, Andrea sempre tornou tudo mais alegre e ameno. Raquel Gomes foi sempre gentil, e até indulgente, quando eu desatava a falar sobre o que estava estudando e descobrindo, enquanto cursava os créditos de matérias obrigatórias. Leca Pedro ouviu minhas

preocupações e incertezas a respeito da possibilidade de conjugar outras atividades ao mestrado, enquanto a bolsa não vinha, e me deu bons conselhos. Depois disso, estive sempre por perto. Cris Alfagali, com seu misto de doçura e “espírito prático”, me ajudou a resolver problemas ligados à pesquisa e tornou-se companheira de amenidades, ideias e leituras. Entre todas nós, além do mais, o debate intelectual foi sempre instigante. O melhor de tudo era quando conseguíamos nos reunir e regar tudo a café, petiscos e descontração. Na convivência com elas também aprendi muito.

Agradeço a Joice Oliveira, que leu e comentou a primeira versão de meu projeto de pesquisa e depois comemorou comigo a conquista da vaga no mestrado. João Viana, que estudava do outro lado da rua, no Instituto de Estudos da Linguagem, às vezes me ouviu falar de Alencar, leu e comentou um de meus textos, e me ajudou a traduzir frases do latim, quando eu topava com elas nos escritos dos deputados do século XIX. Obrigada. Aline Chiaramonte apareceu na reta final, mas tornou-se logo uma pessoa querida a compartilhar as doçuras e as agruras do mestrado, expectativas para o futuro etc. Obrigada pela torcida. Ana Vedoato e Paula Monteiro também torceram sempre pelo melhor, obrigada. Agradeço ao Livan pela companhia, incentivo e gentileza e por, generosamente, esperar sempre o melhor de mim.

Agradeço à minha mãe, Mirte, e ao meu pai, Simião, pois tudo começou com o incentivo incondicional deles, capaz de driblar grandes dificuldades, para que eu e “os meninos” pudéssemos dedicar nosso tempo aos estudos. E sempre fui incentivada a seguir adiante em minha escolha pelo curso e a pós-graduação em História. Obrigada por acreditar, por torcer, por ajudar. Agradeço a Isaac, Israel e Esdras, “os meninos”, pela companhia que me fizeram ao longo desses meses, por estranho que isso possa parecer, já que passei muito tempo enfurnada escrevendo. Mas a presença de vocês por perto não foi pouca coisa. Obrigada também pela torcida e pelos momentos de descontração. A essa altura não sei se Vittoria e Matheus, os meus irmãos mais novos, concordariam que eu os chamasse de pequenos, mas o problema é que eles cresceram rápido demais, em poucos anos. Como quer que seja, dedico um agradecimento especial eles, pois, com seus brinquedos e bilhetes, estiveram sempre ao meu redor, temperando meu cotidiano com travessuras e alegria, renovando minhas energias para a labuta.

Campinas, outubro de 2014.

Introdução

Deparei-me com *O tronco do ipê*, de José de Alencar, pela primeira vez, na ementa do curso de “História do Brasil II”, em meu segundo ano de graduação, no segundo semestre de 2009. O curso, concorrido entre os alunos, foi ministrado pelo professor Sidney Chalhoub e levava a refletir sobre a produção historiográfica acerca de questões centrais à história do país durante o período imperial, ligadas às transformações políticas e questões da organização das relações de trabalho. Pretendia-se “apresentar fontes e possibilidades de pesquisa sobre o período imperial, especialmente quanto a temas ligados à história social do trabalho e da cultura”¹, objetivo que o professor cumpriu, reiterando para os alunos que podíamos todos optar por passar a vida pesquisando o século XIX, que era o mais interessante. Fonte era o que não faltava. O romance de Alencar compunha a terceira seção do programa de curso, “Política de terras e de mão de obra”, dividindo espaço com trabalhos de Emília Viotti da Costa, José Murilo de Carvalho, Robert Slenes, entre outros, um convite para “tomar a literatura sem reverências” nem “reducionismos estéticos”, aplicando-lhe um “interrogatório sistemático”, obrigação nossa de historiadores, em busca do testemunho histórico nela presente².

Interessada em fazer iniciação científica, e achando boa a possibilidade de trabalhar com literatura no curso de História, fui atrás de conhecer os romances que José de Alencar publicou entre 1871 e 1872, na mesma época em que era deputado e participava dos debates sobre a emancipação escrava. Ambos, *O tronco do ipê* e *Til*, situavam a trama em grandes fazendas, entre as províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, baseadas no trabalho escravo. Em *Machado de Assis, historiador*, Chalhoub já defendia uma interpretação dos romances ligada à experiência da derrota política de Alencar nos debates sobre a lei do ventre livre³, já que o deputado se posicionou contrariamente à aprovação do projeto. Porém, tal posição política, pouco sensível aos interesses dos escravos, contrastava com uma representação não hostil a tais sujeitos na literatura. Difícil ler *O tronco do ipê* e não

¹ Cito o meu exemplar do programa de curso.

² Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, “Introdução”, p. 7.

³ Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, pp. 192-203.

intuir alguma coisa da complexidade com que o romancista desenhava os perfis escravos, especialmente o de pai Benedito, personagem chave, que guarda o segredo da trama, em geral descrito de forma elogiosa, de modo a ressaltar suas qualidades. Mesmo em perfis escravos menos dramáticos e mais cômicos, como o da mucama Eufrosina e o do pajem Martinho, seus diálogos, bem como a interação entre eles e as personagens senhoriais, sugeriam alguma coisa que tornava necessário estudá-los a fim de entender as nuances do pensamento de Alencar sobre a escravidão.

Assim surgiu o projeto de iniciação científica, no qual pretendia estudar em conjunto *O tronco do ipê* e *Til*, no contexto dos debates sobre a emancipação. Buscava uma perspectiva que conferisse complexidade à posição política do deputado, para além da simples pecha de escravocrata, que grudou em Alencar por ocasião daqueles debates. Apesar de *O tronco do ipê* ter surgido primeiro, optamos por começar a pesquisa pelo *Til*, que fora publicado originalmente em folhetim, nos rodapés do jornal *A República*, entre novembro de 1871 e março de 1872. Na esteira de trabalhos recentes de História Social, a estratégia de ler o romance como parte de seu suporte original de publicação na imprensa era muito promissora, no sentido de reinserir o texto em suas linhas originais de interlocução social⁴. E não deu outra. Foi possível perceber que, ao permitir a publicação de seu romance no periódico republicano, Alencar, que era monarquista declarado, defensor do sistema representativo, estabelecia interlocução com outros sujeitos que questionavam o projeto de lei do ventre livre. Em parte de fato dialogando com a defesa de interesses escravocratas, que criavam subterfúgios para derrubar a lei, questionava-se o tipo de cidadania que o mecanismo ofereceria aos ingênuos, condenados a viver no ambiente da escravidão com as mães; imaginavam-se dissensões no interior da família escrava, assim como um perigoso ressentimento da “geração atual” de cativos, menos favorecida no projeto em relação às crianças que ainda estavam por nascer, etc.

⁴ Cito trabalhos cuja leitura foi importante para mim no início: Daniela Silveira, “Contos de machado de Assis, leitura e leitores do *Jornal das Famílias*”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Da mesma autora, *Fábrica de contos. Ciência e literatura em machado de Assis*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2010. Daniele Megid, “Mulheres de jornal: personagens femininas em romances folhetins de machado de Assis”. Monografia de bacharelado, Unicamp, 2009.

Eram questionamentos similares aos que José de Alencar levantou no parlamento, em 1871. Ademais, Alencar alegava que certas reformas sociais deveriam preceder a emancipação. O deputado se referia à reforma eleitoral, judiciária e da guarda nacional, sem as quais ficava tolhida a liberdade dos cidadãos do Império, sujeitos às arbitrariedades do recrutamento, por exemplo, problema que atingia principalmente a população livre pobre e que era assunto frequente no noticiário de *A República*. Assim, foi possível estabelecer a relação entre o enredo de *Til*, especialmente quanto à trajetória do capanga João Fera, e esses debates. Concordando com o argumento de Chalhoub, *Til*, publicado após a aprovação da lei do ventre livre em 28 de setembro de 1871, oferecia um “diagnóstico ácido sobre a qualidade dos direitos civis e políticos na sociedade imperial”⁵, a qual destinava homens livres e pobres a cumprir função de “capanga político ou criminoso, massa de manobra para os poderosos, que o espremiavam por meio do recrutamento e do arbítrio policial e judicial”⁶. No raciocínio de Alencar, tornar livres os filhos das escravas, sem atender as reformas apontadas por ele, seria aumentar a fileira de homens livres pobres sujeitos àquele diagnóstico. Quanto às personagens escravas inseridas no romance, o diálogo com os perfis veiculados pela folha republicana permitiu encontrar um contraste, reforçando a percepção de que, sob a pena de Alencar, havia menos hostilidade aos cativos, bem como a elementos da cultura escrava da época. A pesquisa do folhetim de *Til* n’*A República* acabou tomando todo o período de iniciação científica, fazendo com que estudar *O tronco do ipê* se tornasse tema de um projeto de mestrado.

Enquanto *Til* oferecia uma reflexão política sobre as consequências da aprovação da lei do ventre livre, interessava investigar o modo particular como *O tronco do ipê* se inseria no debate, já que fora publicado no início de 1871, quando nada estava decidido no parlamento. Logo, a ideia era explorar o conteúdo político do romance, ligado à experiência de Alencar como deputado após a sessão parlamentar de 1870 e antes dos debates de 1871. Como *O tronco do ipê* não saiu em folhetim, mas direto em volume, colocava-se, para o projeto de pesquisa, o problema de imaginar quais outras fontes selecionar para estabelecer a interlocução com a obra literária, em busca da reinserção do texto nas linhas de

⁵ Machado de Assis...op. cit. p. 198.

⁶ Ibidem, p. 198.

interlocução social pertinentes ao tempo de produção e publicação. O objetivo era aprofundar a percepção sobre o pensamento de José de Alencar a respeito da escravidão, bem como testar o quanto a literatura poderia ajudar a esclarecer o seu posicionamento político no parlamento sobre a emancipação e vice-versa. Pretendia-se também investigar os sentidos políticos, bem como a visão de mundo, que informavam a caracterização das personagens escravas.

A possibilidade de cotejar *O tronco do ipê* com os documentos parlamentares da sessão de 1870 tornou-se plausível quando tomei conhecimento de que naquele ano o deputado havia oferecido à apreciação da câmara uma proposta de emancipação⁷. Ora, se havia esse documento, então de algum modo o “elemento servil” estivera na pauta parlamentar, o que poderia apontar para a experiência política que teria influenciado a escrita do romance. Muito mais do que cruzar textos e discursos, a intenção era explorar nas fontes testemunhos da experiência histórica de Alencar naquele período chave de discussões sobre a emancipação, portanto, considerando seus argumentos como peças de intervenção política naquele contexto definido, em diálogo com interlocutores e ideias pertinentes àquele tempo e lugar. Nesse sentido, além das fontes, imprescindível à pesquisa foi o aprofundamento na historiografia pertinente à escravidão no Brasil do século XIX, além da bibliografia sobre a crise política de 1871. Por fim, partiu de Chalhoub a sugestão de que eu fizesse a leitura dos anais parlamentares de 1870 nas páginas do *Jornal do Commercio*, como eram publicados originalmente, para ver como os debates sobre a emancipação repercutiam naquela folha, o que tornava a relação entre as fontes mais densa e promissora.

Desse modo, parte do período de pesquisa foi dedicado à leitura do *Jornal*, entre os meses de maio e início de outubro de 1870, durante a sessão parlamentar. Percebi rapidamente que o método funcionava, permitindo aprofundar a percepção sobre a experiência parlamentar, quanto ao modo como os sujeitos mobilizavam a imprensa para discutir questões do parlamento, assim como, de forma indireta, o conteúdo veiculado pelo jornal lançava luz sobre o desempenho dos parlamentares acerca de determinados temas.

⁷ Hebe Cristina da Silva faz menção ao projeto de Alencar em seu trabalho: “*Imagens da escravidão – Uma leitura de Escritos Políticos e Ficcionalis de José de Alencar*”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/IEL, 2004.

Logo no início da pesquisa no arquivo, textos escritos por José de Alencar apareciam nas colunas “A pedido” do *Jornal do Commercio*, oferecendo conjecturas sobre sua não eleição ao Senado. A polêmica alcançou o parlamento - cujos anais saíam publicados na seção “Rio de Janeiro” - e depois voltou às colunas “A pedido”, espalhando-se também por seções como “Interior”, que publicava cartas de correspondentes das províncias.

Ao não ser escolhido pelo imperador, poucos meses após ter deixado o cargo de ministro da Justiça, Alencar interpretou o caso como uma desaprovação à sua postura no governo, resolvendo-se, no desenrolar do debate, a denunciar o que entendia como irregularidades no sistema representativo do Império, marcado pela intervenção de d. Pedro II e por conchavos políticos entre ministros e pessoas ligadas a eles. Em contraste, Alencar se apresentava como um exemplo de moralidade e independência política, o que o teria feito cair das boas graças de d. Pedro II. A seguir, abriu fogo contra o imperador, o Conselho de Ministros, o *Diário do Rio de Janeiro* e, por fim, a postura do gabinete Itaboraí sobre a emancipação. Contudo, não conseguiu angariar apoio de seus colegas de tribuna; na imprensa, tornara-se alvo de críticas. Nesse contexto, o deputado Alencar experimentou um profundo isolamento político, segundo ele mesmo declarou, parecendo-me às vezes melancólico. Tudo isso despertou minha atenção para um conjunto de assuntos em *O tronco do ipê* que não estava diretamente ligado ao tema da emancipação dos escravos, como a crítica insistente a elementos da política imperial e também quanto ao pseudônimo Sênio, que assinava a obra, um tipo meio nostálgico e cético em relação à política. Novo problema se impunha à pesquisa, pois além de *O tronco do ipê*, outros quatro romances foram publicados com o pseudônimo. Fiz um cotejo inicial entre as obras relacionadas e formulei a hipótese de que Sênio surge no final de 1870 ligado ao desgaste sofrido por Alencar na política, levando a algumas obras o testemunho dele sobre esse processo. Ainda assim, não pude responder a todas as questões que surgiram em torno de Sênio e nem pude dedicar aos outros romances a mesma atenção que conferi a *O tronco do ipê*, o que sugere caminhos de pesquisa a serem aprofundados. O desenvolvimento desses assuntos compõe o capítulo 1 desta dissertação.

Quanto ao tema da emancipação dos escravos, o método de ler os anais parlamentares no *Jornal do Commercio* mostrou-se ainda mais interessante. Com as

notícias e comemorações em torno do fim da guerra do Paraguai, foi possível encontrar manifestações de expectativa e até mesmo algum tipo de pressão sobre o retorno da pauta da emancipação ao parlamento. Quando o assunto entrou de vez na “ordem do dia”, muitos foram os textos publicados nas colunas “A pedido”, assinados por “fazendeiros” e “cafezistas”, dentre outros, muito preocupados com o rumo da discussão entre os legisladores. Alguns deles aludiam diretamente a este ou àquele lance na câmara, ao passo que, às vezes, os discursos dos deputados pareciam ter como pano de fundo o que havia no *Jornal*. Isso sem falar que acompanhar a publicação dos anais parlamentares na imprensa lhes conferiu vivacidade, movimento. Aguçou a possibilidade de perceber o desenrolar da sessão legislativa como algo até certo ponto imprevisto pelos sujeitos envolvidos, cujo desenvolvimento - especialmente quanto a um tema como a emancipação, que inspirava comoção capaz de derrubar gabinetes – se fazia em alguma medida atento às pressões sociais, bem como à repercussão social dos debates. Assim, durante parte da pesquisa, valorizei a análise da documentação parlamentar na imprensa, que às vezes se sobressai a Alencar e a *O tronco do ipê*. Parece-me, contudo, que a compreensão detalhada do processo parlamentar de 1870, cuja queda do gabinete relaciona-se diretamente aos debates sobre a emancipação, nos quais Alencar intervém em momentos importantes, ajuda a imaginar melhor a experiência que faz surgir *O tronco do ipê*. Então, afinal, como foi possível chegar ao romance por meio da documentação parlamentar?

O *Jornal do Commercio* era um periódico pouco dado à literatura e muito mais voltado à publicação de textos oficiais: além dos anais da câmara, publicava também os da assembleia legislativa provincial, além de documentos ministeriais. Havia espaço no rodapé para um folhetim, nos meses estudados, ocupado em boa parte por novas aventuras de Rocambole, de Ponson du Terrail. Porém, não havia uma seção específica que tratasse de literatura, na qual se pudesse procurar por repercussões do romance de Alencar. Assim, interessante foi a forma - imprevista inicialmente – como pude descobrir as linhas do enredo de *O tronco do ipê* inseridas nos debates sobre a emancipação, ainda por conta da leitura dos anais parlamentares em conjunto com as publicações do *Jornal do Commercio*.

A tônica dos textos atribuídos a fazendeiros nos “A pedidos” era exigir do governo que, ao discutir a emancipação, assegurasse antes seus interesses, afinal boa parte das

rendas públicas vinham da lavoura cafeeira, como enfatizavam. Para garantir o argumento e valorizar o que diziam, aludiam às perdas materiais que a lavoura vinha sofrendo nos últimos anos, desde que a emancipação dos escravos se tornara assunto de discussão no parlamento, tornando inseguros os empreendimentos agrícolas baseados na mão de obra escrava. Os fazendeiros estariam endividados, bem como suas terras à venda, prenúncio de “miséria”, “ruína”, “fome” e “abandono”, na pena de um “cafezista” exagerado. Quem percorresse “as fazendas por uma linha traçada” no Vale do Paraíba veria “léguas contínuas de terras abandonadas, residências fechadas, arraiais quase desertos”, acrescentava. Por sua vez, o enredo de *O tronco do ipê*, embora não aludisse diretamente aos problemas da lavoura cafeeira, não fazia outra coisa senão contar a estória da “decadência e ruína” de uma fazenda no Vale do Paraíba fluminense. De onde se estabelece a plausibilidade da relação entre o romance e aqueles debates, bem como a solidariedade de Alencar às apreensões dos fazendeiros. Assim, o segundo capítulo da dissertação analisa os debates sobre a emancipação em 1870, bem como o diálogo da obra de Alencar com aquele contexto.

O terceiro capítulo aprofunda a interpretação do tema da escravidão em *O tronco do ipê*, explorando, por dentro da narrativa do romance, a forma como Alencar representava a instituição, bem como as personagens escravas. Apoiada na historiografia sobre a escravidão no Brasil do século XIX, bem como em traços da biografia de Alencar, tentei desvendar a lógica social do cativo criada pelo romancista. Informado por uma visão de mundo senhorial, marcada por preconceitos culturais acerca dos africanos e seus descendentes, embora não se mostrasse hostil a tais sujeitos, Alencar idealiza o cativo como um processo de formação do africano antes de obter a liberdade. Por conseguinte, valoriza a participação e a direção senhorial nessa formação, incutindo valores de apego ao trabalho e aos laços de reciprocidade. E nisso o romancista não estava só, como mostra o cotejo de suas ideias com as de seus colegas de tribuna, além dos textos que circulavam no *Jornal do Commercio*. No interior da classe senhorial, mesmo entre os favoráveis a intervenções mais diretas da lei em favor da liberdade, compartilhava-se uma convivência generalizada com o cativo, bem como a percepção de que a hierarquia social devia ser mantida, com os negros egressos da escravidão, subordinados. Em meio às incertezas da

sociedade em transformação, a partir da emergência das discussões sobre a emancipação escrava, é possível pensar que José de Alencar formulava uma aposta na continuidade da política de dominação senhorial para conduzir o processo. Por fim, é possível pensar que a postura não hostil aos escravos e a elementos da cultura escrava, de matriz africana, se conformava a esse projeto político, que temperava tutela senhorial com certa dose de tolerância condescendente. O exemplo mais interessante dessa postura política em Alencar aparece em *O tronco do ipê* no modo como o romancista traça o perfil do escravo Benedito, deliberadamente construído como um “feiticeiro de bom coração”, na mesma época em que estourava na imprensa o caso do feiticeiro Juca Rosa, que enchia de estereótipos as páginas dos jornais⁸.

⁸ Minha referência para o caso Juca Rosa foi o trabalho de Gabriela Sampaio: *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.

Capítulo 1

Política e literatura na pena de José de Alencar

No final de 1870, José de Alencar começa a publicar romances sob o pseudônimo Sênio. *A pata da gazela* e *O gaúcho* abrem a série em novembro daquele ano, seguidos por *O tronco do ipê*, em maio de 1871, todos publicados direto em volume pelo editor B. L. Garnier, que em meados de 1870 firmara contrato com o autor para a publicação das suas obras⁹.

Em *O tronco do ipê* Alencar conta uma história de amor e mistério entre Alice e Mário em uma rica fazenda de café do Vale do Paraíba durante a década de 1850. Pobre e órfão de pai, o moço fora acolhido com sua mãe por Joaquim Freitas, o barão da Espera, na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, onde cresceu junto à menina, a qual, desde a infância, lhe dirigia atenção especial. Por tê-la salvado de um afogamento no boqueirão, o barão resolve custear os estudos de Mário no Rio de Janeiro e na Europa. Moço feito, o rapaz retorna à fazenda, onde é esperado com festa e ansiedade pela donzela, ensejando rumores de que seria próximo o casamento entre os dois. Mário, porém, resistia à Alice, pois nutria terríveis suspeitas de que o barão estava ligado à morte de seu pai, José Figueira, anos atrás¹⁰.

No início, Nossa Senhora do Boqueirão fora propriedade do avô de Mário, o comendador Figueira, que era pai de José Figueira e protetor de Joaquim Freitas; e davam-se todos muito bem. Até o dia em que o comendador contraiu segundas núpcias “com uma sobrinha a que educava”, que, de olho na herança, fez intriga entre pai e filho, levando-os a se distanciarem¹¹. Figueira, já casado e pai de Mário, abandonou a fazenda e passou a viver do próprio trabalho até que o comendador adoeceu e, escondido da mulher, resolveu fazer

⁹ Para o pseudônimo de Alencar, utilizo a grafia atualizada na década de 1960 pela Companhia Aguilar Editora ao publicar as obras completas do autor. Nas citações dos documentos do século XIX, atualizei a ortografia, contudo, sem alterar a pontuação ou o uso de letras maiúsculas.

¹⁰ As citações do romance referem-se a: Sênio, *O tronco do ipê*. Rio de Janeiro, Editor proprietário B. L. Garnier, 1871. Consegui acessar as primeiras edições dos romances do pseudônimo através do acervo disponível na Brasiliana Digital da Universidade de São Paulo. Também utilizei edições das obras completas de José de Alencar, publicadas pela Editora Aguilar, as quais, sempre que necessário, aparecem indicadas nas notas.

¹¹ Sênio, *O tronco do ipê*, op.cit. vol. 1, cap. X.

as pazes com o filho, que o ia visitar à noite. Sucedeu que, em um desses encontros, o filho calculou mal o caminho até a estrada e, a cavalo, caiu e se afogou no boqueirão da fazenda. A notícia afligiu o pai, que morreu em seguida. Para surpresa de todos, “descobriu-se que, em vez de ser um dos homens mais ricos do lugar, como todos acreditavam”, o comendador estava pobre e “crivado de dívidas que absorviam seus bens”, tudo isso atribuído ao jogo, paixão que teria dominado o comendador na velhice¹². A crer nas comadres do lugar, a diversão era ““para disfarçar os amargores de boca e as zangas que lhe causavam a enfunada da mulherzinha””, a d. Alina¹³. Não fosse surpresa o bastante, “maior admiração houve ao saber-se que um dos principais credores do falecido era Joaquim Freitas, a quem estava hipotecada a fazenda”¹⁴. Sabia-se, realmente, que o moço era “procurador de vários capitalistas da praça do Rio de Janeiro, associados” a fim de empregarem fundos em empréstimos à lavoura, o que explicaria a hipoteca. Porém, a “impressão da súbita mudança de fortuna do Freitas perdurou; e se avivava sempre que sua propriedade nascente tomava um novo incremento”¹⁵. Assim, pairava uma suspeita sobre a veracidade da situação, bem como da relação entre esses eventos e a morte de José Figueira, o presumido verdadeiro herdeiro da fortuna; de modo que a gratidão que Mário expressava ao barão carregava sempre uma nota amarga de suspeita e ironia, impedindo, em último caso, que ele se deixasse entregar aos encantos de sua filha. Desvendar os segredos em torno dessa suspeita e tornar possível o amor entre Alice e Mário é boa parte da tarefa a que se impõe o autor do romance.

Mas nem só de amor e mistério se fez *O tronco do ipê*. Escrito no recesso da agitada sessão parlamentar de 1870 e na expectativa do próximo ano legislativo, sob os auspícios de um novo gabinete, já alcunhado “emancipador”, outros temas ganham importância no romance de José de Alencar. A escravidão, que já havia sido assunto das peças *O demônio familiar* e *Mãe* entre o final de 1850 e o início de 1860, retorna à literatura ao compor o mundo das relações paternalistas no interior da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão.

¹² Ibidem, cap. XI.

¹³ Ibidem, cap. XI. “Enfunado”, segundo o dicionário de Antônio de Moraes Silva: Soberbo, cheio de vento e vaidade. Cf. SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua Portuguesa*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, pp. 498-499.

¹⁴ Sênio, *O tronco do ipê*, op.cit. vol. 1, cap. XI.

¹⁵ Ibidem.

Através da prosa literária, o tema se inseria no debate em voga a respeito da emancipação, bem como da presença de escravos e libertos na sociedade da época¹⁶. Outro tema que salta das páginas de *O tronco do ipê* diz respeito ao modo crítico como o narrador descreve e comenta costumes no interior das relações de compadrio e troca de favor entre membros da classe senhorial, o que lhe serve de deixa para esticar o comentário e censurar práticas concernentes à política imperial.

Descobrimos, por exemplo, que, ao tornar-se rico fazendeiro, Freitas adquiriu o que o narrador chamou de “parasitas”, cuja ocupação era divulgar, “habilmente adornados de elogios”, os seus feitos generosos¹⁷. Dentre eles, como sabemos, acolheu a viúva e o filho de José Figueira na fazenda, e também custeou “um serviço especial” para salvar as vítimas das enchentes anuais do rio Paraíba. Porém, conta-nos o narrador, não foi pela filantropia que Freitas adquiriu o título de barão, mas sim por meio da “soma redonda de doze contos de réis que deu para o hospício de Pedro II”, o “suntuoso edifício, que sob a augusta invocação tem servido de lenitivo à loucura de uns e à vaidade de outros”¹⁸. Assim, em *O tronco do ipê* temos um narrador crítico, que não apenas conta a história, mas interfere com opiniões e comentários pontuais, levando o leitor a questionar usos e costumes das pessoas no interior da política imperial. Após a passagem citada, nem o Freitas era puro filantropo, nem simples mercê a doação do baronato.

Ao longo de todo o romance esses comentários aumentam e se diversificam, permitindo ao narrador abordar questões variadas e, às vezes, mais específicas como quando critica a subvenção ministerial à imprensa, ou então sobre o tipo de políticos que mais agradavam ao imperador. Tudo isso temperado por certo tom melancólico que o narrador deixa vazar, às vezes inesperadamente, mal disfarçando o próprio azedume em relação aos temas abordados. Em um desses momentos, num canto da sala de estar do barão, ele descreve a brincadeira de um rapazinho que tentava chamar a atenção de uma menina ao construir castelos de cartas:

¹⁶ O tema da escravidão em *O tronco do ipê* é o tema do capítulo 3.

¹⁷ Sênio, *O tronco do ipê*, op.cit. vol. 1, cap. XI.

¹⁸ Ibidem.

Junto à mesa onde ardia o candelabro, Lúcio estava muito aplicado em levantar castelos de cartas para entreter Adélia.

Feliz idade em que a imaginação entre risos de prazer edifica palácios com essas figuras coloridas! Mais tarde, em vez de castelos de carta são os castelos de vento edificadas com as ilusões e as esperanças da nossa alma. Vem um sopro de criança e arrasa o suntuoso palácio. O menino reúne as cartas e levanta novo castelo. O homem debalde tenta coligir as ilusões que tombaram: não encontra nem o pó; desfizeram-se em fumo¹⁹.

Poderíamos atribuir o tom amargo da narrativa à característica do pseudônimo Sênio, o qual Alencar escolheu para assinar a obra e que se apresentava como envelhecido e desiludido escritor. Porém, mais do que isso, Sênio permite pensar o romance de Alencar como um testemunho atrelado à experiência política do autor, logo anterior à produção e publicação da obra, tornando plausível, por sua vez, o cruzamento entre o texto literário aludido e as páginas dos anais parlamentares em 1870. Vale lembrar que naquele ano nosso romancista era também deputado, há pouco exonerado do cargo de ministro da justiça, além de malogrado candidato à eleição senatorial entre 1869 e 1870²⁰.

A elegia de Alencar: experiência na sessão parlamentar de 1870

No arquivo, ao abrir as páginas do *Jornal do Commercio*, em busca da publicação dos anais parlamentares, deparamo-nos, logo de saída, com um texto de José de Alencar, publicado nas colunas “a pedido”. Ele havia concorrido a uma vaga no senado pela província do Ceará nas últimas eleições e, não sendo escolhido pelo imperador, apesar de ter sido o candidato mais votado, sentia-se impelido a dar explicações ao público. A situação parecia delicada, pois se tratava da não eleição de um ex-ministro, recentemente exonerado do cargo, o que, dentro do sistema político da monarquia representativa, poderia sugerir desconfiança da coroa em relação ao candidato. Segundo afirmou no texto, não pretendia diminuir “o mérito e serviço” daqueles que a coroa distinguiu, porém arredar de

¹⁹ Ibidem, cap. XVII.

²⁰ Em 12 de dezembro de 1869 a eleição senatorial aconteceu nas províncias, e nos primeiros meses de 1870 o imperador fez a escolha dos senadores. Sobre a data em 1869 e a lista de nomes, Cf. Raimundo de Menezes, *José de Alencar, literato e político*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977, p. 256.

si “suspeitas desairosas”²¹. Entretanto, o artigo de Alencar vinha cravado de conjecturas a respeito do tratamento da coroa em relação a ele, acreditando haver íntima relação entre sua não eleição e uma desaprovação a seu desempenho como ministro da justiça. Para Alencar, seu caso era uma exceção. Afirmou que, no momento da escolha dos senadores, seria costume da coroa considerar os serviços prestados no cargo de ministro, dando-se primazia ao sujeito habilitado; sendo que, entre os candidatos, além de não ser adversário do gabinete, era ele o único a ter exercido a função. Após esse cálculo, Alencar oferece uma polêmica interpretação da situação a qual será estopim de um debate politicamente desgastante para ele e que, conforme tento mostrar ao longo desse capítulo, influencia diretamente sua produção literária posterior, com particular atenção para *O tronco do ipê*.

Tendo sido o candidato mais votado na lista entregue à escolha de d. Pedro II e sem encontrar motivo razoável para sua preterição, Alencar se propõe a revelar ao país “os motivos pessoais e as razões ocultas” que teriam determinado “minha exclusão”, prometendo abrir “aos contemporâneos as páginas de um livro” que ele “havia escrito para o futuro”²². Sob esse viés, a coroa teria mesmo condenado o ministério de Alencar, não por motivos “desairosos”, porém pela postura demasiado independente do ex-ministro. Tal julgamento, ele esperava “como consequência necessária de alguns atos de energia e moralidade que pratiquei no governo”, afirmando, altivo, que, assim, “Ninguém me excluiu; fui eu mesmo que me excluí”. E para os que achavam que a coroa teria se oposto à sua candidatura, afirmou também que, não, pois ele mesmo havia apresentado suas intenções, propondo-se a deixar o ministério, caso a situação alterasse as relações de confiança entre o monarca e o ministro. O imperador teria respondido que ele tinha o direito de candidatar-se²³.

No fim das contas, o texto da Alencar não arreda de todo a ideia que o incomodava inicialmente, sobre seu ministério ter desagradado à coroa, levando-o a perder um assento no senado. Mas ele interpreta a situação por um viés que o coloca acima de possíveis

²¹ “O Sr. José de Alencar”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril e 01 de maio de 1870. As duas datas referem-se a apenas um exemplar do *Jornal*. A folha era diária, mas quando, eventualmente, fechava as oficinas por um dia, avisava os leitores e publicava um número duplo a fim de preencher a lacuna. O texto de Alencar é datado de 23 de abril.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

veleidades do imperador, que o teria preterido, não por ser político ruim ou ineficaz administrador, porém mau cortesão. Para o público leitor dos jornais da corte, essa leitura dos fatos foi reforçada por texto editorial do *Dezesseis de julho*, provavelmente escrito pelo irmão de Alencar²⁴. Além de registrar a surpresa geral pelo resultado final da eleição, o texto apresenta o ex-ministro como um tipo ideal de político, “espírito robusto”, “laborioso, cheio de vigor e energia”, cujos atos de independência não agradavam à coroa. Alencar “teve a coragem de recusar publicamente uma condecoração”, estranhando que o quisessem honrar como escritor “com o mesmo prêmio que davam aí a qualquer anônimo mediante certa quantia”; faltava aos jantares, procissões e missas; passava o verão na Tijuca, “longe do sol que devia aquecê-lo”²⁵, ao passo que, no parlamento, o ministro combatera um projeto imperial, cometendo “o grande atentado”²⁶ de sustentar que a coroa não tinha ingerência no exercício do poder executivo. Assim, se por um lado surpreendia a não eleição de um cidadão talentoso, por outro, seria esperado que um ministro que não cortejava o poder, caísse das suas boas graças.

A sugestão de revelações acerca do modo como se fazia política nos corredores do paço imperial, aliada à altivez no tom dos irmãos Alencar, certamente levou aos mais variados bochichos entre os leitores e comentadores das notícias de jornal²⁷. Podemos recuperar um pouco desse ambiente a partir da repercussão entre os parlamentares, que trouxeram a questão à tona na primeira oportunidade. A discussão entre eles, além do mais, traz perspectivas mais amplas do que aquilo que havia na interpretação de Alencar sobre a situação.

Por meio da discussão inicial no senado, percebe-se que pairava sobre as últimas eleições senatoriais um misto de discórdia e constrangimento, pois aquela não era a

²⁴ *Dezesseis de julho*, 2 e 3 de maio de 1870. Sabe-se que Leonel de Alencar ajudava o irmão a administrar o jornal, atuando na direção. Cf. Luís Viana Filho, *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 183. Como o artigo citado é escrito na terceira pessoa, entendi que a autoria caberia a Leonel.

²⁵ Provável alusão à presença do imperador na cidade de Petrópolis.

²⁶ *Dezesseis de julho*, op. cit.

²⁷ Dias depois, o próprio José de Alencar sentiu necessidade de publicar uma nota opondo-se a especulações, afirmando que o livro prometido não seria um panfleto e que, quanto às revelações, guardaria o decoro necessário. Cf. “O Sr. José de Alencar”, *Jornal do Commercio*, 11 de maio de 1870.

primeira tentativa de preencher as duas vagas pela província do Ceará²⁸. A primeira eleição havia sido anulada na sessão anterior, em 1869, por insistência do barão de Cotegipe, ministro da marinha, que achava irregularidades no pleito. Tal circunstância, porém, levantava suspeitas, pois poderia soar como manobra planejada pelo membro do gabinete para favorecer a eleição de um colega, no caso José de Alencar, que ainda não tinha 40 anos. Alguns dos senadores manifestaram-se explicitamente para preferir o resultado anterior²⁹. Zacarias, por outro lado, não se opunha às atuais eleições, mas interpretava a escolha da coroa naquele ano como tentativa de evitar a suspeita de que o governo – ou seja, o ministério – intervinha na eleição. Para ele, a situação constrangedora deveria ter sido evitada por Itaboraí, que, na qualidade de presidente do conselho de ministros, deveria ter dissuadido Alencar da candidatura. Para Francisco Otaviano, reconhecido nas biografias de Alencar como amigo do escritor, essa interpretação dos fatos também fazia sentido, crendo ele que a pretensão do então ministro da justiça havia deixado a coroa na posição constrangedora de “não escolher um cidadão prestimoso”.

Assim, o quadro apresentado pelos senadores, embora não possa negar as conjecturas de Alencar, dá a ver uma variável maior de dificuldades em relação à candidatura dele ao senado naquele ano. Veremos adiante que Alencar tinha os seus motivos para interpretar as coisas pelo lado menos lisonjeiro. Por enquanto, vale a pena voltar à discussão entre os senadores, que, diante daquilo que Zacarias chamou de “manifesto” publicado por Alencar no *Jornal do Commercio*, exigiam do chefe do gabinete esclarecimentos a respeito da exoneração do ex-ministro da justiça, opondo-se à aludida “regra” da coroa em preferir os ministros nas eleições, e inquirindo sobre os tais “atos de energia e moralidade” supostamente praticados pelo ministro.

Sobre a candidatura de Alencar, Itaboraí afirmava realmente não ver empecilhos nela já que a anulação da eleição anterior tornaria o novo pleito tão acessível como qualquer outro. Por conseguinte, se opunha com veemência à suspeição de que a anulação

²⁸ Cf. A respeito da discussão dos parlamentares no Senado, Sessão em 30 de maio, “Senado”, *Jornal do Commercio*, 31 de maio, de 1870, suplemento. Vale lembrar que como, durante o império, o assento no senado era vitalício, as eleições aconteciam somente quando vagava lugar após a morte de um ou mais senadores.

²⁹ Conforme aparece no resumo do *Jornal*, foram os senadores Pompêo e Souza Franco.

tivesse sido premeditada por um membro do gabinete, lembrando à casa que a decisão fora tomada pelo senado de forma geral, e não por um ministro. Quanto ao “manifesto” de Alencar, concordou com a inexistência da “norma de ser preferido o candidato que tivesse serviços no ministério” e não achava que o ex-ministro tivesse praticado atos de moralidade que não lhe fossem lícitos. Assim, não era capaz de maiores esclarecimentos, os quais o próprio Alencar poderia oferecer em ocasião oportuna.

Releva notar nos registros dessa discussão, em meio à fala de alguns senadores, sinais de antipatia em relação a Alencar. Zacarias, por exemplo, mostra-se bastante insatisfeito com a liberdade que o ex-ministro tinha de, “do alto da imprensa”, destratar a coroa cotidianamente, “sem nem sequer aparecer uma palavra de reprovação por parte do ministério”³⁰. Além disso, preocupava-se com o livro prometido para o futuro, temendo o teor das revelações sobre a rotina doméstica, por assim dizer, da política imperial³¹. Para o senador Saraiva, Alencar era ofensivo em suas palavras ao afirmar ter saído do ministério por não lhe tolerarem “os atos de independência e moralidade”. E por último, Cotegipe lançava a Alencar um tipo de provocação ao sugerir que, se a honra do gabinete estava a exigir explicações, igualmente “as reclama[va] a honra do ex-ministro”³².

A discussão no senado foi apenas o prólogo de um verdadeiro confronto que haveria na câmara, durante as primeiras semanas do mês de junho de 1870, precisamente entre Alencar e Cotegipe, o qual figurava como o grande opositor do ex-ministro da justiça. Para além da frustração com a não eleição para o senado, o debate é interessante, pois constitui o momento chave no qual podemos apreciar o relato direto do próprio Alencar a respeito do contexto original de temas que passam a compor o enredo de suas críticas à administração imperial. Nem por isso a leitura dos discursos parlamentares é simples ou direta a

³⁰ Não transcrevo a íntegra da fala de Zacarias, mas trecho do texto que compõe o resumo do *Jornal do Commercio* sobre aquela discussão.

³¹ A alusão à vida “doméstica” da política do império, como se Alencar tivesse entrado em uma casa da qual saísse disposto a contar os pormenores do que encontrara na vida privada, origina-se do discurso do próprio Zacarias, que faz uso da ilustração. Segue transcrição do texto: “pede [Zacarias] ao Sr. presidente do conselho que dê explicações acerca da saída do Sr. Alencar, para que não se julgue que com ele se dá o caso, que muitas vezes se dá na vida doméstica, de se apresentar um indivíduo n’uma casa, que vai com o fim de estudar os tipos para completar seu quadro, e os donos da casa pedirem explicações ao apresentante pelo procedimento do apresentado [sic]; isto é tanto mais para recear quanto é certo que o apresentado tem já um livro prometido”. Sessão em 30 de maio, “Senado”, *Jornal do Commercio*, op. cit.

³² *Ibidem*.

apreensão do contexto aludido, pois toda a disputa refere-se a situações havidas ao longo dos meses em que Alencar ocupou o cargo de ministro de estado, ou seja, fora do escopo inicial da pesquisa que origina este texto. Por um lado, para a leitora de hoje, é preciso lidar com as lacunas de um diálogo entre sujeitos que compartilhavam o contexto vivido e nem sempre explicitavam os pormenores das situações discutidas; pois seriam compreendidos através de meias palavras, rápidas alusões, sem falar nos chistes, cheios de significados, lançados de um lado ao outro a fim de camuflar hostilidades - ou torná-las elegantes. Por outro lado, é preciso desbravar o caminho tortuoso entre diferentes versões acerca das mesmas situações a fim de se familiarizar, minimamente, com os eventos e pessoas envolvidos, ainda que não seja necessário tomar um partido³³.

Convém retomar o fio da meada. Na câmara dos deputados, o problema já não era a eleição do Ceará, mas precisamente os motivos da exoneração de José de Alencar. E antes mesmo que ele pudesse pedir a palavra após as discussões no senado, Pereira da Silva, deputado pelo Rio de Janeiro, interpela o governo pedindo explicações sobre as mudanças ministeriais havidas em janeiro daquele ano³⁴. Interessa acompanhá-lo na tribuna, pois seu discurso traz informações que nos ajudam a situar o eixo em torno do qual se coloca parte importante da discórdia relativa à administração de Alencar, dando a ver também uma pitada de animosidade em relação ao ex-ministro, o que, para nós, é ingrediente relevante no contexto de toda a discussão.

Inicialmente, Pereira da Silva preocupava-se com questões administrativas³⁵. Comparando os relatórios dos novos ministros com as decisões tomadas pelos anteriores

³³ Um trabalho, embora com temática diferente, ajudou-me a refletir sobre o confronto entre diferentes versões na documentação. Cf. Sidney Chalhoub, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*, Campinas, Editora da Unicamp, 2008, “Introdução”.

³⁴ Em janeiro de 1870, além de José de Alencar, também recebia exoneração Antônio Fernandes Leão, que até então cuidava da pasta de agricultura, comércio e obras públicas. Os motivos em torno da sua demissão foram bem mais simples do que os de Alencar e não suscitaram maiores polêmicas, tampouco interferiram na contenda em torno do ex-ministro da justiça; motivo pelo qual optei por não tocar no assunto ao longo da discussão que se segue. Antônio teria deixado o cargo para concorrer ao senado de igual para igual com os candidatos da província de Minas Gerais. Sendo essa uma exigência de seus correligionários, ele acedeu e, não obstante, foi eleito e escolhido pelo imperador no início de 1870. Antônio oferece explicações sobre a sua exoneração, junto com Alencar, na noite da interpelação.

³⁵ O debate da interpelação aconteceu em 04 de junho de 1870. O *Jornal do Commercio* publicou um resumo em 5 de junho, 2º f. A íntegra dos pronunciamentos veio depois, e conferi ambos os relatos. Para a interpelação de Pereira da Silva, sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho de 1870, 1º f.

durante a sessão de 1869, queria saber se a alteração ministerial implicava mudança no pensamento político do gabinete. Acreditava mesmo que seria esse o caso quanto à pasta da justiça, tamanhas as diferenças encontradas a respeito de dois assuntos chave: a reforma da lei de 3 de dezembro de 1841, “acerca da organização judiciária”, e a reforma da lei da guarda nacional³⁶. Na sessão anterior, o ex-ministro não quisera aproveitar as bases de um projeto de reforma judiciária existente na casa desde 1866 e “Levantou até uma questão de gabinete contra um requerimento apresentado por alguns de nós, que desejávamos promover o andamento do projeto”³⁷. A seguir, ofereceu proposta própria, “diferente nas bases”, “com cuja discussão se gastaram inutilmente cerca de vinte dias de sessão”, sem se chegar a acordo algum³⁸. Já o novo ministro adotava as bases do projeto de 1866, ligando-se, “portanto a nós que na sessão de 1869 sustentamos esta opinião contra o ilustrado ex-ministro, até em uma questão declarada de gabinete!”³⁹. Sobre o outro assunto, continuava o deputado, “O ex-ministro queria senão abolir a guarda nacional, ao menos nulificá-la, tornando-a passiva e livre de todo o serviço e ônus que pesa atualmente sobre ela”, tendo apresentado à câmara, “não como deputado”, “mas como ministro da coroa, com todas as formalidades, em nome de todo o gabinete”, uma proposta nesse sentido⁴⁰. Ao contrário, o próprio Pereira da Silva, conforme nos conta, havia oferecido, no interior de um projeto de reforma do recrutamento já enviado ao senado, um artigo a fim de regular o funcionamento da guarda. E pela forma como se expressava o atual ministro no relatório, percebia-se que ele também pretendia reformar a guarda nacional, porém sem extingui-la.

Diante da exposição do deputado, já sabemos que os assuntos citados suscitaram discórdia entre Alencar e a câmara, impedindo a aprovação das medidas reclamadas. Sabemos que Alencar tinha ideias próprias sobre os temas e que tentou levá-las a efeito, aproveitando-se do importante cargo no ministério; que, apesar disso, sofreu resistência suficiente a ponto de elevar a discussão à questão de confiança no gabinete. Quanto à animosidade em relação ao ex-ministro, era elemento presente nos detalhes da fala do

³⁶ Idem.

³⁷ Idem.

³⁸ Idem.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

interpelante, ainda irritado com os resultados da sessão passada, cujas discussões qualificou como gasto inútil de tempo. Porém, as divergências tornavam-se mais diretas, talvez um pouco ríspidas, na parte menos administrativa da interpelação.

Assim como outros parlamentares e, podemos imaginar, leitores dos jornais da corte, de modo geral, Pereira da Silva esperava maiores explicações sobre a saída de Alencar do ministério, insatisfeito com os enigmas que havia nos artigos publicados na imprensa. No dia seguinte à exoneração, em 11 de janeiro, o ex-ministro oferecera explicações, fazendo votos de que o gabinete permanecesse unido conforme certo princípio segundo o qual o “vínculo real da união” era “a energia e a severidade contra certas exigências”⁴¹. Pereira da Silva leu esse trecho na tribuna para enfatizar que a frase não explicava as causas de sua saída, e - quem sabe com uma nota de ironia, pois arrancou risos do público - qualificou o texto como “uma esfinge” a qual “só seu autor pode explicar”⁴². Tampouco tinha o interpelante alcançado o sentido das palavras “do ilustre ex-ministro da justiça” ajuntando o primeiro artigo com o último, publicado após o resultado das eleições. Que vinha a ser um ministro que excluía a si mesmo por meio de atos de energia e moralidade? Além do mais, a escolha senatorial “merecia ser acatad[a] com mais respeito”⁴³.

O debate mal começava e já não parecia favorável a Alencar. Antes que ele pudesse replicar, ainda Itaboraí tinha de cumprir o protocolo e responder ao interpelante. O presidente do conselho de ministros, cujos registros transmitem a ideia de que permanecia cordial e respeitoso em relação a Alencar, foi sucinto e parecia não querer incentivar polêmicas. Negava haver mudança de política no gabinete, pois não via diferença entre os ministros demissionários e os novos convocados, não considerando como “tal uma ou outra divergência de apreciação sobre pontos secundários”⁴⁴. Ou seja, aquilo que Pereira da Silva descrevia com as cores mais fortes, Itaboraí parecia tentar minimizar. Sobre a retirada do então ministro da justiça, contou que desde antes da abertura da sessão passada havia

⁴¹ Idem.

⁴² Idem. A reação do público foi registrada pelo taquígrafo.

⁴³ Idem.

⁴⁴ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1870, 2º f.

divergência entre Alencar e “outros colegas”⁴⁵. Segundo Itaboraí, resolveram adiar a questão, pois o motivo não era, então, de absoluta necessidade. Contudo, no fim do ano “apareceu infelizmente algum desacordo entre o mesmo nobre deputado e um dos meus atuais colegas”. Logo Alencar insistiu pela demissão, levando o chefe do gabinete a atender o seu pedido, o que, segundo afirmou, “fiz com grande pesar por separar-me de um colega tão ilustrado e com qualidades tão dignas de apreço”⁴⁶.

Segundo o taquígrafo, o clima na câmara era de “Atenção” quando finalmente “O Sr. José de Alencar” tomou a palavra, pedindo a indulgência da câmara para ouvi-lo na situação delicada em que se encontrava, “e, além disto, em condições de saúde que mais reclamavam repouso do que as emoções desta tribuna”⁴⁷. Este será o primeiro de três discursos nos quais Alencar responde a questionamentos e oferece a sua perspectiva sobre a experiência como ministro. Conforme avança a querela com o barão de Cotegipe, às vezes os mesmos assuntos são retomados, porém de forma mais explícita ou com nuances até então imprecisas. Nesse primeiro momento, o interesse de Alencar era replicar aos diversos comentários sobre os seus artigos de imprensa, assim como entrar em detalhes a respeito dos motivos de divergência entre ele e o aludido colega de ministério.

Apesar do controverso texto publicado no *Jornal do Commercio* no início de maio de 1870, no qual ele mesmo dizia que sua preterição ao senado era consequência de uma condenação lógica a seu ministério, Alencar não queria que se confundissem os assuntos. Uma coisa era sua saída do ministério, questão parlamentar, relativa ao poder executivo e do interesse da câmara; outra era a preterição, um fato consumado, relativo ao poder moderador e para o qual a câmara não podia contribuir. Acreditava que a discussão desse último assunto cabia à opinião pública, por meio da imprensa, único meio pelo qual se propunha a debater o assunto. Ademais, a declaração publicada fora ato espontâneo seu e, portanto, guardava o direito de se recusar a satisfazer “qualquer curiosidade sôfrega até que julgue o momento oportuno de satisfazer o compromisso contraído para com o país”⁴⁸. Não

⁴⁵ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 8 de junho, op. cit.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ Idem. Seu estado de saúde devia ter relação com a tuberculose, com a qual convivia desde muito jovem, quando ainda era aluno da faculdade de direito. Cf. Luís Viana Filho, op. cit., p. 42

⁴⁸ Idem.

se pode negar que, com as polêmicas declarações no artigo do *Jornal*, ele estivesse querendo suscitar debate, porém preferia o ambiente proporcionado pela imprensa.

Parece que deparamo-nos com uma redundância, pois, do ponto de vista de quem acompanha os registros parlamentares entre as colunas de um dos jornais de maior circulação na corte à época, a discussão obviamente já estava na imprensa. Não sei como responder a esse problema, mas tenho uma pista. Talvez, ao mesmo tempo em que os parlamentares tinham consciência de que seus discursos iam para os jornais - o que os tornaria cuidadosos na discussão pública de certos assuntos como a escravidão, no caso em que pediam sessões secretas, por exemplo -, não acreditavam que, de modo geral, as transcrições aguçassem o interesse do público. Em 1870 mesmo, um senador sugeriu que deixassem de contratar um jornal específico para transcrever e publicar os anais parlamentares, pois duvidava que o público lesse todos aqueles longos pronunciamentos⁴⁹. É claro que isso é uma generalização, pois, como veremos nos próximos capítulos, alguns temas chamavam muito a atenção dos leitores, que resolviam publicar textos a fim de questionar e até mesmo pressionar o parlamento. De qualquer forma, permanece o registro de que as transcrições em si talvez não fossem tão chamativas – eram realmente longas e cansativas -, permitindo pensar que, ao referir-se à imprensa, Alencar tinha em mente as seções mais badaladas dos periódicos como as colunas “a pedido” ou até mesmo os folhetins, um universo que ele conhecia bem⁵⁰.

Como ia dizendo Alencar, ele não queria que fizessem confusão com suas declarações e logo se propunha a explicar de uma vez o que eram os tais “atos de energia e

⁴⁹ Sessão em 1 de junho, “Senado”, *Jornal do Commercio*, 02 de junho de 1870. A opinião era do senador Jobim e referia-se à publicação dos anais do senado, cuja íntegra estava a cargo do *Diário do Rio de Janeiro*. Os senadores discutiam se valia a pena aceitar o novo contrato da folha o qual achavam desvantajoso. Jobim preferia que não, achando que podiam dar-se por satisfeitos com os resumos que os jornais voluntariamente publicavam.

⁵⁰ Cada vez mais pesquisas têm mostrado como, no século XIX, a interação entre as diversas colunas dos jornais, incluindo as seções literárias, era aproveitada por escritores, além de leitores e leitoras, para a discussão dos mais diversos assuntos, dos manequins franceses à política imperial. Por exemplo, Daniela Magalhães da Silveira, “Contos de machado de Assis, leitura e leitores do *Jornal das Famílias*”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005; *Fábrica de contos. Ciência e literatura em Machado de Assis*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010. Daniele Megid, “Mulheres de jornal: personagens femininas em romances folhetins de machado de Assis”. Monografia de bacharelado, Unicamp, 2009. Minha primeira experiência com o tema foi na pesquisa de iniciação científica a qual originou a monografia “Política e crítica social e *Til*, de José de Alencar”, 2011.

moralidade”⁵¹. Vã tentativa. Lá estava o público às voltas com novo trecho enigmático, que mesmo assim vale a pena referir. Sem aludir a situações específicas no cotidiano da administração, Alencar explica por hipótese, como se apresentasse um conceito:

Se [...] um ministro tivesse servido a esse alto cargo com plena isenção, se esse ministro, fazendo violência ao seu coração, apesar de considerações muito poderosas de respeito, acatamento e amizade, não se demovesse de suas convicções profundas pelo desejo de manter-se no poder; se esse ministro, não obstante uma aspiração legítima que dependesse da boa vontade de um homem, na colisão das suas convicções com os desejos desse homem mantivesse com rigidez suas ideias sem vacilar nunca, arrostando seu desagrado, se tivesse preferido sempre aos seus interesses os ditames da sua consciência, eu, Sr. Presidente, chamado a qualificar esses atos diria que eram *atos de energia e moralidade*⁵².

Embora Alencar não entrasse em mais detalhes, fica a alusão ao trato do imperador com o ex-ministro, na época em que acumulava às funções do cargo a “aspiração legítima” ao assento no senado. Mesmo dependendo da boa vontade do homem a quem cabia a palavra final no pleito, nas situações em que as decisões do ministro da justiça se chocavam com os desejos “desse homem”, ele agiria com “isenção”, preferindo os “ditames da sua consciência” aos próprios interesses. Ou seja, Alencar insiste em interpretar a preterição como má vontade do imperador para com ele, diante de sua postura independente. Vale a pena explorar um pouco a passagem acima. Com a documentação que temos em mãos, não é possível conhecer a que situação exatamente Alencar se referia, porém podemos deduzir alguma coisa a partir do que nos conta um dos biógrafos do deputado a respeito de um de seus atos como ministro.

Presume-se que ao receber a incumbência da repartição da justiça, Alencar tentou “botar a casa em ordem”. Uma das coisas que resolveu fazer foi suprimir uma remessa de “extratos de jornais” que era dirigida cotidianamente ao imperador. Como explica o próprio Alencar em documento citado por Luis Viana Filho, os extratos tinham o objetivo de “facilitar ao Soberano uma rápida apreciação da imprensa do país”⁵³. Assim, os presidentes

⁵¹ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 8 de junho, op. cit.

⁵² Idem, grifos originais.

⁵³ Cf. *A vida de José de Alencar*, op.cit., p. 198. Em obra de José Murilo de Carvalho também encontrei menção aos extratos de jornais. Segundo o historiador, de modo geral, o imperador “informava-se sobre tudo o que acontecia lendo os jornais”, além de visitar instituições públicas e ouvir reclamações “em audiências

de província enviavam uma remessa de jornais publicados nas respectivas circunscrições e encarregava-se um empregado da secretaria de estado a tarefa de extrair um resumo do que encontrasse de mais importante nos impressos. Os escritos eram enviados ao imperador, que anotava nas margens “os pontos sobre os quais desejava mais amplas informações”⁵⁴. Em seguida, “se expediam aos presidentes avisos reservados”, cujas respostas, por sua vez, retornavam ao imperador. Era uma “tradição corrente”, em vigor há nada menos que 15 anos, mas Alencar a achava “inútil à administração e prejudicial à Coroa”, de modo que resolve “suprimi-la”, assim de repente, “ao menos durante minha permanência no ministério”, conforme explicava em carta a d. Pedro II⁵⁵. Alencar ainda acrescentou que o costume tinha “um caráter clandestino”, já que não era regulamentado como competência da repartição da justiça. Ele entendia que o imperador tinha a melhor das intenções, porém acreditava que, “aos olhos da nação”, a situação não condizia com o espírito constitucional do soberano, “nem com a dignidade de seu ministro da Justiça”⁵⁶. Ou seja, no fundo, Alencar apontava o que seria uma interferência de d. Pedro II no poder executivo e tentava combatê-la, ao menos durante sua permanência no ministério. Podemos pensar que seria essa uma das situações em que o ex-ministro preferia agir conforme os ditames da própria consciência ainda que contra a vontade do imperador.

O exemplo acima não é fortuito, como veremos adiante. Por ora, vale a pena recolher as informações que ajudam a traçar o perfil do ex-ministro da justiça, realmente dedicado às incumbências que lhe cabiam e bastante autoconfiante, certamente com base na própria compreensão sobre a rotina administrativa ideal a um país regido por uma monarquia representativa. Se ele era um bom negociador das suas causas, aí já é outra história, o que nos leva de volta aos problemas em torno da sua exoneração do cargo de ministro.

semanais”, práticas através das quais aumentava a cobrança ao trabalho dos ministros. Carvalho cita trecho de um diário de d. Pedro II, o qual comentou sobre os aludidos extratos: “leio constantemente todos os periódicos da Corte e das províncias os que, pelos extratos que deles se fazem, me parecem mais interessantes. A tribuna e a imprensa são os melhores informantes do monarca”. O diário é datado de 1861. Cf. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das letras, 2007, p. 57 e p. 79 respectivamente.

⁵⁴ Luís Viana Filho, op.cit., p. 198.

⁵⁵ Ibidem, pp. 198-199. Conforme consta na carta de Alencar, a prática vinha desde 1854.

⁵⁶ Ibidem, pp. 198-199.

Alencar defendeu-se, inicialmente, das provocações que o incitavam a oferecer maiores detalhes sobre a sua saída do ministério. E, aqui também, sua preocupação era seguir a norma correta do sistema representativo, ao gosto do modelo inglês. Assim, tendo ele oferecido explicações gerais pela imprensa, caberia ao presidente do conselho de ministros oferecer maiores detalhes, conforme a exigência do público. Porém o gabinete ficara calado, de modo que ele sentia-se no direito de também permanecer assim, dando-se por satisfeito com o que havia informado pelos jornais. Além das palavras enigmáticas citadas por Pereira da Silva, em 11 de janeiro de 1870 ele afirmou que entendia ter-se tornado “um obstáculo e ao mesmo tempo um motivo de divergências no seio do gabinete”, razão pela qual se retirava, com votos de que os desentendimentos cessassem⁵⁷.

Seus colegas de tribuna, entretanto, o incitavam a ser mais franco e direto, ao que ele finalmente atendeu, sem ainda pormenorizar os casos. Não querendo parecer precipitado, afirmou que os motivos foram se acumulando aos poucos, dentre eles o surgimento de divergências entre ele e o “nobre Sr. ministro da marinha”, que ao longo do tempo se agravaram. Entretanto, “eu teria arrostado essas dificuldades se outras causas não se viessem acumular”⁵⁸. Muito incomodavam a Alencar o que chamou de “maus estilos da nossa administração”, quando mesmo questões pequenas ou “insignificantes” precisavam ser levadas a conferências e despachos antes de serem aprovadas⁵⁹. O que, afirmou, dava lugar à “intervenção dos ministros nas pastas alheias”, além da “interferência” inevitável, “embora talvez involuntária, da coroa em negócios de mero expediente”⁶⁰. Ao dizer isso, causou “Sensação” na câmara, mas nada que o impedisse de continuar. Acrescentou que desde o início pretendia “reclamar contra este estilo”; contudo, receando que o taxassem de

⁵⁷ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho, op.cit. No pronunciamento citado, Alencar afirma ter publicado um texto em 11 de janeiro. Entretanto, não consegui localizá-lo, sem acesso aos exemplares do *Jornal do Commercio* de janeiro de 1870. A coleção dos exemplares em microfilme do Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, apresenta uma lacuna justamente entre janeiro e maio de 1870. Assim, baseio as informações citadas no aludido discurso de Alencar, que, por sua vez, concordam com o comentário de Cotegipe sobre o assunto no senado em 30 de maio de 1870, no resumo publicado pelo *Jornal* em 31 de maio, suplemento. Mais tarde, ao retomar o texto dos biógrafos, percebi que havia transcrição do texto em *José de Alencar, literato e político*, op. cit., p. 259.

⁵⁸ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 8 de junho, op. cit.

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Idem.

precipitado, resolveu esperar e adquirir experiência, “para dar à minha resolução a necessária autoridade”⁶¹.

Com essa postura, Alencar talvez quisesse, a todo custo, sanar a política imperial, emendando-a ao modo do que entendia ser o “verdadeiro sistema representativo”. Cada ministro administraria a própria pasta, o ministério dirigiria a política sob a presidência do chefe do gabinete, todos sob a inspeção do chefe de Estado. Era a fórmula, que na opinião de Alencar, “concilia a dignidade e os brios do ministro com as conveniências do serviço público”⁶². Tudo isso muito distante da experiência dele no gabinete de 16 de julho, à sombra do ministro da marinha, que parecia querer “prevalecer na pasta que eu dirigia”⁶³. E com isso, causando “Sensação algum tanto prolongada”, declarou que se sentia “em coação”⁶⁴. Não bastasse isso, informou que encerrada a sessão de 1869, sofreu oposição do *Diário do Rio de Janeiro* - à época, órgão conservador -, que “atacou atos do ministro da justiça”⁶⁵. Ao aludir a artigos não assinados aparecidos no jornal, referiu-se à folha também como “imprensa anônima”, ferindo imediatamente os brios do seu redator, o qual também era deputado e compunha a plateia que o ouvia. Cotegipe, outra vez, influente entre os proprietários do jornal, teria se negado a “empregar esforços para fazer cessar” a oposição que poderia ser prejudicial ao gabinete como um todo⁶⁶. Esse momento teria sido a gota d’água, quando Alencar sentiu faltar o apoio do gabinete. Vale a pena acompanharmos suas próprias palavras em busca dos termos com os quais interpretava a situação:

Senhores, nesta conjuntura, sinto dizê-lo, o gabinete pareceu indiferente; o gabinete, portanto, abandonou-me quando mais precisava de seu apoio [...] no momento em que eu era agredido por executar medidas decididas no gabinete⁶⁷.

Assim como o trecho acima, a narrativa final de Alencar sobre o ocorrido sugere uma nota de ressentimento, por não ter recebido apoio ou por não ter sido preferido a Cotegipe. Contou à câmara que, em dezembro de 1869, conversou com Itaboraí sobre a

⁶¹ Idem.

⁶² Idem.

⁶³ Idem.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ Idem.

⁶⁷ Idem.

situação, ouvindo que o presidente do conselho estava disposto a dissolver o gabinete, já que o ministro da marinha “mostrava-se desgostoso”, sendo que sem a cooperação dele o gabinete não podia continuar⁶⁸. Alencar mostrara-se disposto a pedir demissão e poucos dias depois o fez, ao passo que Itaboraí lhe pedia permissão para dar a notícia a Cotegipe, o qual também pretendia retirar-se, alegando, abertamente, incompatibilidade com Alencar. O ministro da justiça formaliza o pedido através de carta, reiterando-o quando Itaboraí demora a resolução. Diante desse quadro, Alencar queria levar a câmara a concordar com a legitimidade das suas declarações pela imprensa, quando afirmou que “estava só”, “era um obstáculo, e um motivo de divergências”. A única coisa que ele não compreendia até então, era realmente quais os motivos da incompatibilidade de Cotegipe para com ele⁶⁹.

Logo vinha à tribuna o ministro da marinha; não sei com que cara, nem com qual postura, mas soava confiante e de uma indulgência sardônica em relação a Alencar. Tudo não passara de um mal entendido, de palavras mal colocadas⁷⁰. Parte do intento de Cotegipe seria a tentativa de desconstruir a imagem de manipulador da situação. Por isso, nega que houvesse antipatia pessoal em relação ao ex-ministro, mencionando episódio que datava da época da formação do gabinete. Quando decidiram convocar Alencar, a pasta da justiça já estava ocupada pelo próprio Cotegipe, que a teria imediatamente cedido a Alencar ao ouvi-lo dizer que aquela era “a única para a qual tinha estudos feitos, em que podia prestar algum serviço”⁷¹. Logo, a incompatibilidade entre os dois ministros não seria de ordem pessoal, mas quanto à “marcha da administração”. “D’onde, porém, nasceu essa incompatibilidade”? A resposta vinha cheia de silêncios a serem interpretados por bom entendedor. Afinal, “Senhores, eu não falo perante uma câmara nova, falo perante uma câmara que foi testemunha dos fatos da sessão finda”:

Teria e teve o ministério maioria e até direi, unanimidade; mas a consciência pública diz que muitas vezes as questões foram votadas mais por considerações valiosas de partido, do que por espontâneo acordo. (*Muitos apoiados*)⁷²

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Idem.

⁷² Idem. Grifo original.

Nas entrelinhas, aludindo aos “fatos da sessão finda”, Cotegipe fazia uma referência aos atos de Alencar como motivo de discórdia. Quanto às “considerações valiosas de partido”, no ano anterior os conservadores prefeririam camuflar as desavenças e garantir o gabinete a fim de manter o poder, temendo a volta dos liberais, cuja oposição tornava-se cada vez mais agressiva. Entretanto, diante daquela situação, após o fim da sessão de 1869, o próprio ministro da marinha estaria disposto a sair do gabinete, resolvendo-se a permanecer apenas após ser convencido por Itaboraí, o qual preferia evitar instabilidade ministerial quando o país ainda estava em guerra com o Paraguai. Quando a situação tornou-se insustentável “Eu disse que além de Janeiro absolutamente não continuava no governo”⁷³. E dizia lamentar – “Sinto profundamente” – que o presidente do conselho de ministros o tivesse preferido a Alencar, “porque ao menos eu estaria livre de um peso enorme qual é aquele que tem sobre os ombros um ministro de estado”⁷⁴. Ademais, como afirmou à câmara, não queria a responsabilidade por ter aberto caminho à eleição senatorial de um colega de gabinete, quando, à época, nem sabia que Alencar ia fazer 40 anos. Também discordava de que todo um ministério fosse composto por senadores⁷⁵. Enfim, Cotegipe tentava mostrar que tivera mesmo interesse em deixar o gabinete, evitando a suposição de que teria imposto a Itaboraí a condição ou ele ou o ministro da justiça⁷⁶.

O ministro da marinha fez ainda algumas considerações às quais vale a pena acompanhar. Tentou arredar de si a ideia de que teria tentado interferir na pasta da justiça, afirmando que, afinal, o próprio Alencar admitira ser o costume levar as questões ao conselho, de modo que ele apenas dava suas opiniões com franqueza; e, no fim das contas, Alencar sempre fazia aquilo que preferia. Por sua vez, não podia concordar com a independência que o ex-ministro da justiça desejava para as pastas ministeriais, mais ainda quanto à da justiça, que tinha “grande influência sobre o país em geral, e principalmente sobre a política”⁷⁷. Assim, podemos pensar que, ao mesmo tempo em que Cotegipe tentava amenizar as insinuações de Alencar, o modo como se exprimia não chegava a contestar a

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Referia-se também a Antônio Fernandes Leão, em 1869, candidato ao senado pela província de Minas Gerais.

⁷⁶ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho, op. cit.

⁷⁷ Idem.

coação mencionada pelo ex-ministro; não negava que desse opiniões, afinal, era a pasta da justiça... “Eu, pois, dando [...] o meu parecer sobre a conveniência e a inconveniência de certas medidas [...] obrava pelo meu direito como homem político”⁷⁸. Contudo, pedia que Alencar lhe perdoasse - “perdoe-me o nobre deputado” -, sendo Cotegipe o mais o experiente, “alguma cousa da administração”, pois, “enfim, senhores, usando de um termo que talvez não seja muito próprio, eu não passei imediatamente aos graus superiores, principiei de soldado, sargenteei companhia (*risadas*), comandeia-a, até que cheguei a general”⁷⁹.

Além dos risos, o taquígrafo registrou “Hilaridade” no recinto, no momento em que Cotegipe tocava numa faceta da carreira política de Alencar que talvez não contribuísse para que facilmente fizesse amigos entre os pares no parlamento. O ex-ministro da justiça subiu rápido ao poder. Tendo sido deputado geral por apenas duas legislaturas na década de 1860 e sem passar por outros cargos eletivos ou de confiança - como uma presidência de província, por exemplo - Alencar fora alçado logo a ministro de uma pasta prestigiosa. Embora tivesse um diploma da faculdade de direito de São Paulo e já tivesse atuado como consultor na secretaria do ministério da justiça, sua carreira realmente destoava da regra geral, estudada por José Murilo de Carvalho⁸⁰. No segundo reinado, o governo era administrado, em boa parte, pelos bacharéis os quais circulavam entre a magistratura, as legislaturas da província e geral, atingindo as presidências de província, podendo então chegar ao ministério, senado e conselho de estado⁸¹. Nesse contexto, mais se agravaria a situação de “um novato” cheio de “convicções profundas”⁸² e pouco disposto a negociar. Não por acaso, Cotegipe apontou no ex-ministro “uma grande qualidade” que, no governo, se tornaria defeito, a saber, “a tenacidade em suas opiniões”. Segundo ele, depois que

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ José Murilo de Carvalho, *A construção da ordem. A elite imperial; Teatro de sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012, Parte I, caps. 3-5, especialmente este último.

⁸¹ Ibidem. Cf. gráfico 3, p. 126. Sob esse viés, quem sabe, a preterição de Alencar ao senado fosse um sinal de que ele teria que esperar um pouco mais e continuar circulando pelos cargos.

⁸² As palavras são do próprio Alencar e serão comentadas adiante.

Alencar fazia juízo de alguma questão, “decidindo-se por um lado, não cede mais”⁸³. E esta seria uma postura difícil em meio a um conselho de seis ministros.

Antes de encerrar, reconheceu a influência entre os proprietários do *Diário do Rio de Janeiro*, por sua vez, lamentando, em latim - “Donec eris felico multos numerabis amicos/ Tempora si fuerint nubila solus eris” - a sorte dos amigos, não reconhecidos pelos serviços outrora prestados à situação⁸⁴. E livrou-se da censura de Alencar, afirmando que sua influência não lhe permitiria interferir a ponto de exigir que “fechassem as páginas do seu jornal” àqueles que quisessem escrever “debaixo de sua responsabilidade individual”⁸⁵. Logo encerrou o discurso dando lugar a que o próprio redator do *Diário* desse as suas explicações. O deputado Fontes negou que houvesse publicado artigos anônimos em sua folha e também defendeu o jornal da acusação de ter faltado com apoio ao gabinete durante a sessão de 1869⁸⁶. Para ele, o início das divergências com o ex-ministro se deu quando Alencar fez questão de confiança sobre os projetos de reforma judiciária, para a qual ele votou contra, porém optando por permanecer amigo do ministério. Na verdade, o proprietário do *Diário* responsabilizava Alencar pelo acirramento dos desentendimentos já que, naquele contexto, tomara a iniciativa de criar um novo órgão conservador, o *Dezesseis de julho*, dando azo às especulações da oposição sobre dissensões entre os partidários, além do mais, levantando suspeitas sobre os serviços prestados pela folha à situação⁸⁷. A partir de então, ele sentira-se desobrigado do apoio ao ministro, permitindo que combatessem a administração da justiça através das páginas de seu jornal, ainda assim negando-se a concordar que a autoria das críticas pudesse ser atribuída ao *Diário* enquanto, segundo Fontes, não ocupavam os editoriais.

O debate chegava ao fim, esperando Cotegipe, que fora o grande interlocutor de Alencar, ter esclarecido a questão sem manchar o caráter de qualquer dos envolvidos, dizendo lamentar que o então ministro da justiça não o tivesse procurado para declarar as

⁸³ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho, op. cit.

⁸⁴ Idem. A citação de Cotegipe será apropriada por Alencar adiante para explicar a própria situação. O trecho é de Ovídio e em tradução livre pode ser lido como: Enquanto tiveres sorte terás muitos amigos, mas no infortúnio ficarás só. Agradeço a João Guilherme Viana pelo auxílio na tradução da frase em latim.

⁸⁵ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho, op. cit.

⁸⁶ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 10 de junho de 1870, 1º f.

⁸⁷ Ou seja, ao ministério de 16 de julho.

“desconfianças” que nutria a seu respeito⁸⁸. Parecia que as coisas estavam esclarecidas. Se podemos dizer que Cotegipe não consegue esconder ao menos uma pontinha de irritação em relação a Alencar, também nos parece razoável considerar suas observações a respeito da dificuldade em negociar as questões políticas com o ex-ministro da justiça. Quanto ao modo como Alencar vivenciou esse momento, que é o foco de nossas preocupações ao longo dessa discussão, é necessário registrar um contraste importante entre os dois pronunciamentos, relacionado à qualidade dos apartes dados pelos colegas. Enquanto Alencar era interrompido por frases que o incitavam a aprofundar a discussão, expressavam discordância, às vezes exasperação, Cotegipe recebia “muitos apoiados”, além de frases de incentivo, tendo sido aplaudido pela maioria da câmara ao finalizar o discurso. O isolamento político de Alencar era evidente.

Estreitamento das divergências

Concluído o debate da interpelação, a câmara dos deputados voltava aos trabalhos rotineiros, como a discussão das leis do orçamento referentes a cada um dos seis ministérios⁸⁹. Entretanto, insatisfeito com o desfecho da questão anterior, José de Alencar retoma o assunto durante a discussão do orçamento da pasta da justiça, sobre o qual também apresenta questionamentos⁹⁰. Importa acompanharmos o debate, pois, à medida que os sujeitos aprofundam as divergências, oferecem perspectivas sobre aspectos da administração imperial, por sua vez, lançando luz a respeito da experiência do ex-ministro naquele contexto. Além disso, acredito que esse momento revela um pouco da matéria prima que inspira a crítica política em *O tronco do ipê*.

Vale mencionar que, ao subir à tribuna, o ex-ministro não esperava alterar a distribuição do apoio político na câmara, tal como se apresentara na sessão anterior; cabia-lhe perfeitamente o *solus eris* referido por Cotegipe, cuja citação latina, ao invés de referir-se à sorte dos proprietários do *Diário*, não seria mais que a elegia do próprio Alencar

⁸⁸ Sessão em 04 de junho, *Jornal do Commercio*, 08 de junho, op. cit.

⁸⁹ Do Império, da marinha, da guerra, da justiça, da fazenda, da agricultura, comércio e obras públicas.

⁹⁰ A proposta do orçamento do ministério da justiça foi apresentada na sessão de 14 de junho, *Jornal do Commercio* de 15 de junho, 2º f. A discussão da proposta teve início na sessão de 18 de junho.

naquela situação⁹¹. Portanto, “Vou falar ao país, principalmente para o país, sem a esperança, sem a mínima esperança de convencer esta augusta câmara”, cuja adesão ao ministro da marinha mostrava-se profunda⁹². E até mesmo ao literato faltaram palavras para qualificar a postura meio conciliadora, meio irônica, de Cotegipe: “S. Ex. [...] usou de um certo tom que não sei qualificar, mas contra o qual protesto”⁹³. Para Alencar, era preciso emendar o discurso de seu predecessor, pois a réplica teria criado uma representação distorcida das reivindicações do ex-ministro, deixando também de esclarecer o devido contexto no qual compreender a chamada tenacidade de opiniões. Alencar não queria soar como simples queixoso, porém abrir debate a respeito do que realmente entendia serem problemas e irregularidades no interior da administração imperial, os quais teve que enfrentar.

O ex-ministro enfatizou que se sentira mesmo tolhido pelos estilos “da nossa alta administração”,⁹⁴ já que todos os pequenos assuntos eram levados à conferência e despacho, dando lugar a interferências que anulavam o funcionamento adequado do sistema representativo. Entendia também que se havia sido convidado a assumir a pasta da justiça é porque teria as condições de administrá-la, lembrando que se, antes dele, o cargo já estava preenchido por Cotegipe e que, se Itaboraí concordara em fazer a troca, não poderia acreditar que o presidente do conselho cedia a pasta a alguém que não fosse digno de administrá-la. Entretanto “o vício” da “organização de nossos gabinetes” era dar uma pasta importante a um “*homem novo*” para “reduzi-lo ao papel de simples secretário”, fazendo com que referendasse “atos de que ele não tinha a iniciativa e a convicção”⁹⁵. Contudo, Alencar entendia que devia exercer o cargo “com independência e dignidade” e, portanto, não aceitava o papel. Tampouco pretendia que o ministro vivesse trancafiado em sua seção,

⁹¹ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, 22 de junho, de 1870. A interpretação é do próprio Alencar no início de seu discurso. Transcrevo os trechos: “O nobre ministro da marinha, Sr. presidente, bem o compreendeu [a situação de Alencar na câmara] quando fez aqui a minha elegia”; “Foi com aplicação a mim e não a seus amigos que S. Ex. [Cotegipe] nos citou o célebre dístico dos *Tristes* de Ovídio: *donec eris felico, etc.*./Teve sua excelência muita razão e muito espírito, senhores. É verdade: os solus eris cabe-me perfeitamente”. Grifos originais.

⁹² Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, 22 de junho, op. cit..

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ Idem. Grifo meu.

mas daí a “escancararem as portas de uma repartição para nela entrarem livremente aqueles que não tenham a responsabilidade dos atos, há uma grande distância”⁹⁶.

A respeito da querela com o *Diário do Rio de Janeiro*, a réplica do ex-ministro trouxe informações muito interessantes. Alencar reafirmou a responsabilidade do jornal pelas críticas ao ex-ministro, pois se referia a textos editoriais e não às colunas “a pedido”. Logo, o governo – o gabinete, de modo geral – era censurado em artigo editorial, enquanto o barão de Cotegipe continuava dando provas públicas de consideração à folha⁹⁷. Ou seja, para Alencar fora o órgão conservador que em primeiro lugar pusera em dúvida a lealdade para com 16 de julho, assim como não ficava bem que um membro do ministério, se não podia fazer cessar os artigos, permanecesse amigo daqueles que atacavam “o gabinete de que S. Ex. fazia parte”⁹⁸. Ademais, havia um agravante, pois, na mesma época, o *Diário* recebia “um auxílio do governo”, destinado a promover a colonização estrangeira⁹⁹. Todavia, no entender do ex-ministro, tal subsídio deveria ter cessado no momento em que o jornal passara a atacar o governo. E esse teria sido também um dos motivos específicos das divergências entre o então ministro da justiça e o ministro da marinha, pois Cotegipe queria que o *Diário* se tornasse o órgão exclusivo do partido conservador, ao passo que Alencar se opunha em razão dos aludidos artigos editoriais. O ex-ministro chegou a afirmar que na ocasião o ministro da marinha prometia aos amigos, “segundo se diz”, que “em Janeiro o ministro da justiça deixaria de pertencer ao gabinete de 16 de julho”¹⁰⁰. Não podemos confirmar a veracidade do boato, porém, vale notar que nesse momento Alencar não sofreu nenhum aparte¹⁰¹. Esse seria, enfim, o contexto do surgimento do *Dezesseis de julho*, o qual, Alencar fazia questão de enfatizar, “nunca teve o menor subsídio do governo”, fora “criado até como protesto contra semelhante abuso”¹⁰².

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Idem.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Idem.

O ex-ministro também tentou explicar o contexto da “repugnância desta câmara por certas medidas do governo”¹⁰³, ou seja, em relação aos projetos que apresentou na sessão de 1869. Antes de tudo, seguia o princípio de que a direção dos trabalhos legislativos cabia ao gabinete, com isso justificando a direção que quisera dar aos projetos de reforma judiciária. Para ele, a oposição a suas propostas teria surgido nem tanto pelo conteúdo delas quanto pela falta de apoio do gabinete. Os projetos apresentados haviam sido “estudados e meditados” pelo conjunto dos ministros entre janeiro e fevereiro de 1869, porém ao abrirem-se as câmaras, o ex-ministro sentia que atribuíam exclusivamente a ele a responsabilidade dos projetos, desestabilizando-se a posição dele diante da câmara¹⁰⁴. Logo “apareceram as divergências e gerou-se a crença de que para fortalecer o gabinete de 16 de julho era necessário promover a retirada do ministro da justiça”¹⁰⁵. Alencar alegava não compreender tamanha oposição aos seus projetos quando imaginava que as ideias gerais eram aceitas, à exceção de alguns pontos, sobre os quais, além do mais, ele manifestara disposição em aceitar modificações¹⁰⁶. A seu favor, acrescentou que as discussões na câmara haviam sido francas e longas, respeitando-se, sem interrupção ou encerramento dos debates, a todos os oradores que quisessem se manifestar.

Alencar aproveitou ainda o juízo de Cotegipe sobre a tenacidade de suas opiniões para criticar a qualidade da política praticada no país, pois o ex-ministro pensava que o governo cabia precisamente “ao homem justo e tenaz”, a “almas fortes” e “de rija têmpera”¹⁰⁷. A opinião do ministro da marinha seria fruto daqueles “tempos de descrença, de indiferença e de flacidez moral”, conveniente, segundo afirmou, à “pequena política” que se fazia no Brasil¹⁰⁸. A seguir, a fim de situar as divergências com o ministro da marinha, Alencar referia uma lista de situações mais ou menos imprecisas às quais, entretanto, vale a pena seguir. Além da proteção de Cotegipe ao *Diário do Rio de Janeiro*,

¹⁰³ Idem.

¹⁰⁴ Idem.

¹⁰⁵ Idem.

¹⁰⁶ Idem. Nesse trecho infiro a partir de um questionamento que Alencar faz à câmara: “E agora pergunto eu, senhores: em que os projetos por mim apresentados podiam excitar da parte da câmara o grande clamor, a grande repugnância que assustou o nobre ministro da marinha? Não continham ideias em geral aceitas com exceção de alguns pontos? [...]”

¹⁰⁷ Idem.

¹⁰⁸ Idem.

contou que, em 1869, o presidente da Bahia mostrava-se desgostoso com o ministro da justiça “porque não acedia a todos os seus desejos”, tanto que o mesmo presidente sabia, “segundo se diz, que o gabinete se tinha de modificar em Janeiro, que nessa época o ministro da justiça havia de se retirar dele”¹⁰⁹. Se o referido era verdadeiro ou não, Alencar ignorava, “mas o certo é que uma correspondência daquela capital anunciava o fato antes que ele se tivesse aqui realizado”¹¹⁰. Em outro momento, por conta de um requerimento falso, o então ministro da justiça havia removido um magistrado de uma comarca para outra. Ao descobrir o erro e tentar desfazê-lo, encontrou dificuldades, parte delas partindo “do nobre ministro da marinha”¹¹¹. Finalmente, se recusava a acreditar que a sua candidatura ao senado fosse motivo legítimo de incompatibilidade para com ele, já que a decisão fora compartilhada tanto com a coroa quanto com os demais colegas, tendo sido considerada legítima.

Ao longo da réplica percebe-se que, para Alencar, os problemas que enfrentou no cargo de ministro acabavam sempre esbarrando em desavenças com Cotegipe, além da falta de apoio parlamentar, possivelmente também por causa da influência do ministro da marinha na câmara, no gabinete, na imprensa... Ao mesmo tempo, percebemos que o ex-ministro lidava com informações um tanto imprecisas como quando *sentia* que faltava apoio dos colegas, quando “segundo diziam” o ministro da justiça em breve haveria de retirar-se. É possível pensar que, dentre outras coisas, esse discurso de Alencar testemunhe a tentativa dele em interpretar toda a situação vivida, de acordo com o contexto posterior da não eleição ao senado. Em determinado momento, ele soa mesmo perplexo diante do quadro apresentado: ou ele saíra do gabinete espontaneamente porque receava uma crise e, sendo assim, contava com a “solidariedade de honra entre o gabinete e o ministro” que prestava o serviço de sair; ou então o ministro teria sido forçado a retirar-se, fora “expelido do seio do gabinete” e, neste caso, não teria sido mais do que um ensaio – “o preparo” – para a não escolha do ministro à senatoria¹¹².

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

¹¹² Idem.

O deputado José de Alencar já discursava há duas horas, sendo obrigado a concluir¹¹³. Seu último lance certamente contribuiu para aprofundar seu isolamento político naquele momento, pois resolveu abrir fogo contra o gabinete de 16 de julho, apontando sinais de fraqueza e queda iminente. Faltaria força ao ministério para demitir o presidente da Bahia¹¹⁴; para nomear presidente de importante província vaga¹¹⁵; para preencher as vagas de conselheiros. Além disso, aquela sessão se anunciava estéril já que, após um mês e meio de abertura, os assuntos importantes relativos às reformas reclamadas ainda não tinham surgido na pauta. Segundo Alencar, a fraqueza do gabinete patenteava-se ainda em relação ao tema da emancipação. Ao passo que o 16 de julho entendia ser uma “calamidade precipitar-se a questão”, permitia a dianteira dos deputados que haviam nomeado uma comissão especial para tratar do assunto¹¹⁶. Diante da questão, o deputado só via duas posições: ou não se devia precipitar a emancipação, pois não seria chegado o momento “de se tocar nessa chaga viva da sociedade” e então a postura do gabinete seria de resistência “firme e enérgica”; ou o gabinete pensava que era “chegado o momento de ativar a solução da crise, de dispor elementos da revolução”, tomando uma postura de iniciativa¹¹⁷. Porém, “perplexidade” e “indiferença” seriam fatais e desastrosas. Em sua opinião, se o 16 de julho não tinha força para resistir e nem “bastante coragem para avançar”, devia “ceder aos fortes ou aos impetuosos”¹¹⁸.

Enquanto ainda não é o momento de discutirmos a posição de Alencar, e da câmara de modo geral, sobre a emancipação dos escravos, vale atentar aos últimos lances do debate em questão, o qual, afinal, ajuda a construir um quadro mais amplo da visão política do deputado sobre temas variados, até certo ponto, quem sabe, interligados. Além dos motivos acima, o ex-ministro rompia com o gabinete, pois não seria mais o 16 de julho, porém o 10 de janeiro, o gabinete de Cotegeipe, a quem bastava erguer o sobrolho para que qualquer

¹¹³ Duas horas era o tempo regimental que cabia ao pronunciamento de cada deputado. Sendo lembrado pelo presidente da câmara que o tempo estava esgotado, avisou que ia concluir e encurtou a fala, ainda assim alongando-se por mais de meia hora.

¹¹⁴ Entende-se que, nesse caso, Alencar se referia à divergência na postura do presidente da Bahia em relação ao gabinete quanto à emancipação dos escravos. O assunto será discutido no capítulo 2, adiante.

¹¹⁵ Alencar não explica a qual província aludia.

¹¹⁶ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, 22 de junho. O tema da comissão especial também será discutido no capítulo 2.

¹¹⁷ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, op.cit.

¹¹⁸ Idem.

ministro fosse excluído. Seria um gabinete marcado pelo traço “bem visível do poder pessoal” e que teria recuado “das ideias liberais *Dezesseis de julho*”¹¹⁹, referindo-se à reforma da guarda nacional, judiciária e da polícia. “Já não se tratava de aliviar o cidadão do ônus da guarda nacional, nem de ampliar as garantias individuais”, visto que, de acordo com declarações de Nebias, o ministro da justiça que o sucedeu, “a separação da polícia com a judicatura” seria uma reforma liberal, a qual não julgava necessária a não ser “como concessão aos impacientes”¹²⁰. Porém, para Alencar, ou o partido conservador satisfazia as aspirações liberais do país, realizando “plenamente o pensamento constitucional”, ou ficaria condenado ao suicídio político¹²¹. Quanto a ele, se dizia disposto “a pugnar e pugnar muito” pela realização de quatro ideias capitais, a saber, “a representação das minorias, ampla descentralização administrativa, incompatibilidade da magistratura e abolição da guarda nacional como ônus”¹²². Quem sabe essas declarações finais oferecem uma peça ao quebra-cabeça, realmente desafiador, do modo como José de Alencar lidava com a presença da escravidão, assim como com a possibilidade de reformas na instituição, no Brasil do Oitocentos.

Com quase três horas de discurso, Alencar finalmente concluiu sem, entretanto, poder fundamentar os questionamentos que trazia ao ministro da justiça. Porém, com todas as informações que recolhemos até aqui, somos bastante capazes de perceber o sentido da coisa, tarefa que não será desperdiçada. Dirigindo-se ao barão de Muritiba, o qual substituíra provisoriamente o ministro da justiça, que se achava doente, ele queria saber qual a posição do gabinete quanto à subvenção da imprensa pela verba secreta “ou por qualquer outra verba”¹²³; se na secretaria da justiça ainda se fazia um trabalho chamado “*extrato de jornais*” e se era submetido semanalmente ao imperador, assunto sobre o qual tencionava “abrir um debate”¹²⁴.

¹¹⁹ Idem. Grifo original. Não sei o que Alencar quis dizer ao referir-se ao gabinete com a grafia que aludia ao jornal que ele dirigia.

¹²⁰ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, op.cit.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem, grifo original. Alencar tinha uma terceira pergunta relativa à guarda nacional: “Desejo que o nobre ministro da justiça me informe por que razão ainda não foi a guarda nacional aliviada do ônus excessivo que pesa sobre ela desde o começo da guerra; e isso quando já existe nesta corte e creio que também nas capitais

Além da sugestão acima e de acordo com o teor de todo o pronunciamento de Alencar, no qual tentou circunstanciar irregularidades as quais teria encontrado no ministério, é fácil perceber o intento do deputado, disposto a abrir discussão pública sobre assuntos relativos à administração imperial. Descontente com a subvenção do governo ao *Diário do Rio de Janeiro*, no mesmo período em que publicava críticas ao ministro da justiça, é possível pensar que Alencar queria expandir o debate para além da esfera de sua experiência pessoal, levando a refletir sobre a subvenção da imprensa com dinheiro público. A verba secreta consistia na soma vultosa de cem contos de réis – “100:000\$000” - disponível no parágrafo sexto do orçamento do ministério da justiça¹²⁵. Quanto aos “extratos de jornais”, bem sabemos que Alencar tinha cortado a prática enquanto cuidava da repartição da justiça, por achar que o costume, não regulamentado, dava azo à intervenção da coroa nas ações do ministro, o que, em última instância, feria a boa prática do sistema representativo.

Muritiba não disfarçou a animosidade em relação ao ex-colega e replicou prevenido¹²⁶. Recusou-se a discutir o tema da subvenção à imprensa, alegando que o gabinete não era obrigado a dar respostas; se houvesse algo errado caberia a Alencar apresentar acusações e provas diante das quais o gabinete se defenderia. Quanto aos “extratos”, o ex-ministro sabia muito bem como era o procedimento na secretaria da justiça. Mesmo assim, o ministro interino não via problema em confirmar que os extratos eram feitos para a apreciação do ministro e que poderiam ser enviados ao imperador, caso quisesse saber o que se passava em cada canto do país. Antes de terminar, declarou discordar de todos os motivos pelos quais o ex-ministro afirmava haver fraqueza no ministério, ironizando a postura de Alencar como se apenas tivesse notado a debilidade do 16 de julho após a sua exoneração. Por sua vez, refutou que Cotegipe tentasse prevalecer no gabinete, quando também achava natural que os negócios fossem decididos em conferência com os ministros. A julgar por tais palavras e pelos sinais de apoio ao longo dos apartes, o

mais importantes força suficiente para a guarnição e mesmo para alimentar os corpos de polícia”. A isso, Muritiba respondeu que o corpo da guarda nacional ainda não estava liberado porque a força de linha ainda não estava preparada para fazer o serviço, mas que logo estaria.

¹²⁵ Sessão em 14 de junho, *Jornal do Commercio*, 15 de junho de 1870, 2º f.

¹²⁶ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, op.cit.

cenário não era diferente daquilo que Alencar já esperava, pois todas as suas explicações não fizeram que obtivesse o apoio da câmara.

A discussão, que já vai longa, ainda carece de um desfecho. Embora não seja necessário escolher entre as versões em disputa a respeito da sessão de 1869, importa recolher os traços mais importantes a respeito do modo como José de Alencar vivenciou o debate, para que seja possível discutir, adiante, a relação entre experiência política e construção literária nas obras do deputado. A certa altura, percebe-se que a discussão naquela sessão girava em torno de um eixo mais ou menos compartilhado pelos sujeitos. Enquanto Alencar tentava desfazer a imagem de ministro arbitrário e turrão, por assim dizer, defendendo seus atos como a opção mais correta, proba, seus adversários rebatiam com algum detalhe que reafirmava a perspectiva oposta.

Nesse sentido, os últimos discursos dirigidos a Alencar o teriam deixado numa situação bastante desconfortável na câmara. O deputado Coelho Rodrigues, por exemplo, de forma aparentemente inopinada, resolveu pedir a palavra para replicar alguma coisa do discurso do ex-ministro, pois não concordava que, ao apresentar os seus projetos, Alencar tivesse sido tão respeitoso com a opinião dos deputados como havia afirmado¹²⁷. Contou que, no ano anterior, o ex-ministro havia convocado uma reunião com deputados representantes de cada província a fim de apresentar o projeto relativo à reforma da guarda nacional. Durante o encontro, a maioria teria se pronunciado contra o projeto, o qual, mesmo assim, fora apresentado à câmara como medida do poder executivo. Para o deputado, era o sinal da falta de respeito do então ministro pela câmara. Não bastasse isso, Alencar teria sido arbitrário no cumprimento de suas funções, pois teria demitido “aqui um promotor, ali um subdelegado”¹²⁸ e, ao mesmo tempo, ignorado irregularidades quando tinha relações pessoais com os envolvidos, etc., etc. Coelho Rodrigues, que era estreante na câmara, não recebeu o apoio que o ministro da marinha recebia, porém, fez questão de acrescentar ao caldo da discórdia, já bem temperado, as próprias impressões; talvez porque tenha se sentido ignorado pelo ex-ministro, já que não fora atendido no ano anterior ao denunciar um comandante da guarda nacional da província do Piauí; ou porque um amigo

¹²⁷ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, 24 de junho, 1º f.

¹²⁸ Idem.

seu fora preterido a um cargo ao qual aspirava e cuja nomeação dependia do lápis do ex-ministro, não convenientemente cortejado pelo deputado¹²⁹. Percebe-se que as rusgas entre aqueles parlamentares eram sempre um emaranhado nó que, em algum lugar, esbarrava nos interesses pessoais de cada lado, problema sobre o qual ninguém estava isento.

Importa é que novamente suplantavam as explicações de Alencar. O barão de Cotegipe daria ao quadro as últimas pinceladas¹³⁰. Sempre gracejador e irônico, já não estava conciliador como da outra vez. Vinha à tribuna defender-se das acusações do ex-ministro, tentando ainda arredar a imagem de manipulador da política do gabinete. Reconhecia o apoio do ministério a ele, quando Paranhos e Muritiba¹³¹ se propunham a acompanhá-lo no pedido de exoneração, porém negava ter forçado a situação através de sua influência. Suas sugestões à administração da pasta da justiça seriam oferecidas apenas nas reuniões do conselho, conforme todos os outros ministros, sem que tentasse prevalecer de maneira especial. É verdade que alguns presidentes de província, e não só o da Bahia, lhe enviavam pedidos concernentes aos negócios da justiça, mas, tendo percebido os “ciúmes que tinha o nobre deputado de qualquer interferência na sua pasta”, respondia a “esses meus amigos” que escrevessem diretamente a Alencar¹³². Verdade também que “lembrava eu ao meu colega as medidas que os presidentes pediam”, dizendo-lhe “O presidente desta ou daquela província [...] queixa-se da falta de providências sobre este ou aquele objeto”; porém só o fazia “quando se dava oportunidade” e visando o bem do partido¹³³.

O que chama a atenção nesse pronunciamento do ministro da marinha é a forma como constrói uma imagem depreciativa da postura de Alencar. Classificava como “espetáculo lamentável” o debate em questão, como se o ex-ministro tivesse provocando o vazamento de segredos de gabinete¹³⁴. “Quem, Sr. presidente, quem, de hoje em diante ousará mais ser franco na conferência [...] de ministros, desde que souber que um de seus companheiros [...] colhe dados para historiar em um livro a vida privada do ministério [...]

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Dado o adiantado da sessão em 18 de junho, Cotegipe deixou a tréplica para a sessão de 20 de junho, *Jornal do Commercio*, 24 de junho, 1º f.

¹³¹ Respectivamente, ministro de estrangeiros e ministro da guerra.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

?”¹³⁵. Além disso, resolveu esclarecer o motivo da falta de apoio do gabinete aos projetos de Alencar, lembrando que haviam suscitado “gravíssimas objeções” no conselho¹³⁶. Mas, como não podiam deixar de apresentar alguma proposta, aceitaram que os projetos fossem oferecidos com a condição de aceitar emendas e grandes modificações. Entretanto, Alencar teria “por si só, sem haver prevenido a nenhum de seus colegas...”, ido à câmara “apresentar o projeto como proposta do poder executivo!”¹³⁷. Nesse momento, levantou-se na casa um pequeno alvoroço: “Isso é grave”, “Isso é muito grave”, “eis a conveniência do requerimento do Sr. Andrade Figueira”; o fato era “suficiente para efetuar e logo, a modificação no ministério”; “Não sei como ainda continuou o gabinete”, etc.¹³⁸ Alencar, que estava presente, resolveu não se manifestar, mas é possível imaginar o seu constrangimento. Antes de terminar, Cotegipe se opôs às censuras do ex-ministro à dita interferência da coroa nos negócios da administração, negando que houvesse intervenção do imperador, cujas opiniões muitas vezes livravam os ministros de “cometerem graves erros”¹³⁹. Também satirizou as críticas de Alencar como se fossem fruto de simples despeito após a exoneração, seguida do resultado da eleição senatorial. Ao descer da tribuna dava a questão por encerrada ainda que Alencar tivesse qualquer outra coisa a acrescentar.

O último pronunciamento

O barão de Cotegipe fora persuasivo a ponto de arrancar novos aplausos da quase unanimidade da câmara¹⁴⁰. Desde o início dessa discussão, a balança sempre pedia para o lado contrário ao de Alencar, censurado pela altivez dos seus artigos de imprensa, pelos desacatos à coroa, pela arbitrariedade como ministro, enfim, pela tenacidade das opiniões. Tenho mesmo a impressão de que, por mais que Alencar tivesse resposta a todas essas críticas, no fundo, o conjunto delas deva apontar para algum traço real da sua personalidade

¹³⁵ Idem.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ O próprio Alencar dá a informação. Sessão de 20 de junho, *Jornal do Commercio*, 28 de junho.

como político. O exemplo, páginas acima, do corte repentino da remessa dos “extratos de jornais” ao imperador sugere alguma coisa de inflexível na postura política do então ministro, que, aparentemente, não tentou negociar antes de implementar a medida. Para Alencar, talvez fosse o simples caso de atender às regras da sua consciência e agir com dignidade e independência de cidadão de uma monarquia constitucional representativa. Contudo, para os seus contemporâneos, poderia beirar o desacato; seria sinal de altivez ou de intolerância, ainda mais quando o jovem ex-ministro, novo no cargo administrativo, se dispunha a criticar sem meias palavras os “maus estilos da nossa administração”. Entretanto, sem precisar negar essa possível faceta mais rígida da postura de Alencar, talvez seja plausível supor que os seus adversários políticos, naquele momento, o caricaturassem como altivo, desrespeitoso, além de ex-ministro amuado, queixoso e despeitado pela perda da cadeira no senado. Essa perspectiva fica bem clara ao final do último discurso do barão de Cotegipe, o qual diversas vezes insinuou, apoiado por outros, que as críticas do ex-ministro à administração, em particular quanto à presença do poder pessoal, seriam fruto da sua frustrada eleição. Alencar, no entanto, e com alguma consciência de que abusava da atenção de uma câmara que já não tinha paciência para ouvi-lo, insiste em repelir o conjunto daquelas insinuações. Se for razoável pensar que ele estivesse apenas reafirmando a sua turrá, querendo garantir a palavra final, por outro lado, o conteúdo das suas respostas apontam para o interesse em discutir questões as quais achava fundamentais, como quem quisesse realmente contribuir ao debate político.

Nesse sentido, o último pronunciamento do ex-ministro da justiça naquela ocasião foi muito interessante. Ofendido, conforme declarou, com o teor geral do pronunciamento do barão de Cotegipe, em particular quanto à versão que contou sobre a apresentação dos projetos de reforma judiciária e da guarda nacional, o intuito de Alencar era desfazer as censuras lançadas a ele. Começou protestando contra a insinuação de que tivesse incorrido em abuso de confiança e proferido segredos de gabinete, afirmando que fora provocado a declarar as causas da sua retirada¹⁴¹. Por sua vez, a contrariedade com “o estilo de nossa alta administração” era uma razão que o incomodava desde o início. “Oh! Senhores, em um país constitucional representativo, será um abuso de confiança dizer à nação como ela é

¹⁴¹ Sessão de 20 de junho, *Jornal do Commercio*, 28 de junho.

governada?”¹⁴². Alencar achava natural que se esclarecesse ao público os motivos que levavam às crises ministeriais, assim como a discussão de temas relativos ao modo como era feita a política no país. Para ele, “neste país constitucional, onde o soberano não é o que está em cima, mas sim o que está em baixo”, a falta de lealdade não seria a “franqueza com que se fala à opinião pública, mas sim o silêncio e a reserva”¹⁴³.

Logo explica o contexto da sua decisão em fazer questão de gabinete, em 1869, a respeito do requerimento movido pela maioria dos deputados em favor de um projeto de reforma judiciária, existente na casa. Afirmou não ter conseguido apressar a apresentação dos projetos reclamados em razão de divergências no interior do gabinete a respeito das “ideias que deviam predominar em uma reforma judiciária”¹⁴⁴. Além disso, sem que ele soubesse explicar, a dissidência entre os ministros tinha vazado entre os parlamentares, fazendo com que seus projetos fossem mal acolhidos “por uma parte da câmara”¹⁴⁵. E nesse contexto vinha o requerimento dos deputados. Para o ex-ministro, do modo como as coisas aconteceram, a movimentação teria sido uma planejada oposição, pois todos sabiam “pelo relatório” que ele tinha projetos a apresentar¹⁴⁶. Sendo assim, naquele contexto, caberia à câmara entender-se com o ministro, consultando-o previamente sobre o requerimento. Contudo, o documento foi apresentado sem a ciência dele, “depois de obterem um grande número de assinaturas” de alguns que supunham até “que ela [a manobra] fora combinada com o ministro”¹⁴⁷. A situação poderia ser interpretada como “um voto muito significativo de desconfiança”, de modo que ele não podia deixar de declarar a questão de gabinete, pois a votação do requerimento necessariamente o destituiria do poder¹⁴⁸.

Alencar preocupava-se com as críticas à sua tenacidade e até tentou contornar a situação afirmando que nunca pretendeu causar dificuldades ao gabinete, tendo estado sempre disposto a abandonar o cargo quando a situação exigisse, pensando que quem agia

¹⁴² Idem.

¹⁴³ Idem.

¹⁴⁴ Idem.

¹⁴⁵ Idem.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Idem.

¹⁴⁸ Idem.

assim não podia ser “censurado de tenaz”¹⁴⁹. Havia, entretanto, um porém: “É verdade, Sr. presidente, que, tratando-se de *convicções profundas*, tratando-se de ideias capitais, eu entendo em regra que o homem político não deve ceder”¹⁵⁰. Explicou que, em seu entender, “um homem político” deveria “ter muito zelo em sua reputação”, que quando ainda não houvesse dado “provas suficientes de sua inteireza e da firmeza de suas convicções”, não devia “sacrificar opiniões anteriormente professadas para se manter no poder”¹⁵¹. Mais tarde, quando o político fosse reconhecido como pessoa “de firmes crenças”, então, sim, “poderá fazer as concessões necessárias, sem que a calúnia se anime a dizer que o fez por interesse individual”¹⁵². Assim, os políticos não deveriam puramente cobiçar o poder, nem tampouco se corromper para mantê-lo; e o extremo zelo para garantir a integridade da própria postura levaria Alencar a certa “tenacidade de caráter” inegável.

Outro esclarecimento importante foi a respeito da discussão de seus projetos com o gabinete. A acusação do barão de Cotegipe de que o ex-ministro havia apresentado as propostas à câmara sem o acordo dos colegas “não foi senão um plágio da que no ano passado me fez um dos adversários mais acérrimos com que tenho lutado na vida pública”, o senador Zacarias¹⁵³. E logo oferecia a própria narrativa dos fatos. Afirmou que o partido conservador subiu ao poder “compenetrado da ideia de que a guarda nacional” era um instrumento poderoso e prejudicial à disputa política, que atuava há muito tempo, capaz de derrotar “os dois partidos históricos” que disputavam entre si “a influência e o governo”¹⁵⁴. E sabiam os conservadores que, enquanto “o governo dispusesse dessa faculdade sem limites”, não haveria “opinião pública que tivesse força para resistir à influência oficial”, temida por uns e cobiçada por outros¹⁵⁵. Diante disso, segundo Alencar, estavam convictos da necessidade de pôr termo “a semelhantes meios de governar”, “de acabar com esses instrumentos de opressão”¹⁵⁶. E assim, o então ministro redigiu e apresentou um projeto que pretendia realizar uma reforma profunda na instituição. Durante as conferências,

¹⁴⁹ Idem.

¹⁵⁰ Idem. Grifo meu.

¹⁵¹ Idem.

¹⁵² Idem.

¹⁵³ Idem.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

Cotegipe, que na oposição inclinava-se à ideia de abolir a guarda nacional¹⁵⁷, ficara, entretanto, “muito impressionado com as consequências que podiam resultar” da reforma proposta, preferindo alternativa mais amena¹⁵⁸. Porém, “eu, que em minha repartição testemunhava fatos diários da opressão que se praticava em nome da guarda nacional; da falta de segurança individual; das violências que sofriam as praças”, “que via o sargento revestido de um poder discricionário” em relação a “homens da mais alta classe e abusando da ignorância dos cidadãos menos favorecidos! Eu não podia prescindir de uma reforma mais liberal”¹⁵⁹.

E, portanto, Alencar não podia concordar com as apreensões do ministro da marinha. Sem conhecer diretamente o seu projeto, não é possível compreender bem todos os aspectos da sua proposta, porém, segundo contou, planejava abolir a vitaliciedade dos postos da guarda, “conservando-a embora para os que [já] existiam, mas recusando-a aos que fossem criados depois da promulgação da lei”¹⁶⁰. Esse teria sido um importante ponto de discórdia entre o ex-ministro e o ministro da marinha, enquanto os colegas “inclinavam-se ora a opinião de um, ora a de outro” ou “mantinham-se um pouco silenciosos, talvez pelo receio de me contrariarem”¹⁶¹. Houvera, enfim, uma conferência final, na qual Alencar teria acatado ideias de Cotegipe, em seguida apresentando o projeto ao imperador, de quem também teria aceitado “sugestões muito acertadas”, para só então apresentar o projeto à câmara dos deputados¹⁶². O ex-ministro também refutou a censura de Coelho Rodrigues, segundo o qual a proposta teria sido rejeitada pela maioria dos deputados em reunião. Conforme Alencar, apenas dois “revelaram com franqueza uma opinião oposta”, ao passo que outros aceitavam a proposta, “com pequenas modificações de detalhes”, e “outros nada disseram”¹⁶³.

¹⁵⁷ Idem. Ao fazer essa declaração, Cotegipe nega, porém é emendado por Andrade Figueira que diz “Em oposição, era inclinado a isso”.

¹⁵⁸ Conta Alencar que Cotegipe preferia “o sistema francês da mobilização da guarda nacional; pretendia dividir a guarda em móvel e reserva”.

¹⁵⁹ Sessão em 20 de junho, *Jornal do Commercio*, 28 de junho.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Idem.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem.

O ex-ministro ainda protestou contra as insinuações a respeito da permanência dele no gabinete quando, logo cedo, descobriu os problemas da administração, afirmando que não queria precipitar-se, não lhe parecendo conveniente que ele, “homem novo na administração” se “julgasse desde logo incompatível” com o sistema adotado¹⁶⁴. Quanto a suas críticas à ingerência da coroa, negou que se opusesse às sugestões do imperador a respeito de propostas concretas do poder executivo - como o caso do projeto que apresentou – concordando com os demais que cabia ao chefe de Estado examinar e guiar as “convenientes alterações” de acordo com o cabedal de experiência “formado durante um longo reinado”. O problema estaria na intervenção nos pequenos negócios cotidianos, pois gerava protelações e atrasos na resolução das “necessidades públicas”¹⁶⁵.

Em relação aos discursos anteriores Alencar foi mais direto e objetivo, preocupado em encerrar a discussão que já cansava a câmara e, possivelmente, também a ele. Pareceu-me contido, sóbrio, sem dúvida interessado em defender-se a contento, porém menos empenhado em levantar polêmica ou enfrentar com altivez seus opositores.

A discussão sobre as alterações no gabinete de 16 de julho ficava encerrada e a câmara, assim como o público leitor do *Jornal do Commercio*, podia voltar a atenção a outros assuntos importantes que já estavam em circulação, tanto no parlamento quanto na imprensa, como, por exemplo, o espinhoso tema de um projeto de lei para a emancipação dos escravos.

Sênio e os temas políticos

Temos indícios de que, para além do parlamento, não foi boa a repercussão da querela entre José de Alencar e seus pares na câmara. De modo geral, havia surpresa quanto a não eleição do “ilustrado ex-ministro” à senatoria como relata, por exemplo, um dos correspondentes do Ceará em carta ao *Jornal do Commercio*: na província, a notícia tinha caído “como um raio”¹⁶⁶. Porém, de modo geral, o público cearense havia tomado “como

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

¹⁶⁶ “Interior”, *Jornal do Commercio*, 10 de junho de 1870, 1º f. A carta datava de 24 de maio.

despeito” o manifesto de Alencar “contra a coroa e contra o ministério”¹⁶⁷. Em outra carta, contou que a declarada oposição de Alencar “ao governo” teria feito “baixar muito suas ações”, de modo que, se a eleição ao senado se repetisse naquele momento, duvidava que o êxito do ano anterior se repetisse, afinal, “Uma cousa é ser ministro e outra é ser oposicionista”¹⁶⁸. Para um autor anônimo da corte, Alencar teria crescido na estima pública se tivesse guardado o silêncio; suas críticas seriam fruto de decepção e imprudência¹⁶⁹. E havia também os que se preocupavam com a repercussão das revelações do ex-ministro entre a oposição liberal¹⁷⁰. Naquele contexto, Alencar perderia o apoio de correligionários que o auxiliavam a manter o *Dezesseis de Julho* em circulação. De acordo com o relato de um dos que ainda permaneceram com ele, tão logo a não escolha do ex-ministro “para representante vitalício” “revelou o desagrado imperial”, os “amigos debandaram, deixando sós o chefe e os auxiliares”. “Desde então”, o editor passava a receber exemplares do jornal devolvidos. E os que se haviam comprometido a propagá-lo “desculpavam-se [por] estarem eles e os amigos muito sobrecarregados, [pedindo] que não lhes mandasse mais a folha, acrescentando até alguns para os *não comprometerem*”¹⁷¹.

Diante desse contexto geral de malogro e isolamento político, ocorre certo consenso entre os biógrafos de José de Alencar, os quais apontam seu retorno ao trabalho literário como um tipo de refúgio ou fuga da realidade. Em *A vida de José de Alencar*, em diversos momentos, o literato é retratado como um romântico incorrigível que, “para fugir do mundo que acreditava hostil”, “se refugiava na fantasia dos seus romances”¹⁷². Em 1870, ele se resguardaria na casa na Tijuca “entre as suas cascatas, matas, flores e brumas”¹⁷³, aquele “cantinho povoado de ilusões, de fé e de esperanças”¹⁷⁴. Em *José de Alencar, literato e político*, era ali que o escritor se entretinha “com os imaginários heróis que lhe povoa[vam]

¹⁶⁷ Idem.

¹⁶⁸ “Interior”, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f. A carta datava de 24 de junho.

¹⁶⁹ “Órgão conservador”, *Jornal do Commercio*, 21 de junho de 1870. O artigo vinha assinado por *Constitucional* e reiterou a discussão nos exemplares de 26 de junho e 01 de junho.

¹⁷⁰ “Desvarios da oposição”, *Jornal do Commercio*, 24 de junho de 1870, 2º f. O texto vinha com a assinatura *Scoevola*.

¹⁷¹ Citado por Luís Viana Filho, op. cit. Cf. op cit. p. 205. Grifo original.

¹⁷² p. 212.

¹⁷³ p. 207.

¹⁷⁴ p.208.

a solidão de autêntico amargurado”¹⁷⁵. Entregar-se ao trabalho literário seria certamente atividade prazerosa - quiçá terapêutica -, já que o próprio literato considerava a sua “arca do tesouro” a pasta de “velho papelão, todo rabiscado”, onde foi encontrar os seus esboços assim que se desincumbiu das questões da “alta política”¹⁷⁶. Igualmente, a Tijuca poderia ser um lugar de descanso. Porém, nada disso implica em alheamento do mundo a sua volta.

Meu argumento é que, no final do ano de 1870, após toda a desgastante experiência política, José de Alencar de modo algum tentou subtrair-se aos temas que o preocupavam no parlamento. Ao contrário, trouxe-os para a literatura, quem sabe, a fim de conferir novo vigor ao debate. Dentre as obras publicadas entre o final de 1870 e o início de 1871, *O tronco do ipê* nos interessa particularmente pela relação que estabelece com o debate sobre a emancipação dos escravos. Porém, o romance traz um viés bastante claro de crítica a aspectos da política imperial, assim como a certo modo de ser da classe senhorial e suas relações políticas. Ao longo dos meses de pesquisa nos anais parlamentares de 1870, foi possível perceber uma relação bastante plausível entre os assuntos ali discutidos e os temas que aparecem no romance. Mais do que isso, a par dos detalhes que envolveram a experiência do literato na câmara, durante a discussão sobre sua exoneração do ministério da justiça, tornou-se possível reconhecer o contexto do qual emerge o pseudônimo que Alencar utiliza no final daquele ano. É possível pensar no apelido como uma maneira de o autor expressar seu mal estar com a política.

No prefácio ao *Gaúcho*, datado de 10 de novembro de 1870, Alencar conversava com o público sobre os possíveis significados do pseudônimo Sênio, sem parecer muito empenhado no problema¹⁷⁷. Cada um podia fazer a suposição que quisesse; era preciso “um apelido” ao escritor daquelas páginas; acudia aquele, “que val[ia] o outro e t[inha] de mais o sainete da novidade”¹⁷⁸. Bem poderiam interpretá-lo como sinal da sua “velhice literária”. Para aqueles que estranhassem a sugestão para um autor que mal completara os quarenta anos, havia explicação:

¹⁷⁵ Raimundo de Menezes, *José de Alencar...* op. cit., p. 282.

¹⁷⁶ José de Alencar, *Como e porque sou romancista*, em: José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1959. Volume I, pp. 153-154.

¹⁷⁷ Cf. *O gaúcho*, em José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1965, p. 351.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

Há duas velhices: a do corpo, que trazem os anos, e a da alma que deixam as desilusões.

Aqui, onde a opinião é terra sáfara, e o mormaço da corrupção vai crestando todos os estímulos nobres; aqui a alma envelhece depressa. E ainda bem! A solidão moral dessa velhice precoce é um refúgio contra a idolatria de Moloc¹⁷⁹.

Sênio certamente se referia às desilusões políticas acumuladas por Alencar desde 1869, quando sofrera os primeiros revezes no cargo de ministro da justiça, passando pela exoneração, a não eleição ao senado, o isolamento político experimentado durante a assembleia de 1870. Este, por sua vez, deve explicar o diagnóstico amargo a respeito da qualidade da “opinião” pública da época, a qual não passaria de ambiente inculto e estéril, pois, por mais que Alencar apontasse deficiências ou até desvios em setores da administração pública, ele não percebia interesse da “opinião” em debater, senão em aplaudir seus opositores. Logo, a “solidão moral” de Sênio ecoa a experiência do imenso isolamento de Alencar entre seus pares, quase repetindo as palavras do deputado; e não seriam outros os nobres estímulos crestados a não ser os do próprio autor, cujos projetos políticos ficavam malogrados e, pelo jeito, engavetados no parlamento. Por fim, vale notar que Alencar compartilha com Sênio a altivez, pois, se estava só, tanto melhor, conquanto permanecesse refugiado da “idolatria de Moloc”¹⁸⁰. No prefácio ao *Gaúcho* e em *O tronco do ipê*, os comentários políticos do narrador, e certamente o tom desiludido no trecho citado no início desse texto¹⁸¹, devem reportar-se à carga de experiência política que Sênio carrega.

Logo, a crítica política seria um traço presente em todos os romances assinados pelo pseudônimo? Em dois deles, sem dúvida, a saber, *O tronco do ipê* e *Guerra dos mascates*, este último publicado entre 1873 e 1874, no qual, segundo a tradição, Alencar teria satirizado o imperador e seus ministros¹⁸². Sobre a obra, há um detalhe fundamental a ser

¹⁷⁹ Ibidem.

¹⁸⁰ Parece-me que Alencar fazia referência a um deus pagão que aparece no antigo testamento o qual exigia sacrifício de crianças. Não pude checar a interpretação em torno desse deus no cristianismo católico do século XIX, a partir do qual se originaria a referência de Alencar. No dicionário da bíblia João Ferreira de Almeida, o verbete “Moloque” explica tratar-se de entidade originária da Mesopotâmia. Afirma que os israelitas “o chamavam molech, para que a palavra soasse como *boset*, que significa ‘opróbrio’ ou ‘vergonha’”. Portanto, seria um deus repellido pelos cristãos, no caso, por Alencar.

¹⁸¹ Neste capítulo da dissertação, p. 3.

¹⁸² Encontrei essa interpretação de *Guerra dos mascates* nos biógrafos de Alencar e parece-me também bastante plausível. Quanto às datas de publicação dos romances, cruzei informações presentes em três

discutido. Mas, antes, uma nota sobre *A pata da gazela* e *O gaúcho*, ambos publicados no final de 1870. Alencar escreveu esses dois romances naquele ano, após a sessão legislativa, ou já estariam prontos, ao menos esboçados, na sua pasta de papelão? Não tenho uma resposta definitiva. Que o autor eventualmente guardava esboços é sabido pelo que informa em sua autobiografia, e talvez fosse o caso de recorrer a algum deles para atender à demanda de B. L. Garnier, que em meados de 1870 tornava-se definitivamente o editor de seus romances¹⁸³. Em *A pata da gazela*, não encontrei o mesmo tom desiludido nos comentários do narrador que, ao contrário, escrevia de maneira leve e elegante uma versão nacional da donzela que perdia o sapatinho, então na badalada rua do Ouvidor. Crítica política especificamente não encontrei, a não ser por um ou outro comentário curto do galã da história, que achava o assunto uma maçada, o que poderia tanto ser um traço de Sênio, quanto uma vaga reflexão anterior sobre a política. Fico com a impressão de que, embora Alencar deva ter revisado e finalizado a obra, *A pata da gazela* não teria sido inteiramente

biografias de José de Alencar e também com as datas nos frontispícios das edições originais. A obra de Raimundo de Menezes foi meu ponto de partida em razão das detalhadas informações acerca da obra de Alencar como um todo. Cf. *José de Alencar, literato e político*, op. cit. pp. – 365-380. Entretanto, ao longo dos capítulos, nem sempre Menezes cita a fonte precisa de onde tira as informações, por exemplo, sobre as datas de publicação das obras; daí a necessidade de cruzar informações. Na própria obra de Menezes as informações tornam-se desencontradas a respeito do momento da publicação de *A Pata da gazela*. Ao adotar o pseudônimo Sênio, Alencar teria produzido e publicado *O Gaúcho*, seguido de *O tronco do ipê* (p.275). Só depois viria *A pata da gazela*, em 1871 (p.281). No apêndice ao final do livro, entretanto, *A pata* aparece como obra de 1870 (p. 380), que deve ser a data correta, pois combina com o que aparece no frontispício da edição original. Além disso, nas biografias de Luís Viana Filho e Raimundo Magalhães Júnior, *A pata da gazela* aparece como romance publicado junto com o *Gaúcho*, sendo posterior *O tronco do ipê*. Como essa sequência de publicação foi a que mais vezes apareceu nas biografias, concordando, quanto ao ano, com as datas dos frontispícios originais, optei por ela ao longo da discussão proposta. Cf. Luís Viana Filho, op. cit., p.210; Raimundo Magalhães Júnior, *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 266.

¹⁸³ Em sua autobiografia, Alencar conta que em meados daquele ano B. L. Garnier “espontaneamente ofereceu-me um contrato vantajoso”. Cf. *Como e porque...* op. cit., p.154. A relação entre Alencar e o editor vinha da década de 1860, quando Garnier contratou com o autor a publicação da segunda edição de várias de suas obras. Cf. Luís Viana Filho, op.cit., pp. 118-119 (o biógrafo cita carta trocada entre Alencar e Garnier). Quanto aos esboços de romance, a sugestão aparece no texto de Alencar quando conta sobre o retorno à sua pasta de papelão logo após abandonar a de ministro: “Tão vivas eram as saudades dos meus borrões, que apenas despedi a pasta auriverde dos negócios do estado, fui tirar da gaveta onde havia escondido, a outra do velho papelão, todo rabiscado, que era então a arca do meu tesouro”. Cf. *Como e porque*, pp.153-154. Além disso, Alencar faz alusões mais explícitas ao mencionar a circunstância em torno da publicação de *As Minas de Prata*: na década de 1860 o romance veio a lume pela insistência de Quintino Bocaiúva, que havia fundado “a sua *Biblioteca Brasileira*”, pedindo a Alencar que contribuísse com um volume. “Além de *esboços e fragmentos*, [o romancista] não guardava na pasta senão uns dez *capítulos de romance* começado”, os quais Bocaiúva aceitou e publicou. Cf. *Como e porque*, op. cit., p. 152. O primeiro grifo é original, os últimos são meus.

escrito no final daquele ano¹⁸⁴. *O gaúcho*, além do que vinha do prefácio, também não trazia críticas políticas mais elaboradas, como aparece em *O tronco do ipê*, por exemplo. Porém a nota de misantropia presente na obra combina bem com o pseudônimo, incluindo comentários que levam a pensar no desgosto de Alencar depois do que vivenciou ao longo do ano de 1870. Manuel Canho, que é o gaúcho, herói do romance, não se dava tão bem com os seres humanos como com os cavalos com os quais tinha verdadeira relação de amizade. “Para ele, [...] o cavalo se elevava ao nível da criatura racional. Tinha mais inteligência que muitas estátuas ermas de espírito; tinha mais coração que tantos bípedes implumes e acardíacos”¹⁸⁵. Algum comentário político apareceu dirigido ao governo da regência trina, período em que se situa o romance, cuja fraca administração teria ensejado a união de grupos divergentes no sul em favor da revolução farroupilha. Tal seria o “efeito dos governos fracos e perplexos”: “sofrem da irritação dos aliados e o desprezo dos adversários”¹⁸⁶, diria o narrador. Conforme veremos no capítulo a seguir, Alencar faria um diagnóstico semelhante na câmara a respeito do desempenho do gabinete de 16 de julho acerca da chamada “questão servil”. Ao faltar com uma postura própria e definida sobre o tema, o ministério se tornara fraco e incapaz de agradar aos conservadores, tampouco aos liberais. Assim, é possível pensar que a experiência parlamentar do romancista naquele ano inspira seus comentários mais gerais sobre a política, mesmo quando se refere a períodos históricos diferentes. Portanto, os traços da experiência política que origina Sênio estariam presentes em *O gaúcho*, ainda que a obra não tivesse sido inteiramente concebida no final do ano de 1870¹⁸⁷.

¹⁸⁴ Entretanto, encontrei no texto uma referência a Humaitá, o que leva a pensar que, no mínimo, a obra foi revisada após os últimos lances da Guerra do Paraguai, após 1868. A expressão aparece em uma das falas do conquistador da rua do Ouvidor que, entretanto, sofria com a resistência da mocinha a qual cortejava, pois se recusava a mostra-lhe o pezinho. Planejando vencer os escrúpulos da donzela, ele diz: “Arraso o Humaitá daquele vestido que defende o meu pezinho adorado como uma casamata”. Cf. *A pata da gazela*, em: José de Alencar, obra completa, op.cit. (1959), p. 607.

¹⁸⁵ José de Alencar, *O Gaúcho*, op. cit., p. 386.

¹⁸⁶ Ibidem, p. 424.

¹⁸⁷ Em *O gaúcho* o narrador também alude à guerra do Paraguai ao rememorar os feitos das armas brasileiras ao longo do tempo em regiões do sul do país. A paisagem seria um livro a narrar tais aventuras. O comentário é o seguinte: “Que recordações heroicas não despertam os nomes de São Borja, Ibicuí, Rosário, Corumbá, Índia-Morta, São Carlos, Catalã, Taquarembó e Paisandu”!/A imperícia e negligência humana lançaram, é verdade, feias nódoas no brilho daquelas páginas, e algumas por infelicidades bem recentes. [...] /Ainda bem que o heroísmo brasileiro acaba de escrever nas laudas selvagens do Paraguai uma grande epopeia. A lembrança daqueles erros do passado, já de todo apagaram as vitórias memoráveis de Riachuelo, Tuiuti,

Além dos romances citados, Alencar também publicou *Sonhos d'Ouro*, em 1872, sob o pseudônimo Sênio. Nessa obra, por meio dos diálogos entre as personagens, também aparece uma descrença generalizada na política imperial. Porém, como o romance se distancia do imediato período posterior à sessão de 1870, não pretendo alongar o comentário sobre ele - a exceção conferida a *Guerra dos mascates* ficará bem explicada adiante. De fato, ao longo deste capítulo, a discussão aprofundada do argumento sobre a relação entre Sênio e a experiência parlamentar de Alencar, nos debates sobre sua exoneração, se faz, sobretudo, por meio de *O tronco do ipê*, que sempre esteve no centro das preocupações da pesquisa. Entretanto, mesmo não sendo possível, nos limites da pesquisa realizada, aprofundar a discussão no interior das outras obras citadas, pareceu-nos necessário abordá-las, ainda que brevemente, assim como sustentar a hipótese geral sobre as inclinações políticas na pena de Sênio, que pode originar novo, e concentrado, esforço de pesquisa no problema.

“Indispensável contra enredeiros e maldizentes”

Vejamos, enfim, o que nos interessa em *Guerra dos mascates*. O primeiro volume do romance sai publicado em maio de 1873 e o segundo em junho de 1874. Entretanto, o projeto inicial de José de Alencar era trazer a lume a primeira parte ainda em 1871, quando a versão original foi enviada aos prelos. Por motivos de saúde, porém, o autor foi obrigado a viajar à Baependi e depois pelos arrabaldes da corte, faltando-lhe as condições para revisar as provas do primeiro volume, assim como completar a produção do segundo. Tudo isso o próprio Alencar contava aos seus leitores em nota ao final da primeira parte do romance¹⁸⁸. Curioso foi o modo como registrou esse processo em outro lugar. Parece que o romancista não queria que o público perdesse de vista o contexto original de produção e pretendida publicação da obra. Pois fez gravar no frontispício da primeira edição, como se

Curuзу, Humaitá, Itororó, Peribeбуí e outras jornadas gloriosas”. Cf. *O gaúcho*, op. cit., p. 430. Além dos romances citados, Alencar também publicou *Sonhos d'Ouro*, em 1872, sob o pseudônimo Sênio. Nessa obra, através dos diálogos entre os personagens, também aparece uma descrença generalizada na política imperial.

¹⁸⁸ É possível conferir a nota em José de Alencar, *Guerra dos mascates*, em: Obra completa, op. cit. (1965).

fosse a data de publicação, o ano de 1871¹⁸⁹. E isso não foi um erro de tipografia, pois o próprio autor aludia ao caso com naturalidade, enquanto explicava ao público os motivos do atraso da publicação: “Sai tardio e já fora de sazão este primeiro volume [...]. Tendo entrado nos prelos em 1871, *como se vê no frontispício*, só agora 1873 vem a lume [...]”¹⁹⁰. Se como bons historiadores já nos contentaríamos com o vestígio, podemos nos regalar com a “advertência” inserida na abertura do romance, escrita na Tijuca, datada de “Dezembro de 1870”, e assinada por Sênio – “S”¹⁹¹.

Sob a máscara do pseudônimo, o autor criava uma história a respeito de como um suposto antigo manuscrito sobre a guerra dos mascates, de maneira “bem estúrdia”, caíra em suas mãos, resolvendo-se ele a publicá-lo apenas “espanando-lhe de leve as roupagens do estilo, que me pareceram um tanto poentas”¹⁹². Com isso intentava advertir indiscretos “enredeiros e maldizentes” - os mexeriqueiros de plantão - os quais “julgariam ter sido esta crônica inventada a feição e sabor dos tempos d’agora”¹⁹³. Vejamos o que Sênio contava a seus leitores.

Em algum momento no século XIX, houvera eleição primária “em uma paróquia dos subúrbios do Recife”¹⁹⁴. Desde a véspera, tudo estava arranjado para ser resolvido “a bico de pena e conforme a senha”, embora fosse necessário “dar representação e mostra oficial da farsa para embaraçar uns escrúpulos ridículos do presidente calouro [da província de Pernambuco]”¹⁹⁵. A eleição devia ser ganha pela chapa do governo, o que justificava o acampamento de “um grupo governista, com competente destacamento policial” na igreja matriz¹⁹⁶. Tudo preparado, na hora da eleição descobriam que esqueciam justamente da urna onde inserir as cédulas. “Felizmente”, ao revirem o armário da sacristia, encontraram uma arca de jacarandá que serviria. Dentro havia três objetos: “uma cabeleira de rabicho”, a qual teria pertencido, nos tempos antigos, a algum juiz do povo; “uma liga de

¹⁸⁹ A referência original é: “Sennio, *Guerra dos mascates*: crônica dos tempos coloniais, o prólogo. Rio de Janeiro. Editor – B.L. Garnier – rua do ouvidor n. 69. 1871”. Vol. I.

¹⁹⁰ Ibidem. “Nota” ao final do primeiro volume, p. 179. Grifo meu.

¹⁹¹ Ibidem. “Advertência”, p. XVIII. Transcrevo os dados da assinatura: “Tijuca – Dezembro de 1870. S.”.

¹⁹² Ibidem, p. XVII.

¹⁹³ Ibidem.

¹⁹⁴ Ibidem, p. V.

¹⁹⁵ Ibidem.

¹⁹⁶ Ibidem.

belbute”; “um grosso rolo de escrita enleado com cadarço”¹⁹⁷. Tudo isso foi jogado a um canto e descoberto dias depois pelo sacristão, o “Sr. Beltrão”. O tal, que sentia “suas cócegas pela política”, acumulava o cargo de meirinho do subdelegado e secretamente cobiçava o lugar de inspetor de quartirão, quem sabe o de alferes da guarda nacional ou ainda o posto de subdelegado¹⁹⁸. Entretanto, o governo comete “o erro gravíssimo de não prestar a consideração devida” ao Sr. Beltrão, que “ofendido em seus bríos”, resolveu “virar a jaqueta, pois ainda não tinha se metido em casaca”, e bandear-se para o lado da oposição¹⁹⁹. Para se vingar, tinha uma ideia.

Munido dos objetos que encontrara espalhados na sacristia, reuniu-se com os oposicionistas a fim de denunciarem a irregularidade das eleições, porém através de uma versão forjada a ser publicada na imprensa por um jornalista, também irritado com o malogro na eleição. Ao candidatar-se ao pleito o ingênuo teria acreditado na possibilidade de furar a chapa do governo. Seu artigo, em folha pernambucana, tratou de denunciar a violência dos governistas para vencer as eleições, não sem antes escrever “uns rasgos eloquentes acerca da depravação do sistema representativo”, assim como da corrupção que lastrava “como uma lepra oficial”²⁰⁰. Tudo isso, palavras “lá do publicista pernambucano”, enfatizava Sênio, que em seguida transcrevia trecho do aludido texto. Havia provas materiais da tirania governista. O capitão mor do lugar, “um benemérito ancião”, teria sofrido atentado contra a própria vida, além de vaias e zombarias, até que arrancaram e calcaram aos pés a sua cabeleira²⁰¹. Por sua vez, uma “ilustre matrona”, mãe de um grande oposicionista, fora atacada com violência tamanha a ponto de deixar cair “uma liga de preço”²⁰². As provas do atentado teriam sido encontradas no chão da igreja, junto com um “maço de cédulas arrancados à urna violada”, e estavam na redação do jornal para quem quisesse conferir. O publicista finalizava o texto com eloquência: “Infeliz país, governado por lacaios a quem servem outros lacaios, e outros, desde a antecâmara até a cocheira”²⁰³.

¹⁹⁷ Ibidem, p. VI.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem, pp. VI- VII.

²⁰⁰ Ibidem, p. VIII.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Ibidem, pp. VIII-IX.

²⁰³ Ibidem, p. IX.

Logo começava a briga entre o chefe do partido e os funcionários do governo, a começar pelo presidente da província, o qual ouvira gritos e ameaças tais como a de que “não falta[vam] presidentes para Pernambuco”²⁰⁴. Por sua vez os indivíduos caluniados na versão falsa do jornal vinham a público negar que tivessem sofrido violência e tampouco saído de casa no dia da eleição. A matrona ofendida, por exemplo, “jurava que tivera sempre sua perna bem grossa e carnuda para segurar a meia sem necessidade de ligas”²⁰⁵. Porém, os “oráculos da oposição”, atendendo as “conveniências do partido” usavam dos meios possíveis para obstar a circulação de tais declarações, pois a versão forjada tinha, afinal, produzido ruptura entre o chefe governista e o presidente²⁰⁶. É verdade que também o subdelegado da freguesia, que fora “cabo da eleição”, tentava desmentir as acusações do jornal oposicionista. Mas “ninguém, nem seus próprios amigos acreditavam nas asseverações do homem, que sabiam capaz de maiores façanhas, useiro e vezeiro n’elas”²⁰⁷. Não demorou para que o conflito chegasse aos corredores do paço imperial, onde coube ao ministro da justiça, em um dos despachos, sofrer uma sabatina a respeito das eleições na tal paróquia de “cuja existência ele ignorava, pois era homem do sul”²⁰⁸. Longe do imperador e dos colegas teria declarado que “Não se pode ser ministro assim!...”, sem, entretanto, descuidar das tarefas que lhe foram passadas, pois “o pimpolho do estadista” foi procurar entre os “extratos dos jornais” “um lugar marcado à margem com uma cruz riscada a lápis”, que era justamente o trecho da notícia de Pernambuco²⁰⁹. Feito isso, expediu aviso reservado ao presidente exigindo informações. De algum modo, a oposição ficou sabendo disso e, querendo tirar partido da situação, mandou para a corte o publicista, munido dos três objetos aludidos “a fim de serem vistos por ALGUÉM”²¹⁰. Foi então que, na corte, o jornalista teria procurado Sênio e lhe entregado os objetos, pedindo que escrevesse um artigo de própria lavra para preparar a opinião²¹¹. Ele, por sua vez, preferia não se envolver no caso e estava pronto a desculpar-se com a falta de tempo para escrever, quando nem

²⁰⁴ Ibidem, p. X.

²⁰⁵ Ibidem.

²⁰⁶ Ibidem.

²⁰⁷ Ibidem.

²⁰⁸ Ibidem, p. XI.

²⁰⁹ Ibidem.

²¹⁰ Ibidem. A ênfase é original e devia ser uma alusão ao imperador.

²¹¹ Ibidem.

precisou se esforçar, pois logo o ministério caiu, havendo mudança de política²¹². Segundo a justificativa oficial, o ministro do império pedira demissão por conta de incômodos de saúde, ao passo que o gabinete, de modo geral, resolvia dissolver-se, por achar inconveniente uma reorganização naquele momento. O público não acreditava na história, mas aceitava “a calva mentira” por polidez²¹³. O verdadeiro motivo da queda do gabinete ficou sabendo depois o Sênio, que contava ao público, já que não lhe tinham exigido segredo.

Ao receber o reservado do ministro da justiça, o presidente de Pernambuco, pressentindo que “ali andava dedo do mestre”, resolveu agir com zelo²¹⁴. O “fedelho administrativo” no mesmo dia demitiu o subdelegado da freguesia envolvida nas eleições, junto “com todos os seus suplentes”, ordenando também ao chefe de polícia que fosse “imediatamente àquela localidade a fim de sindicarem” os fatos ocorridos²¹⁵. Com isso, o chefe governista “bufou” e enviou um ultimato afirmando ser uma calamidade a permanência “do atual presidente”, pois seus amigos estavam sendo “sacrificados ao capricho d’este moço enfatuado”²¹⁶. Entende-se por aí, que o ministério andava sofrendo pressão do tal sujeito. Nesse meio tempo, o ministro do império estava “muito desgostoso com os colegas porque não conseguira fazer o genro barão” e pedia demissão. Ao passo que lhe negavam por falta de motivo, ele resolve insistir alegando doença até que o gabinete como um todo percebe ser tempo de retirar-se, optando pela dissolução. Quanto a Sênio, vendo-se livre do pedido que o havia feito o publicista pernambucano, resolve jogar fora os objetos que recebera. Para sua surpresa, descobriu que o dito “maço de cédulas” encontrado no chão da igreja era na verdade “o manuscrito de uma crônica inédita sobre a *Guerra dos mascates*”²¹⁷.

Diante do exposto, percebemos que a Tijuca definitivamente não fazia o escritor esquecer suas preocupações com a política, tanto que não conseguiu fugir do assunto mesmo quando tentava despistar o leitor. Se com a história a respeito do modo como veio a

²¹² Ibidem, pp. XI-XII.

²¹³ Ibidem, p. XII.

²¹⁴ Ibidem.

²¹⁵ Ibidem, pp. XII-XIII.

²¹⁶ Ibidem, p. XIII.

²¹⁷ Ibidem, p. XVII. Grifo original.

encontrar o tal manuscrito de *Guerra dos mascates* Sênio quisesse mesmo desviar a atenção do público para os aspectos da crônica inspirados “ao sabor dos tempos d’agora”, a própria anedota não falava doutra coisa. Toda ela mostrava um ambiente de completa corrupção do sistema político imperial, desde a sacristia da matriz onde ocorriam as eleições primárias, até os corredores da alta política exercida pelos ministros de estado. Os experimentados na política, em alguma medida cuidavam dos próprios interesses, quando não os dos amigos ou parentes; almejavam cargos e posições lançando mão do abuso de poder, das relações pessoais e dos engodos cabíveis, com prejuízo do sistema eleitoral e representativo, de modo geral; todos esses, problemas pertinentes ao tempo e às preocupações do autor do texto e do pseudônimo.

Sendo assim, talvez não nos caiba outro papel senão o de “enredeiros” de plantão a desobedecer a advertência, apontando a intenção de Alencar, por trás de Sênio, por sua vez atrás do texto do publicista pernambucano, em denunciar, com sarcasmo, o infeliz país “governado por lacaios, a quem servem outros lacaios”. Toda a historinha está cheia de alusões a críticas presentes na pauta de Alencar naquele ano de 1870, por exemplo, a respeito do modo como interesses pessoais de chefes de partido se imiscuíam nas mais altas decisões da administração imperial quanto à nomeação ou demissão de funcionários de cargos de confiança. Em alguma medida, isso ecoa a suspeitas do ex-ministro da justiça sobre a forma como o barão de Cotegipe e seus aliados teriam feito oposição a ele, pressionando em favor da alteração no gabinete. É possível perceber que a anedota, disfarçada de advertência, também critica os “estilos da alta administração” imperial, a qual nomeava jovens talentos – “o pimpolho do ministro”; o “fedelho administrativo” – os quais não deveriam tomar as próprias decisões, senão seguir as sugestões alheias, incluindo as de certo “mestre”, alusão velada a d. Pedro II. Por sua vez, a inequívoca referência aos “extratos dos jornais” aponta o interesse em discutir, agora por meio da literatura, a questão importante ao ex-ministro da justiça, porém ignorada pelos colegas de tribuna. É possível acrescentar que não seria fortuito nem mesmo o episódio da queda do gabinete, pela semelhança com a situação que leva à exoneração do 16 de julho em setembro de 1870, assim como com a recusa do deputado Alencar em engolir a “versão oficial”, cujo intento era disfarçar a derrocada política do ministério. Mas isso ainda não é assunto deste capítulo.

Se o enredo de *Guerra dos mascates* permite entrever a pena de Alencar a tecer críticas ao imperador e ao seu séquito, a sugestão, embora irônica, já vinha na advertência de dezembro de 1870. E para aqueles que duvidassem desses feitos do astuto escritor, a nota, ao final do primeiro volume trazia outra irônica reclamação. Se o “leitor malicioso quisesse divertir-se experimentando carapuças, o autor desde já protesta contra semelhante abuso, e pelos prejuízos, perdas e danos” que pudessem “provir a seu livro, o mais inocente de quantos já foram postos em letra de forma, desde que se inventou esse gênio do bem e do mal chamado imprensa”²¹⁸.

Ainda assim cabe uma ressalva, do próprio Sênio e que me parece razoável. Não é necessário supor que cada lance ou personagem do romance, e até mesmo do que vinha na advertência, tivesse um correspondente direto na realidade. Parece-me mesmo que essa relação direta não fosse do interesse de Alencar, que preferiria deixar a leitura aberta a um leque um pouco mais vasto de reflexão sobre o desenvolvimento da política no Brasil, quem sabe mesmo desde a colônia, sem restringi-la apenas aos acontecimentos do último ano. E assim dizia no penúltimo parágrafo:

Se os tempos volvem como as vistas de uma marmota, e as figurinhas cá do presépio da terra entram para saírem, com os mesmo engonços e geringonças, embora metidas em trajes diferentes, d’isso não tem culpa o cronista. Lá se avenham com o mundo que é o titireiro de tais bonecos²¹⁹.

Por um lado, parece que a lógica do trecho acima serve, inicialmente, à tentativa de despistar o leitor do possível diálogo entre o romance e a contemporaneidade do autor compondo, portanto, parte da ironia da advertência. Porém a passagem fica enriquecida com outra nota publicada pelo autor na abertura do segundo volume da obra. Ali, ele novamente se defendia das sugestões de que seu romance trouxesse “personagens contemporâneos disfarçados n’essas figuras do século passado”. “Semelhante personificação” ele não podia “de modo algum admiti-la”. Contudo, confessava parte das suas alusões:

²¹⁸ Ibidem, “Nota”, p. 183.

²¹⁹ Ibidem, “Advertência”, pp. XVII-XVIII.

Ora o autor não pretende certamente defender-se do pecado de uma ou outra alusão, que lhe corre às vezes sem querer dos bicos da pena. Mas essas demasias, não as tem, senão sobre a política, que é já de si um longo e interminável epigrama.²²⁰

Vemos, então, que nosso autor chega a admitir suas referências veladas à política. Porém, teimava em negar que estivesse caricaturando personagens específicos e tampouco oferecendo, por meio do romance, a crônica da vida privada de tais sujeitos. Alguns leitores talvez apresentassem uma interpretação a tal ponto alegórica, que desagradasse ou fugisse do tipo de reflexão que o autor gostaria de suscitar, sugerindo, quem sabe, mexericos sobre a vida íntima dos personagens relacionados. Com isso, Alencar sentia talvez que por demais interferiam na liberdade de criação que cabia a ele, romancista. Por isso aceitava “a culpa das malignidades políticas, ainda mesmo daquelas que não cogitou”, mas pedia que lhe deixassem, como autor, o direito “de mover à vontade as figuras do seu teatrinho; de casá-los a jeito, e distribuir-lhes a cada um seu papel de pai, marido, filho, noivo ou qualquer outro da comédia social”²²¹. Com o que era do “domínio da fantasia”, nada tinha que ver a “maledicência”. Assim, embora meu argumento seja o de que a experiência do ex-ministro da justiça configure o barro original da crítica política que aparece nas obras de Sênio, não chego a propor referência direta entre os personagens da literatura e os sujeitos com os quais Alencar conviveu na política, ainda que em alguns momentos uma aproximação mais apertada soe plausível²²². A Alencar interessaria, sobretudo, o debate em

²²⁰ Ibidem, vol. 2, “Advertência”, p. I.

²²¹ Ibidem.

²²² Adoto essa postura principalmente no que se refere aos personagens de *O tronco do ipê*. Em *Guerra dos mascates* é impossível não estabelecer relação entre o governador da capitania de Pernambuco, Sebastião de Castro Caldas, e d. Pedro II, cujo perfil político é caricaturado, de forma implacável, por Alencar. Nesse romance, principalmente no segundo volume, as observações críticas e irônicas sobre a política encontram-se quase a cada página e são perfeitamente cabíveis à contemporaneidade de Alencar, que às vezes refere-se, de fato, a ela, ainda que o romance se situe no século XVIII. Talvez por isso, o autor tente se esconder atrás de tantas máscaras. Além de Sênio, o suposto verdadeiro cronista de *Guerra dos mascates* seria um tal Carlos de Enéia, contemporâneo ao conflito em Pernambuco. Seu perfil, porém, fazia lembrar Alencar: era “homem de meia idade, metido consigo”, advogado, que trabalhara por um tempo como secretário de Sebastião de Castro Caldas e, por isso, não caía na lábria política do governador. Cf. José de Alencar, *Guerra dos mascates*, em: *Obra completa*, op. cit. (1965), p. 102. Alencar era advogado e bem sabemos que atuou nos conselhos da coroa. Entretanto, a favor do protesto do romancista, que preferia evitar relações muito diretas entre personagem de ficção e personagem real, o perfil do romancista - de seus valores políticos - aparece também em outro personagem, a saber, o mascate Vital Rebêlo. Sendo assim, parece válido acreditar que, se em parte, Alencar evitava produzir representações demasiado alegóricas na literatura - como se para cada personagem houvesse necessária e unicamente um correspondente na realidade -, por outro lado, porventura faria imprimir

torno dos problemas pertinentes à administração; nem tanto a simples detração. E talvez isso seja um elemento que explique, dentre outras coisas, a opção do autor em situar no passado, e não na década de 1870, os romances tingidos de crítica política.

O tronco do ipê

Finalmente alcançamos *O tronco do ipê*, que vinha a público em maio de 1871, sem prefácio, nota ou advertência. Talvez fossem inteiramente desnecessários dada a receptividade do público para acolher e lucubrar sobre uma obra que tocava no tema mais melindroso de todos, qual seja, a escravidão em fazenda no Vale do Paraíba, a saber, dentre outros, na pele de um feiticeiro. Porém, não devemos adiantar o passo. Há ainda lances interessantes a explorar a respeito do modo como a experiência política do ex-ministro da justiça influenciou a pena do romancista. Além de comentários políticos mais ou menos explícitos, do naipe dos que encontramos na advertência a *Guerra dos mascates*, *O tronco do ipê* desenvolve uma bem humorada representação crítica de certos costumes da classe senhorial frequentadora de casas grandes.

Assim, é em volta da comprida mesa de jacarandá do barão da Espera onde frequentemente vamos encontrar os seus convivas, em situação que sintetizava o modo de vida de ricos fazendeiros de meados do século XIX. Joaquim Freitas, o barão da Espera, aparece no romance como “protetor e chefe de toda a parentela”²²³, portanto, rodeado de familiares, compadres, amigos fazendeiros, dependentes, escravos e, não poderia faltar, as mais diversas autoridades locais, como o vigário, o subdelegado, um juiz municipal, e até mesmo um deputado influente no ministério, ele mesmo aspirante a alguma pasta. Dentre os personagens, há caracteres para todos os gostos, alguns vítimas preferidas da verve satírica de Sênio, outros merecedores da sua aprovação e indulgência. O barão da Espera, por exemplo, conquanto pesem os seus erros do passado, aparece como um senhor benevolente que bem acolhia os seus dependentes, mesmo os mais suspeitos. Quando da

no perfil de seus mocinhos e vilões valores políticos parecidos com os que ele admirava ou repelia. E conhecendo a trajetória política do autor, bem como as polêmicas nas quais se envolveu, isso confere alguma liberdade ao leitor para especular sobre esta ou aquela representação.

²²³ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 2, cap. XIII.

morte de seu amigo José Figueira, por exemplo, imediatamente trouxe para morar na fazenda a viúva, d. Francisca, com o filho pequeno, Mário, dando-lhes por moradia a antiga casa do administrador²²⁴. Ambos eram recebidos na casa grande, participavam dos serões na varanda e tomavam assento na mesa dos banquetes especiais. D. Francisca, além do mais, do ponto de vista senhorial, seria um tipo ideal de dependente, grata, resignada, humilde. O mesmo não se podia dizer do seu filho, dado a diabruras na infância, sempre a destratar ninguém menos que a filha do fazendeiro, uma vez arrancando-lhe lágrimas por causa de um apertado beliscão no braço²²⁵. Mas o menino tinha lá os seus motivos, assim como o barão as suas culpas, até que a dívida de gratidão torna ao fazendeiro, que passa a dever a vida da filha a Mário, o qual bravamente a salvara de um afogamento no lago mais perigoso da fazenda, o boqueirão. Por sua vez, o bom fazendeiro decide custear os estudos do rapaz na corte e na Europa, além de, secretamente, idealizar a união entre o moço e a filha, Alice, a fim de finalmente expurgar o fantasma de seu passado.

Entretanto, como ficou dito acima, havia dependentes menos dignos de confiança, os quais, mesmo assim, recebiam o seu quinhão de proteção. Era o caso de d. Alina, a personagem preferida do narrador para a crítica a senhoras enredeiras daquele tempo. Ela fora a última esposa do comendador Figueira – pai de José Figueira -, a autora da intriga entre pai e filho a fim de manter para si a herança do rico fazendeiro, tendo, não obstante, caído na pobreza após a morte do marido, quando toda a propriedade passou às mãos de Joaquim Freitas. O barão, entretanto, “tratou-a com todas as considerações” e até “de vez em quando” a “supria com dinheiros”²²⁶. Esta, porém, gastava tudo em “fitas e rendas” nos armarinhos da corte²²⁷.

Outros dependentes frequentavam a casa do barão, mas nem sempre seria o caso de dispensar benevolência entre livres e pobres, porém atender a determinações sociais, segundo as quais um rico e influente fazendeiro tinha que ter lá o seu prestimoso compadre, apto a todas as incumbências da vida em sociedade na fazenda²²⁸. Era o caso do Sr.

²²⁴ Ibidem, vol. 1, cap. XI.

²²⁵ Ibidem, vol. 2, cap. IX.

²²⁶ Ibidem, vol. 1, cap. XI.

²²⁷ Ibidem.

²²⁸ Ibidem, vol.1, cap. XIX. Se a situação não necessariamente correspondia aos códigos sócias das famílias fazendeiras do século XIX no vale do Paraíba, ao menos foi a intenção da Alencar para o romance.

Domingos Pais, que tinha “o emprego de compadre”²²⁹ o qual, segundo o narrador, era figura presente “em quase todas as casas de ricos fazendeiros”²³⁰. A representação é caricata e, do ponto de vista do compadre, a função lhe servia bem para atizar a comilança, já que estava sempre à volta dos pratos e fôrmas recentemente saídas do forno, quando não andava pela cozinha à procura de refrescos no intervalo das refeições. Segundo o narrador, o compadre não era “parente, nem hóspede, nem criado; mas participava dessas três posições”. Era um “ente maleável”, que se prestava “a todas as feições” e tomava “o aspecto que apraz[ia] ao dono da casa”²³¹. Era, enfim, uma figura por meio da qual a pena afiada de Sênio satirizava um dos caprichos pertinentes ao modo de vida de ricas famílias fazendeiras. Não que ele criticasse a fundo as relações de compadrio, tampouco os laços de dependência; mas preferiria aqueles do tipo de d. Francisca e até mesmo a postura orgulhosa de Mário, o qual não seria inteiramente ausente de gratidão, porém não aceitaria o papel de bufão. Tudo muito ao gosto da postura do próprio Alencar diante do imperador, podemos lembrar. No romance, a Domingos Pais coube um nível de coisificação que não se repetiu nem mesmo entre os personagens escravos, à época tratados como traste de inventário. Além da comilança, quase todas as cenas ridículas são protagonizadas por ele, não obstante, lisonjeado com seu papel de compadre, por exemplo, ao interpretar o “*cocorocó*” do galo, ao alvorecer, na tradicional representação de natal da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão²³².

Não buliu apenas com os dependentes a pena de Sênio. Não havia indulgência na representação de d. Júlia, a baronesa, mulher fria, soberba e mãe desleixada. Também foi chamada de “autômato”, neste caso da mãe, d. Isabel, que a manipulava a seu gosto em busca de bom casamento. “Habituada desde criancinha a obrar e pensar pelo influxo” materno, Júlia “amava quando, como e a quem a velha desejava”²³³, até que cedeu a mão a Joaquim Freitas quando este enriqueceu. O contraste em relação à d. Júlia se faz através de uma amiga dela, d. Luisa, que, mesmo sendo visita na casa grande, concedia maior atenção

²²⁹ Ibidem.

²³⁰ Ibidem.

²³¹ Ibidem.

²³² Ibidem, vol. 2, cap. V. Grifo original.

²³³ Ibidem, vol. 1, cap. X.

aos rogos de d. Francisca quando se preocupava com o filho travesso²³⁴, ao passo que a baronesa desdenhava a pobre senhora “com uma risadinha de escárnio”²³⁵. Nenhuma das duas, entretanto, acertava com o melhor método para a educação das filhas. Enquanto a baronesa pouco se desvelava por Alice, amando-a como “na idade do egoísmo”, “sem extremos, com uma igualdade calma e inalterável”, d. Luisa ocupava com Adélia todo o tempo, “que lhe deixavam os bailes e os teatros”, receosa dos passeios que a menina fazia longe de suas vistas²³⁶. Como o assunto prometia prolongar-se, sem que houvesse ainda uma opinião definitiva sobre o problema, o narrador encontrava logo um meio de participar da conversa, incitando d. Alina a convidar o conselheiro Lopes a entrar em cena.

Tratava-se de “um dos mais brilhantes talentos políticos da época”, o que lhe rendera o título de conselheiro, “então menos relaxado do que atualmente”, completava o narrador²³⁷. Além disso, “seus amigos acreditavam que na primeira organização lhe seria confiada uma pasta, e das mais importantes”, previsão que fazia o “futuro ministro” “regurgitar” de importância, derramando “em torno um ar de proteção”²³⁸. Era que naquele tempo os políticos não fingiam “desdém pelo que mais cobiç[avam]”, como emendou outra vez o narrador²³⁹. E assim, as peripécias e diálogos do conselheiro funcionam como o ensejo para que Sênio vaze, nas situações mais imprevistas, as suas concepções e críticas à política imperial. Às vezes, percebe-se, se divertia em caricaturar os trejeitos e a mania de discursos do deputado. Um exemplo interessante desse movimento se dá justamente na cena em que as senhoras discutem a educação das filhas. Chamado a opinar, o conselheiro exprimia todo o seu “talento notável”: “brincando com os berloques do relógio, gesto sóbrio e modesto que preludiava seus discursos na câmara”, o político convivia da casa, o qual também não queria discórdia com a mulher, d. Luisa, saiu-se com um argumento que agradava igualmente aos dois lados²⁴⁰. Para obter uma moça que reunisse as virtudes tanto da “flor silvestre”, como da “flor cultivada”, era “necessário dar-lhe ao mesmo tempo

²³⁴ Ibidem, vol. 1, cap. XIII.

²³⁵ Ibidem.

²³⁶ Ibidem, vol. 1, cap. XII.

²³⁷ Ibidem.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Ibidem.

liberdade e cultivo, sol e sombra, ar e abrigo”. “Eis como penso, portanto, ambas tem razão”²⁴¹. Para Sênio, um “deputado capaz de provar ao governo e à oposição que ambos se acham em perfeito acordo”, estava, enfim, “talhado para ministro”²⁴². Para o leitor que tivesse acompanhado o desempenho do deputado José de Alencar durante o debate em torno de sua retirada do gabinete de 16 de julho, no ano de 1870, seria nítido perceber a crítica interna ao comentário, segundo a qual, ministro bom seria aquele que soubesse agradar às diversas opiniões.

Em *O tronco do ipê*, a relação dos personagens com a política era invariavelmente pautada pela troca de interesses, bem como a frouxidão das posições assumidas, sempre modificáveis ao gosto da circunstância, o que de todo destoava dos valores políticos apregoados pelo deputado Alencar na câmara. Isso, por sua vez, permite-nos formular o argumento de que, por meio de seu pseudônimo e narrador, o ex-ministro retomava as discussões e críticas, as quais iniciara na câmara na sessão anterior à produção do romance. Em certo momento, dentre os convidados do barão, o padre Carneiro ecoa alguma coisa de outro seu colega de ofício, o Sr. Beltrão, da advertência a *Guerra dos mascates*. Lá, o vigário esquecido dentre as nomeações do governo resolvia-se a “virar a jaqueta”, passando imediatamente à oposição. Em *O tronco do ipê*, o padre andava fulo da vida com o compadre Domingos Pais, cujas trapalhadas o haviam feito perder a inspiração bem na hora em que formulava um madrigal para o elogio das duas amigas, Alice e Adélia, cuja cor dos vestidos o fazia imaginar duas flores, o cravo e a rosa²⁴³. Após muito tentar e sem conseguir retomar os versos, ao passo que via escapar-lhe a oportunidade para a declamação, o vigário amuou-se num canto e desde então “começou a ruminar a ideia de bandear-se para a oposição, a fim de derrocar a influência do barão”, que era “protetor do Domingos Pais”²⁴⁴. O cômico da situação tornava ridículos os motivos do padre, suficientes, entretanto, ao propósito da crítica em sugerir que qualquer picuinha pessoal era motivo o bastante para procurar desforra na política da época. E quando enfim o padre conseguiu “desfia[r] o seu verso”, o Domingos Pais, a fim de “entrar nas boas graças do vigário”, fez o maior

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² Ibidem.

²⁴³ Ibidem, vol. 2, caps., VII-VIII.

²⁴⁴ Ibidem, cap. X.

estardalhaço, “pois tanto batia palmas com as mãos, como pateava com os pés” e, não contente com isso, corria a tocar piano numa estranha inquietude de sentar e levantar²⁴⁵. Para Sênio, que não perdia oportunidade, o compadre agia “a semelhança de um deputado neutro, que desejando estar bem com o deus-governo, e com o diabo-oposição, procura resolver com as ancas o que não comporta a cachola; o difícil problema de votar por um e outro, a contento de ambas as partes”²⁴⁶. Como leitora, não se sabe, às vezes, o que é mais engraçado, se as cenas ridículas das personagens de Alencar ou se o tique de Sênio, em tudo encontrar jeito de censurar a política de seu tempo.

Contudo, havia situações mais concretas para onde o narrador dirigia o seu olhar como, por exemplo, a crítica, mencionada no início, a respeito do modo como Joaquim Freitas recebera o título de barão, nem tanto por serviços prestados à sociedade, quanto pelos doze contos de réis que doou para o “hospício de Pedro II”²⁴⁷. A censura à “compra de títulos”, como se o governo mercadejasse a nobreza, remete também à experiência de Alencar, o qual teve a própria oportunidade de rejeitar uma condecoração conferida a ele, pelo mérito da escrita, incomodado em receber prêmio “que davam aí a qualquer anônimo mediante certa quantia”, como explicava editorial do *Dezesseis de julho*²⁴⁸. O assunto também frequentou as páginas de *Guerra dos mascates*, reiterando o incomodo que o tema causava a Alencar²⁴⁹. Interessante é o modo como o narrador utiliza-se do expediente para esticar os olhos e os comentários ao que haveria nos corredores do paço imperial. E ali estava um “leviano” ministro às voltas com o problema gravíssimo de escolher o nome que conviesse ao mais novo barão do sul da província²⁵⁰. No raciocínio de Freitas, após o “rasgo de filantropia” da doação dos doze contos, ele adquiria o direito de escolher a denominação do título e queria o pomposo “*Barão do Socorro*”²⁵¹. E assim fez chegar sua solicitação ao ministro competente, o qual, entretanto, não conseguia atender à demanda.

²⁴⁵ Ibidem, cap. XIII.

²⁴⁶ Ibidem.

²⁴⁷ Neste capítulo da dissertação, p. 13.

²⁴⁸ Ibidem, p. 5.

²⁴⁹ José de Alencar, *Guerra dos mascates*, op. cit., Cf. vol. 2, caps. II e IV. O mocinho do romance, o qual nascera sem nobreza, se recusa a comprar um título, tampouco a cortejar o governador da capitania para adquirir um. Prefere construir a fidalguia a partir da virtude dos próprios atos.

²⁵⁰ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 1, cap. XII.

²⁵¹ Ibidem, grifo original.

Foi então que se deu um diálogo entre a “Excelência” e o conselheiro Lopes, que, aliás, era “íntimo do ministro e mediante 500\$ mensais pagos pela verba secreta o defendia na imprensa em artigos bombásticos”²⁵².

- Eis aqui um negócio que me está dando o que fazer!... disse a Excelência voltando-se para mostrar certo papel.
- Alguma complicação? Perguntou Lopes quebrando na ponta do botim a cinza do charuto.
- Um fazendeiro do sul da província, o Joaquim Freitas, que deseja ser barão...
- Hanh!...
- Conhece-o?
- De nome apenas.
- É a primeira influência eleitoral do colégio; além disso deu doze contos de réis para as obras do Hospício. Mas o *homem* embirrou! A princípio não queria dar mais que uma comenda; por fim, como já se tinha recebido o dinheiro, e podia haver um escândalo, consentiu no baronato; porém não aparece nome que sirva. Já corremos todos os santos da folhinha, e todos os rios da província... O Freitas insiste por *Barão do Socorro*; mas eu já me contentava em fazê-lo barão de qualquer coisa. Há dois meses que estou nessa lida²⁵³.

O curto trecho é imensamente rico. Ao elaborar a urdidura do romance, Alencar encontrou uma maneira de inserir, rapidamente, a passagem no momento em que o conselheiro Lopes entra em cena pela primeira vez, ou seja, quando o narrador fazia a apresentação da personagem. Além de nos contar que era “baixo, calvo”, “orça[ndo] pelos cinquenta anos” e que usava um “chinó” para disfarçar a “fronte proeminente”²⁵⁴, queria que conhecêssemos seu perfil político e o tipo de relações que mantinha com funcionários dos altos cargos imperiais. Mais do que isso, a cena foi deixada para que Sênio retomasse, agora da forma literária, debates que o ex-ministro da justiça, José de Alencar, havia tentado encetar no parlamento. É possível interpretar o trecho como uma crítica aos “maus estilos da nossa administração”²⁵⁵, quanto ao costume de levar todas as questões a conselho e despacho, o qual fazia o ministro desperdiçar o seu tempo com assuntos de pouca monta, com prejuízo das grandes questões políticas. De fato, “a Excelência” já empreendia dois longos meses na ninharia da nomeação de um baronato. Além disso, o trecho retoma

²⁵² Ibidem.

²⁵³ Ibidem, grifos originais.

²⁵⁴ Ibidem. Segundo o Houaiss, Chinó era uma cabeleira postiça para o alto da cabeça. Cf. Antonio Houaiss, *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

²⁵⁵ Neste capítulo da dissertação, p. 25.

também a crítica a respeito da inconveniente intervenção do imperador nas corriqueiras decisões dos ministros, sujeitando-os aos seus menores caprichos. Enquanto “a Excelência” queria logo atender ao pedido de Joaquim Freitas que, afinal, era “a primeira influência eleitoral do colégio”²⁵⁶, o imperador aparecia como um teimoso implicante a impor a sua vontade a qualquer custo.

O que dizer da relação entre o ministro e o deputado que o defendia na imprensa, mediante pagamento pela verba secreta do orçamento? O trecho não podia ser mais eloquente para os leitores contemporâneos de Alencar, minimamente informados da polêmica levantada pelo ex-ministro da justiça no parlamento, em junho de 1870. Se bem nos lembramos, a intenção de Alencar ao questionar o pensamento do gabinete a respeito da subvenção à imprensa pela verba secreta, assim como sobre a produção dos extratos de jornais, era abrir um debate – “Tenciono abrir a este respeito um debate”²⁵⁷. E pelo jeito, não obstante a rispidez de Muritiba, que se negou a dar explicações sobre o uso da aludida verba²⁵⁸, o ex-ministro, longe de desanimar, trouxe à tona a questão na primeira oportunidade. Não é possível dizer que Alencar estivesse confiante a respeito da recepção do público quanto aos temas levantados, pois andava mesmo descontente com a reação da “opinião pública”, comparada a terreno inculto, porém, podemos pensar que ele não desistia de cumprir o seu papel e registrar sua posição. Sabendo que o deputado era totalmente contrário à subvenção da imprensa pelo governo, a cena que constrói no romance era uma maneira de protestar, e também zombar, daquela situação.

Antes de deixar a sala do ministro, o narrador apresenta ainda um último lance. Enquanto Lopes e “a Excelência” tentavam solucionar a difícil questão do baronato, discretamente alguém ergueu “um canto do reposteiro”, comunicando “achar-se na sala o senador X”²⁵⁹. Este é descrito como “parlamentar muito distinto, que mudava de partido regularmente duas vezes no ano”: na abertura da sessão “declarava-se oposicionista” e pouco antes do encerramento “dava sua adesão ao governo”²⁶⁰. O ministro imediatamente

²⁵⁶ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 1, cap. XII.

²⁵⁷ Sessão em 18 de junho, *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1870, 1º f.

²⁵⁸ Neste capítulo da dissertação, p. 27.

²⁵⁹ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 1, cap. XII.

²⁶⁰ Ibidem.

levanta-se para atendê-lo, pois não podia fazer esperar “tão importante personagem, que pertencia a uma classe de homens políticos muito apreciada em S. Cristovam”. Acrescentou o narrador:

A mão que fabrica os títeres do teatrinho parlamentar, tem razão de preferir essas criaturas de cera, que o menor calor derrete, às almas de tempera que o fogo enrija em vez de embrandecer²⁶¹.

À semelhança de outros comentários sobre política ao longo do romance, percebe-se a insistência em censurar as “criaturas de cera”, quiçá sem as “profundas convicções” às quais o deputado Alencar achava indispensáveis num “homem político”, como afirmou²⁶². A representação do Senador X como sujeito preferido, pela maleabilidade do caráter, para a política de São Cristovão, além de reiterar a crítica à qualidade da política imperial, seria também uma forma de vazar a interpretação de Alencar a respeito de sua preterição ao senado, talvez por causa da propalada “tenacidade em suas opiniões”. Também não escaparia ao leitor a caricatura de d. Pedro II como manipulador.

Mas como, afinal, Joaquim Freitas terminou como barão da Espera? A ideia foi toda do Lopes, que ainda não era amigo do influente fazendeiro e pouco se importou em proteger-lhe a reputação. Conhecendo os boatos a respeito do rápido enriquecimento de Freitas, sugeriu ao ministro que propusesse “*Barão da Espera*”, adivinhando que o imperador aceitaria esse nome no despacho²⁶³. E não deu outra. Logo vinha o ministro contente elogiar a ideia do Lopes. Este soltou seu riso irônico, afirmando: “os ministros fazem programas, e os reis epigramas”²⁶⁴. Como o ministro não entendeu, o deputado “cochichou” alguma coisa “ao ouvido da excelência”, que pouco depois estava a par da maledicência em torno do enriquecimento de Freitas²⁶⁵. Entende-se dessa passagem que o imperador, conhecedor dos boatos, se negava a dar o nome “barão *do Socorro*”, preferindo, quando a ideia apareceu, algo mais enigmático e sugestivo como “da *espera*”, que bem

²⁶¹ Ibidem.

²⁶² Neste capítulo da dissertação, p. 42.

²⁶³ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 1, cap. XII. Grifo original.

²⁶⁴ Ibidem.

²⁶⁵ Ibidem.

poderia ter o sentido de tocaia²⁶⁶. Joaquim Freitas ficou furioso e foi à corte “resolvido a renunciar o título e reclamar seu dinheiro”, pois entendia, “e com boa razão, que tendo oferecido doze contos de réis à vista pelo título de *Barão do Socorro*, e não por outro qualquer”, o governo devia “lhe dar conforme o objeto comprado ou declarar que não podia aceitar a oferta”, oferecendo contraproposta²⁶⁷. Pois assim “costumava o fazendeiro tratar a venda dos cafés ou a compra dos escravos; supondo que a base das transações mercantis”, quer se fizessem “na praça do comércio, quer no gabinete do ministro”, era a boa fé. E assim, Sênio dava mais uma alfinetada na prática imperial de doar títulos em circunstâncias que mais lhe pareciam “transações mercantis”. Logo, se o fazendeiro tratava as coisas da corte com o mesmo raciocínio com que administrava a sua fazenda, a culpa não seria tanto de sua xucrice, quanto da postura do governo, que dava azo à coisa²⁶⁸.

O capricho de José de Alencar não foi menor nos outros aspectos da produção de seu romance, construído com cuidado nos mínimos detalhes. Não sabemos se em 1870 havia, na velha pasta de papelão do romancista, algum esboço da trama que veio a lume em janeiro de 1871, quem sabe quanto ao conflito amoroso encenado. Porém, há indícios suficientes para acreditarmos que a obra foi efetivamente escrita no intervalo entre as sessões parlamentares de 1870 e 1871. Não só os temas sobre a política imperial, como também a escravidão, entremeiam toda a estrutura do romance, tornando-a dependente deles, por sua vez dependentes da experiência política do escritor como deputado e ex-ministro da justiça.

²⁶⁶ Grifos meus.

²⁶⁷ Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 1, cap. XII, grifo original.

²⁶⁸ Quanto à “hipótese da xucrice” tomo por base um estereótipo que provavelmente havia no século XIX a respeito dos fazendeiros, a partir do que consta no texto de um deles, publicado na seção “A pedidos” do *Jornal do Commercio*. “*Um lavrador*” mostrava-se muito descontente com a pouca atenção do parlamento às necessidades da lavoura – termo utilizado para generalizar a classe dos fazendeiros. Segundo o autor, tal postura do governo fiava-se na “paciência excessiva dos lavradores”, bem como na “simplicidade dos homens da roça, *esses ignorantes de grandes chapéus de palha* [...]”, que só saberiam “tratar da terra”, etc. Outro assunto chamou a atenção nesse texto. Antes de encerrar o artigo, a respeito do estereótipo o fazendeiro fez uma ressalva que nos interessa: “Não é bom, porém, confiar no dizer de romancistas que descrevem os lavradores, como Julio Diniz descreve os homens da festa do milho rei”. Esse comentário é um indício acerca da capacidade do público leitor do século XIX em perceber e se posicionar diante dos comentários críticos inseridos pelos literatos – com maior ou menor sutileza – em suas obras, ainda que nem todos publicassem crítica literária. Cf. “Vassouras”, *Jornal do Commercio*, 05 de setembro de 1870. O primeiro grifo é original, o segundo é meu.

Quando a trama amorosa de *O tronco do ipê* alcançou o seu desfecho, o segredo sobre a morte de José Figueira, cuidadosamente guardado por um “escravo fiel”, foi enfim revelado, de modo que Freitas finalmente obteve o seu perdão, ao passo que Mário e Alice conseguiram se casar. Entretanto, levando junto o barão, foram morar na corte, pois o moço precisava distanciar-se daquele lugar de lembranças ingratas. O velho escravo e sua esposa terminavam forros e, sem esquecer-se dos personagens apresentados ao longo da trama, o narrador dava notícias sobre o fim de cada um. D. Alina, incorrigível, “conservava as duas paixões de sua vida, que foram sempre as fitas e as intrigas”. O conselheiro “provou afinal das uvas imperiais”, tornando-se ministro de uma pasta “enjeitada por diversos”. Feito isso, o subdelegado, costumado conviva do barão, e “que já se tinha em conta de vitalício” no cargo, foi demitido. “Parece que o homem se atrevera a prender o capanga de um potentado”, o qual, imediatamente, exigiu do Lopes, “por desabafo,” a demissão do petulante. O ministro não teve escolha, pois o dito potentado “falava em nome de setenta votos, e o Lopes ainda não era senador”... “Mirando-se nesse espelho”, tratou também o vigário de mudar de partido. O bom padre Carneiro, “que tanto ganhava em banha, como perdia na tinta do latim, tinha lá de si para si” que cada um devia adquirir experiência própria das coisas; pois já tendo, “e longa”, a de conservador, “quis também a de liberal, quites de tornar atrás”. Quem muito sofreu com a mudança do barão para a corte foi o compadre Domingos Pais que ficou “avulso por algum tempo”. Felizmente, lembrou-se de um filho que ainda tinha “por crismar, embora já lhe apontasse a barba”; “e por meio dele se uniu espiritualmente” ao comendador Matos, outro fazendeiro da região, embora custoso fosse consolar-se a ser “rebaixado de compadre de um barão a compadre de simples comendador”²⁶⁹.

²⁶⁹ Para esse trecho final: Sênio, *O tronco do ipê*, op. cit., vol. 2, cap. XX.

Capítulo 2

O parlamento na imprensa e as preocupações senhoriais

Em 1870, quando o tema da emancipação dos escravos tomou a imprensa e chegou ao parlamento, os senhores fazendeiros e seus representantes prodigalizaram palavras e figuras retóricas a fim de ilustrar as iminentes desgraças da “lavoura”, e consequentemente do país, caso aquele disparate fosse levado adiante de maneira tão precipitada, segundo pensavam. A muitos preocupava o destino que teriam as fazendas espalhadas pelo Vale do Paraíba fluminense. Em dado momento, um lavrador autointitulado “Um cafésista nacional” publicou no *Jornal do Commercio* o trecho que segue:

Quem percorre as fazendas por uma linha traçada do Bananal pelo curso do Pirai, seguindo para diante, entre o Paraíba e a serra do Mar, até sair em Campos, o que vê? Léguas contínuas de terras abandonadas, residências fechadas, arraiais quase desertos, vilas que tinham 50, 60 e 80 casas de negócios, florescentes, agora com duas ou três casas! [...] A lavoura ameaçada de um lado pelos utopistas políticos com a emancipação imediata, é pelo outro lado aterrada com a perspectiva do câmbio alto e depreciamento [sic] dos seus produtos²⁷⁰.

No contexto, o lavrador antevia “a miséria, a ruína, a fome e o abandono” para “muitas famílias brasileiras”. O enredo das perdas materiais da “lavoura” daria também a tônica dos debates parlamentares sobre a emancipação naquele ano. O deputado José de Alencar participou das discussões e legou aos anais parlamentares as suas impressões. Mais tarde escreveu um romance, cuja ação situava-se na década de 1850, em próspera fazenda de café, às margens do rio Paraíba. No passado

Era linda a situação da fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão*.

As águas majestosas do Paraíba, [sic] regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras e extensas matas virgens.

²⁷⁰ “Os jogos do câmbio e o comercio nacional”, *Jornal do Commercio*, 9 de julho de 1870.

A casa de habitação chamada pelos pretos *casa grande*, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, d’onde se descortinava um soberbo horizonte.

Assomava ao longe, emergindo do azul do céu, o dorso alcantilado da *Serra do Mar*, que ainda o cavalo a vapor não escarvava com a férrea úngula²⁷¹.

Com o mesmo enlevo, o narrador descrevia ainda a maquinaria – “o monjolo, a bolandeira, o moinho”- e o conjunto de edifícios que completava o cenário do lugar, sem esquecer “o jardim, o pomar, a horta”, tudo “arranjado com muito gosto”. Porém, de repente nos conta que

Tudo isso desapareceu; a fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão* já não existe. Os edifícios arruinaram-se; as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades²⁷².

José de Alencar, que não vivia da lavoura cafeeira e não se apresentava como particular defensor de interesses de fazendeiros, contudo não pôde evitar partilhar certa melancólica amargura pela esperada ruína de determinado modo de vida. A plausibilidade da relação entre o enredo de *O tronco do ipê* e os debates parlamentares do ano 1870 em torno da emancipação do “elemento servil” – eufemismo caro à classe senhorial da época – é o argumento das páginas que se seguem.

Sobre como a “grave questão” chega ao parlamento após o fim da guerra do Paraguai

Em 16 de julho de 1868, o Império do Brasil acolhia um novo um gabinete de ministros; conservador, chefiado pelo visconde de Itaboraí. Assunto bem conhecido na historiografia brasileira, o ministério de 16 de julho é lembrado pela resistência em levar à

²⁷¹ Sênio, *O tronco do ipê*. Rio de Janeiro, Editor proprietário B. L. Garnier, 1871. Vol. 1, cap. I. Grifos originais.

²⁷² Idem. Grifos originais.

tribuna propostas efetivas para a emancipação dos escravos no país²⁷³. À época, sua subida ao poder fora interpretada por alguns como um retrocesso de d. Pedro II no incentivo à política de emancipação. Segundo conta Joaquim Nabuco, desde meados da década de 1860 o imperador encorajava a elaboração de propostas emancipacionistas, inaugurando a presença do tema no parlamento em 1867, na abertura da sessão legislativa, através da fala do trono. Então, estava no poder o chamado gabinete de 3 de agosto, liberal, chefiado por Zacarias de Góes e Vasconcelos. Era o tempo da guerra do Paraguai, o que, para muitos, virava subterfúgio para protelar o inconveniente assunto da emancipação. Segundo outra interpretação para a postura do imperador, fora sua preocupação com o conflito a responsável pela subida dos conservadores, como o meio encontrado para garantir no Paraguai a permanência de Caxias, o chefe das forças armadas brasileiras, que era conservador e não se dava com o ministério Zacarias²⁷⁴. O fato é que o conjunto específico que compôs o gabinete de 16 de julho mostrou-se bastante coeso em repelir do âmbito parlamentar, até mesmo da fala do trono, um programa de emancipação²⁷⁵.

Por meio da historiografia sabemos também que foi apenas na sessão de 1871, no terceiro gabinete conservador desde 1868, que o parlamento conseguiu finalmente aprovar a primeira lei de emancipação, conhecida como lei do ventre livre, pois, dentre outras coisas, conferia liberdade aos filhos das escravas nascidos a partir da lei. Assim, punham fim à última fonte legal restante até então para a aquisição de novos escravos. Porém, se apenas na sessão de 1871 o gabinete no poder ofereceu formalmente um projeto de emancipação à apreciação da câmara dos deputados, a disputa em torno da questão, no contexto mesmo da resistência senhorial, começou na sessão anterior, em 1870, com as primeiras notícias sobre o fim da guerra do Paraguai. Mas se em 1870 o gabinete Itaboraí ainda estava no poder e se não ofereceu proposta alguma de emancipação, então como o

²⁷³ Acompanhei a discussão sobre o processo parlamentar em torno do tema da emancipação dos escravos entre o fim da década de 1860 até 1871 principalmente em Joaquim Nabuco, *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2 v. Sidney Chalhoub, *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

²⁷⁴ Cf. Nabuco, op. cit. vol. 1, Livro quinto, cap. IV.

²⁷⁵ O conjunto era composto por: Visconde de Itaboraí, barão de Cotegipe, barão de Muritiba, José Maria da Silva Paranhos, Paulino José Soares de Souza, José de Alencar e Antônio Fernandes Leão. Chalhoub refere-se a eles como “a fina flor da resistência escravocrata”. Cf. op. cit., p. 163.

assunto chegou ao parlamento? A leitura dos anais parlamentares em meio às colunas do *Jornal do Commercio* oferece-nos alguns caminhos interpretativos.

No mês de maio, quando a câmara dos deputados se preparava para a abertura da sessão legislativa, havia na corte e espalhado pelas províncias do império muitos enfeites e festejos em comemoração ao fim da guerra. Também celebravam o retorno do genro do Imperador, o conde d'Eu, que havia liderado as tropas nacionais na última fase do conflito. A “Gazetilha” do *Jornal do Commercio* parabenizava “o general vencedor que com tanta glória como felicidade acabava de concluir a longa e porfiada guerra”, reiterando os inúmeros *Te Deum*, planejados “com toda a pompa”, para celebrar o “feliz regresso de S[ua] A[lteza]”²⁷⁶. Havia também homenagens aos voluntários da pátria que iam chegando em direção à corte e às províncias, sempre recebidos por comitivas, ruas e casas enfeitadas, bandas de música, discursos e poesias²⁷⁷. O *Jornal do Commercio* nos deixa ver alguma coisa:

A cidade inteira [...] vestira-se de gala para receber S. A. o Sr. Conde d'Eu. Desde os mais suntuosos edifícios até as mais humildes casas [...] achavam-se adornad[o]s com bandeiras, colchas de seda [...]: nas ruas e praças levantava[m]-se arcos e coretos, e por toda a parte a população alegre e ruidosa festejava [...] a conclusão da guerra.

[...]

A noite iluminou-se a cidade inteira [...].

O estabelecimento do Sr. Braga na praça da Constituição, acha-se ornado com transparentes, flores e bandeiras [...].

O paço do senado foi convenientemente preparado [...]. A parte exterior do edifício estava adornada com colchas de veludo franjadas de ouro e com a bandeira nacional. [...] Uma banda de música colocada à frente do edifício tocava diversas peças²⁷⁸.

E assim por diante. Segundo a folha, a recepção ao conde ensejava dos “mais belos movimentos populares que a capital do Império” havia presenciado, no qual “Ondas de

²⁷⁶“Gazetilha”, “Recepção de S. A. os Sr. Conde d'Eu”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

²⁷⁷ Idem.

²⁷⁸ Idem.

povo acompanhavam os augustos personagens” durante o cortejo que se seguiu ao desembarque do general²⁷⁹. Os discursos proferidos nesses momentos apresentavam um tom forte de patriotismo com muitos vivas e glórias à nação brasileira e seus soldados, os quais teriam quebrado “os grilhões do despotismo”²⁸⁰, assim honrando a “dignidade da nossa pátria”²⁸¹. Segundo diziam, o país havia libertado um povo “da escravidão”²⁸², mas o sentido desse cativo, na maioria das manifestações publicadas no *Jornal*, ficava restrito à libertação da “tirania” de Lopez²⁸³, sem formular necessariamente um elogio à liberdade em detrimento da escravidão. Em meio ao ufanismo, chegaram mesmo a achar que no Brasil havia “um povo livre” que, nas ruas, expressava seu “contentamento patriótico”²⁸⁴. Logo, naquelas comemorações, nem todo discurso de louvor à liberdade expressaria uma consciência crítica sobre “os grilhões” que havia no Império ou teria intenção de pressionar o parlamento a esse respeito.

Entretanto, ainda que em menor quantidade, foi possível encontrar discursos que aproveitaram a oportunidade para clamar em favor da emancipação no Brasil, sugerindo expectativa a respeito do retorno do assunto à pauta da assembleia legislativa. Dentre a miríade de homenagens dedicadas ao conde d’Eu pelas associações que o foram saudar, a “classe tipográfica” quis “solenizar” o momento com a libertação de “duas pobres crianças” e um elogio à intervenção do conde na promoção da abolição da escravidão no Paraguai²⁸⁵. A liberdade era “aspiração suprema” tanto no campo de batalha, quanto “[n]a imprensa” e “na tribuna”²⁸⁶; era guia que encorajava “aos grandes homens”, como o conde que “com a pena” havia feito “ali [no Paraguai] dos homens escravos cidadãos livres”. Por fim, queriam que as cartas de liberdade fossem entregues às crianças pelas mãos de sua alteza, na esperança de que “em um futuro não remoto talvez receberá o Império do Cruzeiro das

²⁷⁹ Idem.

²⁸⁰ “Ao Brasil”, *Jornal do Commercio*, 2 de maio de 1870.

²⁸¹ “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 3 de maio de 1870.

²⁸² Idem.

²⁸³ Conferir o poema de Emílio Zaluar em “Gazetilha”, “Recepção de S. A. os Sr. Conde d’Eu”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

²⁸⁴ “Ao arsenal de guerra”, *Jornal do Commercio*, 6 de maio de 1870, 1º f.

²⁸⁵ “Gazetilha”, “Recepção de S. A. os Sr. Conde d’Eu”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

²⁸⁶ Idem. Grifo meu.

mãos de homens livres o decreto complementar de suas instituições de povo americano”²⁸⁷. Assim, ficava no ar a sugestão de que esperavam que um projeto de lei de emancipação – decreto “das mãos de homens livres” - fosse apresentado às câmaras do parlamento naquele ano. Se o conde d’Eu fez ou não essa associação, não podemos assegurar, mas sua resposta foi positiva:

Os senhores não podiam melhor interpretar os meus sentimentos, e fiquem certos de que é o mais brilhante festejo que podiam fazer²⁸⁸.

Na biografia de seu pai, Joaquim Nabuco conta que a resolução do conde d’Eu no Paraguai de fato foi utilizada no Brasil pelos favoráveis a um projeto de emancipação, a fim de incentivar o imperador a retomar a pauta após a conclusão da guerra²⁸⁹. O próprio Nabuco de Araújo, que então liderava a oposição liberal contra o gabinete conservador²⁹⁰ e representava o Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), aproveitou o ensejo da felicitação ao conde d’Eu para fazer sugestões: esperava que “a grande ideia” da emancipação fosse “uma consequência da vitória alcançada contra a barbaria do Paraguai”²⁹¹. Segundo as notícias que circularam no *Jornal do Commercio*, o assunto seria motivo até mesmo para brindes em uma festa no mês de maio, na corte, quando comemoravam o retorno de um comandante e seus oficiais. Quintino Bocaiúva erguia a taça “à liberdade como base de todo o progresso, à confraternização de todos os brasileiros, para o futuro engrandecimento do Brasil”, enquanto Pinheiro Guimarães, “ao dia próximo em que trazida e guiada pela mão da prudência, a liberdade surja eterna para todas as raças na terra do Cruzeiro”²⁹². Nesses exemplos, fica claro o incentivo à liberdade no Brasil, fosse de modo abstrato, para o bem do progresso, ou de maneira mais objetiva, para o fim do cativo dos africanos e

²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Cf. Nabuco, op. cit. vol. 2, Livro Quinto, cap. VI. pp. 795-796. José Murilo de Carvalho também enfatiza a disposição “aboliconista” de D. Pedro II. Cf. *A construção da ordem. A elite imperial; Teatro de sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012. Parte II, cap. 2. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

²⁹⁰ Sobre a liderança de Nabuco de Araújo, Nabuco, op. cit. V. 1, Livro quinto, cap. V. Conferir também o n. 1 do periódico *A Reforma*, 12 de maio de 1869.

²⁹¹ Apud Nabuco, op. cit. v. 2, Livro quinto, cap. VI. p. 796.

²⁹² “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 20 de maio de 1870. Pinheiro Guimarães era o Brigadeiro homenageado, recentemente retornado com os batalhões sob seu comando.

seus descendentes, a “raça” cativa “na terra do Cruzeiro”. Finalmente, é possível que essas manifestações impressas no *Jornal do Commercio* sejam indício daquilo que Robert Conrad chamou de “emancipacionismo popular”²⁹³. Para o historiador, as iniciativas de d. Pedro II em favor da emancipação, ao longo da década de 1860, teriam criado espaço para o fortalecimento de ideias emancipacionistas em outros setores da sociedade, os quais fariam pressão sobre o gabinete conservador a partir de 1868²⁹⁴.

Contudo, os incentivos diretos à medida legislativa dividiam as páginas do *Jornal* com dezenas de anúncios semanais de alforrias, os quais não se posicionavam claramente acerca de uma lei de emancipação, utilizando preferencialmente a retórica da filantropia, promovendo a iniciativa de senhores que libertavam seus escravos por alegada generosidade. Na Paraíba, por exemplo, no encerramento da assembleia provincial, comemoraram o fim da guerra com baile, fogos de artifícios e a “libertação de 19 crianças escravas”²⁹⁵. A sociedade recreativa *Juventude*, em Pernambuco, “comemorarão a terminação da guerra mandando batizar como livres algumas crianças nascidas de ventre escravo”²⁹⁶. A sociedade “Libertação”, na freguesia de Santo Antonio, convidava seus sócios para uma missa “depois da qual serão entregues as cartas de liberdade às pessoas libertas por essa sociedade”, que assim “soleniza” o fim da guerra e a chegada do conde d’Eu²⁹⁷. O “Sr. Comendador José Maria de Carvalho Júnior, libertou, sem condições”, seu escravo “de nome Manoel Pedreiro”²⁹⁸; o “Sr. Manoel Mendes da Costa e sua esposa a Sra. D. Emília Amália de Miranda Mendes deram sem retribuição alguma” liberdade ao escravo Gustavo, “crioulo, de 32 anos de idade”; “o Sr. Francisco Xavier Pereira de Mello Corte Real” e sua esposa “D. Angélica Adelaide de Mirando Corte Real” libertaram “uma sua

²⁹³ Robert Conrad, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975, p. 101.

²⁹⁴ *Ibidem*, pp. 101-107.

²⁹⁵ “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

²⁹⁶ *Idem*. A informação sobre a localização da sociedade não é precisa. Deduzi, pois aparece no conjunto de informações sobre a província de Pernambuco.

²⁹⁷ *Idem*. Poucos dias depois, deu-se uma querela a respeito dessas libertações. Não é possível conhecer os detalhes, mas um anônimo pede esclarecimentos à sociedade sobre a propriedade dos libertos antes do ato de alforria. Cf. “A sociedade libertação na freguesia de Santo Antonio”, *Jornal do Commercio*, 3 de maio de 1870.

²⁹⁸ “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

cria de nome Felipe, pardo, de 6 anos”, a quinta “cria que libertam”²⁹⁹; “o Sr.Custódio Joaquim Moreira” libertou “uma sua escrava de 5 anos de idade, obrigando-se a sustentá-la até maior idade”; “o Sr. André Bonneau” libertou a sua escrava Francelina, crioula de 39 anos de idade”³⁰⁰...

Rasgo maior de filantropia teve um rico fazendeiro que resolveu se adiantar ao governo e declarar, ele mesmo, a liberdade do ventre das escravas sob seu domínio. Sempre no ensejo do fim da guerra, o barão de São João do Príncipe, do Vale do Paraíba, publica nas colunas “a pedido”, do *Jornal do Commercio*, que

resolveu declarar completamente livres todos os filhos de suas escravas que nascerem desta data em diante, comprometendo-se a fazê-los batizar como se de ventre livre tivessem nascido [...] ³⁰¹.

Ademais, acrescentou uma série de medidas complementares, comprometendo-se “por si e por seus futuros herdeiros e legatários, a criar todos os ditos filhos de suas escravas” até os 18 anos se fossem do sexo masculino e até os 15 quando do sexo feminino. Entregaria os meninos, “logo que atingirem aquela idade ao governo imperial, ou a autoridade por este designada” para que lhes desse destino, “a bem do serviço público”, e deixaria as meninas “gozarem de sua plena liberdade”. Registrava, porém, a ressalva de que os “assim por ele beneficiados” não poderiam exigir dele ou de seus sucessores “salário ou qualquer indenização” “pelos *pequenos serviços* que possam ter prestado, por deverem ser tais serviços considerados como *tênue indenização* de sua criação, alimentação e vestuário”³⁰². Finalmente, o barão faria registrar a declaração em livros de notas da corte e de municípios onde residia para que a resolução produzisse “logo os seus efeitos”.

Do texto, entende-se que o barão estaria familiarizado com os mecanismos básicos de um projeto de emancipação que circulava publicamente desde 1869 quando *A Reforma* divulgou uma carta de Nabuco de Araújo a um fazendeiro de Limeira/SP; no documento

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 3 de maio de 1870.

³⁰¹ “Liberdade”, *Jornal do Commercio*, 30 de abril de 1870.

³⁰² Grifos meus.

discutiam a proposta de emancipação baseada na libertação do ventre da mulher escrava³⁰³. A partir do que conhecemos sobre a resistência senhorial à intervenção do governo na regulação do processo de libertação dos escravos³⁰⁴, podemos pensar que, por via das dúvidas, o barão preferiu se precaver e adiantar-se às decisões legislativas a fim de manter consigo as rédeas do processo de emancipação da sua escravaria. Assim colocaria os termos que lhe fossem mais adequados e conservaria todos os apetrechos dos rituais de alforria, garantindo a manutenção de sua autoridade e influência moral sobre escravos e libertos. Ao se propor a cuidar das crianças até 15 e 18 anos ele transmitia à sociedade a ideia de filantropia e, ao mesmo tempo, garantia a exploração do trabalho desses indivíduos, sem qualquer tipo de regulação, nos termos obscuros dos “pequenos serviços” que poderiam prestar como “tênue indenização”.

A reação dos leitores à declaração do barão dependeria da posição política sobre o assunto, bem como da expectativa acerca dos trabalhos parlamentares, além dos próprios interesses em jogo. Houve quem elogiasse e incentivasse a medida, embora a iniciativa desagradasse a muitos dos fazendeiros que publicaram suas opiniões na imprensa. A despeito disso, entretanto, como veremos adiante, o fato é que outras declarações de libertação apareceram na imprensa, ensejando repercussão acalorada na câmara dos deputados. Por ora, importa notar que o clima do lado de fora do paço imperial, além do alarido de festa, sugere um misto de incerteza e expectativa em torno da posição do gabinete sobre a emancipação. Com o fim da guerra, a chamada “questão servil” voltaria a ser indicada aos deputados e senadores pelo imperador na fala do trono?

Fala do trono e repercussão na imprensa

Sexta-feira, 6 de maio. Às dez da manhã seria a missa e às treze a abertura da assembleia geral no paço do senado. À noite haveria espetáculo de gala no Teatro São Luiz

³⁰³ Encontrei a carta no exemplar n. 1 da *Reforma*, citado acima. Para chegar a ela, aproveitei a dica em Nabuco, op. cit. vol. 1, Livro quinto, cap. V. Importa notar que, embora os liberais estivessem com essa bandeira na imprensa, a fonte original havia sido os projetos de emancipação de Pimenta Bueno (São Vicente), que era conservador.

³⁰⁴ Cf. Chalhoub, op. cit. cap. 4.

com a presença da família imperial e apresentação de uma peça de Joaquim Manuel de Macedo³⁰⁵, que dessa vez não se pronunciaria sobre a escravidão. A abertura da sessão era toda teatralizada, com protocolos a seguir e a roupa certa a vestir. D. Pedro II usava cetro, coroa, e todo o traje majestático, pomposo e estranho aos olhos hodiernos; os parlamentares usavam fardas escuras com bordado dourado, coisa que, aliás, não agradaria a José de Alencar, a quem aborreciam a indumentária e a etiqueta do paço³⁰⁶.

Após tomar assento, o imperador lia a fala do trono, que funcionava como um programa sugerido aos trabalhos parlamentares. Em 1870 pediu atenção a muitas coisas, incluindo a decretação dos meios necessários para a realização de recenseamento de toda a população do Império. Sobre a emancipação dos escravos, nenhuma palavra. Repetia-se a omissão de 1869 sob o gabinete Itaboraí. Se alguém ali ficou frustrado ou tentado a questionar, ainda que “pela ordem”, teve que aceitar o protocolo do silêncio e seguir o cerimonial de retirada de “SS. MM. Imperiais”, que encerrava a sessão daquela sexta-feira.

No dia seguinte, o editorial da *Reforma*, de acirrada oposição liberal, dissecava a fala do trono distinguindo o dedo dos ministros em cada trecho do pronunciamento³⁰⁷. O silêncio sobre a “questão servil” seria vitória de Itaboraí e Cotegipe os quais, teimosos, cerravam “olhos e ouvidos à evidência” de que havia chegado o momento de retomar a questão. A folha achava “escandalosa” a omissão do discurso da coroa quando a guerra do

³⁰⁵ Sobre a presença da família imperial, “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 6 de maio de 1870. Estou inferindo a presença da família toda a partir do que anunciam sobre o conde e a princesa. As informações sobre o espetáculo do teatro encontram-se no mesmo exemplar. A peça era *Remissão de Pecados* - que denunciava as casas de jogo ilegal na corte, a displicência da polícia em reprimi-las, etc., mas não mencionava a ‘questão servil’. Curioso que a peça de Macedo, que, entre os liberais, ridicularizava a legitimidade da câmara em 1869, fosse escolhida para solenizar a abertura da assembleia geral em 1870. Cf. “A nova câmara”, *A Reforma*, 12 de maio de 1869.

³⁰⁶ Além do que ficou exposto no capítulo I desta dissertação acerca da má vontade de Alencar com os cerimoniais da corte, é também o que conta Raimundo Magalhães Júnior sobre as idas do ex-ministro da justiça aos despachos imperiais, Cf. MAGALHÃES Júnior, Raimundo, *José de Alencar e sua Época*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 215. Há também um testemunho sobre isso em uma fala do narrador de Alencar em *O tronco do Ipê*, Vol. 1, cap. XIV: “Durante a maior parte do dia sofre o corpo a coação que lhe impõe o traje e a polidez; carece por fim de sentir-se à larga, de se espreguiçar no leito e de estender os músculos por muito tempo contraídos”. A teatralização da sessão é algo fácil de perceber através da transcrição que se publicava no *Jornal*. Sobre as roupas usadas, aproveitei a representação de Pedro Américo na pintura “Dom Pedro II na abertura da assembleia geral” quanto à sessão de 3 de maio de 1872, apenas dois anos após a sessão que estudo nesse trabalho. Conferi a imagem e comentários sobre os trajes do Imperador no livro de Lilia Schwarcz, *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, e também no “Tour Virtual” do Museu Imperial em <http://www.museuimperial.gov.br/circuito-exposicao/300-o-traje-e-o-cetro.html>. Acesso em 07/08/2013.

³⁰⁷ 7 de maio de 1870.

Paraguai terminava com a intervenção do “ilustre príncipe” em favor da abolição no território paraguaio; e que o imperador renunciava à ideia de seu interesse “por amor aos conservadores”. Não acreditava, porém, na inviolabilidade do ministério e encerrava o trecho com ameaça velada ao gabinete e aos refratários à emancipação, de modo geral, pois “a liberdade em todos os sentidos e legítimas manifestações” haveria de triunfar.

Em jornal diverso³⁰⁸, José de Alencar tecia comentários sobre o mesmo assunto, explorando o potencial de instabilidade política da situação. Em parte satisfeito, entendia que o silêncio da coroa fazia cessar “as preocupações do espírito público”, que “desde o fim da guerra se inquietava com a solução que teria a conhecida divergência de opinião entre a coroa e o gabinete”. Segundo ele, “[f]alava-se em crise ministerial” e “[h]ouve quem afirmasse” que a coroa iria impor a sua agenda. “Parece que a questão foi muito debatida, sendo afinal a coroa obrigada a ceder”. Contudo, nada estava garantido, dada a precariedade do sistema político brasileiro, sujeito às intervenções de d. Pedro II nas alterações de gabinete. No raciocínio de Alencar, “segundo as normas do sistema representativo”, “a questão do elemento servil estava resolvida por um tempo”, desde 1868, quando subiram ao poder cidadãos que combatiam a medida legislativa. Tais sujeitos estariam “convencidos da necessidade de deixar essa revolução social ao espírito público, tão bem disposto para sua realização”. Assim, retomando a lógica de pensamento, à subida do gabinete de 16 de julho, em 1868, seguira-se a dissolução da câmara liberal, dando lugar a eleições para uma nova assembleia. Por sua vez, o resultado do pleito revelaria de que lado estava o apoio da chamada “opinião pública”. Na teoria, a emergência de uma câmara liberal tornaria ilegítimo o gabinete Itaboraí, obrigando-o a pedir demissão; se o pleito originasse uma câmara conservadora, então, por sua vez, a vontade da “opinião” teria de ser respeitada e o ministério, junto com a sua política, mantido. E assim Alencar acreditava que as coisas deveriam ser, já que a eleição de 1868 originara uma câmara unanimemente conservadora.

³⁰⁸ *Dezesseis de Julho*, 7 de maio de 1870. Fico na dúvida sobre considerar o jornal de Alencar como de posição necessariamente oposta à folha liberal, pois conservadores e liberais às vezes compartilhavam bandeiras, particularmente em 1870 quando parece que ambos querem algum tipo de reforma eleitoral, da guarda nacional, do recrutamento.

Na primeira leitura, é desconcertante acompanhar as declarações do deputado nesse texto, pois seu argumento, em defesa do respeito à vontade de uma suposta opinião pública manifesta através do voto, parecia ignorar a prática eleitoral do império, marcada pela coação dos eleitores e dos resultados, sempre conforme o partido no poder³⁰⁹. Além do mais, como forma de protesto, os liberais tinham deixado de comparecer no último pleito³¹⁰. Logo, conhecedor do contexto, Alencar não poderia crer tão candidamente na legitimidade do 16 de julho segundo as regras aludidas, a menos que estivesse propositalmente distorcendo a interpretação da situação. Não pretendo desdizer a parcialidade do deputado quanto ao caso, mas, ao longo da pesquisa, pareceu-me que havia uma explicação para a sua capacidade de expressar o pensamento acima sem medo de ser imediatamente emendado. Nas eleições após a dissolução da câmara em 1868, não coube a outro senão ao próprio Alencar, então ministro da justiça, a responsabilidade de fiscalizar o pleito. Encontrei informações na biografia escrita por Luís Viana Filho o qual, antes de relatar as rusgas entre o ministro e o monarca, sugeriu que, até certo ponto, houve cordialidade entre ambos em meio à troca de bilhetes sobre assuntos da administração³¹¹. Assim, Alencar prestara contas ao imperador acerca das eleições, acreditando na lisura do processo eleitoral. Em um dos bilhetes:

A necessidade de permanecer nesta Secretaria para providenciar sobre qualquer emergência da eleição me inibiu de ir hoje receber as ordens da V. Majestade Imperial. *O processo eleitoral tem ocorrido com a maior regularidade e sossego*³¹².

Pelo que consta no fragmento, o então ministro parecia empenhado na fiscalização, acreditando que tudo corria bem, até mesmo com “sossego”. Em outro bilhete, informava o

³⁰⁹ Sobre os problemas no sistema eleitoral brasileiro do século XIX, acompanhei a discussão de José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras...* op. cit., Parte II. Cap. V. Para o autor, a alternância dos partidos feita através de d. Pedro II, ao escolher o presidente do conselho de ministros, funcionaria como uma tentativa de corrigir a distorção do sistema e evitar o monopólio de um só partido por muito tempo. Ver também o que ele escreve em *D. Pedro II*, op. cit.

³¹⁰ Sobre a abstenção dos liberais naquele pleito “Manifesto do Centro Liberal”, *A Reforma*, 12 de maio de 1869. Cf. Nabuco, op. cit. vol. 1, Livro Quinto, Cap. V.

³¹¹ Luís Viana Filho, *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1979.

³¹² Idem. pp. 195-196. Grifo meu.

término da apuração na freguesia da Candelária, “o termômetro da opinião circumspecta da corte”, o qual assegurava a vitória dos conservadores, ainda que a mesa fosse “toda da oposição” e que alguns liberais tivessem resolvido comparecer³¹³. Entretanto, o ministro da justiça confirmava que “Parec[ia] [ter-se] verificado o plano do abandono por parte da oposição, e daí a tranquilidade que tem reinado em todas as freguesias”³¹⁴. Quanto a possíveis ocorrências na Ilha do Governador e demais localidades, uma carta do chefe de polícia garantia “que nenhuma gravidade tiveram”³¹⁵. Com apenas esses vestígios, não nos cabe fazer a análise do processo eleitoral de 1868, porém, podemos perceber que, para o ministro da justiça José de Alencar, tudo parecia transcorrer dentro da legalidade. E, talvez, com base nisso é que em maio de 1870 ele tivesse tanta segurança para afirmar a legitimidade da política do gabinete de 16 de julho diante de uma chamada “opinião pública” manifesta através do voto. Com isso, ao passo em que reconhecia a vitória do gabinete sobre o conteúdo da fala do trono, com a omissão da “questão servil”, não ficava satisfeito, assegurando a seus leitores uma próxima reviravolta. Segundo Alencar, o partido conservador haveria de pagar caro “o triunfo constitucional”, pois o imperador empenhara a palavra à opinião estrangeira e não demoraria a desferir a “pancada em cheio” que derrubaria os empecilhos ao debate sobre a emancipação³¹⁶. De maneiras diferentes, tanto *A Reforma* quanto o *Dezesseis de julho* anteviam um horizonte de instabilidades para o gabinete no poder, concordando que o imperador era favorável à retomada das discussões sobre emancipação.

Poucos dias após a publicação dos editoriais mencionados, um anônimo do *Jornal do Commercio* publicou críticas à fala do trono demonstrando descrença na realização das reformas apregoadas, além de insatisfação com a omissão sobre a grande “questão social”³¹⁷. Acreditava que o discurso da coroa reproduzia “o cansado estribilho das reformas” “eleitoral – judicial – municipal – do recrutamento”, etc., sem “desejo eficaz” de realizá-las. Achava até que o “atual ministério” era o mais habilitado para efetuar-las, mas

³¹³ Idem, p. 196.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

³¹⁶ *Dezesseis*, op. cit. O gabinete teria vencido em 1869 e em 1870 pela ausência da questão servil da fala do trono.

³¹⁷ “A fala do trono, o governo e as reformas”, *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1870, 2º f.

que as deixava para o último minuto, como antes haviam feito também os progressistas com as mesmas reformas liberais. Curioso é que mesmo apoiando o 16 de julho esse leitor reclamava que o governo deixava a emancipação “inteiramente entregue às tendências e à iniciativa dos particulares”. Outro anônimo, com críticas parecidas, não tocava na “questão servil”, mas chegava a sugerir troca de gabinete em favor das reformas³¹⁸. Não optava necessariamente entre liberais e conservadores, dizendo que não haveria “grande desacordo” entre os homens dos dois partidos “acerca das verdadeiras necessidades sociais e políticas do Império”. Que montassem outro gabinete conservador com força para levar a reforma adiante; que escolhessem entre os liberais ou então que chamassem “um gabinete de coligação” capaz de ocupar-se “de coisas mais importantes do que nomeações de polícia e guarda nacional”.

Aos poucos apareciam textos que se posicionavam sobre a escravidão. Ainda no dia seguinte à abertura da assembleia legislativa, M. A. Neves Souto assinava um artigo elogiando a iniciativa do barão de São João do Príncipe acerca da libertação do ventre das escravas em sua fazenda³¹⁹. Ao gosto da época, gastava a maior parte das linhas tecendo elogios sobre o suposto desinteresse do barão além de sua “nobreza d’alma”, afirmando que o desvalido haveria sempre de encontrar no fazendeiro “caridade” e “amparo solícito”, que faziam dele “o mais extremoso *protetor*”³²⁰. Percebemos logo que barão teve sucesso em manter as honras dos rituais de alforria, assim como a alcunha de “protetor” dos ditos “desvalidos”. Interessa notar que a publicação desse elogio após a fala do trono acaba por reiterar a medida do barão como um caminho possível à “iniciativa particular”, conforme sugeria Souto, que apoiava a decisão como “a vereda que, na situação difícil que atravessamos cumpre seja trilhada e encontre distintos êmulos ou imitadores”³²¹.

Sendo o *Jornal do Commercio* uma das folhas mais importantes na corte e com muitos textos endereçados aos ministros, senadores e deputados, eles provavelmente acompanhavam essas páginas em suas casas naquele sábado³²². Passou o domingo, dia de

³¹⁸ “A situação e o governo”, *Jornal do Commercio*, 25 de maio de 1870.

³¹⁹ “O Exm. Sr. barão de S. João do Príncipe”, *Jornal do Commercio*, 7 de maio de 1870, suplemento.

³²⁰ Grifo meu.

³²¹ “O Exm. Sr. barão de S. João do Príncipe”, *Jornal do Commercio*, 7 de maio de 1870, suplemento.

³²² Naquele sábado não houve sessão por falta de *quorum*. Conferir o registro em Sessão em 7 de maio, *Jornal do Commercio*, 8 de maio de 1870.

folga, e na segunda-feira, nove de maio, outra publicação sobre o assunto, agora do visconde de Barbacena que dava ao público uma “Circular aos fazendeiros”. Inteiramente vinculada às expectativas em relação à fala do trono, ele escrevia:

Por alguns anos tem-se conservado em agitação a questão da escravidão, posição duvidosa e desagradável aos proprietários; é, portanto, necessário que eles tomem uma resolução de seu moto próprio, independente do governo [...] ³²³.

Para ele, “o tempo” deveria ser “o grande elemento desta reforma” já que os exemplos das colônias francesas e da guerra civil nos Estados Unidos “nos demonstram a inconveniência de uma repentina emancipação”. Parecia-lhe “que devemos começar declarando livres os que nascerem no nosso país desta data em diante com o ônus de servirem até a idade de 18 anos, para indenizarem as despesas de criação e educação”. Os leitores do *Jornal* se deparavam, assim, com mais um fazendeiro decidido a tornar livres os filhos das escravas que nascessem dali em diante, agora, estendendo o convite aos seus pares, numa clara afirmação de independência em relação às medidas legislativas do governo, que demoravam a vir. Não suponha o leitor, entretanto, que o visconde ressentia-se da demora do governo em emancipar os seus escravos, porém preocupava-se em sair da sua “posição duvidosa” de proprietário, cuja riqueza dependia do trabalho cativo, logo, do ritmo e da direção de um processo de emancipação que começava a parecer inevitável naquele momento. De preferência, então, que fosse guiado pelos próprios senhores, garantindo a autoridade e discernimento deles sobre o caso. O interesse de Barbacena, na verdade, era pressionar o governo a agir segundo o que interessava à sua classe. Aconselhava aos fazendeiros que fizessem o que ele sugeria, pois assim adquiririam “o direito de exigir que não se tomem medidas violentas contra os nossos meios de trabalho, e que se proporcionem braços livres para continuar a produção”. Ou seja, o visconde pretendia afastar a intervenção do governo no processo de libertação dos escravos, o que entendia como um ataque à sua propriedade - as “medidas violentas” contra os seus “meios de trabalho” -, acrescentando um conselho aos parlamentares: que cuidassem de favorecer a

³²³ “Circular aos fazendeiros”, *Jornal do Commercio*, 9 de maio de 1870.

imigração. Em pouco tempo apareceriam na imprensa outros relatos, ainda que sucintos, de senhores que imitavam o visconde. Na província de São Paulo o barão de S. Fidelis “declarou livre o ventre na sua fazenda” a partir de 1º de janeiro de 1871; o comendador Antonio Francisco de Gouveia declarava igual coisa, sem a condição da data, comprometendo-se também “a dar liberdade a um de seus melhores escravos no dia 1 de agosto de cada ano”, por ocasião de seu aniversário³²⁴.

No mesmo dia em que saiu publicada a “Circular aos fazendeiros”, os anais da câmara registravam movimentação do deputado Teixeira Junior, a requerer “urgência para mandar à mesa um anúncio de interpelação ao governo imperial”³²⁵. Seu pedido ficava adiado, pois não havia número suficiente de deputados para aprovar o requerimento; no dia seguinte, terça-feira, não houve sessão por falta de *quorum*³²⁶; na quarta-feira, dia onze, não houve escapatória.

Um deputado interpela o gabinete

Sem dúvida descontente com a fala do trono e também com o desenvolvimento do tema na imprensa nos últimos dias, Teixeira Junior resolve tocar no assunto e pedir esclarecimentos: “Qual o pensamento do governo imperial sobre a solução da grave questão do elemento servil do Império”?³²⁷ A discussão da interpelação, marcada para o próximo dia catorze, inaugurava o contexto em que, a contragosto do gabinete, a questão servil voltava à pauta parlamentar, com desacordos e pontos de vista variados ainda que a câmara fosse unanimemente conservadora e mesmo que os próprios fazendeiros estivessem entre os “representantes da nação”.

³²⁴Cf. respectivamente, “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 1 de junho de 1870; “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1870, 2º f. As duas notícias são sucintas e referem-se à província de São Paulo. Interessante notar que essas iniciativas estavam partindo das duas províncias principais produtoras de café e que mais dependiam da força de trabalho escravo - SP e RJ.

³²⁵ Sessão em 9 de maio, *Jornal do Commercio*, 10 de junho de 1870.

³²⁶ Ata da sessão em 8 de maio, *Jornal do Commercio*, 11 de maio de 1870.

³²⁷ Sessão em 11 de maio, *Jornal do Commercio*, 12 de maio de 1870, 2º f.

O taquígrafo registrou “movimento de atenção” e “profundo silêncio” enquanto Teixeira Junior tomava lugar na tribuna³²⁸. Embora questionasse o gabinete, o deputado mostrava-se conciliador, apresentando-se como “amigo” disposto a auxiliar o partido na tarefa de “regenerar o país reparando os erros daqueles que o precederam no poder”. Pois responsabilizava o gabinete liberal de 3 de agosto de 1866 pela “calamidade” “derram[ada] sobre o país”, com a introdução da “grave questão da emancipação” no parlamento, além da propaganda na imprensa. Apresentando-se como defensor dos interesses dos fazendeiros, ressaltava as dificuldades enfrentadas pela lavoura, a “principal indústria do país”, “a máxima parte da fortuna pública”, quanto às “incertezas do futuro, a diminuição progressiva do valor dos estabelecimentos agrícolas”, “essencialmente ligado à propriedade de escravos”, “a insubordinação [dos cativos]” e assim por diante, “um cortejo infinito de males”. Segundo o deputado, “Desde então, o laborioso agricultor que procura desenvolver as suas forças não acha mais facilmente o crédito que até então encontrava”; “aqueles que, sob a pressão dos credores” procuravam vender suas propriedades, se deparavam com preços “ruinosos”, pois “os capitalistas e compradores” respondiam sempre com a mesma “ameaça”: “*Esperai a solução da questão da emancipação prometida pelo governo imperial em 1867; não sabemos o que valem os vossos bens!...*”³²⁹. Para o deputado, a subida do ministério de 16 de julho tranquilizara algum tanto os ânimos, porém não acreditava que apenas isso seria suficiente para restabelecer a confiança “nos avultados capitais empregados em braços escravos”³³⁰.

³²⁸ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1870, suplemento.

³²⁹ Grifo original. Não sei se havia relação com a situação pintada por Teixeira Junior, mas de fato encontrei no *Jornal* alguns anúncios de fazendas - às vezes de café ou cana de açúcar - à venda, por exemplo, nos exemplares de 6 (1 f.), 9 e 16 de maio, 2 e 16 de junho. Os anúncios citados são todos diferentes e sua publicação se repetiu mais de uma vez.

³³⁰ A partir do discurso de Teixeira Junior, incluindo as manifestações dos próprios fazendeiros adiante, a tendência será sempre enfatizar uma suposta situação de iminente ruína econômica dos lavradores, por conta da discussão de propostas de emancipação. Em que pesem as incertezas do momento político que afetariam a economia cafeeira, há que se considerar o esforço retórico que informava aquelas manifestações, a fim de intervir no rumo das discussões políticas. O intento da retórica de alguns fazendeiros seria mesmo barrar o debate. Nesse sentido, texto de Robert Slenes ajuda a mensurar esse esforço retórico por parte dos defensores dos interesses da lavoura, pois mostra que, em vez de passar por um período de decadência, a cafeicultura no Vale do Paraíba Fluminense prosperou ao longo da década de 1870, mesmo após a aprovação da lei do ventre livre. Cf. “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888” In: COSTA, Iraci del Nero, *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

Teixeira Junior acreditava que o governo deveria intervir com um projeto de lei de emancipação a fim de lançar luz sobre o rumo da situação dali para frente e, assim, tentava conduzir a câmara ao raciocínio de que embora a questão não tivesse começado com eles, os próprios conservadores precisavam tomar posição nesse sentido. Afinal, segundo entendia o deputado, os mais diversos setores sociais, ou o “espírito público”, “sentindo-se abandonado à discrição da iniciativa particular”, tentando “dificultar ao menos uma solução precipitada”, punham em curso as próprias iniciativas.

Desde as assembleias provinciais até as sociedades industriais! Desde os presidentes de província até o último agente policial! Desde o general comandante em chefe das forças no Paraguai até o último funcionário! Desde o opulento agricultor até o lavrador menos favorecido da fortuna! [...] Desde as sociedades maçônicas até as sociedades carnavalescas! ³³¹

Estariam todos empenhados no que para Teixeira Junior soava como “revolução social” em favor da emancipação. Embora se orgulhasse dos “sentimentos filantrópicos e humanitários dos Brasileiros”, o deputado acreditava que para serem realmente eficazes, careciam “de uma prudente e cautelosa direção”. Assim caberia ao gabinete dirigir tais esforços, os quais “bem aproveitados e repartidos convenientemente” poderiam até lhe servir de auxílio. Se, ao contrário, fossem deixados “isolados e desencontrados” poderiam se tornar “impotentes e prejudiciais ao próprio fim” a que se dispunham.

Nesse contexto, Teixeira Junior preocupava-se com “os boatos” que circulavam na imprensa oposicionista acerca da indefinição ou desinteresse do gabinete em oferecer alguma medida. Em particular, lamentou o pronunciamento de José de Alencar no editorial de 7 de maio no *Dezesseis de Julho*, pois conferia “um caráter mais grave” às conjeturas da oposição, já que partiam do “ilustrado ex-ministro da justiça do atual gabinete”, assim como da folha que se intitulava “*órgão conservador*”³³². Como não havia remédio, com a declaração já publicada, Teixeira Junior tenta desvincular a opinião de Alencar da compreensão mais geral dos conservadores sobre o tema, enfatizando que nem todo escrito

³³¹ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1870, suplemento.

³³² Grifo original.

de um correligionário representaria necessariamente as ideias gerais do partido, porém opiniões particulares. A todo custo, o interpelador intentava desdizer as afirmações sobre a má vontade do 16 de julho em discutir emancipação, querendo fazer crer que, na verdade, o gabinete dava mostras de posição contrária. Sinal disso seria o procedimento dos presidentes de província, “os delegados da sua imediata confiança”, que “sancionavam e executavam” medidas para a manumissão de cativos, a exemplo de Minas, São Paulo, Pará, Pernambuco “e outras”. A alusão aqui seria às disposições aprovadas nos orçamentos provinciais destinadas à manumissão anual de escravos, as quais foram eventualmente citadas em meio às notícias do *Jornal do Commercio*. Teixeira Junior mencionou particularmente o pronunciamento do presidente da Bahia, o barão de São Lourenço. Em seu relatório, publicado em abril, o barão tecia comentários sobre a emancipação “cuja solução era inevitável, convindo, portanto, encará-la de frente”; “As grandes dificuldades não se evitam iludindo-se com o tempo”, pois “o abandono agravava as situações”³³³. Segundo Teixeira Junior, São Lourenço teria “ido mais longe do que talvez conviesse” à sua posição, porém preferia ver nisso indício da postura positiva da política do gabinete Itaboraí sobre a emancipação. Continuando o fio do seu raciocínio, a própria postura do conde d’Eu no Paraguai, na intervenção em favor da liberdade, não teria sido possível sem autorização do governo imperial, o qual, por sua vez, não teria aconselhado “aquele procedimento se não estivesse disposto a iniciar no seu próprio país as medidas necessárias” para chegar ao mesmo resultado, “embora com a demora e prudência exigidas”. Enfim, através do argumento, o deputado tentava convencer os seus pares de que interpretava os fatos da maneira mais acertada, insistindo na intervenção do gabinete, não por outro motivo senão a defesa dos interesses da própria agricultura.

A resposta de Itaboraí foi lacônica em comparação com o discurso que o precedeu³³⁴. O presidente do conselho de ministros conservava ainda a postura apresentada no conselho de estado em 1867 quanto à “arte de bordejar”³³⁵: dava um passo favorável à emancipação alegando que não haveria no Brasil quem não quisesse acabar com a

³³³ Citado por Teixeira Junior, Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1870, suplemento.

³³⁴ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1870, 2º f., “Jornal do Commercio”.

³³⁵ A expressão é de Chalhoub, *Machado de Assis...* op.cit., cap. 4.

escravidão, para logo retroceder com um “*mas*”, explicando os motivos pelos quais acreditava ainda não ser o momento de resolver assunto tão difícil, carente de estudos e cautela. Itaboraí talvez tenha apenas repetido à câmara os empecilhos apresentados a d. Pedro II por ocasião da discussão da fala do trono, advertindo que o governo não poderia indicar um pensamento que não fosse moderadamente refletido e que não estivesse firmado em dados estatísticos. Possivelmente a indicação do imperador, na abertura da assembleia legislativa, sobre a “decretação dos meios para levar-se a efeito o recenseamento de toda a população do Império” tenha sido o resultado da única coisa que conseguiu negociar com o gabinete para a retomada das discussões sobre a “questão servil” após o fim da guerra do Paraguai.

Um pouco de atenção aos detalhes do pronunciamento do presidente do conselho de ministros testemunha, no fundo, uma imensa dificuldade em assimilar as transformações sociais e históricas em processo, ainda que de forma lenta e gradual, conforme o chavão da época. Segundo Itaboraí,

a abolição importa entre nós uma profunda transformação na vida social e entende não só com direitos preexistentes à constituição do Estado, respeitada e garantida por ela, mas ainda com interesses essenciais da ordem pública³³⁶.

Para conseguir “essa abolição”, continuava, cumpria proceder com a maior cautela e lentidão “de modo que nem se ofendam aqueles direitos, nem se ponham em sobressalto os proprietários rurais” e os interesses “numerosíssimos” daquela classe “importantíssima”. Cumpria não estancar e nem mesmo desagregar as fontes de produção, e, por conseguinte, de renda pública. “Cumpra em uma palavra, que não vamos de chofre [aluir]³³⁷ os fundamentos em que há mais de três séculos se acha assentada a associação brasileira”. Enfim, não parece que cumpria fazer muita coisa. Se, por um lado, reconhecia que a abolição teria de ocasionar profunda transformação social, por outro, o presidente do conselho de ministros não sabia o que propor, opondo-se aos mínimos “sobressaltos”, sacralizando, além do mais, o direito de propriedade como coisa “preexistente” à

³³⁶ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1870, 2º f., “Jornal do Commercio”.

³³⁷ Original “aludir”, depois retificado pelo *Jornal* para “aluir”.

constituição do Império, como se fosse natural, anterior às leis, enraizado em trezentos anos de escravidão. O visconde de Itaboraí não seria apenas defensor extremo dos interesses senhoriais, pois isso Teixeira Junior também era, mas parecia ter dificuldades em interpretar o contexto à sua volta, tanto que nem respondeu às inúmeras colocações da interpelação sobre a postura do conde d'Eu, dos presidentes de província, da “iniciativa particular” etc. De modo objetivo, o chefe do 16 de julho não se propunha a apresentar nenhuma medida concreta, acrescentando apenas que era lícito àqueles que se julgassem capazes apresentar os seus planos.

Na sequência, veio à tribuna José de Alencar. Pretendia ser sucinto e apenas responder às críticas sobre ter possivelmente vazado na imprensa os bastidores da relação entre o gabinete e a coroa³³⁸. Admitia a responsabilidade pelos editoriais do *Dezesseis de Julho* dos últimos meses, contudo negava ter ventilado no jornal informações conhecidas apenas por ele, ex-ministro. Baseava-se em informações que já estavam circulando na imprensa, acrescentando apenas que não nutria a mesma “fé robusta” de Teixeira Junior na impossibilidade de divergência entre coroa e gabinete. Porém, não resistiu e ofereceu o seu palpite sobre a questão que exaltava os ânimos, talvez porque quisesse aproveitar tudo o que Teixeira Junior havia exposto para expressar interpretação exatamente contrária à do colega.

Alencar, não queria que o partido conservador fosse “escravagista”, tampouco “que aceitasse a instituição da escravidão como uma instituição firmada no direito, na moral” que devesse ser “mantida e respeitada”. Acreditava mesmo que não haveria brasileiro “exceto os cegos pelo interesse ou pelo erro” que não quisessem ver a extinção da instituição, *mas*, “desta convicção à ideia de promover a abolição em uma época recente, por meio de medidas diretas e legislativas” havia, para ele, “uma distância imensa”. Logo discutia com Teixeira Junior, pois ao “contrário do nobre Deputado, eu, sempre que se

³³⁸ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870. Acompanhei com mais detalhes os pronunciamentos de Alencar no volume que reúne sua produção parlamentar publicado pela câmara dos deputados no centenário de sua morte. Cf. José de Alencar, *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*, Brasília, câmara dos deputados, 1977. Sempre indico o contexto de publicação dos discursos de Alencar no *Jornal*, porém, por praticidade, utilizo como referência o exemplar em volume.

tratar de uma reforma, depositarei toda a confiança na iniciativa individual”, não compreendo que pudessem temê-la num país regido pelo sistema representativo.

Inspirado na experiência inglesa, bem como no modo como, à distância, a interpretava, Alencar, no que dizia respeito ao rumo das transformações sociais e mudanças políticas, conferia a maior importância no respeito à opinião pública, preferindo-a até mesmo à intervenção do legislador. Pois confiava no

bom senso do povo, que *legisla melhor pela educação e pelos costumes* do que podem legislar os representantes da Nação por meio de leis expressas, que serão *letra morta se não germes de graves perturbações*, quando não se conformarem com o espírito e a índole da sociedade³³⁹.

Estranho, a princípio, acompanhar tais palavras no pronunciamento do próprio legislador. Porém por meio delas é possível tentar recolher algum traço a mais sobre os contornos da visão política de José de Alencar. Sabemos que o deputado valorizava o sistema representativo, assim como as eleições e a responsabilidade dos ministros nos negócios da administração³⁴⁰. Entretanto, não imaginava o funcionamento dessas instituições sem o embasamento social da almejada opinião da população, o “bom senso do povo”. Entretanto, com base naquilo que é possível interpretar da fala do deputado, parece que Alencar reduzia a noção de “opinião pública” àquilo que seria a opinião dos fazendeiros, grandes proprietários de terras e escravos. Ao referir-se ao problema das “leis expressas” tornadas “letra morta” é provável que o deputado fizesse alusão velada ao problema em torno da lei anti-tráfico de 1831, a qual, incompatível com “o espírito e a índole da sociedade”, sistematicamente desrespeitada até a década de 1850, ensejava desconforto aos parlamentares e, do ponto de vista senhorial, problemas no judiciário ao longo da década de 1860³⁴¹. Os questionamentos em relação à legitimidade da propriedade

³³⁹ José de Alencar, *Discursos parlamentares*, op. cit. p. 187.

³⁴⁰ Cf. Capítulo 1 desta dissertação.

³⁴¹ O rábula Luiz Gama era uma das figuras mais interessantes a causar problemas à classe senhorial ao defender nos tribunais - além de acender debate na imprensa - a liberdade de negros escravizados chegados ao Brasil após a lei de 1831. Elciene Azevedo, *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. Unicamp, 2005. Sobre a precariedade da liberdade de pretos e pardos no Brasil do século XIX em decorrência do desrespeito sistemático da lei de 1831, Sidney Chalhoub, “Costumes

de africanos entrados no país ao longo do período de ilegalidade, em última instância, punham em xeque toda a organização social tal como havia até então; daí a inconveniência da aprovação de leis não conformadas ao espírito da sociedade. Igualmente, Alencar poderia ter em mente a lei de terras de 1850, cujas disposições favoráveis à demarcação e cadastramento da propriedade eram também desrespeitadas até ali³⁴².

Se estes podem ser os exemplos aos quais o deputado aludia de forma indireta, e se, como constatavam, a boa sociedade da época mostrava-se capaz de desafiar as leis quando contrariasse seus interesses, então, afinal, como Alencar propunha lidar com a questão das transformações sociais com apoio “da opinião” e sem o auxílio da legislação? A “educação e os costumes” lhe pareciam caminhos confiáveis. A perspectiva que, isolada, soa estranha, pode oferecer um indício para a compreensão do papel idealizado pelo deputado, outrossim dramaturgo e romancista, para a literatura como instrumento capaz de interferir nos costumes, proporcionando, no limite, transformações sociais mais amplas. Quem sabe Alencar projetava na própria obra esse tipo de ideal. O trabalho de Silvia C. M. de Souza e Silva, com o *Demônio familiar*, já apontava uma interpretação nesse sentido, centrada, contudo, na produção dramática do autor³⁴³. Penso que o argumento da autora pode ser estendido ao romance de Alencar, oferecendo maneira de interpretar até mesmo a presença da escravidão em *O tronco do ipê*, quando de sua publicação em janeiro de 1871³⁴⁴.

Por ora, voltemos ao debate da interpelação. Após contrapor às preocupações de Teixeira Junior a sua confiança no movimento da chamada iniciativa individual em favor da emancipação, Alencar logo arrematou o discurso elogiando a atuação das assembleias provinciais. Para o deputado, com a autonomia que lhes cabia, concorriam como coadjuvantes “em prol dessa revolução moral operada no espírito público” sem, entretanto, “inovar nem reformar a legislação” e tampouco “atacar” o direito de propriedade que, ao

senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império” in: Elciene Azevedo [et. Al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Ed. Unicamp, 2009. Sidney Chalhoub, *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

³⁴² Sobre o veto dos grandes proprietários de terras à lei de 1850, José Murilo de Carvalho, *Teatro de sombras...* op. cit. Parte II, cap. 3.

³⁴³ Silvia Cristina Martins de Souza e Silva, “Ideias Encenadas: uma interpretação de *O Demônio Familiar*”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.

³⁴⁴ Volto a esse assunto no capítulo 3.

contrário, era respeitado³⁴⁵. As cotas provinciais para auxílio às manumissões da iniciativa privada, na verdade, prestavam homenagem ao aludido direito³⁴⁶. O respeito à propriedade seria, afinal, um dos consensos entre os deputados, ainda que divergissem sobre a forma de garanti-la. Ao descer da tribuna Alencar recebia cumprimentos dos colegas: “Muito bem; muito bem”.

Insatisfeito, Teixeira Junior volta à tribuna decepcionado com o teor dos discursos que ouvira, bem como com a falta de consenso entre os conservadores sobre a emancipação, especialmente descontente com a ideia de deixar o processo ao sabor da filantropia³⁴⁷. Em resposta a Alencar, declarou ser uma “utopia incompreensível” a “pretensão de sustentar-se que uma questão dessa magnitude” pudesse ser resolvida “simplesmente pelo esforço particular”. Ademais, no seu entender, não deveria haver oposição entre o parlamento e a chamada “opinião pública”, pois cabia justamente aos deputados a função de representá-la e auxiliá-la a resolver as questões nacionais num país regido por um sistema representativo. Quem sabe a fim de dobrar os escrúpulos de Alencar em busca de seu apoio político, Teixeira Junior apontava indefinição na postura do deputado pelo Ceará, pois, ao mesmo tempo em que combatia a medida legislativa, sustentava ideias às quais não poderiam vigorar sem a legislação adequada. Com isso, aludia a propostas moderadas publicadas no *Dezesseis de julho* em favor da criação de um fundo de emancipação com preferência para a alforria do sexo feminino e dos que fossem alfabetizados³⁴⁸. Além disso, conforme argumentou, tanto a filantropia quanto os “sacrifícios particulares” enfrentavam “muitos embaraços” na realização de seus intentos, devido aos tropeços na legislação do país, dada a falta de unanimidade entre os juriconsultos a respeito de processos judiciais que envolviam escravos.

Preocupado com a manutenção da mão de obra, Teixeira Junior ilustrou algumas situações acerca da dificuldade que um senhor teria, por exemplo, para estabelecer um

³⁴⁵ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870. Alencar fez uma ressalva apenas em relação ao barão de São Lourenço.

³⁴⁶ José de Alencar, *Discursos parlamentares*, op. cit. p. 188.

³⁴⁷ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870. Era praxe do *Jornal do Commercio* desmembrar os discursos de uma mesma sessão ao longo de exemplares diferentes. O primeiro discurso de Teixeira Junior apareceu publicado no dia 17 de maio, ao passo que o segundo, no dia 19 junto com o de Alencar. Maiores detalhes sobre a forma de publicação serão inseridos na introdução à dissertação.

³⁴⁸ Cf. *Dezesseis de Julho*, 12 de maio de 1870. Conferi o exemplar a partir da citação de Teixeira Junior.

contrato com um escravo tornado liberto, mas antes de sê-lo. Como manumitir um cativo, torná-lo colono, adiantar-lhe dinheiro e garantir que ele cumpriria sua parte no acordo, trabalhando na terra por mais alguns anos? Como o escravo poderia firmar tal contrato se enquanto tal era “incapaz de tratar perante a lei”?³⁴⁹. Como o senhor poderia garantir a indenização? Tais eram as questões que passavam pela cabeça do deputado; para ele a situação era controversa e não garantia segurança aos particulares.

Para esse trecho do debate, vale mencionar, rapidamente, a impagável atuação de Andrade Figueira na câmara naquele momento. Enquanto Teixeira Junior expressava suas preocupações, o deputado o interrompia a cada passo negando que efetivamente houvesse “tropeços” na legislação do país, tampouco controvérsias entre os juristas. Para ele, todo o problema se resumia na “indenização ao proprietário”³⁵⁰. Quando muito, aconselhava pesquisa no direito romano no qual sempre “h[averia] textos” a respeito das questões levantadas. Teixeira Junior rebatia que o direito romano era subsidiário e não “previne [...] as condições especiais de nossa atualidade”, enfatizando que, “em todo caso [...] h[avia] sempre incerteza da decisão”. Andrade Figueira desdizia, Teixeira Junior levantava um problema e na câmara cruzavam-se “alguns apartes”, sugerindo que a coisa era mesmo mais complicada do que pretendia o primeiro. Ao defender os interesses dos fazendeiros, Andrade Figueira se identificava mais com a posição de Itaboraá e, então, se esforçava por esvaziar os argumentos de Teixeira Junior na clara tentativa de impedir o desenvolvimento daquela vertente entre os conservadores.

O deputado autor da interpelação preocupava-se também com a excitação dos ânimos na imprensa, com “as reuniões populares, as ideias que se suscitam nas praças públicas”, “verdadeiras advertências para os poderes do Estado”³⁵¹. Quanto aos jornais, provavelmente se referia à imprensa liberal, que desde 1868 estava de ânimos acirrados pedindo uma série de reformas ditas radicais³⁵². Porém, o próprio *Jornal do Commercio*

³⁴⁹ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870.

³⁵⁰ Idem para os apartes de Andrade Figueira.

³⁵¹ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870.

³⁵² Além de alguma incursão nas publicações da *Reforma*, acompanhei um pouco sobre o desenvolvimento da imprensa liberal e liberal radical a partir de 1868 em Elciene Azevedo, op. cit., cap. 2. Os radicais apoiavam as reformas reclamadas pelo Centro Liberal, liderado por Nabuco de Araújo, mas iam mais longe, propondo, além da reforma eleitoral, judiciária e do recrutamento, a extinção do poder moderador, da vitaliciedade do

ajuda a contextualizar as preocupações do deputado. Teixeira Junior não mencionou, mas as declarações do barão de São João do Príncipe e do visconde de Barbacena poderiam ensejar disputas judiciais a respeito de diversos assuntos. Ao libertar o ventre das escravas de sua fazenda o barão se comprometia a cuidar das meninas até os quinze anos e dos meninos até os dezoito, os quais, até então, deveriam prestar “pequenos serviços” como “tênue indenização” da criação³⁵³. Entretanto, qual seria a condição jurídica dos filhos da escrava, ingênuos, com plenos direitos eleitorais, ou libertos, com direitos políticos limitados conforme as normas da constituição de 1824³⁵⁴? E se, dentre eles, alguém achasse que o serviço, na verdade, não era pequeno e quisesse o fim da servidão antes dos quinze ou dezoito anos? E se levassem a questão aos tribunais? E se algum herdeiro do barão quisesse revogar sua declaração alegando ingratidão dos ingênuos? E por aí vai, um cortejo de “charadas escravistas”³⁵⁵ a tirar o sono de Teixeira Junior. Não bastasse isso, algumas das disposições da declaração do barão deixavam lacunas que só poderiam ser preenchidas pelo Estado, já que após os dezoito anos, os meninos seriam enviados “ao governo imperial, ou a autoridade por este designada” para “bem do serviço público”³⁵⁶; além disso, pedia proteção à liberdade daqueles que se beneficiassem do seu ato. A declaração do visconde de Barbacena, por exemplo, já não contava com os mesmos detalhes, não diferenciava entre meninos e meninas para estipular o tempo de serviço etc.³⁵⁷. Haveria mesmo, no mínimo, um caos administrativo se cada fazenda designasse o próprio processo de emancipação com lacunas a serem preenchidas pelo governo. Conforme os temores do deputado quanto às ideias que circulavam nas praças públicas e reuniões populares, é bem possível que temesse em particular o “perigo” da insubordinação e rebeldia escrava através da disseminação de ideias nas ruas da corte, por onde circulavam pretos e pardos,

senado, etc. (Azevedo, pp. 89-90). A emancipação fazia parte de cinco questões urgentes que os liberais da *Reforma* achavam incontornáveis naquele momento. Cf. n. 1 em 12 de maio de 1869.

³⁵³ Neste capítulo da dissertação, pp. 73-74.

³⁵⁴ Segundo a constituição de 1824, os libertos nascidos no Brasil tinham direitos políticos, ainda que limitados. Eles podiam ser votantes, votar nas eleições locais, mas não podiam ser eleitores.

³⁵⁵ A expressão é de Chalhoub em *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 2011. Cap. 2

³⁵⁶ Neste capítulo da dissertação, pp. 73-74.

³⁵⁷ Neste capítulo da dissertação, pp. 79-80.

indistintamente livres ou escravos³⁵⁸. Afinal, uma consequência da maior circulação de informação entre as diversas camadas sociais, no contexto da falta de uniformidade entre “os particulares”, seria a ampliação do universo de possíveis arranjos entre senhores e escravos, expostos à apreciação inteligente dos cativos.

Além de incitar à iniciativa do governo, Teixeira Junior preocupava-se com as “apreensões” que toda aquela situação causava “à principal indústria do país flagelada” “pela ansiedade”, aguardando medidas que valorizassem a sua propriedade, lhe auferissem “crédito para as suas operações”, “confianças dos seus credores” e “possibilidade de liquidar os seus compromissos”³⁵⁹. Com isso, antes de encerrar o discurso, ressaltou seu descontentamento com a postura de Itaboraí: “Não sei, senhores, qual é o marco fatídico da esperada oportunidade. Pois não será a atual situação oportuna para preparar qualquer solução futura desta grave questão [...]?”; “tive uma grande decepção ouvindo o ilustrado presidente do conselho. Eu esperava da providência dos estadistas”, “Eu contava que o gabinete de 16 de julho se esforçaria para restituir à mais importante indústria do país a segurança e garantia abaladas pela agitação desta questão”. Diante disso, comprometia-se a apresentar em breve um projeto com as ideias “que puder sugerir-me a dedicação”.

Para acentuar as divergências entre os conservadores, vinha à tribuna Araújo Lima, também representante do Ceará, mas diferente de Alencar³⁶⁰. Bastante direto, parecia pouco interessado em alongar o discurso ou apenas repisar as reclamações sobre a perturbação dos negócios públicos em decorrência da “abolição da escravidão”. Preferia apresentar meios de amenizar “o mal”, pois ele não seria tão grande se procedessem com “sabedoria, prudência e vagar”; se tanto o governo como os particulares “aplicassem todos os meios” para pedirem “braços” “a qualquer parte onde apareçam”. Araújo Lima não aceitava a evasiva de Itaboraí sobre o empecilho da falta de estudos, lembrando à câmara que existiam trabalhos “a respeito da questão servil no domínio público, no seio do governo, como no seio do conselho de estado”. Concordando com Teixeira Junior, pedia atenção à quantidade

³⁵⁸ Em “Cenas da cidade negra” Chalhoub enfatiza a intensa circulação de negros na cidade do Rio de Janeiro, sem que se pudesse reconhecer, à primeira vista, a condição de livre, escravo, fugido. Tal situação era motivo de preocupação para as autoridades. Cf. *Visões da liberdade...* op. cit. cap. 3.

³⁵⁹ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870.

³⁶⁰ Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1870, suplemento.

de alforrias que se davam no império naquele momento, temendo que o movimento se tornasse desordenado, preferindo a direção do governo sobre a situação. Quem sabe aludindo indiretamente a posturas como a do barão de São João do Príncipe e do visconde de Barbacena, pedia que o governo se animasse com as manifestações espontâneas da “opinião nacional” e aceitasse a liberdade do ventre. Mais do que isso, sugeria que a câmara tomasse a iniciativa e enviasse uma moção pedindo sábias e prudentes medidas nesse sentido.

As preocupações senhoriais - “braços livres” e outras coisas

Em pouco tempo, enquanto o *Jornal do Commercio* publicava de forma seriada os anais da câmara daquele ano, o público que acompanhava os acontecimentos no parlamento, atento ao tema da emancipação, decidiu participar do debate publicando os próprios textos nas colunas “a pedido”, bem próximo aos discursos dos deputados. As manifestações foram variadas, geralmente atribuídas a pseudônimos, às vezes anônimas. A maioria assinou como fazendeiro ou “vários fazendeiros” e ainda como lavrador ou “cafezista” desta ou daquela localidade, entre as províncias de São Paulo e Rio de Janeiro. Eventualmente apareceu um apelido não relacionado à lavoura como foi o caso de *Lincoln*, que se mostrava animado com o surgimento da “questão servil” no parlamento por ocasião da interpelação³⁶¹. Também segundo a sua opinião, o “espírito público” andava inquieto com a falta de resolução sobre a emancipação dos escravos, em particular o “comércio, que tem aqui imensos capitais retidos,” aguardava uma “solução clara e precisa de tão formidável crise”. *Lincoln* sugeria um período limite de mais 20 anos para a completa abolição da escravidão, punha-se favorável à libertação do ventre das escravas e, como eufemismo, sugeria que extinguissem “do vocabulário brasileiro a palavra *escravo*”³⁶². O que exatamente isso queria dizer, não explicou. Porém, sugeria que “Em 1890, os servos, e não escravos, fiquem completamente livres da tutela”. Vexado com a permanência do cativo no Brasil, embora não soubesse como propor um projeto ousado de emancipação,

³⁶¹ “A emancipação pelo povo”, *Jornal do Commercio*, 14 de maio de 1870.

³⁶² Idem. Grifo original.

o autor, escondido no pseudônimo, oferecia um estranho paliativo. Será que imaginava que ao “transformar os escravos em servos” cessariam ao menos as transações de compra e venda de cativos? Ele não explicou³⁶³. Um seu contemporâneo, algo indignado, assinando *Liberal*, reclamou dos “pontos ambíguos” do artigo aludido, exigindo de *Lincoln* explicações mais claras, por fim, questionando se “*elemento servil* não é o mesmo que *escravidão* ou *sinônimo*, na verdadeira acepção, de *degradação*”³⁶⁴. A querela entre os dois não continuou.

Dentre os presumidos fazendeiros, a maioria demonstrou descontentamento com a presença da “questão servil” na pauta parlamentar sem que antes o governo tivesse assegurado os interesses pertinentes às necessidades dos próprios lavradores. Assim, antes de discutir emancipação, apresentavam o seu cortejo de males, como bem ilustrou Teixeira Junior. Alguns poucos se mostravam dispostos a negociar, porém traziam na manga o próprio projeto de emancipação, cada um mais curioso que o outro, representantes da visão de mundo daqueles senhores tão afeitos ao cativeiro. Apenas um ou outro apoiou as iniciativas parlamentares, aprovando sem reclamações a libertação do ventre da mulher escrava como medida razoável naquela situação. Como já está sugerido até aqui, e por estranho que pudesse parecer à primeira vista, o debate sobre a emancipação dos escravos, no fundo, pouco tratava disso. Tanto na imprensa como na tribuna a preocupação central era com a *conservação* dos capitais investidos, da força de trabalho, das rendas públicas, do partido no poder, enfim, da ordem e dos privilégios sociais. As mínimas medidas que poderiam interessar à condição dos cativos e suas esperanças de liberdade, como veremos, foram vetadas. Vejamos, então, um pouco melhor, como a classe senhorial lidou com o tema a fim de situar o próprio José de Alencar no espectro mais amplo de ideias.

Para alguns, apesar das opiniões divergentes, o recente envolvimento do Brasil no conflito com o Paraguai ainda serviria de subterfúgio para a protelação do tema da emancipação. Sobre a “Questão Dominante”, em maio de 1870, “O lavrador A. J. P. F.”

³⁶³ Após a noite da interpelação no parlamento, Lincoln publicou novo texto se opondo à posição de Itaboraí e encorajando o público a levar adiante a questão. Sugeriu que seguissem o exemplo dos Estados Unidos o qual, segundo Lincoln, tivera coragem de enfrentar a grave questão social no momento apropriado. Cf. “A emancipação pelo povo” *Jornal do Commercio*, 15 de maio de 1870, 2f.

³⁶⁴ “A emancipação pelo povo”, *Jornal do Commercio*, 16 de maio de 1870. Grifos originais.

publicou no *Jornal do Commercio* uma circular escrita por certo “Sr. Dr. Albino dos Santos” “aos eleitores do 4º distrito”³⁶⁵. Entende-se daí que o texto fora escrito por ocasião das últimas eleições, em 1869, portanto, quando a guerra ainda estava em curso. De fato, o intuito de Albino dos Santos com a circular era enfatizar que, por mais que o “século do telégrafo elétrico” reclamasse com justiça a “imediata solução” da “magna questão do elemento servil”, o contexto da guerra não era o momento adequado para a discussão do assunto. Afinal, o longo período de conflito gerava “uma calamidade social”, consumindo “os braços da mocidade brasileira”, quando a jovem nação ainda ensaiava o seu completo desenvolvimento nas artes, no comércio e na indústria. Naquele contexto, nos dizeres de Albino dos Santos, o lavrador exauria a sua fortuna “na compra exagerada dos poucos braços escravos” que encontrava “à sua urgente precisão”, ainda assim, empreendimento “mesquinho, que ainda mais mesquinhos frutos dá”, diante da falta de “instituições hipotecárias e rurais, que lhe sejam benéficas”. Tanto mais quando o comércio, assustado “pelo troar constante dos canhões”, negava condições vantajosas nas transações com os produtos do “tormentoso lavrador”. Assim, “a solução pronta e imediata da questão do elemento escravo importaria um grande mal para a lavoura” e para os interesses ligados a ela, de modo que não podiam, ao mesmo tempo, fazer guerra e tratar de liberdade. Ao publicar esse texto mesmo após o fim da guerra, o lavrador A. J. P. F. estaria reafirmando a validade dos argumentos ali expressos; não poderiam tratar da “Questão dominante” sem antes recompor o rombo nas contas públicas etc.

Logo se sucediam os protestos, alguns no ensejo da resposta à circular do visconde de Barbacena, citada acima. Segundo informava “*Um cafezista*” o texto do visconde “tem sido lid[o] com toda a atenção”³⁶⁶. Em sua opinião, porém, a sugestão não poderia ser pior, sendo a libertação do ventre da mulher escrava, seguida da criação dos seus filhos até os 18 anos, medida muito desvantajosa aos proprietários³⁶⁷. Pois uma escrava em vias de dar à luz

³⁶⁵ “Questão dominante”, *Jornal do Commercio*, 17 de maio de 1870, suplemento.

³⁶⁶ “A circular do visconde de Barbacena”, *Jornal do Commercio*, 25 de maio. Com o mesmo título o cafezista publicou sua manifestação dividida em duas partes. Na primeira, em 25 de maio, assinou “÷ ÷”. Na segunda, em 22 de junho (2º f.), utilizou o pseudônimo “Um cafezista”. Pela repetição do título, o anúncio “continuação da resposta” e o conteúdo, que retoma o texto anterior, foi possível unir as duas publicações, embora tivessem aparecido com datas e assinaturas diversas.

³⁶⁷ “A circular do visconde de Barbacena”, *Jornal do Commercio*, 25 de maio.

e, depois, durante “mais de 30 dias de resguardo” “não faz[ia] coisa alguma”, a não ser cuidar do filho, e não obstante, dava gastos; era “parteira, galinha, médico, medicamento, roupa, cobertura, etc.”. Ademais, se uma mulher sadia pudesse gerar entre oito ou doze crianças, o índice de mortalidade infantil talvez só permitisse que dois chegassem aos 18 anos. Estes, por sua vez, jamais poderiam compensar “todos esses sacrifícios e os serviços prováveis dos falecidos”³⁶⁸. O fazendeiro esperava que os filhos sobreviventes pagassem não apenas pelos gastos relacionados ao seu nascimento e criação, mas também pela expectativa frustrada do senhor sobre os lucros que poderiam gerar aqueles que mal chegaram a viver. Tamanho apego à escravidão faria parecer estapafúrdia mesmo a comedida proposta de libertação do ventre. A ideia só teria ocorrido a Barbacena, pois “possui escravas muito velhas, que já não podem conceber”, sendo que, além do mais, o visconde teria outras fontes de rendimento “para fazer face [ao] desfalque”. “No mesmo caso, porém, não se acha[va] a maioria dos fazendeiros do Império”, que deviam aos bancos e à praça “quase tudo que possu[ia]m”, tendo de enfrentar, além do mais, “a escravatura desmoralizada por toda a parte em razão das ideias propaladas pelos inimigos do Brasil”. Além da preocupação com as perdas materiais, segundo o cafezista, os fazendeiros temiam ainda o recrudescimento da rebeldia dos seus escravos, que se acendia “por toda parte”, segundo suas palavras permitem entender, conforme chegava ao conhecimento dos cativos os propalados rumores de emancipação³⁶⁹.

Outro artigo nas colunas “a pedido” transmitia a ideia de grande oposição à proposta do visconde de Barbacena ao assinar como “*Muitos fazendeiros*”³⁷⁰. Para eles, embora, sim, a emancipação fosse tema importante, exigência dos progressos do século, não podiam deixar de lado as necessidades da lavoura, pois seria o mesmo que pôr a perder a sociedade como um todo; atacar a lavoura seria atacar o país, já que uma coisa não estaria dissociada da outra. Não que fossem “escravagistas – entenda-nos bem V. Ex.” -, porém a emancipação implicava “completa transformação do edifício social”, desde os fundamentos da família “até chegar à riqueza”, de modo que toda cautela era pouca. Para esses fazendeiros, embora lamentassem até ali as experiências de imigração, a chave da questão

³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

³⁷⁰ “Emancipação”, *Jornal do Commercio*, 5 de junho, 1º f.

estava na “substituição” do trabalho escravo, sem a qual não conseguiam discutir emancipação. Assim, concordando com o cafezista acima, sobre as desvantagens da libertação do ventre das escravas, clamavam por “braços, braços!”, “o grito pungente da lavoura!”³⁷¹ naquela quadra.

Percebe-se a divergência de opiniões entre pessoas que velavam pelos mesmos interesses, pois, se bem lembramos, não foi outra a intenção da circular do visconde de Barbacena do que pressionar o parlamento em favor dos tais “braços livres para continuar a produção”³⁷². Ao responder ao artigo dos “*Muitos fazendeiros*” negou as calúnias contra a qualidade de sua escravaria, alegando possuir “cinquenta escravos, e, na maior parte, muito bons”, sendo que, tomaria a mesma resolução apresentada ainda que “[os seus escravos] fossem quinhentos”³⁷³. Conforme o consenso geral sobre a necessidade de “fazer desaparecer d’entre nós o elemento servil”, e preocupado com as medidas a serem tomadas pela câmara dos deputados, preferia confiar na estratégia que havia funcionado em outros lugares, como nos estados de Nova Iorque e Pensilvânia, nos Estados Unidos, onde a “ideia dos ventres livres” realizou-se “sem desordem nem abalo”. Para os “*Muitos fazendeiros*”, entretanto, preocupava, percebe-se, a experiência nos estados do sul dos Estados Unidos³⁷⁴. Pois se, naquele país, “com toda a sua energia e indústria, com todas as suas poderosas vias de comunicação férreas e fluviais [...]” recebendo centenas de milhares de imigrantes, ainda não fora possível “restabelecer a sua produção, o que aconteceria a nós que estamos longe de todas essas condições vantajosas?”³⁷⁵. Assim, se, por um lado, a abolição nos Estados Unidos, após a guerra civil, fez ver que o Brasil não poderia mais sustentar a escravidão diante da pressão internacional, o raciocínio de alguns fazendeiros sobre a situação teimava em circunscrever-se a seus interesses mais imediatos³⁷⁶.

³⁷¹ Idem.

³⁷² “Circular aos fazendeiros”, *Jornal do Commercio*, 9 de maio de 1870.

³⁷³ “Resposta do visconde de barbacena”, 08 de junho, 1º f.

³⁷⁴ “Emancipação”, *Jornal do Commercio*, 5 de junho, 1º f.

³⁷⁵ Idem.

³⁷⁶ Sobre o isolamento internacional do Brasil quanto à escravidão para a manutenção da instituição no início da década de 1870: Chalhoub, *Machado de Assis...* op. cit. pp. 141-142. O argumento sobre a impossibilidade de o Brasil conseguir manter a escravidão após o fim da guerra civil nos Estados Unidos é enfatizado em Ricardo Salles, *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008; Tâmis Parron, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011. Através da seção “Exterior” os leitores do *Jornal do*

Continuavam na seção “a pedidos” as descontentes manifestações dos lavradores. O “*Fazendeiro da província de S. Paulo*”, por exemplo, chegou a demonstrar certo desdém pelos parlamentares brasileiros responsáveis pela possível legislação sobre emancipação, referindo-se com ironia aos “Digníssimos Srs. grandes do Império, senadores, deputados, conselheiros e ministros” que, em seu entender, andariam esquecidos das necessidades dos fazendeiros e da importância da lavoura para a sustentação, financeira mesmo, da sociedade como um todo³⁷⁷. Assim como o cafezista, reclamou da inexistência de um banco próprio para os lavradores, os quais acabavam nas mãos “dos usurários e comissários que enriquecem-se [sic] à sua custa”³⁷⁸. De modo semelhante, ressentia-se “*Um lavrador*” de Vassouras, no Vale do Paraíba, pois, entre “os nossos homens de estado”, “Poucos tratam de curar a grave enfermidade a que ela [a lavoura] está quase sucumbindo”³⁷⁹. A cada novo ministério o programa era “sempre grandioso”, com “bancos, estradas de ferro, escolas agrícolas, emigração [sic]”, o que, porém, não passava de “fogo de palha”. Nesse texto, cheio de exclamações, reclamava especialmente do aumento das tarifas do transporte de carga pela “estrada de ferro de D. Pedro II”, embora o ministro e algum deputado tivessem se pronunciado sobre a necessidade que tinha a lavoura de “transportes rápidos e baratos”. Segundo o irritado lavrador, os parlamentares confiariam na paciência dos “homens da roça, aqueles ignorantes de grandes chapéus de palha”, unicamente preocupados com assuntos circunscritos à jurisdição de sua fazenda e redondezas, como terras e eleições, além de impostos, segundo as dores do lavrador³⁸⁰.

É bem possível que tal estereótipo sobre os fazendeiros existisse e, na falta de informações para confirmá-lo no momento, podemos citar um último exemplo das

Commercio, por meio de um correspondente de Nova Iorque, recebiam notícias acerca da situação econômica e política dos estados do sul dos Estados Unidos após a abolição. Em maio de 1870, por exemplo, informou sobre a situação do trabalho nas fazendas do sul. Num primeiro momento, os ex-escravos as teriam, em geral, abandonado para festejar a liberdade, tendo, porém, retornado mais tarde ao perceber, segundo o tom moralizante do correspondente, as responsabilidades que a liberdade trazia consigo. Como se pretendesse incentivar os leitores brasileiros, o texto informava acerca dos novos sistemas de trabalho colocados em prática com os libertos, além da utilização de mão de obra chinesa, através de investimentos em imigração. “Correspondência do Jornal do Commercio”, “Nova-York”, *Jornal do Commercio*, 22 de maio de 1870, 1ºf. Ao longo dos meses estudados percebi uma periodicidade mensal para as cartas de Nova Iorque.

³⁷⁷ “A emancipação”, *Jornal do Commercio*, 28 de maio de 1870, suplemento.

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ “Vassouras”, *Jornal do Commercio*, 5 de setembro de 1870.

³⁸⁰ Idem.

reclamações de um plantador, que torna plausível a caricatura pouco lisonjeira. Nos dizeres de um autor anônimo a lavoura era uma “distinta e infeliz classe” que presenciava “com espanto e admiração o abandono a que tem sido votada pelo poder legislativo a sua mais urgente e palpitante necessidade”, a fundação “do banco de crédito real”, onde “o desventurado lavrador” encontraria “capitais a juros baixos”³⁸¹. Segundo esse autor, se, diante do caos, desaparecesse a lavoura, certamente também desapareceria, “politicamente falando”, o Brasil. De modo que as ditas imprescindíveis necessidades daquela classe não poderiam deixar de ser atendidas pelos legisladores. Logo vinha a conhecida lista de carências, em ordem de prioridade: “A primeira” era a falta de “dinheiro a baixos juros; a segunda, falta de braços; e a terceira, vias fáceis de comunicação por onde possa levar seus produtos ao mercado”. Sendo assim, era com infelicidade – “infelizmente”- que o autor anônimo via “o corpo legislativo ocupar-se primeiro com a questão do elemento servil, que deveria ser a última” das preocupações da lavoura³⁸². Além disso, diante de tão inegáveis necessidades, até mesmo para a existência política do país, o autor anônimo lançava seu último argumento. É claro que na pauta do parlamento havia outras reformas importantes, “mas que podem esperar, como a reforma eleitoral, [a da] lei de 3 de Dezembro e [da] guarda nacional etc., etc., reformas estas que só interessam aos políticos, e eis a razão por que tanto”, segundo o autor, clamavam por elas³⁸³. A passagem acima parece dispensar comentário, pois fala eloquentemente por si. Fica explícita uma visão de mundo autocentrada interessada em submeter a política e as reformas sociais mais gerais do Império aos próprios interesses. Em última instância e particularmente no modo como as coisas aparecem formuladas nesse texto, é possível que tenhamos nos deparado com nada menos que um exemplar orgulhoso da ideologia paternalista que formulava, naquele mundo escravista, o sonho senhorial da completa sujeição de escravos e dependentes à sua vontade³⁸⁴.

Por classe senhorial, refiro-me em parte ao conjunto específico de fazendeiros e lavradores cuja agenda de interesses centrava-se na manutenção da escravidão e, no caso

³⁸¹ “A lavoura agonizante”, *Jornal do Commercio*, 6 de agosto de 1870, 2º f.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Sobre a ideologia senhorial, Chalhoub, *Machado de Assis...* op. cit.

dos grandes produtores, da grande propriedade. Entretanto, de modo mais amplo, concordo com a ideia de que os interesses específicos desse grupo, bem como de um conjunto de valores e todo um modo de vida em construção ao longo do período imperial, em meio à sociedade escravista, extrapolaram para outros grupos sociais não diretamente ligados à propriedade de terras e escravos, os quais, contudo, compartilhavam suas preocupações, e posições políticas gerais, dando lugar, assim, a uma concepção mais ampla de classe senhorial³⁸⁵. Penso que esse jeito de ver as coisas lança luz sobre os ideais políticos de José de Alencar, por exemplo, embora vivesse de seus rendimentos como advogado, além do que eventualmente conseguia através da literatura, da imprensa e também dos vencimentos como deputado geral. Diante disso, contudo, não pretendo pensar que a “visão de mundo senhorial” fosse uma *coisa* fixa a padronizar, sem matizes, os projetos políticos daqueles que aderiam aos seus valores. Ao contrário, penso mesmo que variava conforme a experiência social dos sujeitos envolvidos – a do cafezista; do lavrador de Vassouras; do fazendeiro da província de São Paulo; do barão de São João do Príncipe, de M. A. Neves Souto, que elogiou sua iniciativa; de tantos outros entre os parlamentares e de José de Alencar que, além de tudo, opinava por meio da literatura. Aliás, essa variação de matizes é mesmo o que temos visto até aqui dentre os sujeitos que compartilhavam as mesmas preocupações com a manutenção da ordem social, do equilíbrio econômico da lavoura, embora discordassem sobre a forma de lidar com a emancipação.

Até aqui temos acompanhado a repercussão da chegada da “questão servil” no parlamento por meio da seção “a pedidos”, no *Jornal do Commercio*. É hora de voltarmos à câmara dos deputados pela seção “Rio de Janeiro”. Poucos dias após o debate da interpelação, ainda no mês de maio, Teixeira Junior, segundo contou, reuniu-se com colegas de tribuna que pensavam como ele e preferiam elaborar em conjunto uma proposta de emancipação a fim de evitar divergências acerca de detalhes³⁸⁶. Apresentou um requerimento com doze assinaturas e conseguiu aprovar a formação de uma comissão

³⁸⁵ A reflexão de Ricardo Salles sobre a relação entre classe senhorial e escravidão no século XIX como projeto político hegemônico, logo não circunscrito a proprietários de terras e escravos, me ajudou a formular esse entendimento do problema. Cf. *E o Vale era o escravo...* op. cit. Parte I, cap. 1.

³⁸⁶ Sessão em 23 de maio, *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1870.

especial para estudar e dar parecer sobre o assunto naquela sessão³⁸⁷. Dali em diante, todos os projetos ligados à emancipação dos escravos seriam enviados a ela. Foi o que aconteceu com as propostas de Araújo Lima e Perdigão Malheiro oferecidas no mesmo dia em que se formou a comissão, em 23 de maio. O primeiro propunha, como medida principal, a libertação do ventre das escravas. O segundo, já famoso por seus estudos sobre a escravidão no Brasil e lamentando a ausência no debate da interpelação, apresentou quatro projetos diferentes³⁸⁸.

O intuito de Perdigão Malheiro, conforme suas palavras, era contribuir com “uns projetos de lei” relativos a “melhoramentos da legislação criminal e civil, quanto a escravos”³⁸⁹. Mostrava-se engajado no debate desde o ano anterior quando da discussão do que se tornou o decreto de 15 de setembro de 1869, o qual achava insuficiente³⁹⁰. E conquanto fosse moderado, apresentava-se claramente como “Abolicionista de cabeça e de coração”, embora, é verdade, não desejasse “emancipação precipitada e irrefletida”. Todavia, “entre o *status quo* e esse extremo há um abismo: é preciso atravessá-lo, e para isso é preciso que tomemos providências” graduais³⁹¹. Entre os matizes da moderação, podemos dizer que o deputado por Minas estava um passinho à frente da maioria dos colegas, isso sem falar dos fazendeiros em geral, defensor da efetiva necessidade de aprovar medidas emancipacionistas e não apenas para salvaguardar os propalados “interesses da lavoura”. Perdigão Malheiro preocupava-se também com o isolamento internacional do Brasil quanto à permanência da escravidão: “Nós estamos hoje quase

³⁸⁷ Idem. Os nomes constantes no documento dão uma ideia acerca das pessoas que participaram da reunião. Eram os deputados J. J. Teixeira Junior, Pereira da Silva, Ferreira Viana, J. J. O Junqueira, A. T. do Amaral, Joaquim de Souza Reis, João Mendes de Almeida, Candido Torres Filho, J. J. de Lima Silva Sobrinho, M. A. Duarte de Azevedo, A. M. Perdigão Malheiro, Francisco de Paula Toledo.

³⁸⁸ Junto a outros deputados, Perdigão Malheiro, como ele mesmo mencionou, era estreante na câmara dos deputados naquela legislatura. Cf. Sessão em 23 de maio, *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1870. Seu livro, *A escravidão no Brasil*, começou a aparecer com frequência nos anúncios do Jornal a partir do mês de junho de 1870, custando 15\$000. Cf., por exemplo, *Jornal do Commercio*, 1 de junho de 1870.

³⁸⁹ Para esse discurso de Perdigão Malheiro, seus projetos e o de Araújo Lima, Sessão em 23 de maio, *Jornal do Commercio*, 24 de maio de 1870.

³⁹⁰ O decreto (n. 1695), assinado pelo então ministro da Justiça, José de Alencar, proibia a venda de escravos em leilão público, assim como, no ato da venda, a separação da família – “o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 anos”. O decreto está disponível no site da câmara dos deputados: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1695-15-setembro-1869-552474-publicacaooriginal-69771-pl.html> Acesso em 24/03/2014.

³⁹¹ Grifo original.

isolados no mundo civilizado e cristão, em relação a este objeto; não há atualmente senão Cuba, possessão espanhola, que ainda mantém alguns mil escravos”. Sensível às dificuldades que uma proposta de emancipação bem elaborada teria de enfrentar na câmara, resolveu desmembrar suas ideias em quatro projetos, pois, assim, “Se um for adiado ou prejudicado, e se admitir-se qualquer outro, não há o inconveniente de ficar também este prejudicado”. Ou seja, se não pudessem aceitar a totalidade de suas proposições, poderiam optar pelas partes. O primeiro previa “reforma da legislação penal, e de processo criminal” em relação a escravos, “melhorando a sorte dos mesmos”. O segundo continha reformas de direito civil, contendo uma série de disposições favoráveis à liberdade. O terceiro apresentava disposições em favor da libertação do ventre das escravas. O quarto autorizava o governo a libertar gratuitamente os escravos da nação. As propostas de Perdigão Malheiro chegaram mesmo a causar certo alarde, como veremos.

Por enquanto vale conferir que, apesar das reiteradas reclamações de fazendeiros nos “a pedidos” do *Jornal*, suas preocupações e interesses eram compartilhados e defendidos por certa parcela dos parlamentares. O relatório do ministro da agricultura, Diogo Velho, prenunciava à lavoura um “futuro borrascoso”³⁹², apontando a quase completa falência das tentativas de imigração realizadas pelo Estado desde 1850, onerando os cofres públicos sem atender realmente a demanda por “braços”³⁹³. A teoria do ministro era que o excesso de vantagens oferecido pelo Brasil aos imigrantes provocava desconfiança, atraindo principalmente indivíduos desapegados ao trabalho, “mendigos” e “ociosos” que não interessavam ao país³⁹⁴. O quadro piorava diante da incompetência das seções públicas que organizavam as colônias do Estado em terras distantes, pouco férteis, sem acesso a estradas, rios navegáveis, etc. Os imigrantes, por sua vez, apresentavam dificuldades de adaptação ao “trabalho braçal” da constante abertura de terreno sobre matas virgens. Para Velho, a precariedade da organização atingia o próprio ministério daquele “importantíssimo ramo de serviço”, a agricultura, sem um plano “regular de ação, sem

³⁹² A expressão é do deputado Duarte de Azevedo ao comentar o relatório do ministro. Sessão em 4 de julho, *Jornal do Commercio*, 7 de julho de 1870.

³⁹³ “Extratos do relatório do ministério da agricultura, comércio e obras públicas”, *Jornal do Commercio*, 12 de junho de 1870, 1^of.

³⁹⁴ Idem.

agentes especiais”, nem “estabelecimentos de ensino”, sem corporações auxiliares, sem estatística³⁹⁵. Assim, urgia organizar o ministério, porém suas propostas não agradariam aos fazendeiros, pois o ministro propunha modificação radical na qualidade da intervenção do Estado no assunto. Dali em diante, a logística das passagens e hospedagem ficaria a cargo dos particulares e associações; o governo asseguraria outras coisas como o casamento civil, a “possível igualdade de direitos civis e políticos”, a “liberdade de culto e consciência”, assim como a segurança individual e da família.

Apegados ao auxílio dos cofres públicos para a promoção da imigração, os deputados refutaram as propostas do ministro sobre o traslado de imigrantes. Os representantes da província de São Paulo contribuíram ao orçamento do ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com emendas e aditivos a favor do aumento da verba geral a respeito do assunto, com garantia de pelo menos quinhentos contos – “500:000\$” – para esse emprego específico, de preferência “nas províncias mais produtoras”³⁹⁶. Antonio Prado, um dos signatários da proposta, aproveitava para opinar sobre a questão servil, postando-se ao lado do gabinete, que teria sido “fiel intérprete do pensamento do país” – “Apoiados”, disseram alguns³⁹⁷. Na verdade, fazia menos elogio do que pressão política, a julgar pela nota de ameaça, pois “a posição assumida pelo governo em relação à [questão servil]” não podia deixar de “determinar a posição dos representantes da nação em relação ao governo”. Colonização e imigração eram para ele assuntos centrais, de modo que não compreendia “como a câmara possa lançar para o segundo plano essa questão, ocupando-se preliminarmente do elemento servil”. De modo semelhante ao que encontramos acima no texto de um fazendeiro anônimo, afirmou que ainda que tivesse reclamações a fazer sobre aspectos da administração do então governo – o gabinete de 16 de julho – “esqueceria tudo a vista da posição que assumiu face à questão do elemento servil”.

³⁹⁵ “Extratos do relatório do ministério da agricultura, comércio e obras públicas”, *Jornal do Commercio*, 22 de junho de 1870.

³⁹⁶ Para o conteúdo da proposta dos deputados sobre colonização ver “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 21 de julho de 1870, 2 f. A rubrica do trecho aludido na verba no orçamento era “Terras públicas e colonização”, daí a preocupação em garantir quinhentos contos especificamente para a colonização. Para a proposta inicial do orçamento da agricultura, “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 19 de junho de 1870, 2º f.

³⁹⁷ Sessão em 7 de julho, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f.

O deputado Duarte de Azevedo, também por São Paulo, igualmente defendia o “aumento de braços no” Brasil, logo, o gasto público nas questões de imigração³⁹⁸. Sua emenda originava-se de seu contato direto com fazendeiros e propunha que o Estado arcasse com o pagamento das passagens “dos filhos impúberes dos colonos”. Do contrário, os senhores desembolsavam um capital que, diziam, não retornava, já que as crianças não trabalhavam para pagar suas passagens. Azevedo empenhava-se nas questões de imigração, pois acreditava que “não esta[vam] longe os tempos em que terão de desaparecer” “os braços da lavoura” devido à “emancipação servil”³⁹⁹. E com isso, diferente de Antonio Prado, apoiava a iniciativa de Teixeira Junior quanto à formação de uma comissão especial para tratar do assunto. O deputado Andrade Figueira, pelo município neutro, também se preocupava com a mão de obra, porém não pôde se furtar à demonstração de seu apego à escravidão, já mesclado de racismo. Como alguns de seus coetâneos, tinha preferência pelos imigrantes do que chamava de “pura raça europeia, eslava ou germânica”; mas como a prioridade era a obtenção de “braços que trabalhassem” concordava com a opção pela imigração de trabalhadores chineses, chamados “coolies” ou “chins”⁴⁰⁰. Eles deviam ser aceitos, pois provavam ser aptos ao trabalho conforme o desempenho “na América do Norte, na Austrália e na Califórnia”⁴⁰¹. Andrade Figueira reconhecia a prática da escravidão como um empecilho ao desenvolvimento da colonização no Brasil, contudo, condescendia com a dificuldade dos senhores em arrear de si o costume:

O regime escravo cria na população hábitos de superioridade, *hábitos senhoriais* que não comportam o regime de igualdade que a colonização livre exige⁴⁰².

Tal regime dominava os lavradores, “afeitos a ele”, não lhes permitindo “promover diretamente a colonização, porque não podem tratar com ela no pé de igualdade que é de mister”⁴⁰³, admitindo, assim, a dificuldade da classe senhorial, de modo geral, em lidar com

³⁹⁸ Sessão em 4 de julho, *Jornal do Commercio*, 7 de julho de 1870.

³⁹⁹ Idem.

⁴⁰⁰ Sessão em 6 de julho, *Jornal do Commercio*, 9 de agosto de 1870, 1ºf.

⁴⁰¹ Idem

⁴⁰² Idem. Grifo meu.

⁴⁰³ Idem.

trabalhadores doutro modo que não a escravidão. Por isso, segundo o deputado, “a lavoura não tomaria a iniciativa de prover-se de braços livres senão na última extremidade”⁴⁰⁴. Desse modo, a vinda de “chins” proporcionaria um processo de transição, já que seriam ao mesmo tempo inferiores à “raça europeia, mas superiores à raça escrava”. Note-se nas ideias do “nobre deputado” a dificuldade de distinguir os africanos e seus descendentes da condição da escravidão, aludindo a eles, de modo generalizado, como “raça escrava”⁴⁰⁵.

Até aqui, ao menos quanto ao problema da mão de obra, percebemos a sintonia entre as exigências de fazendeiros e as propostas de parte dos deputados. As emendas e aditivos citados serão, por fim, aprovados, permitindo pensar que a câmara de modo geral atentava aos interesses “da lavoura” em meio às discussões sobre a emancipação. Também esteve na pauta parlamentar naquela sessão as disputas em torno da construção de estradas de ferro, nesta ou naquela localidade, outra demanda sensível aos fazendeiros⁴⁰⁶. Paula Toledo, por exemplo, pedia aumento desse tipo de investimento na província de São Paulo, descontente com o que havia até então já que a província estaria aumentando a participação na contribuição para os cofres públicos⁴⁰⁷. Quanto à mão de obra, de modo algum concordava com a imigração, pois, através dela, vinham os protestantes pregando as suas ideias. Para o deputado era vergonhoso usar “artifícios para atrair estrangeiros” quando havia no país milhares de indivíduos com os mesmos costumes, língua e religião. Assim, preferia a proposição de uma lei de locação de serviços “que garanta o trabalho nacional e lhe dê importância”. Quem compartilhou com Paula Toledo a aversão aos gastos com imigração foi Coelho Rodrigues, pelo Piauí, negando-se a votar para o assunto “nem mais um real do orçamento”⁴⁰⁸. Algo engajado no problema da emancipação, preferia que direcionassem a verba da imigração para a libertação e educação de crianças.

⁴⁰⁴ O compromisso de Andrade Figueira com os fazendeiros continuou firme até 1885, durante os debates em torno da lei dos sexagenários. Cf. Joseli Mendonça, *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2008. Cap. 1. Em seu estudo, Ricardo Salles utiliza Andrade Figueira como figura representativa dos “principais elementos do ponto de vista da maioria dos fazendeiros e de seus representantes” em contraposição à perspectiva daqueles que apoiavam a necessidade da reforma na chamada questão servil. Cf. *E o vale era o escravo...* op. cit. cap. 3.

⁴⁰⁵ “nobre deputado” era a forma de tratamento entre os parlamentares na câmara.

⁴⁰⁶ Faço o registro da discussão, porém não acompanhei esse debate.

⁴⁰⁷ Sessão em 7 de julho, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f.

⁴⁰⁸ Sessão em 7 de julho, *Jornal do Commercio*, 14 de julho, 1º f.

Creio que em lugar de empregarmos na sustentação do proletariado estrangeiro as enormes quantias que lhe temos aplicado, faríamos coisa melhor destinando-as à libertação das crianças (ao menos as do sexo feminino) que nascerem escravas, e custeando estabelecimentos propícios para a sua educação [...] ⁴⁰⁹.

Se tivessem tomado tais providências mais cedo, continuava o deputado, “teríamos falado muito menos e feito muito mais pela abolição do elemento servil”. É interessante notar que a proposta, de certo modo ousada, de negar aos fazendeiros a verba para imigração dirigindo-a aos interesses das pessoas escravizadas, tenha sido proferida por um representante de província do norte do país, portanto, distante dos interesses mais diretos dos cafeicultores de São Paulo e Rio de Janeiro. Tais províncias, por causa do café, das exportações, do enriquecimento dos lavradores, das contas públicas, formavam o reduto conservador do trabalho escravo ⁴¹⁰. A coragem de Coelho Rodrigues, entretanto, não passou do discurso, pois não chegou a propor qualquer emenda nos termos aludidos.

“Braços”, escravos ou imigrantes, nacionais ou estrangeiros; empréstimos a juros baixos; estradas de ferro e demais vias de comunicação; atender aos clamores da lavoura; “regenerar o país” da imprevidência do gabinete de 3 de agosto; calar as incertezas do futuro. Entre fazendeiros e representantes da nação, tal era o eixo principal das preocupações senhoriais diante do tema da emancipação dos escravos durante a sessão de 1870.

A derrocada política do gabinete de 16 de julho

O silêncio sobre a emancipação dos escravos na fala do trono fora o sinal claro acerca da resistência do gabinete Itaboraí em discutir o assunto mesmo após o fim da guerra. Se em vista da abolição no Paraguai e do crescimento das manifestações particulares sobre o assunto, Teixeira Junior resolveu pressionar o gabinete, tampouco teve sucesso diante da lacônica irresolução de Itaboraí. O debate, entretanto, fez emergir a

⁴⁰⁹ Idem. Os termos entre parênteses são originais da transcrição.

⁴¹⁰ Quanto à sessão parlamentar de 1871, José Murilo de Carvalho chama a atenção para o fato de que os deputados das províncias do norte do país tenderam a votar em favor da lei de emancipação, em contraste com os deputados das províncias cafeicultoras do sul. Cf. *Teatro de Sombras*, op. cit. cap. 2.

diversidade de posições sobre o assunto na câmara. Gerou, podemos imaginar, conversas de corredor, além da reunião entre o interpelador e os colegas que preferiam elaborar uma proposta em conjunto. Isso sem falar no burburinho que certamente se espalhava pelas ruas, aos ouvidos de quem se interessasse. Com a formação da comissão especial, os deputados interessados puderam oferecer à discussão os seus projetos. José de Alencar, além de Araújo Lima e Perdigão Malheiro, chegou a contribuir com uma proposta, a qual discutiremos no capítulo a seguir. Aos poucos, nesse contexto, foi se formando um tipo de pressão sob o gabinete a qual não pode resistir.

Não podemos saber o que se passava na cabeça do imperador, favorável à discussão da emancipação após o fim da guerra, diante da resistência do gabinete de 16 de julho. O máximo que conseguimos fazer acima foi reconhecer, nas entrelinhas da fala do trono, o conflito entre as partes sendo o incentivo ao recenseamento da população do império talvez a única concessão do gabinete aos rogos de d. Pedro II⁴¹¹, já que um dos subterfúgios de Itaboraí era alegar a falta de dados estatísticos sobre a população. Também não podemos saber ao certo qual a estratégia do ministério de 16 de julho para manter-se no poder e protelar o assunto após o fim da guerra do Paraguai. Talvez planejasse permanecer apenas durante aquela sessão, já que o conflito tinha acabado de terminar. O que quero dizer é que embora saibamos que o fim da guerra do Paraguai foi um marco importante para a retomada das discussões sobre a emancipação e que em 1871, logo no ano seguinte, houve um gabinete disposto e capaz de aprovar uma lei nesse sentido, nada disso era óbvio na perspectiva dos sujeitos envolvidos. Não houve pura arbitrariedade do imperador, por exemplo, em derrubar o 16 de julho em favor de outro mais conforme os seus interesses. O ministério tomou a iniciativa de demitir-se apenas no final da sessão de 1870. Embora, no jogo da política imperial, ele o pudesse fazer por causa da pressão interna do imperador, a leitura dos anais parlamentares do ano de 1870, em conjunto com a repercussão da sessão na imprensa, transmite uma percepção muito forte de que o 16 de julho cai em razão do próprio desgaste político diante do tema da emancipação, ainda que não houvesse no país propriamente um movimento abolicionista. A impressão que se tem é a de que o gabinete, sem abrir mão de seu programa político, tentou resistir, ao menos àquela sessão, e esse

⁴¹¹ Neste capítulo da dissertação, p. 75 e p. 104.

próprio movimento, exacerbando as divergências, ensejou a sua queda, assim como o convite do imperador ao marquês de São Vicente, autor de projetos de emancipação, para compor o próximo ministério.

Vejamos se consigo demonstrar o que acabo de dizer. Formada a comissão especial, antes de fechar o mês de maio Teixeira Junior apresenta um requerimento importante. Pedia que “se solicite com urgência do governo imperial, cópia dos projetos” que sobre a “questão servil” tivessem “sido submetidos ao conselho de estado nos anos de 1867 e 1868, e bem assim dos pareceres dos conselheiros de estado, e de quaisquer outros trabalhos concernentes ao mesmo assunto”⁴¹². O deputado requeria para os trabalhos da comissão nada menos que todos os documentos importantes que houvessem produzido sobre o assunto desde que o imperador, sob o gabinete de 3 de agosto, iniciara a sugestão sobre uma proposta de emancipação.

Daí em diante, a câmara continuou com seus trabalhos. As duas primeiras semanas daquele mês, como sabemos, foram ocupadas pelo intenso debate a respeito da exoneração de José de Alencar do cargo de ministro da justiça⁴¹³. Logo os ministérios apresentavam as propostas de orçamento, através das quais o problema da emancipação encontrava brechas para reaparecer na pauta, sempre a contragosto dos desinteressados na questão. Situação digna de nota se deu durante a discussão do orçamento dos Negócios Estrangeiros. A pasta era incumbência de José Maria da Silva Paranhos, que porém estava no Rio da Prata resolvendo os termos do tratado de paz com o Paraguai. Seu substituto era o nosso conhecido barão de Cotegipe, ministro da Marinha, sempre chistoso. O deputado J. J. O. Junqueira, membro da comissão especial, cioso de suas incumbências, resolveu fazer uma pergunta ao ministro interino. Será que, naquela quadra, o governo brasileiro trocava cartas com as juntas abolicionistas europeias? Em vista da troca de correspondência entre o ministério Zacarias e a junta abolicionista francesa em 1866, Junqueira queria saber se as missivas continuavam. Além disso, propunha ao orçamento uma verba para a compra de relatórios, memórias e documentos eventualmente publicados por sociedades abolicionistas

⁴¹² Sessão em 30 de maio, *Jornal do Commercio*, 31 de maio de 1870.

⁴¹³ Capítulo 1 desta dissertação.

europeias acerca da emancipação no Brasil⁴¹⁴. Para o deputado o assunto era melindroso, preocupava-o a possível intervenção estrangeira no assunto. Sua proposta foi aprovada no orçamento⁴¹⁵, mas Cotegipe, despreocupado, ofereceu resposta bem menos circunspecta:

Desde que ocupo a pasta de estrangeiros, creio poder afirmar que, mesmo durante a gestão do meu honrado colega que se acha ausente, nunca tivemos que responder carta ou comunicação alguma, porque nenhuma até hoje recebemos, não sei se porque sejamos suspeitos... (*Risadas*) ou porque...

O Sr. Ferreira Viana: - Ou porque não são poetas. (*Risadas*)

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: - ... saibamos bastante que estes senhores ocupam-se muito com os interesses do Brasil; o certo é que não nos têm dado os seus conselhos. (*Risadas*)⁴¹⁶

Sem mais, Cotegipe muda imediatamente de assunto. Em sua resposta, as reticências e o tom zombeteiro regado a repetidas risadas comunicava nem tanto a inexistência da correspondência quanto o inusitado de se imaginar tal coisa do gabinete de 16 de julho.

Fosse o laconismo de Itaboraí ou a ironia de Cotegipe, nada impediu a insistência de Teixeira Junior em favor dos trabalhos da comissão especial, pois entendia que a emancipação gradual seria o melhor encaminhamento para a defesa dos interesses da lavoura. Além disso, provavelmente, dado o incerto da situação política naquele momento por causa do tema da emancipação, o deputado se preocupava em manter a pauta nas mãos dos conservadores em detrimento dos liberais, cujas propostas, desde 1868, andavam mais radicais. Já mencionei acima que até mesmo haviam posto em circulação, através do jornal *A Reforma*, as ideias centrais de um projeto de emancipação com base no mecanismo da libertação do ventre, assinado e comentado por Nabuco de Araújo, que fora o relator do projeto elaborado no Conselho de Estado sobre o tema⁴¹⁷.

⁴¹⁴ Sessão em 22 de junho, *Jornal do Commercio*, 28 de junho, 1º f.

⁴¹⁵ Cf. "Jornal do Commercio", *Jornal do Commercio*, 29 de junho de 1870.

⁴¹⁶ Sessão em 22 de junho, *Jornal do Commercio*, 28 de junho, 1º f. Grifos originais.

⁴¹⁷ Sobre a carta, neste capítulo da dissertação, p.8. O projeto elaborado por uma comissão nomeada no conselho de Estado tinha por base cinco projetos oferecidos pelo conservador Pimenta Bueno (São Vicente).

Passou-se o mês de junho sem mais resposta ao requerimento de Teixeira Junior, além da aludida nota do ministério da justiça. Exatos trinta dias depois, o deputado renova o pedido na tribuna, dando início ao acirramento do conflito de interesses na câmara dos deputados. Conforme o novo requerimento, a comissão especial solicitava “do governo imperial uma solução definitiva do pedido feito com urgência” “em 28 de maio findo acerca dos projetos e pareceres” sobre o “elemento servil” “submetidos ao conselho de estado desde 1867”⁴¹⁸. Para ser aprovado, entretanto, o documento precisava ser votado pela câmara; porém, Diogo Velho interrompe o processo, pedindo a palavra e adiando a discussão. Como o requerimento não estava na pauta do dia, teria que ser protelado para o próximo momento oportuno; a menos que Teixeira Junior pedisse urgência à casa em favor da discussão. Ele o fez; contudo, teve o recurso negado pela maioria da câmara.

Em poucos dias estavam os deputados discutindo o orçamento da Agricultura, como pudemos acompanhar acima. O clima de tensão sobre a questão servil era compartilhado por todos em meio à proposição de emendas e aditivos, no constante clamor pelo incremento da mão de obra. Ao defender o pagamento das passagens dos “filhos impúberes dos colonos”, o deputado Duarte de Azevedo também se expressava em relação à postura política com o gabinete sobre a questão servil. Assim como Teixeira Junior, mostrava-se decepcionado com a ausência do assunto na fala do trono, pois, segundo dizia, o tema que mais atraía a atenção da população não devia ser deixado à margem pelo gabinete. Achava “sumamente perigoso” que enquanto toda a sociedade comentava a questão apenas o ministério se mostrasse indiferente⁴¹⁹. “[N]ão pense V. Ex. que me deixo inspirar por sentimentos humanitários e que sou insensível às aspirações da política”, entretanto, queria que o gabinete dirigisse a opinião pública e que o assunto fosse resolvido pelos conservadores de preferência aos liberais. Segundo o deputado, o partido conservador era “mais refletido”, “direi mesmo muito mais tímido, quando se trata de reforma”, diferente da

Sobre a atuação de Nabuco na elaboração e apresentação do projeto do Conselho de Estado, Nabuco, op. cit. Livro quinto, cap.II.

⁴¹⁸ Sessão em 30 de junho, *Jornal do Commercio*, 4 de julho de 1870.

⁴¹⁹ Sessão em 4 de julho, *Jornal do Commercio*, 7 de julho, de 1870.

“índole do partido liberal”⁴²⁰. Por seu turno, Antonio Prado, também favorável ao gasto público com imigração, postava-se ao lado do gabinete, negando prioridade à emancipação.

Conforme o regimento da câmara, os requerimentos deveriam normalmente ser discutidos aos sábados. Mas no dia 2 de julho não houvera sessão por falta de *quorum*. Assim, no dia 8 de julho, sexta-feira, renovou-se a querela em torno do requerimento de Teixeira Junior, dessa vez, através de Floriano de Godoy, outro deputado por São Paulo. Ele pedia ao presidente da câmara que, no dia seguinte, desse prioridade ao documento apresentado em 30 de junho. O presidente eximia-se da responsabilidade pela protelação culpando o trâmite burocrático, assim como a maioria da câmara, que se opôs à urgência reclamada por Teixeira Junior. Como requerimentos se discutiam aos sábados, a ocasião teria sido no dia 2... porém, “não houve sessão...”⁴²¹. Ao que Godoy rebatia com a própria reticência: “Bem...”. O presidente acaba concordando em pautar o documento para o dia seguinte, “sábado”, entretanto a prioridade deveria ser solicitada novamente pelo deputado na ocasião. Preferindo precaver-se à chicana, Floriano de Godoy questionou: “e se não houver sessão no sábado?”. Então “requererá urgência para outro dia. Eu não posso dar requerimentos para discussão senão nas sessões de sábado”. Insistente, o representante por São Paulo preferiu consultar à câmara para saber se em caso de não haver sessão no dia seguinte, concedia permissão para a discussão do requerimento logo na segunda-feira. Entretanto, “Consultada a casa, decide pela negativa”. E no dia seguinte não houve sessão por falta de *quorum*. Através da burocracia, dava-se o embargo às impertinências da comissão especial.

No domingo, 10 de julho, o pseudônimo “*verdadeiro conservador*” anunciava, nas colunas “a pedido” do *Jornal do Commercio*, franca oposição ao gabinete chefiado pelo visconde de Itaboraí. Em texto intitulado “O ministério e a oposição parlamentar”, contava sobre uma “numerosa reunião” havida no último dia 6 na casa de Floriano de Godoy a fim de deliberarem sobre “a atitude que lhes conviria assumir ante o gabinete de 16 de

⁴²⁰ Não sei se era isso mesmo ou se tratava da percepção de Duarte de Azevedo diante do contexto dos últimos dois anos, com o surgimento dos liberais radicais.

⁴²¹ Todo o diálogo entre Floriano de Godoy e o presidente da câmara acontece em sessão em 8 de julho, *Jornal do Commercio*, 11 de julho de 1870.

julho”⁴²². Em poucas palavras, o grupo reunido acreditava que o ministério se isolava do resto do partido, perdendo com isso o seu apoio, haja vista a divisão da câmara na sessão de sexta-feira, quando Godoy pediu urgência para a discussão do requerimento de Teixeira Junior. Foram 43 votos a favor do gabinete, contra 36 votos favoráveis à urgência⁴²³. Segundo o “*verdadeiro conservador*” a câmara queria discutir a grade questão e, sobretudo, “assegurar a propriedade agrícola”, enquanto o gabinete preferia abandonar o assunto. Dentre outras coisas, preocupava-se com a opinião internacional. Era tempo de mostrar “ao mundo” que o Brasil não ficaria sozinho na “luta entre a escravidão e a emancipação”. Enquanto a “Espanha já inicia alguma coisa”, “o Brasil fica inativo”, esperando “talvez uma revolução radical”. Ao contrário, os dissidentes preferiam que o partido conservador interviesse no processo. Finalmente, acirrava as hostilidades contra o ministério lembrando um cortejo de reformas reclamadas as quais o 16 de julho parecia procrastinar. Segundo o artigo, estava em curso uma luta no interior do próprio partido conservador, cuja divisão tendia a acentuar-se conforme a permanência daquela “ordem de coisas”⁴²⁴.

Ainda na sessão de 8 de julho, Diogo Velho tentou negar a má vontade do gabinete, mas acabou acirrando os ânimos⁴²⁵. Segundo o ministro, não podiam pressionar o ministério, pois, afinal, referindo-se à comissão especial, a questão estava “sujeita a esta augusta câmara”. Souza Reis, entretanto, deu um aparte: “mas o governo não a tem ajudado”. Ora, replicava o ministro, mas o assunto era melindroso, de modo que cada um devia cumprir o dever conforme a consciência. Não deveria se tornar questão de partido, nem assunto para se especular. O que seria então motivo dobrado para que o governo não abandonasse o assunto, retrucava o deputado. Logo os humores se inflamaram:

[Diogo Velho] Fiquem sabendo os nobres deputados que não sou infenso à discussão sobre este negócio, nem a uma solução conveniente.

⁴²² “O ministério e a oposição parlamentar”, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 2º f. O artigo cita os nomes dos deputados os quais foram ouvidos durante a reunião: Fernandes da Cunha (presidiu a reunião), João Mendes, Araújo Lima, Teixeira Junior, Duarte de Azevedo, Junqueira e “outros”.

⁴²³ “O ministério e a oposição parlamentar”, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 2º f.

⁴²⁴ Idem. A manifestação do “verdadeiro conservador” no *Jornal* ensejou algumas respostas e a querela continuou em artigos na imprensa até o mês de setembro de 1870.

⁴²⁵ Sessão em 8 de julho, *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1870, 1º f.

[Souza Reis] Parece que tem obstado algum tanto; acaba de votar contra a urgência para discutir-se o pedido de informações.

[Diogo Velho] Não obstei; votei contra a urgência por me parecer manejo de oposição (Há diversos apartes). Pois bem, definamos nossas posições; o pior de tudo é estar de máscaras.

[Souza Reis] Vá a quem toca!⁴²⁶

Em seguida Duarte de Azevedo repetiu os termos do discurso anterior quanto à negligência do ministério diante da questão que inquietava a sociedade ⁴²⁷. Segundo seu entender, a “questão servil” relacionava-se diretamente com o problema da imigração, negando-se o deputado a admitir simples manobra de oposição. Por fim, num arroubo retórico, respondeu ao ministro causando alvoroço. Em tal assunto “não devia S. Ex. vir proclamar [...] a necessidade de deitar abaixo as máscaras” (“muitos apoiados”), porque ali ninguém as utilizava (“apoiados numerosos”), pois tinham “independência para dizer ao país a verdade conforme o mandato que lhes fora conferido” (“Muitos apoiados e diversos apartes”)⁴²⁸. Segundo o “*verdadeiro conservador*”, no *Jornal*, foi em meio a aplausos provocados pelo “suculento discurso” de Duarte de Azevedo, que o ministro retirou o “insulto”, dizendo que a expressão lhe havia escapado⁴²⁹. Dali em diante, Duarte de Azevedo e os demais defensores da comissão especial enfatizavam sua legitimidade, pois, se andava a sofrer embargos, não obstante, fora aprovada também pela maioria da câmara no mês de maio. E no mesmo caso estava o requerimento ao governo acerca dos papéis do Conselho de Estado. Na semana seguinte a discussão ficava encerrada com a aprovação do orçamento da agricultura⁴³⁰.

Quem sabe para mostrar que a comissão especial tinha apoio, ao menos de parcela dos fazendeiros, “*Alguns lavradores*” publicaram texto no *Jornal do Commercio* dizendo-se ansiosos pelo “parecer da comissão especial”⁴³¹. Aguardavam uma resolução que tratasse de garantir “os direitos dos respectivos senhores”, pois segundo eles, um “espírito de

⁴²⁶ Idem.

⁴²⁷ 8 de julho, *Jornal do Commercio*, 11 de julho de 1870.

⁴²⁸ Idem.

⁴²⁹ “O ministério e a oposição parlamentar”, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 2º f.

⁴³⁰ A informação aparece em “*Jornal do Commercio*”, *Jornal do Commercio*, 14 de julho de 1870.

⁴³¹ “Emancipação dos escravos”, *Jornal do Commercio*, 15 de julho de 1870.

insubordinação começava a lavrar entre os trabalhadores”, cujas esperanças, ditas “criminosas”, “têm sido fermentadas pela indecisão”. Até mesmo alguns “fatos de mau caráter”, segundo seus dizeres, já se haviam efetuado em diversos “municípios de serra acima”, podendo espalhar-se “e paralisar os trabalhos da lavoura”. Por ora, não podemos confirmar a veracidade das afirmações dos tais “lavradores”, sendo certo que ambos os lados da disputa política mobilizavam a retórica do medo de insurreição. Entretanto, é plausível considerar que a pressão dos subalternos daqueles tempos - os escravos e os libertos, para nomear alguns - estava nas ruas, circulando pelas estradas, e dentro das casas senhoriais, na corte e nas províncias. E certamente tomavam parte nas discussões, acirrando a rebeldia dentro das possibilidades e de algum modo impondo a sua pauta aos termos da lei.

Um tácito acordo de silêncio

Embora o caso fosse amplamente comentado pela imprensa de oposição liberal, assim como pela oposição conservadora que surgia, o gabinete do visconde de Itaboraí sempre tergiversou e nunca afirmava em português claro o embargo à discussão de um projeto de emancipação. Semelhante à omissão na fala do trono, assim como a resposta evasiva de Itaboraí no dia da interpelação, Paulino José Soares de Souza⁴³² apresentou à câmara um projeto que subentendia a postura definitiva do gabinete sobre a questão servil na sessão daquele ano. O então ministro do império apresentou, finalmente, a proposta “para o levantamento do censo, organização estatística e criação do registro civil” como necessidade para alguns trabalhos que estava tentando realizar, com particular atenção à implementação da instrução pública, “ao menos no município da corte”, desse modo, desviando o foco do problema da escravidão⁴³³. Preferia falar sobre o assunto nas entrelinhas, dizendo que uma “questão social do maior alcance” - “Todos sabem ao que me refiro” - relacionada à organização do trabalho e à riqueza do país estava sendo ultimamente agitada, preocupando os espíritos refletidos. Questionava, então, se alguma

⁴³² Filho homônimo do visconde de Uruguai. Cf. Nabuco, op. cit. vol. 2 “Livro quinto”, cap. VII.

⁴³³ Sessão em 15 de julho, *Jornal do Commercio*, 21 de julho de 1870.

medida poderia ser tomada sem antes “conhecermos como se divide no Brasil a população sob o aspecto das duas condições reconhecidas pela lei”. Sem mais, comentou os números já recolhidos a respeito da corte, na última década, mostrando que o número de escravos vinha diminuindo, pois as mortes superavam os nascimentos, movimento que era auxiliado ainda pela “tendência filantrópica” que promovia milhares de alforrias. Assim, para Paulino de Souza, um estudo que abarcasse a condição de todo o Império forneceria base para a avaliação dos efeitos das medidas legislativas que se quisesse propor. Na disputa com a comissão especial pelo apoio da maioria da câmara, o pronunciamento do ministro oferecia, de modo indireto, a última cartada do gabinete àqueles que quisessem seguir sua opinião.

O *Jornal do Commercio* parece ter caído na lãbia do ministro, pois reproduzia na sua “Gazetilha” não só as informações fornecidas por ele como também a opinião de que a apreciação do movimento da população cativa era “um elemento digno da maior ponderação” e que não “podia deixar de ser levado em conta na decretação de qualquer medida sobre tão grave assunto”⁴³⁴. Talvez isso também seja a deixa para pensarmos que o *Jornal* preferia apoiar o gabinete Itaboraí e o passo lento de sua postura política.

Conforme as evidências, o periódico parece ter tido acesso privilegiado aos documentos apresentados pelo ministro, pois trazia no informe detalhes que nem mesmo Paulino mencionara a respeito dos números. Assim, dentre os cerca de 50.092 escravos na corte, 36.333 eram crioulos e 13.759 de nação. Quanto às profissões, 4.272 empregavam-se na lavoura, 5.959 em “ofícios e artes fabris”, 26.398 no serviço doméstico e 12.537 não tinham “profissão conhecida”⁴³⁵. A função dos números não seria outra além de alertar os deputados a respeito do conteúdo social, econômico e cultural inerente a eles, de modo a balizar o projeto de emancipação que eventualmente tivessem que elaborar, o qual lhes causasse as menores perdas e surpresas. E assim, o ministro entregou os documentos a serem encaminhados à comissão especial.

⁴³⁴ “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 16 de julho de 1870.

⁴³⁵ Idem.

O aditivo de Perdigão Malheiro

Em *Um estadista do Império*, Joaquim Nabuco relata a importância do artigo aditivo ao orçamento, que Nabuco de Araújo apresentou no senado em setembro 1870 e ao qual se atribuía a queda do gabinete Itaboraí⁴³⁶. O “aditivo sobre a questão dos escravos”,⁴³⁷ discutido já na prorrogação da sessão legislativa, propunha ao governo o gasto de mil contos de réis para a alforria de escravos, assim como o “direito perfeito” à alforria ao escravo que obtivesse meios “para indenização de seu valor”⁴³⁸. Segundo Pereira da Silva, citado por Nabuco, o imperador enviou um bilhete a Itaboraí “participando-lhe que merecia sua aprovação o aditivo de Nabuco de Araújo”, esperando que o ministério o incluísse “nas disposições gerais do orçamento”⁴³⁹. Itaboraí teria se “magoado” com o procedimento da coroa e diante da oposição que também sofria no senado, acordou com os colegas de gabinete que “era chegada a época da dissolução” do 16 de julho⁴⁴⁰. Portanto, Nabuco valoriza o aditivo oferecido por Nabuco de Araújo como o contexto chave que define a queda do gabinete Itaboraí. Como vimos, Robert Conrad aponta a contribuição da emergência de um “emancipacionismo popular” a pressionar o ministério⁴⁴¹. Porém, ao abordar especificamente a queda do gabinete em setembro de 1870, segue a interpretação de Joaquim Nabuco, enfatizando a pressão do imperador sobre Itaboraí, bem como o protagonismo de Nabuco de Araújo no desfecho do problema⁴⁴². Sem negar a importância desses elementos, o material recolhido a partir leitura dos anais parlamentares no *Jornal do Commercio* permite aprofundar a percepção sobre o processo, mostrando o desgaste que o gabinete sofreu ao longo do tempo. O relato de Joaquim Nabuco chega a mencionar o movimento que havia na câmara, com honras para Teixeira Junior, que teria quebrado a

⁴³⁶ Nabuco, op. cit., vol. 2 “Livro quinto”, cap. VI.

⁴³⁷ A expressão é de Nabuco.

⁴³⁸ Em 3 de setembro os deputados perguntam ao imperador sobre a data de encerramento da sessão legislativa, que ficava prorrogada até 15 de setembro. Cf. Ata em 3 de setembro, *Jornal do Commercio*, 5 de setembro de 1870; Ata em 5 de setembro, *Jornal do Commercio*, 6 de setembro de 1870. Em meados daquele mês a sessão seria prorrogada novamente, até 30 de setembro. Sobre o aditivo de Nabuco de Araújo, cf. Nabuco, op. Cit. vol. 2, pp. 802-803.

⁴³⁹ Apud Nabuco, op. cit. p. 807, nota 12.

⁴⁴⁰ Idem.

⁴⁴¹ Conrad, op. cit., p. 101.

⁴⁴² Ibidem, pp. 108-111.

uniformidade da casa, abrindo “caminho para a passagem da futura proposta do governo”⁴⁴³, entretanto não explicita a importância da pressão dos deputados até a oportunidade do aditivo de Nabuco no senado. Antes deste, causou alvoroço o artigo aditivo que Perdigão Malheiro apresentou ao orçamento imperial, dois meses antes, em 20 de julho.

Na verdade o aditivo vinha assinado por Malheiro e também por Pereira da Silva, ambos dispostos a discutir a “questão servil” desde o início da sessão sem, entretanto, participar dos debates que abriam fogo contra o ministério. Atentos aos embargos aos trabalhos da comissão especial, sabendo que se aproximava o final da sessão legislativa, é provável que a proposta dos dois deputados tentasse garantir a aprovação de alguma mínima medida relativa à condição dos escravos naquele ano. Cinco dias após o pronunciamento de Paulino de Souza sobre o recenseamento, liam-se os aditivos apresentados ao orçamento antes de iniciar o debate. Dentre eles, estava aquela proposta, apresentada inicialmente como emenda, para garantir a verba de quinhentos contos para o auxílio da imigração e “o estabelecimento de núcleos de colonização” “nas províncias mais produtoras”⁴⁴⁴. A proposta de Perdigão Malheiro e Pereira da Silva autorizava o governo a alforriar os escravos da nação, com ou sem condição, sempre gratuitamente e livre de “emolumentos ou despesas”; também ficavam livres “desde já” os filhos que nascessem depois “da presente lei” [entende-se tratar-se dos filhos das escravas da nação]. Por último o governo devia providenciar “a bem de uns e de outros” conforme entendesse mais conveniente “podendo mesmo estabelecê-los em terras do Estado ou devolutas”. Proibia “a venda de tais escravos” e tornava as disposições mencionadas extensivas aos escravos em usufruto à coroa.

Mal terminou a leitura dos aditivos, Cruz Machado, também deputado por Minas, pedia a palavra para rechaçar a iniciativa dos dois deputados. Certo alvoroço em seu modo de falar reforça a percepção de que a fala de Paulino de Souza na semana anterior teria a tácita intenção de colocar uma pedra nos debates sobre a questão servil ali na câmara. Machado se dizia “impressionado”, “especialmente” com o aditivo do “digno colega por

⁴⁴³ Nabuco, op. cit., pp. 797-798.

⁴⁴⁴ Para as emendas, cf. “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 21 de julho de 1870.

Minas”, pois a câmara mais de uma vez teria manifestado o pensamento de que “a grave questão social brasileira” não fosse resolvida “senão depois de estudo profundo e minucioso”, após “haver coligido todos os dados” – enfim, o discurso do ministério desde sempre. Assim, achava imprudente a inserção do assunto na lei geral do orçamento, apresentando um requerimento para a retirada do aditivo de Malheiro da discussão, a ser enviado à comissão especial⁴⁴⁵. Note-se, que, então, no caso de atrasar a discussão, o gabinete evoca, para os seus interesses, a comissão especial.

Logo veio Perdigão Malheiro em defesa do aditivo. A cadeia de argumentos que mobilizou serve de testemunho à percepção do deputado quanto à muralha de oposição a ser derribada⁴⁴⁶. Perdigão questionou a manobra de Cruz Machado para a sumária exclusão do aditivo antes mesmo do debate, afinal não propunha novidade na lei geral do orçamento. O intento de sua proposta era justamente dialogar com a lei do orçamento de 1843, a qual permitia ao governo a venda dos escravos da nação. Seria com base nessa lei que o imperador encontrava brecha para alforriar os cativos mediante o pagamento do próprio preço. Porém até então a legislação não havia criado mecanismo para que a alforria fosse gratuita. Assim, segundo afirmou, muitas vezes os ministros da fazenda pediam, nos relatórios, à assembleia legislativa que aprovasse uma lei nesse sentido. Talvez suspeitando da avareza dos colegas, acrescentou:

[Perdigão Malheiro] Não devemos [...] estar hoje fazendo questão de dinheiro com os escravos da nação para serem alforriados. [Preferia que fossem] libertados, se merecerem este favor, gratuitamente e sem despesa alguma.

[Cruz Machado] Eu não sou contrário à ideia, apenas noto a impropriedade da ocasião⁴⁴⁷.

Entretanto, embora interrompido a cada frase, Perdigão tentava mostrar a inexistência de “tal impropriedade”, mobilizando nova lista de fatos que asseguravam a

⁴⁴⁵ Sobre a intervenção de Cruz Machado, o *Jornal* publicou a informação “Cruz Machado faz algumas observações”. Assim, acompanhei seu pronunciamento na cópia digitalizada dos anais parlamentares no site da câmara dos deputados: http://imagem.camara.gov.br/pesquisa_diario_basica.asp. O requerimento de Cruz Machado aparece publicado em 23 de julho, 1º f.

⁴⁴⁶ Sessão em 20 de julho, *Jornal do Commercio*, 23 de julho de 1870, 1º f.

⁴⁴⁷ Idem.

legitimidade de sua proposição. Assim, a lei de 25 de outubro de 1832, art. 4, havia conferido alforria gratuita aos escravos da nação “que tivessem servido mais de 25 anos na administração do Tijuco em Minas Gerais”...

[Cruz Machado] Não me consta que lá haja nem houvesse escravos da nação.

[Perdigão Malheiro] No tempo da administração? Oh! Senhores! está na coleção de leis de 1832 [...] Extinguiu-se, é verdade; mas aí havia escravos da nação.

[Andrade Figueira] Nesse tempo havia.

[Cruz Machado] Então é muito antigo.

Até mesmo Andrade Figueira, que jamais colaborava com argumentos do naipe dos de Perdigão Malheiro, interveio em seu favor naquele momento. O deputado por Minas completou a lista de alforrias gratuitas oferecidas pelo Estado, mostrando que seu aditivo era perfeitamente cabível. Ademais, desde muitos anos via publicado no *Diário Oficial* que escravos pediam alforria gratuita ao imperador, “porque não têm dinheiro”; que o governo “reconhece que eles estão no caso de merecê-las, mas tinha que responder negativamente” - “Não posso conceder” -, pois não havia legislação que permitisse. “Eu não desejo que isto continue assim, e eis porque apresentei o aditivo à lei do orçamento”. Contudo, respondendo a apertes, Perdigão tinha de explicar que o aditivo não significaria uma libertação em massa, coisa que nem ele queria, pois apenas autorizava o governo a alforriar, sem conferir necessariamente as manumissões. E nem mesmo haveria tal massa de escravos da nação; seriam poucos e “espalhados por todo o Império”. Assim como os colegas, não desejava que a reforma social em questão se fizesse “precipitada e irrefletidamente”; ele mesmo estudava a questão há anos. Entretanto achava necessário o auxílio do governo através de pequenas medidas legislativas, a fim de evitar uma brusca iniciativa dos escravos seguida de guerra e revolução, augúrio que assustava os deputados ali na plateia, a julgar pelo aparte do deputado João Mendes: “Deus nos livre disso”⁴⁴⁸.

Mas o medo senhorial seria capaz de fazer ensurdecer. Araújo Góes, deputado pela Bahia, que veio em seguida, parecia não ter ouvido nada das repetidas explicações de Perdigão Malheiro, ao exclamar que o aditivo havia de ter “pronta e imediata execução”

⁴⁴⁸ Sessão em 20 de julho, *Jornal do Commercio*, 23 de julho de 1870, 1º f.

com a libertação concomitante de muitos escravos⁴⁴⁹. Afinal, “os escravos amam e desejam a sua liberdade assim como nós”, elemento que, segundo o deputado, seria aproveitado por “muito filantropo” que quisesse explorar “esta arma eminentemente perigosa (apoiados), convertendo-a até mesmo em arma de partido”. Ademais, o deputado temia insurreições e, por isso, parecia superestimar as possibilidades do aditivo como se tratasse da “extinção da escravidão de modo geral”. Segundo ele, a “alforria gratuita e imediata de escravos da nação, a libertação do ventre desde já e, finalmente o modo de prover sobre o estabelecimento futuro dos libertos [...] é bastante [...] para justificar o adiamento da proposta” de Perdigão.

Novamente, parece necessário atribuir parte do teor do discurso de Góis à retórica política de um provável senhor levantando todas as barreiras possíveis para protelar a emancipação. Por outro lado, é possível que o discurso dele também testemunhe alguma coisa sobre a pressão escrava em favor da liberdade, principalmente conforme os cativos tivessem notícia de projetos favoráveis a isso no parlamento. Segundo a ênfase de Góes, “os nobres deputados” que residiam “nas capitais”, “ao abrigo da força e da autoridade policial”, não viam “como eu já vi no recôncavo da minha província” “as cenas de uma insurreição” - “Apoiados”. Contava então, que desde 1867, quando a fala do trono mencionou as palavras “extinção do elemento servil”, se notava “uma espécie de insubordinação nas fazendas e estabelecimentos rurais”- “Apoiados”. Góes chegou a pedir que fizessem “um estudo a respeito”, pois até a imprensa “já tem denunciado alguns acontecimentos deploráveis”. Talvez transmitindo a competência senhorial sobre o modo de lidar com os escravos, segundo Góis, pouco importava se o aditivo visasse apenas os escravos da nação, pois os cativos não fariam tal distinção:

esta autorização [o aditivo] vai causar um grande alarme nas fazendas particulares, porque os escravos medem-se todos pela mesma bitola, reputam-se iguais, e se houver um direito para os da nação, os escravos dos particulares também julgam-se com os mesmo, e hão de conspirar contra os senhores que o não reconhecerem. (Apoiados)⁴⁵⁰

⁴⁴⁹ Idem.

⁴⁵⁰ Idem.

Seus pares concordavam; Antonio Prado acrescentava: “O que se estabelecer para uns deve ser para todos”⁴⁵¹. Ou seja, através das suas apreensões, os deputados - ligados direta ou indiretamente à propriedade de escravos - acabavam por reconhecer a agência da pressão escrava na construção cotidiana das relações no interior da escravidão, em busca mesmo de sua superação, quando a situação se apresentava propícia. Se os senhores não reconhecessem a legitimidade, além da força de suas aspirações, os cativos haveriam de conspirar. Em parte por causa desse contexto, é que tenho tentado ressaltar, dentro do que as fontes permitem pensar, a relevância de considerarmos o efeito da circulação de informações nas ruas da corte, e nas estradas para além dela, no contexto mais amplo das discussões em torno da questão servil em 1870. As coisas aconteciam dentro do parlamento, conforme a pena dos homens letrados, porém não poderiam circunscrever-se apenas àquilo, já que a experiência social dos legisladores também se fazia fora dos prédios, certamente aos encontros com pretos e pardos nas ruas da “cidade negra”, além do trato nas fazendas e vilarejos⁴⁵². É de se pensar que o alvoroço das sessões parlamentares mais acaloradas não poderia se restringir à tribuna, tampouco à circunscrição das geralmente sisudas transcrições publicadas no *Jornal*, depois compiladas em volume. Temos visto o rebuliço que havia nas seções “a pedido” na imprensa e bem podemos imaginar o que haveria nas conversas produzidas por ocasião da produção e leitura dos textos. Cativos ou libertos não seriam surdos a tais manifestações e certamente contribuíram para a expansão e diversificação das abordagens ao tema. A favor dessa forma de entender as coisas é possível citar o estudo de Flávio Gomes a respeito dos quilombolas no século XIX em regiões próximas à corte e ao Vale do Paraíba fluminense⁴⁵³. O historiador, na verdade, reconstrói uma teia complexa de relações entre quilombolas, vendeiros e taberneiros livres, escravos assenzalados, dentre outros, como trabalhadores cativos “ao ganho” na corte e barqueiros responsáveis por atravessar mercadorias do interior até a corte. Entre eles, além de conflito, havia solidariedade e intenso canal de comunicação, inclusive a respeito das decisões das autoridades imperiais em relação aos

⁴⁵¹ Idem.

⁴⁵² A expressão é de Chalhoub em *Visões da liberdade...* op. cit. cap. 3.

⁴⁵³ Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro imperial, século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2006.

quilombos e à escravidão⁴⁵⁴. Assim, seguindo a trilha de Flávio Gomes, os escravos “não só percebiam o mundo à sua volta” e também “não só o modificavam, como agiam em função dessas mudanças”⁴⁵⁵.

Ricardo Pirola também recolheu indícios interessantes a respeito da atenção dos escravos às reviravoltas políticas do país, já que as notícias chegavam a seus ouvidos e que eles faziam as próprias interpretações⁴⁵⁶. Segundo o historiador, em diálogo com trabalhos de João José Reis sobre insurreições na Bahia, por ocasião das lutas de independência no Brasil, houve escravos e crioulos que pediram a própria liberdade; houve outros que se insurgiram⁴⁵⁷. Sobre a circulação de informações, na pesquisa de Pirola, por exemplo, os ofícios de tropeiro e cozinheira, exercidos por escravos, eram fundamentais. No caso estudado pelo autor, as funções foram importantes para a elaboração de um complexo plano de insurreição na cidade de Campinas, cuja teia de solidariedade, a contragosto dos senhores, se estendia até São Paulo⁴⁵⁸. Ao passo em que tropeiros poderiam levar e trazer informações entre fazendas e municípios, cozinheiras e demais escravos dos ofícios domésticos poderiam ouvir as conversas dos senhores, sondá-las e repassar as informações para os colegas que trabalhavam com a enxada. Diante disso, quanto aos debates em torno da emancipação entre 1867 e 1871, é bem possível que os cativos, no interior de suas complexas redes de relações e solidariedade, recolhessem informações no rebuliço das ruas, em meio às conversas dos transeuntes, dos comentadores dos artigos de jornal, etc., etc. Em 1870, quantos cativos não teriam visto e ouvido os seus senhores lendo ou ouvindo ler as notícias do parlamento, conforme o texto da tribuna ou da seção “a pedidos”? Amantes da “sua liberdade”, com maior ou menor sutileza, teriam tornado-se mais insubordinados?

Para sujeitos tais como Araújo Góes, além de outros, diante do possível recrudescimento da pressão escrava, seria o caso de vetar os dispositivos legislativos que melhorassem as condições dos cativos no Brasil; preferiria uma disciplina rígida com menos “concessões”. Contudo, para outros como Perdigão Malheiro, ao menos conforme

⁴⁵⁴ Idem. Cap. 1.

⁴⁵⁵ Idem, p. 78.

⁴⁵⁶ Ricardo Figueiredo Pirola, *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2011, p. 47.

⁴⁵⁷ Idem.

⁴⁵⁸ Idem. Cap. 1.

seus projetos na sessão de 1870, seria o caso de legislar em favor deles, até mesmo nos termos daquilo que a própria população escrava andava a exigir por meio das ações cíveis de liberdade, bem conhecidas dos juristas legisladores que frequentavam a tribuna⁴⁵⁹.

Quanto ao artigo aditivo proposto por Perdigão Malheiro, acabou realmente excluído do debate, contribuindo para o aprofundamento do desgaste entre o gabinete e os deputados defensores da causa da comissão especial. Duarte de Azevedo, lamentando o destino da proposta de Perdigão, apresentou outro aditivo, favorável à criação de um fundo de emancipação, reiterando, a seguir, as queixas à postura do 16 de julho⁴⁶⁰. Itaboraí tentou defender a posição do ministério alegando, como Góes, preocupação com a segurança

⁴⁵⁹ Compreender as coisas por esse viés faz bastante sentido, no contexto dos debates de 1870, quanto aos quatro projetos oferecidos por Perdigão Malheiro, que enfrentaram a relutância generalizada na câmara. Como não apareceram entre os deputados, tampouco entre os fazendeiros no *Jornal*, propostas de emancipação tão elaboradas, específicas, como as de Perdigão Malheiro, e sabendo que ele era jurista, estudioso do problema da escravidão, tem-se a forte sensação de que o deputado levava para o parlamento, em forma de projetos de lei, demandas com as quais se deparava ao analisar as disputas judiciais em torno da liberdade de escravos. Ele propôs, por exemplo, que se considerasse livre o filho da mulher *statulibera*; derrogar a ordenação que permitia a revogação de alforrias; garantir a liberdade dos filhos das escravas hipotecadas os quais nascessem depois da hipoteca; garantir ao cativo a livre disposição do seu pecúlio, “com especialidade em favor de sua manumissão” etc. Se com isso for plausível pensar que, mesmo com todas as cautelas conservadoras, Perdigão reconhecia demandas vindas dos escravos, é possível pensar que, sob esse viés, seus projetos de lei emergiam da pressão escrava. Diante dela, aliado à conjuntura internacional desfavorável à escravidão, Perdigão Malheiro preferiria ceder, no que fosse possível, a demandas dos cativos a fim de evitar rebeldia aberta, quem sabe insurreição. Em *Visões da liberdade*, Chalhoub formula mesmo o argumento de que a lei de 1871 fora “‘arrancada’ pelos escravos às classes proprietárias”, ao acolher no direito positivo elementos que estavam estabelecidos no direito costumeiro. Se a manobra senhorial em favor da aprovação da lei fora sugerir que, com isso, a legislação não afetaria profundamente as relações entre senhores e escravos, por outro lado, do ponto de vista dos cativos, não se fazia outra coisa senão reconhecer as suas lutas, permitindo uma margem mais precisa em favor da vitória nas lutas judiciais. Cf. cap. 2, “1871: as prostitutas e o significado da lei”. O projeto apresentado pela comissão especial de 1870 aproveitou várias das disposições sugeridas por Perdigão Malheiro e, embora tenha acabado engavetado, pode ter ensejado diálogo com o projeto oferecido e aprovado no ano seguinte, 1871, que contava com algumas disposições bastante parecidas com aquelas apresentadas por Perdigão em 1870. Assim, em última instância e mesmo que Perdigão Malheiro tenha feito oposição na sessão de 1871, permanece plausível a percepção política de que os projetos do parlamento não se faziam fora das lutas sociais, do dia a dia das ruas e dos tribunais. Se a pressão internacional fora um forte estopim para a iniciativa parlamentar, a pressão das lutas entre senhores e escravos ajudou a formular o conteúdo dos projetos.

⁴⁶⁰ O conteúdo do aditivo: “O produto da taxa da corte e nas províncias, e da meia siza da venda dos escravos da corte será destinado à criação de um fundo para auxiliar a manumissão voluntária de escravos. Serão manumitidos os do sexo feminino e de menor idade, de preferência aos demais”. Floriano de Godoy assinava junto com Duarte de Azevedo. Inicialmente, tive dificuldade para localizar no *Jornal* os discursos e aditivos propostos na sessão de 21 de julho, pois o periódico separou praticamente todos os discursos do contexto a\ vo publicá-los depois e separadamente. Muitas vezes, as emendas e aditivos eram também publicados avulsos nos resumos do editorial “Jornal do Commercio”. Por isso, acompanhei os pronunciamentos da sessão em 21 de julho na cópia digitalizada dos anais parlamentares no site da câmara dos deputados. Mais tarde localizei alguns discursos. O de Duarte de Azevedo apareceu publicado em *Jornal do Commercio*, 31 de julho de 1870, 1º f.

individual dos senhores que moravam no interior com famílias de quatro a seis pessoas rodeadas de cento e tantos escravos, “esses não se podem julgar tão livres do perigo como nós”- “(Numeroso apoiados, muito bem)”⁴⁶¹. Acreditava, junto a outros, que as discussões ali no parlamento e na imprensa causavam alarma e insegurança nas fazendas; pedia cautela, queria auxiliar a câmara, *mas* “não precipitemos os passos”⁴⁶². Cruz Machado defendeu o gabinete melhor que o próprio Itaboraí, apontando o empenho do 16 de julho pelas reformas desde 1869, mesmo durante a guerra⁴⁶³. Sobre a questão servil carecia evitar o “medonho abalo da ordem pública” através dos estudos profundos e da transição “lenta e gradual”. A câmara derrubou também o aditivo apresentado por Duarte de Azevedo, dando os sinais de como a história terminaria na sessão daquele ano. Tanto no orçamento específico da Agricultura Comércio e Obras Públicas, quanto na proposta do orçamento geral, aprovaram-se as emendas e aditivos que favoreciam a imigração e colonização, negligenciando-se o que interessaria aos escravos.

Apenas em meados do mês de agosto, já no fim da sessão parlamentar, Teixeira Junior, relator do parecer da comissão especial, apresentou o projeto que foi lido à câmara e publicado integralmente no *Jornal*⁴⁶⁴. Entretanto, junto com o parecer e documentos relacionados, o projeto fora mandado encadernar antes de efetivamente entrar nas discussões. Em setembro, o projeto sofreu o último embargo. No dia 12 entrou em discussão uma proposta que permitia à coroa alforriar “independente de indenização, os escravos da nação, cujos serviços foram dados em usufruto da coroa”⁴⁶⁵. A cópia

⁴⁶¹ Itaboraí discursou duas vezes. Refiro-me ao primeiro pronunciamento, que depois apareceu em *Jornal do Commercio*, 1 de agosto de 1870.

⁴⁶² *Idem*.

⁴⁶³ Sessão em 21 de julho, *Jornal do Commercio*, 27 de julho de 1870, 1º f. O pronunciamento de Cruz Machado foi o único a ser publicado junto com a transcrição da sessão. Com isso, no contexto daquilo que era permitido à folha ao editar a publicação dos anais parlamentares, é possível pensar no interesse em evitar divulgar a pressão e o desconforto do gabinete acerca da “questão servil”, oferecendo ao público apenas o posicionamento bem sucedido de Cruz Machado na defesa do 16 de julho. Discuti questões relacionadas à publicação dos anais no *Jornal* no relatório parcial entregue à FAPESP em setembro de 2013. O texto será revisado e reorganizado para compor a introdução da dissertação.

⁴⁶⁴ A discussão em torno do projeto oferecido pela comissão especial compõe parte da discussão do capítulo a seguir acerca do diálogo entre a escravidão em *O tronco do ipê* e as propostas apresentadas em 1870 no parlamento e no *Jornal do Commercio*.

⁴⁶⁵ Sessão em 12 de setembro, *Jornal do Commercio*, 14 de setembro de 1870, suplemento. A proposta, assinada pelo deputado A. da Costa Pinto, foi apresentada na sessão de 23 de agosto, publicada no *Jornal* em 28 de agosto.

emagrecida do artigo aditivo apresentado por Perdigão Malheiro entrou na pauta sob pedido de urgência do próprio Cruz Machado, recebendo, em seguida, apoio do gabinete de 16 de julho através do José Paulino Soares de Souza. Houve alvoroço e descontentamento na câmara. Teixeira Junior protestou veementemente contra a manobra; por seu turno, Araújo Góes se opôs novamente à medida, assim, como, dessa vez, à postura do ministério. Colocada, entretanto, nos termos de questão de confiança no gabinete, Paulino de Souza conseguiu garantir apoio da câmara à proposta, levando ao engavetamento do projeto da comissão especial às vésperas do encerramento da sessão⁴⁶⁶.

Na semana seguinte, enfim, Nabuco de Araújo apresenta no senado o próprio aditivo ao orçamento geral do império, como “dever sagrado” do partido liberal, urgente “à vista do procedimento irresoluto [...] e vacilante do ministério”⁴⁶⁷. Para o senador, o ministro do Império havia desmentido as esperanças “declarando na câmara dos Srs. Deputados que o governo não queria senão uma medida parcial de emancipação, à qual se reduzia à alforria dos escravos da Coroa”. Assim, o partido liberal não poderia ver encerrar a sessão sem aquele “protesto”⁴⁶⁸. Àquela época, segundo as publicações do próprio *Jornal do Commercio*, a Espanha já dava andamento a um projeto de emancipação em Cuba⁴⁶⁹. Assim, na retaguarda conservadora da escravidão, “resta[va] o Brasil só”, sem qualquer lei de emancipação⁴⁷⁰.

Um “gabinete emancipador”

Na semana seguinte o *Jornal do Commercio* noticiava a exoneração do ministério de 16 de julho, acrescentando que o visconde de São Vicente havia sido chamado ao paço

⁴⁶⁶ Para as discussões em torno da proposta, bem como o pronunciamento de Paulino de Souza sobre a questão de gabinete, sessão em 12 de setembro, *Jornal do Commercio*, 14 de setembro de 1870, suplemento. Para as reclamações de Araújo Góes e reiterados protestos de Teixeira Junior, sessão em 14 de setembro, *Jornal do Commercio*, 17 de setembro de 1870.

⁴⁶⁷ Apud, Nabuco, op. cit., p. 803.

⁴⁶⁸ Idem, p. 804.

⁴⁶⁹ *Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 1870, “Exterior”, correspondência de Nova York.

⁴⁷⁰ Apropriei-me da expressão de Pimenta Bueno (São Vicente), citada em Chalhoub, *Machado de Assis...* op. cit. p.141. “Resta só o Brasil; resta o Brasil só”.

de São Cristovam a ver se assumia a formação do novo ministério⁴⁷¹. Em 29 de setembro, era oficialmente chefe do novo gabinete, contando com Teixeira Junior na pasta da agricultura⁴⁷².

No último dia da assembleia legislativa daquele ano, o 16 de julho explicava os motivos de sua retirada e São Vicente o seu programa ministerial⁴⁷³. A versão oficial da retirada do gabinete Itaboraí negava todo o desgaste político a respeito da “questão servil”, alegando problemas de recomposição. O ministro da justiça se retirava por motivo de doença, logo o ministro da guerra não se dispunha a continuar sem o colega e todos decidiam dissolver o ministério. São Vicente, por sua vez, conhecido autor de projetos de emancipação, afirmava, entretanto, não se sentir exatamente capaz de chefiar um gabinete, porém resolvia-se a obedecer à necessidade de formar um grupo que o ajudasse. Polido e cordial, propunha-se a realizar um governo sóbrio, não dominado por paixões, ao contrário, contando com o apoio de todos os brasileiros, conforme afirmou. Na linha de frente de seu programa de governo, esboçado em poucas palavras, estavam o “assunto do elemento servil” e a reforma judiciária.

Andrade Figueira mostrou-se muito descontente com o grupo de ministros que tinha diante dos olhos, pois se há menos de um mês a maioria da câmara havia dado voto de confiança ao 16 de julho, o gabinete que o sucedia não poderia ter programa ministerial muito diverso, “não podia, não devia sair o gabinete emancipador que tenho a honra de cumprimentar nos bancos ministeriais”⁴⁷⁴. Sem pejo, afirmou que a ideia “poderá significar o pensamento individual dos honrados ministros [...] poderá significar o pensamento de quem quer que seja, mas não representará seguramente o pensamento desta augusta câmara”. Tudo seria culpa da influência dos filantropos europeus que teriam inoculado um pensamento abolicionista no eleitor dos ministros – o imperador. Para ele, a “questão servil” não deveria ser motivo específico para a formação de um gabinete.

José de Alencar, que talvez não estivesse bem de saúde, faltou à câmara durante quase todo o mês de setembro, mas estava ali para comentar a mudança de gabinete, e sem

⁴⁷¹ “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 27 de setembro de 1870.

⁴⁷² “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 29 de setembro de 1870.

⁴⁷³ “Senado”, Sessão em 30 de setembro, *Jornal do Commercio*, 1 de outubro de 1870.

⁴⁷⁴ Sessão em 30 de setembro, *Jornal do Commercio*, 4 de outubro de 1870.

a menor cerimônia desdizer os motivos de Itaboraí⁴⁷⁵. A queda do ministério teria “uma causa superior”, prevista por ele não muitos meses atrás. O gabinete teria tentado sustentar-se no poder apoiado na maioria que tinha no senado e na casa, contudo perdera a confiança da coroa. Alencar ficara surpreso com os motivos declarados e criticou o 16 de julho por não ter sabido cair, por ter permanecido no poder quando não mais podia governar da maneira como pretendia. Seu conselho aos ex-colegas de ministério era o de que, como ele, retomassem os assentos na câmara para “combater a influência a que não soubeste resistir no governo e pugnar pela realidade do sistema representativo”. Segundo Alencar, sempre polêmico, antes mesmo do anúncio, todos já conheciam os nomes que deveriam compor o gabinete tal como se apresentava, cujo programa negligenciaria uma série de reformas necessárias para valorizar uma única coisa:

uma única palavra existe no programa do gabinete de 29 de setembro, mas esta é importante, esta é o verbo criador, o *fiat* da nova organização: refere-se ao elemento servil.

O gabinete 29 de setembro apresenta-se *francamente emancipador*; ele o diz na sua fisionomia (*risada*), nos membros que o compõem, e o enuncia em sua linguagem, no seu programa⁴⁷⁶.

Alencar não temia afirmar que justamente por esse assunto propunha-se a fazer oposição ao gabinete: “Basta esta palavra, senhores, para que eu me julgasse obrigado a levantar-me e desta tribuna declarar ao gabinete de 29 de setembro que pretendo fazer-lhe oposição franca”. Gomes de Castro o aconselhava a esperar, mas Alencar retrucava que a respeito da questão servil tinha

convicções muito profundas, muito sinceras das quais não me demove, nem a odiosidade que possam elas excitar, nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata. Seja-me permitido nesta ocasião solene, em que mais uma vez assumo a responsabilidade destas convicções, lembrar que fui um dos primeiros

⁴⁷⁵ Idem.

⁴⁷⁶ Idem. Grifo meu em “francamente emancipador”.

que se inscreveram na cruzada santa que trabalha por extinguir a escravidão, não na lei, mas nos costumes que são a medula da sociedade⁴⁷⁷.

Novamente estamos diante de um trecho de Alencar não muito fácil de interpretar. Ao mesmo tempo em que francamente se opunha a um “gabinete emancipador”, tampouco se entendia como escravocrata. É certo que tal coisa, naqueles tempos, não poderia ser enunciada, sem censura, por ninguém, de modo que todos tergiversavam. Entretanto, o deputado entendia-se mesmo como membro da cruzada em prol do fim da escravidão, porém “não na lei, mas nos costumes”, através da literatura e da imprensa:

Há 15 anos quando as vozes que hoje se levantam com tanta sofreguidão emudeciam e ocupavam-se dos assuntos e de política local, eu me esforçava no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na imprensa *a banir essa instituição*.

Não posso, senhores, de modo algum apoiar uma política que tende a precipitar esta revolução social. A ideia da emancipação pelos meios diretos é do partido liberal; deixemos que ele a realize a seu tempo; a nós, conservadores, cumpre resistir-lhe (*não apoiados*) para que a revolução ao menos se opere gradualmente; do contrário as consequências serão funestas⁴⁷⁸.

Diante das incertezas de uma posição legislativa objetiva em favor da emancipação dos escravos, Alencar se unia ao matiz mais conservador da moderação generalizada, preferindo, no processo gradual de emancipação e transformação social, a não intervenção direta da lei. Quanto à sua cruzada na imprensa e na literatura, certamente aludia às obras *O demônio familiar* e *Mãe*, como testemunho de seus argumentos a favor do fim da escravidão através da transformação dos costumes. Nesse sentido, é interessante acompanhar a interpretação de Robert Slenes acerca dos sentidos políticos internos à peça *Mãe*⁴⁷⁹. Ao compor a obra no final da década de 1850, Alencar estava atento aos debates jurídicos havidos nos últimos anos em torno da condição das escravas que tinham relações

⁴⁷⁷ Idem. Grifo meu.

⁴⁷⁸ Idem. O primeiro grifo é meu.

⁴⁷⁹ Robert Slenes, “Senhores e subalternos no oeste paulista”, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Vol. 2

com os senhores, das quais resultavam filhos. Segundo Slenes, nessa época, juristas do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB) - dentre eles Perdigão Malheiro e Caetano Soares, de quem Alencar foi assistente - manifestavam-se a favor de uma interpretação da lei que reconhecesse o direito da mãe escrava, ou ao menos do filho do senhor, à alforria⁴⁸⁰. Apesar disso, não houve lei nesse sentido nem a jurisprudência se inclinava à interpretação aludida. Ao contrário, um Acórdão de 1855 negou que “o ajuntamento ilícito do senhor com a escrava” configurasse “razão suficiente” para a defesa da liberdade da escrava e dos filhos envolvidos⁴⁸¹. Assim, a peça de Alencar, escrita sob influência daquelas discussões e ambientada na corte, no ano de 1855, expressava “o consenso moral” dos juristas do IAB em torno da questão⁴⁸², bem como, provavelmente, a censura de Alencar àquele tipo de prática senhorial. É possível pensar que, através de *Mãe*, o dramaturgo encontrava uma forma de se opor ao cativeiro, assim como aos problemas sociais e jurídicos que ensejava. Por enquanto, não é possível saber até que ponto a percepção de Alencar sobre o papel político de sua dramaturgia sobre a escravidão era compartilhada por seus coetâneos, mas em junho de 1870, quando a questão servil começava a agitar a câmara, através do *Jornal do Commercio* um leitor pediu à Fênix Dramática que reencenasse quatro peças, dentre elas *O demônio familiar*⁴⁸³. O pedido não foi reiterado e também não encontrei notícia de que tivesse sido atendido, porém a menção à peça de Alencar em meio ao recrudescimento da discussão sobre a emancipação dos escravos permanece sugestiva.

Há muito que dizer sobre a presença da escravidão na obra de Alencar e particularmente em *O tronco do ipê*, escrito no calor daquelas discussões. O assunto será aprofundado ao longo do capítulo a seguir. Para arrematarmos este, vale a pena explorar uma faceta do romance que particularmente dialoga com o principal eixo do que discutimos até aqui.

⁴⁸⁰ Idem, pp. 258-264.

⁴⁸¹ Citado por Slenes, op. cit. p. 261.

⁴⁸² Idem, p. 262.

⁴⁸³ “Phenix Dramática”, *Jornal do Commercio*, 6 de junho de 1870. As outras peças que apareceram no pedido foram, *Dr. Gramma*, *Falar a verdade a mentir* e *Manoel Mendes*. A peça de Alencar encabeçava a lista e não havia menção aos autores de quaisquer das obras solicitadas. O anônimo assinava “Os constantes”.

Ruína e nostalgia em *O tronco do ipê*

Junto à experiência política ligada à exoneração do gabinete de 16 de julho, com a massiva oposição que acumulou após comprar briga com a coroa e o ministério, José de Alencar teve de assimilar também o desgosto que lhe dava a marcha das discussões sobre a emancipação. Se a sessão de 1870 consagrou-se por procrastinar o problema, entretanto fez cair o gabinete resistente em favor de outro com “fisionomia” diferente. Embora fosse grande a resistência de fazendeiros e demais defensores de seus interesses, havia entre alguns lavradores, entre os conservadores, além dos liberais, enfim, por parte de uma parcela da classe senhorial, interesse e pressão em favor de algum projeto de emancipação. Se, por um lado, as condições internacionais impossibilitavam por muito mais tempo a manutenção do *status quo* escravista no Brasil, por outro, internamente, os sujeitos aludidos, em meio à incerteza reinante, interessavam-se em dirigir o processo em busca das menores perdas e sobressaltos. A ideia fixa de Alencar, entretanto, era estereotipar a discussão como fruto de simples intervenção do imperador a nulificar o sistema representativo, argumento este mobilizado pela ala resistente de modo geral. Se a experiência particular do ex-ministro da Justiça forneceu os principais traços do perfil amargurado e politicamente desiludido do pseudônimo literário que Alencar inaugurou no final de 1870, “a experiência da derrota”⁴⁸⁴ política diante da “questão servil” tingiu de tons ainda mais melancólicos a narrativa de Sênio em *O tronco do ipê*.

Entretanto, longe de figurar apenas como lance da imaginação romântica de José de Alencar, ou como interpretação isolada da realidade, meu intento até aqui foi construir, com base nas evidências, uma ampla teia - ainda incompleta - de embates políticos sobre a emancipação, dentro da qual *O tronco do ipê* se forma e com a qual estabelece intrincado diálogo⁴⁸⁵. Não por acaso, a trama do romance se desenvolve no interior de uma fazenda às margens do Rio Paraíba. O eixo central das exigências propaladas pelos porta-vozes da

⁴⁸⁴ A expressão é de Chalhoub em *Machado de Assis...* op. cit. p. 192.

⁴⁸⁵ Dentre a quantidade crescente de ótimos trabalhos que desenvolvem a relação entre literatura e história social, uma referência importante para este trabalho está em Sidney Chalhoub e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História Contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

“lavoura”, já conhecemos; pediam “braços”, estradas de ferro, capital a juros baixos, etc. Alguns não concebiam falar de emancipação sem antes tratar de tais problemas, sob pena de assistirem a bancarrota da lavoura e também do país, segundo faziam crer. O próprio Teixeira Junior, em seu primeiro discurso, mencionou fazendeiros que, diante da crise do “elemento servil”, optavam por vender suas fazendas, deparando-se, entretanto, com condições desvantajosas. Nesse contexto, de acordo com o que se publicou no *Jornal do Commercio*, as preocupações mais expressivas vinham do Vale do Paraíba fluminense.

O arroubo retórico mais interessante apareceu na pena de “Um cafésista nacional”, que utilizei na abertura deste capítulo. Seu artigo, entretanto, respondia a outra publicação. Em julho de 1870, um tal Z. W. preocupava-se com a situação econômica do país, diante da queda internacional do preço dos produtos de exportação, além da diminuição na exportação das sacas do café do Brasil em relação ao ano anterior⁴⁸⁶. Segundo ele, em 1870, nas importantes regiões produtoras ao redor do globo havia um excedente na produção de café e algodão em relação ao período anterior, ameaçando “abarrotar os mercados consumidores”. Assim, aludindo indiretamente às discussões no parlamento, toda a “prudência [era] pouca nas medidas que pod[ia]m afetar o valor interno desses dois produtos”. Z. W. não sabia dizer se as fazendas produtoras conseguiriam sobreviver à situação, caso tivessem de enfrentar a perda do valor de seus produtos. Afinal, a lavoura no Vale já enfrentava limitações:

Os antigos municípios produtores do Vale do Paraíba tais como Rio Claro, Rezende, São João do Príncipe, Pirai, Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, etc., ou estão totalmente com as fazendas cansadas, e a escravatura envelhecida, ou já em parte estão afetados deste mal. A parte agrícola que em São Paulo há poucos anos começou a prosperar e vive do alto preço do algodão, e os municípios colocados entre o Rio Doce, a Serra de Cantagalo, e o Paraíba que estão produzindo a maior quantidade de café de terras novas também decairão logo [se o preço do café caísse consideravelmente]⁴⁸⁷.

⁴⁸⁶ “O câmbio e a produção nacional”, *Jornal do Commercio*, 6 de julho de 1870.

⁴⁸⁷ Idem.

Se isso acontecesse, faltaria saldo aos credores da lavoura, agravando a situação dos preços para a exportação, ainda mais quando o problema dos “braços” tampouco estava resolvido. Z. W. propôs um plano econômico baseado numa lógica de empréstimo popular, sugerindo a criação de um fundo de emancipação que resgatasse escravos a partir de 1871⁴⁸⁸. A descrição do mapa da possível decadência econômica deve ter inspirado a pena do “cafesista nacional”, que efetivamente leu os textos de Z. W., e resolveu riscar sobre o mesmo quadro a própria retórica de perdas materiais⁴⁸⁹. Do Bananal, ainda em São Paulo, passando por todo o Vale do Paraíba fluminense, até sair em Campos, “Léguas contínuas de terras abandonadas, residências fechadas, arraiais quase desertos”⁴⁹⁰. Tal desgraça se devia tanto aos “utopistas” políticos que debatiam a emancipação, quanto - crítica inexistente em Z. W. - às especulações dos cambistas nos últimos anos. Por isso, segundo o cafesista, “o número de fazendas entregues aos credores, vendendo-se os escravos e *abandonando-se as terras*, excede todos os cálculos”⁴⁹¹.

Embora alguma variedade de temas se entrelace ao longo do desenvolvimento de *O tronco do ipê*, outro não é o intento de Sênio do que desvendar e narrar a história do abandono de uma fazenda às margens do Rio Paraíba, próximo ao município de Vassouras. Tudo começou quando o narrador, em viagem ao interior da província, se deparou com a figura misteriosa de um “preto velho”, embaixo de um envelhecido tronco de ipê, rodeado por edifícios arruinados, plantações ao abandono, retalhadas ou sufocadas pelo mato⁴⁹². Todo o tipo de histórias e superstições se prestavam a explicar a ruína do lugar, enquanto o “preto velho”, munido de apetrechos religiosos característicos de cultos de matriz africana, embora disposto a tratar bem o viajante, pouco se dispusesse ao diálogo. Entoando a sua “cantinela soturna e monótona”, às vezes ia e vinha de uma fuma que havia num rochedo próximo, donde reiterava um estranho “Perdoa, perdoa, senhor!”⁴⁹³. Incapaz de apreender a fundo os gestos do velho ex-escravo solitário, de saciar a curiosidade sobre o que houvera

⁴⁸⁸ “Empréstimo popular”, *Jornal do Commercio*, 12 de julho de 1870.

⁴⁸⁹ “Os jogos do câmbio e o comercio nacional”, *Jornal do Commercio*, 9 de julho de 1870.

⁴⁹⁰ Idem.

⁴⁹¹ Idem. Grifo meu.

⁴⁹² Sênio, *O tronco do ipê*... op. cit. vol. 1, cap. I.

⁴⁹³ Idem.

naquele lugar, o narrador resolve investigar a história da ruína da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão.

Embora Alencar se esmerasse em construir os detalhes da intriga entre os personagens que compunham a obra – os casamentos, as disputas testamentárias, os amores proibidos, o suspense e as reviravoltas românticas – o texto é rico também em referências que ancoram o romance num contexto histórico preciso. Assim, conforme conseguimos reunir tais fragmentos aqui e acolá, percebemos que até mesmo a história da formação da fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão* alude algum tanto à experiência havida no século XIX quanto ao surgimento e crescimento das fazendas de café no Vale do Paraíba. Conforme a narrativa, algumas décadas antes de 1850, “a fazenda não passava de uma roça à toa com um velho casebre e alguma plantação de mandioca e milho”⁴⁹⁴. Mais tarde a roça passa “para outro dono, que fez dela uma bonita fazenda”⁴⁹⁵. O novo proprietário, já apresentado ao leitor⁴⁹⁶, “era Figueira o avô de Mário”, que “trouxera vários escravos e entre eles um molecote de nome Benedito”, que, como descobrimos ao longo do romance, era africano⁴⁹⁷. A passagem de roça à grande fazenda, através da exploração da mão de obra escrava, massivamente africana, durante período anterior a 1850, figurando esta década como o momento auge de estabilidade e riqueza dos grandes fazendeiros na região, representa o registro cuidadoso de Alencar sobre a relação do seu romance com o mundo exterior o qual parodiava⁴⁹⁸.

Enquanto o comendador Figueira se tornou “o mais rico fazendeiro daquela redondeza”⁴⁹⁹, seu filho José Figueira estudava num colégio de Vassouras, onde muito se afeiçoara a ele um colega, Joaquim Freitas, “filho de um simples administrador de

⁴⁹⁴ Idem. Vol. 1, cap. VII.

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Capítulo 1 desta dissertação.

⁴⁹⁷ Sênio, *O tronco do ipê...* op. cit. vol. 1, cap. VII.

⁴⁹⁸ O registro de Alencar combina com o que se encontra atualmente na historiografia sobre o vale do Paraíba, especificamente quanto ao processo de surgimento e expansão das fazendas até a década de 1850. Cf. Stanley Stein, *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990. Ricardo Salles elabora com mais detalhes as fases da cafeicultura no vale do Paraíba, mas, no geral, quanto ao período de desenvolvimento das fazendas, não diverge de Stein. Cf. *E o Valle era o escravo...* op. cit. Parte II, cap. IV.

⁴⁹⁹ Sênio, *O tronco do ipê...* op. cit., vol. 1, cap. X.

fazenda”⁵⁰⁰. O menino, aos treze anos, ficou “órfão e em extrema pobreza”, sendo, entretanto, acolhido pelo comendador, que continuou a pagar os seus estudos até os dezoito anos⁵⁰¹. Os dois amigos tinham “gênios opostos, o que de algum modo concorria para ligá-los ainda mais estreitamente”. Enquanto José Figueira era paciente e de ânimo sereno, o outro era “ambicioso, ardente e ousado”⁵⁰². “Com a proteção do comendador e do filho”, Freitas conseguiu “ajuntar módica soma” que lhe permitiu “estabelecer na vila uma pequena casa de negócios”⁵⁰³. Logo José Figueira se casou e a mesma ideia passou pela cabeça do amigo Freitas, “mas para ele, moço pobre, o casamento era toda a esperança” para adquirir “a riqueza tão ardentemente ambicionada”⁵⁰⁴. Conhecedor das filhas de todos os ricos fazendeiros da região, não perdia a ocasião de adorar “o ídolo, *moça rica*”⁵⁰⁵. “Loura, castanha, ou morena, rosada, alva ou pálida; alta ou baixa”, etc., “Rendia culto a qualquer dessas encarnações do dote”⁵⁰⁶. O importuno do seu coração, porém, o fez cair de amores por uma moça pobre, d. Júlia.

Nesse meio tempo, José Figueira começava a ter problemas com a madrasta, d. Alina, que urdia intriga entre pai e filho, a ver se mantinha para si e o seu menino toda a fortuna do comendador. A rusga foi tamanha que Figueira abandonou a fazenda, ficando “reduzido a ganhar a vida pelo trabalho e a aceitar auxílio de alguns fazendeiros” aos quais indignara “o procedimento do comendador”⁵⁰⁷. Sua situação se agravava, pois já tinha o filho Mário, de dois anos, para sustentar, ao passo que, mediante a briga, o comendador negou-se mesmo a transmitir ao filho a parte da herança que se originava da mãe de José Figueira⁵⁰⁸. Não de todo satisfeita, d. Alina tentava fazer com que o comendador deserdasse o filho, através de um meio indireto, colocando o patrimônio em nome de terceiros. Louvando o “gênio laborioso” do rapaz, conta o narrador que “José Figueira continuava a

⁵⁰⁰ Idem.

⁵⁰¹ Idem.

⁵⁰² Idem.

⁵⁰³ Idem.

⁵⁰⁴ Idem.

⁵⁰⁵ Idem. Grifo original.

⁵⁰⁶ Idem.

⁵⁰⁷ Idem.

⁵⁰⁸ Idem.

viver pobrementemente, trabalhando com o próprio braço”⁵⁰⁹. Nesse momento, pouco se lembrou Joaquim Freitas de acudir o amigo, ou mesmo fazer-lhe companhia. Muito se preocupava em perseguir os olhos de d. Júlia, que o atribulavam “entre penas e esperanças”⁵¹⁰. O caso era que a moça também nutria ambição de enriquecer pelo casamento, pois “de seu” só tinha “a Chica, preta que lhe servira de ama”⁵¹¹. Verdade que internamente ela cedia aos encantos de Joaquim Freitas, mas, obediente às instruções da mãe, resistia.

Um belo dia, enquanto “trabalha[va] de foice na sua roça”, chegou a José Figueira a notícia de que o pai adoecera. Num instante, esqueceu-se de todas as brigas e disparou no rumo da fazenda lembrando-se “unicamente de que o enfermo era seu pai”⁵¹². Porém logo diminuiu o passo, temendo que o comendador pensasse mal de seu intento, julgando que o filho se apressava atrás da herança. Quem o viu naquela situação foi o escravo Benedito, que correu até ele, pois, nos dizeres do narrador, conservava “pelo senhor moço a mesma ardente afeição” do tempo em que fora pajem⁵¹³. De fato, Benedito mostrava uma grande consideração por José Figueira no momento difícil que atravessava, pois não “se passava semana que ele não fosse duas vezes pelo menos visitá-lo em sua casa, e levar um cesto de frutas, um molho de cana ou qualquer outra coisa para Mário”, cujos dentinhos davam o primeiro sinal⁵¹⁴. No caminho entre a estrada e a casa do comendador o escravo informou a José Figueira sobre o estado de saúde do fazendeiro sem conseguir convencer o moço a achegar-se até lá. Esperto e bem intencionado, Benedito torna-se a peça chave na reconciliação entre pai e filho. Na casa grande, “espreitou o momento favorável”, quando d. Alina não estivesse por perto, “para contar-lhe [ao comendador] o que ocorrera naquela manhã”⁵¹⁵. Com a chegada da madrastra, que desconfiava, o comendador teve tempo de “murmurar ao ouvido do escravo fiel” que o filho o fosse abraçar⁵¹⁶. Por meio de Benedito, José Figueira recebe o recado e vai à casa do pai, em segredo, altas horas da noite, naquele dia e em outros que se seguiram. A infelicidade foi que numa dessas entrevistas noturnas,

⁵⁰⁹ Idem.

⁵¹⁰ Idem.

⁵¹¹ Idem.

⁵¹² Idem, Vol. 1, cap. XI.

⁵¹³ Idem.

⁵¹⁴ Idem.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ Idem.

“José Figueira errou o caminho e precipitou-se no boqueirão”, donde não pôde se salvar⁵¹⁷. A história toda após isso já é do conhecimento do leitor. Joaquim Freitas ficou com a toda a fortuna para si sob o pretexto de ser o credor das muitas dívidas do comendador⁵¹⁸. De fato, o sistema de crédito adotado entre os fazendeiros àquela época em Vassouras facultou a Freitas alguma verossimilhança à duvidosa transação. Sem um banco que financiasse os investimentos da lavoura, o crédito era adquirido entre pessoas munidas do capital necessário, através de terceiros e procuradores, como seria o caso de Joaquim Freitas⁵¹⁹. Mesmo sem abrir discussão sobre o assunto, o romance de Alencar registrava o reiterado problema levantado por fazendeiros e seus representantes, no *Jornal do Commercio* e no parlamento, acerca da dificuldade em adquirir capitais sem um banco de crédito específico para a lavoura. De certo modo, Alencar reconhecia a demanda.

Quando Freitas se casou com d. Júlia, a escrava Chica foi levada para morar na fazenda do Boqueirão. Então foi a vez de se casarem os escravos, unindo-se Benedito a Chica. Conta-nos o narrador que ambos viviam bem. “As únicas rezingas que havia entre eles eram a propósito de Mário e Alice” - a filha de Freitas e d. Julia⁵²⁰ - pois “Ambos se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos. Benedito como fora pajem grande do pai de Mário em criança considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica que tinha criado a mãe de Alice, olhava para esta como se fosse parte sua netinha”⁵²¹. “Cada um exaltava o seu ídolo, com entusiasmo ardente e exclusivo”, donde surgiam “as zangas” entre os dois, “porque nenhum queria admitir que houvesse quem se pudesse comparar, quanto mais exceder, ao objeto de suas candongas”⁵²².

Na década de 1850, Nossa Senhora do Boqueirão vive o seu auge de riqueza, conforme o relato nostálgico do narrador na abertura deste capítulo. Localizada próximo à serra do mar e ao Rio Paraíba, em meio à “antiga selva brasileira”⁵²³, Alencar talvez não estivesse apenas fortuitamente tingindo o romance de “cor local” sem outro sentido além de

⁵¹⁷ Idem.

⁵¹⁸ Capítulo 1 desta dissertação.

⁵¹⁹ No romance esse tipo de transação aparece no cap. XI, p. 124. Stein menciona esse tipo de relações de crédito na lavoura do vale do Paraíba no século XIX. Cf. *Vassouras*, op. cit., “Introdução”.

⁵²⁰ Sênio, *O tronco do ipê...* op. cit., vol. 1, cap. VII.

⁵²¹ Idem.

⁵²² Idem.

⁵²³ Idem, vol. 1, cap. I.

acumular páginas descritivas. Bem sabemos que já no início da década de 1870, quando da composição da obra, os fazendeiros enfrentavam o problema da escassez de matas virgens da região do Vale do Paraíba, devido ao intenso e desordenado desmatamento para o plantio das centenas de milhares de pés de café. A prática é descrita no livro de Stanley Stein com vividez quase capaz de nos fazer ouvir o barulho estrondoso da queda das árvores em conjunto quando “a derrubada começava”⁵²⁴. Além disso, ainda seguindo o historiador, a serra do mar e o Rio Paraíba eram importantes referências mencionadas nos mapas do início do século XIX⁵²⁵. Assim, sem negar o toque de nostalgia, tampouco o preciosismo descritivo de Alencar de modo geral, é possível pensar que as referências geográficas em *O tronco do ipê* tivessem o fim de enriquecer a experiência do leitor na tentativa de trazer realismo ao texto. Talvez também fosse intento de Alencar conservar na memória literária - ainda que com certo toque de coisa mítica - algo do extraordinário que as florestas brasileiras, já em extinção, causavam à vista dos desconhecidos, como era o caso dos viajantes⁵²⁶.

Sem deixar a desejar em relação aos testemunhos existentes sobre as imponentes fazendas dos ricos fazendeiros do Vale do Paraíba da década de 1850, Nossa Senhora do Boqueirão era rica em maquinaria e construções. No cimo da coluna ficava a casa grande; à esquerda, “as fábricas e casas de lavoura”, além da habitação dos empregados, incluindo “os cubículos das senzalas” dos escravos; à direita erguia-se “a alva capelinha da fazenda”;

⁵²⁴ Stein, op. cit. pp.58-59. Transcrevo: “Então, ‘na lua minguante dos meses sem ‘R’’, quando os vales estavam cobertos com névoa e o ar frio fazia estremecer os escravos que se reuniam antes da madrugada, a derrubada começava. A vegetação rasteira e as trepadeiras enroscadas eram cortadas com podadeiras a fim de limpar o caminho para o lenhador. [...] Depois de limpar o solo imediatamente ao redor de uma árvore grande, o lenhador começava a das machadadas ao nível da sua cintura ou às vezes suspenso num andaime. Um vigia avisava os lenhadores quando deixar uma árvore quase cortada e passar para outra mais acima. Quando a árvores estremecia, o lenhador a deixava. No momento em que todas as árvores com a mesma inclinação estivessem ‘no ponto’, os cortadores mais experientes escolhiam uma que, pelo cálculo, derrubaria todas as outras abaixo dela, ligadas como estavam pelos mais altos cipós. Com um estrondo ouvido a quilômetros, as árvores tombavam em sequencia, numa imensa onda, chocando-se com o solo. ‘A árvore grande no topo do morro levaria tudo junto’”.

⁵²⁵ Stein, op. cit., pp.32-33.

⁵²⁶ Segundo Stein, as florestas brasileiras impressionaram Saint-Hilaire, por exemplo; op. cit. pp. 56-57. Outro indício que comprova a ideia de que Alencar estaria interessado em registrar na literatura o cenário das matas, já em extinção, aparece no vol. 2 do romance, ambientado em 1857, na descrição de uma árvore frondosa que havia no quintal da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão. “Era um alto jequitibá, *reliquia da antiga mata virgem*; tinham-no conservado para dar sombra ao curral do gado”. Cap. I, p. 7.

próximo ao Paraíba ficavam “o jardim, o pomar, a horta” e demais sítios de recreio⁵²⁷, onde as crianças passeavam na companhia de pajens e mucamas, às vezes em visita a Chica e Benedito, que moravam em cabana separada da senzala. Incômodo à aparente harmonia do lugar se dava por causa das travessuras e insolências de Mário, que sempre suspeitou do ilícito enriquecimento de Joaquim Freitas, já feito barão da Espera. Nesses momentos, o menino tecia ironias acerca dos privilégios que a riqueza e o título conferiam ao fazendeiro, relativizando também o suposto desinteresse da proteção que oferecia aos dependentes. Assim, se a pequena Alice, como o menino, queria subir em árvore contra os rogos da mucama Eufrosina, Mário desaconselhava tamanha preocupação: “Ora, deixe trepar, não faz mal!” Afinal, “É filha de barão... não cai... tem muito dinheiro”⁵²⁸. Quando a reprimenda dirigiu-se a ele, que ao descer de uma árvore rasgou o jaleco que vestia, respondeu com pachorra, enquanto enrolava a manga rasgada: “Não faz mal”. Por sua vez, a mucama Felícia replicava “Si faz!”, pois se Mário era pobre não devia “estragar a roupa assim”⁵²⁹. Depois quem teria trabalho era a mãe do menino. Porém, Mário retrucava:

– Não é ela quem paga; é o Sr. barão.

– Por isso mesmo; deve poupar para que ele não faça muita despesa.

Mário sorriu de um modo singular:

– Oh! Ele gosta que eu estrague, para mostrar a sua generosidade!⁵³⁰

A filha do barão imediatamente se contrapôs, pois se o barão atendia às necessidades do menino, “é porque papai estima a você como um filho!...”, contudo as suspeitas de Mário não lhe deixavam acreditar em tais coisas. Para o narrador havia certo excesso de altivez no caráter do menino, ainda adolescente, porém acreditava que semelhante postura prometia para mais tarde “o homem de boa tempera, capaz dos grandes cometimentos políticos”⁵³¹. Todavia, nada disso impediu que Mário salvasse a vida de

⁵²⁷ Sênio, *O tronco do ipê...* op. cit., vol. 1, cap. I

⁵²⁸ Idem, vol. 1, cap.III.

⁵²⁹ Idem, vol. 1, cap.IV.

⁵³⁰ Idem.

⁵³¹ Idem.

Alice após sua queda no boqueirão, o lance mais dramático do romance, durante a mesma tarde em que as crianças faziam travessuras entre as árvores frutíferas do pomar da fazenda.

No segundo volume de *O tronco do ipê*, acompanhamos a relação entre a moça e o rapaz, já adultos, quando Mário retorna dos estudos na Europa. Ainda na década de 1850, o narrador explora a opulência do modo de vida na fazenda por ocasião dos festejos de natal, os ricos enfeites e fartos banquetes. Embora, como bem sabemos, não faltasse à pena de Alencar a crítica a aspectos do modo de vida da classe senhorial frequentadora de casas grandes, em particular quando aos conchavos políticos, ele ao mesmo tempo guiava leitoras e leitores ao que imaginava ser o padrão de conduta ideal. Assim, em contraposição à arrogância caprichosa da baronesa, d. Julia, apresentava o caráter de Alice, moça prezada, gentil e bem disposta à supervisão do serviço da casa, quando não punha, ela própria, a mão na massa, metendo-se mesmo no trabalho das escravas na cozinha, “emendando o que não achava bom, e fazendo por suas mãos o que não executavam com a desejada rapidez”⁵³². Através do elogio às prendas e atitudes da moça para com os convivas da fazenda, incluindo os escravos, no esmero em que preparava os festejos natalinos, é bem clara a intenção do autor em valorizar aquele modo de vida senhorial, criticado e reabilitado através de Alice. Por meio dela faz-se também a comparação entre os costumes da corte e os costumes do interior. Adélia, a amiga da corte de Alice, é descrita com delicadeza pelo narrador, que aprova a sua beleza e os seus modos, preferindo, porém, a moça da fazenda.

As duas amiguinhas podiam servir de exemplos de duas educações que se observam em nossa sociedade, bem distintas uma da outra, embora pelo contato da população, exerçam mútua e irresistível influência. Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa⁵³³.

Embora a baronesa pouco se esmerasse na educação da filha, “tal é a força do costume, que a moça achou nas tradições e hábitos da casa o molde onde se formou a sua

⁵³² Idem, vol. 1, cap. I.

⁵³³ Idem, vol. 2, cap.III.

atividade”⁵³⁴. Embora polido pela influência da “civilização europeia”, tal “tipo nacional” idealizado não perdera a originalidade⁵³⁵. Adélia, ao contrário, era o tipo, “hoje [1870] muito comum”, “de certos costumes de importação”, a “mocinha de maneiras arrebitadas à francesa, cuidando unicamente de modas e toucador”⁵³⁶. E, como quem dirigia comentário às leitoras, o narrador tentava desfazer o encanto do idealizado modelo europeu, como puro engano, pois a donzela europeia, “quando não tem posses para viver a lei da grandeza, é laboriosa e sobretudo excelente caseira”, capaz de conciliar “sua formosura e elegância com os pequenos misteres domésticos”⁵³⁷. “Portanto o perfil verdadeiro e natural era o de Alice, que em uma cena diversa e com usos diferentes, realizava o mesmo pensamento da educação útil e sólida da moça na Europa”⁵³⁸. A clara intervenção do narrador, na tentativa de guiar a interpretação do texto, nesse trecho, permite-nos pensar que seria esse um meio através do qual Alencar tentava intervir nas questões sociais - na *crítica dos costumes* - através da literatura. O modo como o fez sobre a escravidão, no contexto dos debates políticos sobre a emancipação, veremos a seguir.

Incapaz de indiferença diante das prendas da moça, Mário apaixona-se por Alice, que tampouco resiste aos garbos do moço, então menos altivo e travesso que na infância, disposto a considerar como fantasmas importunos suas suspeitas infantis. Um evento, entretanto, reacendeu a intriga. No dia de natal, quando os convidados do barão voltavam à casa grande após assistir o festejo dos escravos da fazenda, “as pretas mais idosas, que tinham visto nascer Alice, e por isso usavam com a menina certa familiaridade, dirigiam-lhe estas palavras:”

- Agora sim, nhãnhã está contente!
- É mesmo, nhô Mário já chegou!
- Festa grande não tarda!
- Batuque de três dias!
- Benza-os Deus! ... feitiños um para o outro!

⁵³⁴ Idem.

⁵³⁵ Idem.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Idem.

⁵³⁸ Idem.

Alice enrubescou ao ouvir a conversa das escravas, mas Mário ficou contrariado, acreditando que pai e filha, sem nem mesmo consultá-lo, dada a sua condição de dependente, já haviam planejado todo o casamento. Voltam ao rapaz as amargas reminiscências da infância as quais o tornam novamente esquivo e agressivo ante o barão e Alice. Para encurtar o enredo amoroso, conto que o moço fez as malas disposto a deixar a fazenda, não sem antes despedir-se do velho Benedito. O escravo, que desaparece ao longo do segundo volume, volta à ação para desempenhar a importante tarefa de revelar a Mário todo o segredo da morte de seu pai, bem guardado com ele durante os anos passados. Ciente das artes de d. Alina para roubar a herança do seu primeiro filho, o comendador resolvera confiar a Joaquim Freitas os papéis que atestavam suas falsas dívidas, pois sendo “unha com carne” com José Figueira, ficava seguro de que o filho receberia a herança. E por isso, na noite em que ocorreu o acidente, Freitas aguardava José Figueira longe da casa grande, próximo à cabana de Benedito. Como Figueira estava desatento, o seu cavalo entrou, sem remédio, no Boqueirão, até que o próprio cavaleiro caiu na água. O Freitas estendeu a mão para ajudar, porém soltou-se do amigo logo depois por medo de também se afogar.

Enquanto Mário tirava a história a limpo com Benedito o próprio Joaquim Freitas se precipitava a cavalo no boqueirão, dando ao escravo a impressão de um *déjà vu*. Empenhado na felicidade da filha, o barão havia incumbido Benedito de entregar a Mário um documento com a confissão de suas culpas. Deixara de se sacrificar pelo amigo por medo de morrer, conservando ilicitamente a posse da fazenda para poder enfim casar-se com d. Júlia⁵⁴⁰. Arrepentido ao longo dos anos, pretendia restituir a Mário a riqueza “pela mão inocente e pura de Alice”⁵⁴¹, disposto, diante dos escrúpulos do rapaz, a lançar-se no boqueirão para que se desfizesse o empecilho à felicidade da filha. O moço acaba impedindo o afogamento do barão, embora teimasse em recusar o casamento com Alice, diante dos atos de seu pai. É então que Benedito, aflito com as dificuldades, teve

⁵³⁹ Idem, vol. 2, cap. X.

⁵⁴⁰ Idem, vol. 2, cap. XIX.

⁵⁴¹ Idem.

“necessidade de ‘falar à alma de seu senhor’”, a pedir que evitasse “tantas desgraças”⁵⁴². Foi assim, que em meio à discussão entre Mário e o barão ouviu-se das entranhas da terra um misterioso “Perdoa!... Perdoa!”⁵⁴³, que era a intervenção do escravo, conhecedor dos caminhos subterrâneos embaixo do tronco do ipê. Por um instante impressionado, Mário, porém, não se dispunha acreditar em coisas sobrenaturais. Foi apenas com a chegada de Alice à cena da altercação que, preocupado em salvar a honra do pai diante da filha, Mário resolve esquecer o passado, casando-se com a moça. Como sabemos, foram todos morar na corte e “Da indiferença do barão pela fazenda do Boqueirão, proveio a sua *decadência e ruína*”⁵⁴⁴.

No cotejo entre o romance de Alencar e o intenso debate político ao longo do ano de 1870 sobre a emancipação, sob o viés das perdas materiais da lavoura, percebe-se uma convergência em torno do mesmo tema. É bastante plausível que o intrincado enredo romântico em torno do desaparecimento da fazenda de *Nossa Senhora do Boqueirão* simbolize a forma encontrada por Alencar para vazar, de modo nostálgico, a ameaça em relação àquele modo de vida em face ao “gabinete emancipador”. Sem necessariamente copiar a retórica das perdas materiais dos fazendeiros, através de Sênio o romancista compartilhou a preocupação com a “decadência e ruína” anunciadas.

Quanto ao papel fundamental da escravidão nessa visão de mundo, muito pouco ficou esboçado acima. Em *O tronco do ipê*, Alencar elabora uma representação densa e complexa sobre as relações entre senhores e escravos, seus espaços de conflito e negociação, com até mesmo algum matiz acerca da presença da cultura escrava de matriz africana. Ainda é preciso apresentar ao leitor os possíveis sentidos políticos internos à representação das relações de cordialidade entre Benedito e seus senhores, particularmente José Figueira, além de Benedito e Chica como pretendidos “avós” de Mário e Alice. Para isso, o próximo capítulo.

⁵⁴² Idem.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ Idem. Grifo meu.

Capítulo 3

A escravidão em *O tronco do ipê*: relações de troca e convivência

Relações de troca e convivência

O narrador de *O tronco do ipê* não se ocupou em nos contar sobre os arranjos que precederam o passeio das crianças e dos escravos naquela manhã de 15 de janeiro de 1850, na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão⁵⁴⁵. A ideia fora provavelmente de Alice, a filha do barão da Espera, então com 11 ou 12 anos, que quem sabe insistira com a mãe ou lhe cobrara uma promessa de deixar ir visitar os escravos Chica e Benedito em sua cabana⁵⁴⁶. Tampouco se sabe quais os planos dos escravos da casa para aquela manhã, poucos dias após a lida exaustiva dos festejos de natal e ano novo. Embora o narrador de José de Alencar não fosse completamente desinteressado de imaginar o ponto de vista dos cativos em seu romance, sua perspicácia para isso encontrava limitações. O fato é que ao lado de Alice, Mário e Adélia seguiam o pajem Martinho e as mucamas Eufrosina e Felícia. Esta última vivia com sua senhora na corte e estava na fazenda como acompanhante da amiguinha de Alice. A incumbência dos escravos seria, sobretudo, zelar pelos interesses e bem estar das crianças. A postura de Eufrosina sugere que teria sido ela a principal encarregada de fazer cumprir as orientações da baronesa d. Júlia ao passeio.

Como, no romance, Nossa Senhora do Boqueirão era uma fazenda bem equipada e de grandes proporções, é plausível que ao elaborar a trama Alencar imaginasse a presença de um número elevado de escravos para dar conta dos serviços da lavoura e da casa, ainda que não fizesse desfilar diante do leitor um rol extenso de cativos. Intui-se a presença deles e o seu labor em passagens pontuais enquanto o interesse do narrador recai sobre um grupo circunscrito de escravos da casa, além dos privilegiados moradores da cabana. Na cozinha da fazenda trabalhavam Vicência e também Florência, “a doceira famosa da casa”⁵⁴⁷. “Tia Paula”, às vezes chamada “mãe Paula”, também labutava por ali e, em época de festa,

⁵⁴⁵ Sênio, *O tronco do ipê*. Rio de Janeiro, Editor proprietário B. L. Garnier, 1871. Vol. 1 Caps. II-IV.

⁵⁴⁶ Ibidem, vol. 1, p.46.

⁵⁴⁷ Ibidem, vol. 2, p. 13.

aparece como responsável pela separação do gado e das aves para o banquete⁵⁴⁸. Menciona-se ainda a existência de um tal “tio Leandro”, que tinha um vínculo com Vicência, pois eram pais do pajem Martinho⁵⁴⁹. Pouco se diz sobre a família de Eufrosina, mas fica sugerido que a mucama teria nascido na casa, filha de antigo escravo africano vindo de Angola⁵⁵⁰. Fora isso, mantinha proximidade à família de Martinho com liberdade até mesmo para interferir na educação do pajem.

Ainda que o eixo da narrativa de *O tronco do ipê* não privilegie a estória de vida do grupo descrito acima, tais personagens desenvolvem papéis importantes na trama como um todo, estruturando a base do modo de vida na fazenda. No caso do escravo Benedito, sua presença é realmente indispensável à sustentação do enredo e do final feliz. De fato a chave para que se compreenda a natureza da representação da escravidão em *O tronco do ipê*, assim como os sentidos políticos internos a ela, está na atenção que se deve dar, não à caracterização isolada dos escravos, mas à interação entre cativos e senhores - suas relações de troca e convivência. É preciso retomar o passeio das crianças.

Iam todos conversando e aproveitando a caminhada ao longo do rico pomar da fazenda. Alice, a mocinha do romance, às vezes desatava a correr e comer as frutas quentes e recém-colhidas, para o escândalo da amiguinha da corte e preocupação de Eufrosina. “Nhanhã Alice, olhe o que sinhá recomendou!”, dizia a mucama, “por desengargo de consciência”⁵⁵¹. A pequena, porém “não faz[ia] caso”, como notou Mário, com uma nota de desdém⁵⁵². Felícia, mucama acostumada à vida na corte, oferecia as próprias impressões sobre a situação, aproveitando para gabar a sua senhorinha: “Iaiá Adélia, é que não gosta dessas coisas”. “Lá de uma polca ou de um galope, no baile, isso sim; não é Iaiá?”. A mocinha, tão criança quanto Alice, suspirava com afetação: “Ah! O meu querido Rio de Janeiro!”⁵⁵³. O Martinho é que não queria ficar para trás nessa conversa e logo, todo requebrado, “encart[ou] sua palavrinha”: “A última vez, que estive lá com o meu senhor

⁵⁴⁸ Ibidem, vol. 2, p. 20

⁵⁴⁹ Ibidem, vol.1, p. 45.

⁵⁵⁰ Ibidem, vol. 2, p. 104.

⁵⁵¹ Ibidem, vol.1, pp. 15-16.

⁵⁵² Ibidem, vol.1, p.16

⁵⁵³ Ibidem, vol.1, p. 16.

barão *nos* divertimos muito”⁵⁵⁴. É possível que o pajem se esforçasse para fazer boa figura diante da gente da corte, pois, além do comentário, sabe-se que ele saiu ao passeio “agaloado”, ou seja, com suas roupas bordadas e enfeitadas⁵⁵⁵.

Logo o grupo estava discutindo se os bailes da fazenda, por mais ricos que fossem, poderiam se igualar aos do Rio de Janeiro. Para Adélia e Felícia não havia o que se comparasse aos bailes do Cassino, enquanto para Mário, crítico precoce, o luxo e a riqueza da cidade eram sinais de mais “impostura e mentira”⁵⁵⁶. A isso, Felícia deu um muxoxo, o que fez com que o garoto a medisse “de alto a baixo”⁵⁵⁷. Pondo-lhe a mão no braço e sorrindo, Adélia se propunha a dissuadir o rapazinho de seu mau humor, imaginando que os dois ainda haveriam de dançar no Cassino. Porém, ao longo de todo o passeio junto aos convivas da casa grande, a postura de Mário é sempre irônica e desdenhosa, especialmente em direção à filha do barão da Espera e aos favores dispensados por ele. Atormentava o garoto a suspeita de que o fazendeiro tinha algo a ver com o afogamento de seu pai José Figueira, anos atrás, em busca de enriquecimento ilícito. Para fugir à monotonia das conversas e também demonstrar desacato, Mário fazia estripulias: subia nas árvores, saltava entre os galhos e tirava os frutos, enquanto Eufrosina e Felícia, cada uma a seu modo, teciam repreensões e comentários. Como Alice desejava imitar o menino, a censura foi generalizada:

- Nanhã, isto são modos? Tomara que sinhá saiba; exclamou a Eufrosina.
- Onde já se viu uma menina trepar nas árvores? No Rio de Janeiro só quem faz isso é menina à toa! Observou Felícia.
- O pajem também saiu-se:
- Eu tiro, nanhã; diga o que quer, que eu tiro. Uma moça faceira tem seu pajem para servir a ela.
- Não trepe, Alice; não é bonito; estraga as mãos e pode romper o vestido; disse Adélia.⁵⁵⁸

Ao longo de todo o passeio entre a casa grande e a cabana de Benedito a interação entre os escravos e as crianças acontece com a leveza e a naturalidade com que se

⁵⁵⁴ Ibidem, vol.1, p. 16. Grifo meu.

⁵⁵⁵ Ibidem, vol.1, p. 15. O sentido de “agaloado” em Houaiss, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009, pp. 66 e 947.

⁵⁵⁶ Sênio, op. cit. vol.1, pp. 17-18.

⁵⁵⁷ Ibidem, vol.1, p. 17.

⁵⁵⁸ Ibidem, vol.1, p. 29.

descreveu até agora. Os personagens conversam e trocam opiniões despreocupadamente, sem medir palavras e expressões. Havia, é verdade, certa competição, entre a gente da corte e a gente da roça, mas nada que isolasse os escravos do diálogo ou que dirigisse particularmente a eles algum tipo de desdém, exceto pelos desacatos de Mário. Ao contrário disso, percebe-se que as mucamas e o pajem, naquela situação, experimentavam uma liberdade de movimentos e opiniões que talvez não tivessem caso fossem acompanhados pelos adultos. Aproveitando-se da incumbência dada pela própria baronesa, Eufrosina não economiza nas repreensões à Alice, num tom de voz pouco comedido, como sugerem as exclamações inscritas no texto. A licença que Felícia exerce ao reprovar os atos da filha do barão parece ainda mais interessante, pois ela mesma, a mucama, se distanciava da mocinha, a fim de ressaltar suas maneiras refinadas. Martinho, por sua vez, se esforçava por parecer vivido e galante, sugerindo além do mais, que tirava a própria casquinha das viagens que fazia com o barão. Desse modo, embora o narrador não enviesse o olhar para a perspectiva crítica que escravos tais como seus personagens poderiam ter em relação ao cativeiro, parece-me bastante provável que sua intenção fosse mostrar que os cativos se apropriavam das situações, imprimindo-lhes, dentro do possível, um pouco da sua vontade e dos próprios interesses.

Vejamos um pouco mais disso. Alice, afinal, desiste de subir nas árvores, comendo umas uvas colhidas pelo pajem e logo um melão que encontrou na folhagem⁵⁵⁹. Com esse último lance reacendeu as preocupações de Eufrosina, que achava que aquilo lhe faria mal. Mas tamanha era a beleza das frutas que nem Adélia resistia mais e queria provar, embora consultasse Felícia para saber se podia. Imediatamente a mucama punha em prática uma estratégia que elaborara para partilhar dos gozos que eram destinados à Adélia. Ela pegava a fruta, cheirava, abria-a ao meio e comia uma banda, para só depois incentivar a mocinha a experimentá-la⁵⁶⁰. Conta o narrador que alguma vez Felícia ouvira falar de serviçais cujo encargo era provar as iguarias servidas ao amo e logo imaginou que, como sua incumbência era “velar sobre a formosura e o bem estar da menina”, “considerava-se *obrigada a*

⁵⁵⁹ Ibidem, vol.1, pp. 30-31.

⁵⁶⁰ Ibidem, vol.1, pp. 31-32.

partilhar com a Iaiá” todas as guloseimas⁵⁶¹. “[O] encargo da mucama era ainda mais pesado” quando tinha que “comer o mais depressa possível os confeitos e amêndoas, para esvaziar as caixinhas” que Adélia destinaria “às roupas das bonecas”⁵⁶². A ironia da narrativa não deixa dúvida sobre a percepção do narrador acerca da capacidade de Felícia de intervir algum tanto na elaboração de suas atribuições.

Mário, de cima de uma árvore, continuava lançando frutos abaixo e saltando entre os galhos, provocando vertigens em Adélia e os aplausos de Alice. Felícia o achava um “doido!” com quem ninguém podia lidar. Eufrosina deu de compará-lo a um “cabritinho” inquieto - “que está amarrado todo o dia e que se solta de tarde... Lá vai, prum, prum, prum, saltando que ninguém mais lhe põe a mão em cima... Pois, olhe é mesmo um bichinho... Ohi!”⁵⁶³ -, até que teve a fala interrompida. Mário, que ouvia a conversa toda de cima da árvore, não gostou do modo como a escrava falava dele e resolveu, por desforra, lançar na cabeça dela uma jaca madura, que “cobri[u]-lhe toda a cara, pescoço e ombros, de bagos amarelos”⁵⁶⁴. A criançada se pôs a rir, deixando Eufrosina furiosa e desconcertada. No limite da compostura que lhe cabia como escrava, mesmo diante das crianças, deixou escapar um “Ora vejam só [...] se isto não é para a gente fazer uma...”⁵⁶⁵, porém se conteve. O máximo que fez foi prometer contar tudo à mãe de Mário. O garoto foi ainda mais grosseiro, dizendo que a fruta servia de “pomada para alisar o pixaim”, o que levou o Martinho ao auge da gargalhada junto com os demais, que não conseguiam resistir. Agastada, Eufrosina resolve se afastar, reclamando e ameaçando:

– Desaforo! Vou fazer queixa à Sinhá! Eu sou sua mucama dela, sua mucama de estimação; *não é para ser tratada assim. Si não presto mais, então me vendam! ... Depois é que hão de ver!* Ai, a Eufrosina, aquilo sim era uma boa rapariga! Coitada! Aonde andarás ela?... *Ora bem descansada de minha vida! Senhor bom é o que não falta!*⁵⁶⁶

⁵⁶¹ Ibidem, vol.1, p. 32. Grifo meu.

⁵⁶² Ibidem, vol.1, p. 32.

⁵⁶³ Ibidem, vol.1, p. 34.

⁵⁶⁴ Ibidem, vol.1, p. 34.

⁵⁶⁵ Ibidem, vol.1, p. 35.

⁵⁶⁶ Ibidem, vol.1, p. 36. Grifos meus.

Para o leitor de hoje pode não parecer, porém o discurso atribuído à escrava guardava um quê de rebeldia. Ao invés de resignar-se ao mau trato ou silenciar a queixa, Eufrosina não se conforma e oferece a própria percepção sobre a forma como esperava ser tratada. Certamente faria queixa à senhora, pois era mucama de estimação, logo entendia que não devia ser tratada com tamanha descortesia. Mesmo sendo escrava, em momento de conflito, entendia que podia sugerir a própria venda. Afinal, não se achava pouca coisa, porém boa rapariga, que, distante de onde não gostavam dela, arranjaría outro “bom senhor”, terminando bem descansada de sua vida!

Nota-se que o discurso da mucama não afronta a própria condição de escravidão, pois, como já sugeri, a crítica à instituição não era algo que compunha a narrativa elaborada por Alencar. No entanto, ainda assim, não se pode ignorar o teor de rebeldia que o autor conferia - ao menos ao pensamento - dos escravos que elaborou para a trama. Embora na cena a situação no geral tenda ao cômico, o discurso de Eufrosina mobilizou estratégias sérias - como o pedido de venda - possíveis de serem usadas por escravos fora da literatura no Brasil do século XIX, na tentativa de negociar, ainda que de modo precário, suas condições de vida e trabalho⁵⁶⁷. Assim, o discurso da escrava pode ser um sinal da capacidade de Alencar em reconhecer a necessidade de se negociar com os escravos, atendendo alguma coisa da percepção que eles mesmos teriam do tipo de situação que poderiam tolerar. É necessário lembrar que a cena com Eufrosina se passa no ano de 1850, conhecido como o período auge da prosperidade e do domínio senhorial no século XIX. Portanto, afrontar a escravidão, e sozinha, não seria uma *estratégia de sobrevivência* tão plausível para Eufrosina quanto se apropriar da lógica senhorial de propriedade e dizer que preferia mudar de senhor. Por fim, ao reconhecer-se como “escrava de estimação” a intenção da mucama não seria diminuir a própria dignidade – realmente não parece que ela tivesse qualquer intenção desse tipo -, porém seria prova de seu discernimento sobre as melhores condições de vida, trabalho e até mesmo alforria possíveis a ela enquanto escrava

⁵⁶⁷ Em *Visões da Liberdade* Sidney Chalhoub analisa uma série de formas através das quais escravos pressionavam senhores em busca da garantia mínima de seus interesses. Há, por exemplo, a história do escravo Bráulio que, insatisfeito “com seu cativo em Valença”, pediu a própria venda. Cf. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 2011 [1990]. Cap. 1. O trecho citado refere-se às páginas pp.82-83.

da casa, chegada aos senhores, do que se fosse, por exemplo, uma escrava do eito que poderia passar a vida toda sem ser percebida⁵⁶⁸. Assim como Felícia tentava interferir na elaboração de suas atribuições como mucama, fica sugerido que havia espaço para que Eufrosina fizesse o mesmo.

Mas se, por um lado, a narrativa abre todas essas possibilidades para Eufrosina, no entendimento do próprio narrador a mucama, com seus arroubos de dignidade, era como um “espírito que paira nas mais altas regiões”⁵⁶⁹, provavelmente porque entendia o barão da Espera como suficiente “bom senhor”. Assim, afirma que Eufrosina pensou melhor e achou que o “mais prudente era esquecer a aventura”⁵⁷⁰. Porém se desistiu de lidar diretamente com os senhores, Eufrosina não chega a abrir mão da desforra diante das crianças e seus pares escravos. Após lavar-se dos bagos da jaca, toma o caminho de volta ao pomar com nova carta na manga. Com ar muito senhoril inventaria que, diante do acontecido, a baronesa cancelara o passeio e mandava todo mundo de volta para casa. Quando as meninas, contrariadas, se pusessem a voltar, a mucama, “triunfante e generosa”, “conceder[ia] o perdão” e “consentir[ia] que continuassem o passeio”⁵⁷¹. Outra vez a personagem de Alencar mostra destreza em decifrar os códigos dos rituais senhoriais de dominação, apropriando-se de uma postura que seria mais comum no trato do barão ou da baronesa em relação à escravaria: conceder perdão e “regalias”, com ares de generosidade, para ganhar de volta a gratidão dos dependentes. Eufrosina se daria por satisfeita se pudesse encenar com as crianças, diante dos colegas, aquele ritual senhorial, recebendo o seu quinhão de gratidão. Como a mucama estava “em dia de caiporismo”, sua estratégia falhou de novo, pois Mário logo reconheceu a peta e persuadiu os demais a seguirem até a cabana

⁵⁶⁸ Minha compreensão sobre a representação, bem como os sentidos políticos, do mundo da escravidão na obra de Alencar deve muito aos trabalhos de Chalhoub e Robert Slenes sobre a escravidão no século XIX, particularmente quanto à análise das relações paternalistas como algo necessariamente negociado entre senhores e escravos, ainda que os cativos fossem o lado mais frágil das relações de força. Cf. Chalhoub, *Visões da liberdade...*, op. cit. e Machado de Assis, *historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003; Slenes, *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011 [1999] e ‘Senhores e subalternos no oeste paulista’, In: Luiz Felipe Alencastro (org.), *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Vol. 2.

⁵⁶⁹ Sênio, op. cit. vol.1, p. 48.

⁵⁷⁰ Ibidem, vol. 1, p. 48.

⁵⁷¹ Ibidem, vol.1, p. 49.

a despeito das ordens de Eufrosina⁵⁷². Como último recurso, restava à mucama resolver seus problemas no âmbito da comunidade escrava da fazenda, descontando no Martinho: “Quando chegares a casa hás de ver”⁵⁷³.

É necessário adentrar um pouco mais o romance e seguir aquele grupo ao destino final do seu passeio, a visita à cabana de Benedito. Longe de tratar-se de simples capricho de crianças, segundo Alice, o motivo de tudo aquilo era “ir ver vovó preta” - como se referia à escrava Chica - que “est[ava] doente”⁵⁷⁴. Ao se aproximarem da cabana, Mário arranhou um jeito de chamar a atenção dos moradores inventando um tipo de saudação militar a fim de homenagear o escravo Benedito. Isso, porém, não o impedia de humilhar o pajem, fazendo-o de tambor e depois soldado de fileira, improvisando rufos de caixa e toda uma coreografia ensaiada. Logo Benedito “assomara à porta da cabana de palha”, anunciando à companheira: “Olha, mãe; é nhanhã que vem visitar a você!”. Com voz “doce e arrastada”, a resposta de Chica, em forma de prece, demonstrava contentamento - “Bendito seja, meu menino Jesus!”⁵⁷⁵ -, enquanto a homenagem, liderada por Mário, se tornava mais calorosa: “Viva papai Benedito!”, “Viva!”, “Viva o rei do Congo!”, “Viva!”⁵⁷⁶. Benedito agradeceu mais de uma vez, descendo a ladeira ao encontro de Mário, “e parando a cada passo para curvar-se, abrindo os braços e beijando as duas mãos em sinal de agradecimento”⁵⁷⁷. Conta o narrador que o “bom preto expandia-se de júbilo” em ser “motivo de alegria para [aquele] menino que ele adorava”, filho de seu antigo falecido senhor⁵⁷⁸.

O encontro entre as crianças e os escravos Benedito e Chica diz muito sobre a política de convivência entre senhores e escravos desenvolvida em *O tronco do ipê*, e por isso é preciso acompanhar o momento com algum detalhe. Ao se aproximar de Benedito, Mário salta-lhe ao pescoço, dando um abraço que é correspondido e incentivado pelo escravo: “Assim, meu nhonhô, abraça seu negro. Mais!”⁵⁷⁹. As meninas e as mucamas se aproximam, cumprimentam Benedito e logo adentram a cabana para ver como andava de

⁵⁷² Ibidem, vol.1, p. 48.

⁵⁷³ Ibidem, vol.1, p. 47.

⁵⁷⁴ Ibidem, vol.1, p. 46.

⁵⁷⁵ Ibidem, vol.1, p. 54.

⁵⁷⁶ Ibidem, vol.1, pp. 54-55.

⁵⁷⁷ Ibidem, vol.1, p. 55.

⁵⁷⁸ Ibidem, vol.1, p. 55.

⁵⁷⁹ Ibidem, vol.1, p. 55.

saúde a Chica, que sofria de “reumatismo crônico”⁵⁸⁰. Longe das vistas das coleguinhas Mário oferece a Benedito “um pequeno embrulho enrolado em um lenço. Dentro havia uma moedinha de prata de cunho antigo, que valia uma pataca, e um pequeno registro de S. Benedito”⁵⁸¹. O narrador encarece a cena entre o escravo e o menino ressaltando os sacrifícios de um ao oferecer a prenda e a gratidão do outro ao recebê-la. Para levar ao preto aquele agrado Mário tivera que abster-se de ardentes ambições infantis como, por exemplo, uma caixinha de soldadinhos de chumbo⁵⁸². Benedito, por seu turno, “recebeu o mimo” com tanta efusão e contentamento que a estratégia do narrador para ressaltar o fato foi dizer que não pôde contar “os beijos que [o escravo] deu nas mãos de Mário, ou as ternuras que na sua meia língua disse ao santo e à moeda”⁵⁸³. Preocupado com a interpretação que os possíveis leitores do romance fariam do cativo, o narrador fez questão de ressaltar traços do caráter de Benedito que seriam valorizados à época. Sua alegria nada tinha a ver com a cobiça “pelo vintém de fumo”, como sucederia a outros negros, pois Benedito “gozava de certa abastança, devida a seu gênio laborioso”, além das “franquezas que lhe deixava o senhor”⁵⁸⁴. Portanto, o contentamento era “puro gozo de saber-se lembrado e querido pelo menino”⁵⁸⁵.

Dentro da cabana, nova troca de presentes e afeições. Chica gabava a beleza de Alice, recomendando à Eufrosina que tivesse cuidado “com minha nhãnhã”⁵⁸⁶. Quanto à sua saúde disse que estava “Melhorzinha”, agradecendo as rezas que Alice fazia. Logo quis mostrar ao “marido”⁵⁸⁷ os presentes que a menina lhe trouxera: vestido e xale de lã e um adereço de miçangas azuis para combinar⁵⁸⁸. Enquanto Benedito elogiava as peças, “Chica pela terceira ou quarta vez julgou-se obrigada a abraçar a menina e beijá-la com efusão”⁵⁸⁹. A contrapartida da escrava fora cumprir o “dever da hospitalidade”, do qual nunca se esquecia, oferecendo ao grupo uma merenda farta: “Tirou de uma prateleira suspensa ao

⁵⁸⁰ Ibidem, vol.1, p. 56.

⁵⁸¹ Ibidem, vol.1, p. 57.

⁵⁸² Ibidem, vol.1, p. 58.

⁵⁸³ Ibidem, vol.1, p. 57.

⁵⁸⁴ Ibidem, vol.1, p. 57.

⁵⁸⁵ Ibidem, vol.1, p. 57.

⁵⁸⁶ Ibidem, vol.1, p. 59.

⁵⁸⁷ Ibidem, vol.1, p. 60.

⁵⁸⁸ Ibidem, vol.1, p. 60.

⁵⁸⁹ Ibidem, vol.1, p. 60.

lado do [sic] cama umas latas e cestas, cheias de biscoitos, rosquinhas, beijos e frutas”, enquanto Martinho fora buscar “a água fria da rocha”⁵⁹⁰. Ademais, avisou à Alice que as “rosquinhas de goma foram feitas mesmo para lhe mandar”. O principal empenho da narrativa é desenvolver demonstrações de consideração e até mesmo afeição entre os envolvidos, conferindo ambiguidade às relações no interior da escravidão. É necessário, claro, desconfiar da pena de Alencar na elaboração do conjunto das cenas acima, as quais primam pela idealização do cativo como coisa amena, depurada da violência cotidiana. Ainda assim se faz necessário interrogar acerca dos possíveis sentidos sociais de tantos abraços, beijos e presentes trocados no contexto que Alencar os descreveu.

Ao situar tais relações de afeto precisamente entre crianças e escravos o romancista se apropriava e reinterpretava um conjunto complexo de experiências que havia fora da literatura. Em seu estudo sobre a família Ribeiro de Avellar, próspera produtora de café no vale do Paraíba fluminense na segunda metade do século XIX, Mariana Muaze explora o que chama de “sentimentalidades” em relação aos escravos mais chegados à casa senhorial⁵⁹¹. Em cartas trocadas entre a viscondessa de Ubá, Mariana Ribeiro de Avellar, e sua mãe, d. Leonarda Velho da Silva, por exemplo, a historiadora colhe demonstrações de apreço por escravos antigos da família e “que, provavelmente, ajudaram a cri[ar]” a viscondessa⁵⁹². Em uma das cartas citadas por Muaze, a senhora Ribeiro de Avellar, referindo-se aos cativos, dizia assim: ““muitas e muitas saudades Babá, Nana, Rita e Deolinda, a Sabina e Bartholomeu, que de todos sinto saudades e muitas””⁵⁹³. Tais demonstrações de consideração, sempre para o mesmo grupo, se repetem em outras cartas. Muaze também explora situações nas quais mãe e filha trocam informações sobre a saúde ou morte de escravos. Em dado momento, a viscondessa mostra-se feliz pela recuperação da vista da escrava Deolinda, comemorando “o acertado tratamento médico que seus pais lhe pagaram”⁵⁹⁴. Em outra ocasião, d. Leonarda escreve à filha lamentando o falecimento

⁵⁹⁰ Ibidem, vol.1, p. 64.

⁵⁹¹ Mariana Muaze, *As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008, p. 133.

⁵⁹² Ibidem, p. 133.

⁵⁹³ Ibidem, p. 133.

⁵⁹⁴ Ibidem, p. 133.

do escravo Simão: ““ficamos bem tristes por esse muito bom escravo, por quem Mariquinhas [uma de suas netas], quando pequena, gostava dele [sic]””⁵⁹⁵.

Em meados da década de 1860, os Ribeiro de Avellar somavam mais de 700 escravos⁵⁹⁶, espalhados por fazendas no vale do Paraíba fluminense, que certamente davam duro na lida cotidiana, e compulsória, da produção de café, dentre outras coisas, algo que nada tinha a ver com consideração e afeição. Não obstante, para famílias como aquela não soava implausível manter o sistema de trabalho baseado na escravidão, ao mesmo tempo tecendo “sentimentalidades” entre os considerados bons escravos, com os quais mantinham proximidade. A base para a construção de tais relações ambíguas estaria numa lógica compartilhada entre senhores e escravos para, de um lado a manutenção do controle social sobre a propriedade, de outro a elaboração de estratégias de sobrevivência e esperanças de alforria, o que Robert Slenes explicou como relações de “força e favor”⁵⁹⁷. O cume da ambivalência em tais situações se faria através das relações tecidas entre crianças e escravos, muitas vezes iniciadas desde a amamentação, a cargo das amas de leite, chamadas “mães pretas”⁵⁹⁸. Se as demonstrações de afeição entre senhores e escravos pudessem sempre ser relativizadas ou instáveis por conta dos interesses que as organizavam inicialmente, assim como por causa da violência inerente à escravidão; se seria plausível questionar até mesmo a afeição que as amas poderiam desenvolver pelas crianças sob seus cuidados, já que a criação de uma criança senhorial muitas vezes significava o afastamento compulsório do próprio filho pequeno⁵⁹⁹; o afeto da criança pela ama talvez fosse o mais difícil de questionar, como aponta Sandra Koutsoukos⁶⁰⁰. Segundo a autora, “nos livros de

⁵⁹⁵ Ibidem, p. 133.

⁵⁹⁶ Ibidem, p. 87.

⁵⁹⁷ Tais relações se construíam por meio de um “sistema de incentivos senhoriais” que favorecia escravos mais antigos e próximos ao senhor, com direito a pecúlio, trabalho longe do eito, além da formação de família escrava. Com tais favores, o senhor na verdade reconhecia e atendia interesses escravos em melhorar “sua condição”, porém ao mesmo tempo fazia do escravo refém dos seus próprios interesses, visando disciplina e controle social. Ainda conforme Slenes, o caminho do favor poderia ser uma alternativa à disciplina através de castigos físicos. Por outro lado, os senhores permaneciam à mercê das revoltas escravas tecidas através da solidariedade entre os cativos, daí o aspecto sempre conflituoso das relações de força e favor. Cf. “Senhores e subalternos”... op. cit., p. 276.

⁵⁹⁸ Sandra Koutsoukos, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010, p. 138.

⁵⁹⁹ Muaze, op. cit, p. 134.

⁶⁰⁰ Koutsoukos, op. cit. p. 188.

memória, a lembrança da ama era guardada com carinho pela criança que ela amamentara e criara, principalmente se a ama permanecesse com a família após o desmame⁶⁰¹. Uma situação como essa explica o modo como a viscondessa de Ubá enviava recomendações e saudades aos escravos Babá, Nana, Rita e Deolinda, além de Sabina e Bartholomeu. Note-se que, quando de seu falecimento, o escravo Simão fora especialmente lembrado porque a filha da viscondessa, quando criança, “gostava dele”.

Na estrutura de *O tronco do ipê* essa experiência de convivência e intimidade entre senhores e alguns poucos escravos mais chegados à casa senhorial é talvez o elemento fundamental para o modo como se organiza a representação da escravidão na obra. Ademais, como fica claro durante a visita das crianças à Chica na cabana, o narrador valoriza o papel dos pequenos na construção daquelas relações de força e favor. Conta-nos em dado momento que ambos, Chica e Benedito, “se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos”:

Benedito como fora pajem do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica que tinha criado a mãe de Alice, olhava para esta como se fosse em parte sua netinha.⁶⁰²

O narrador chega mesmo a sugerir que os escravos estabelecessem um tipo de laço de familiaridade com as crianças de seus senhores, tão forte seria a relação da “mãe preta” e do pajem com aqueles que criaram. No romance, havia reciprocidade para com os escravos, pois Alice sempre se refere carinhosamente à Chica como “vovó”, “vovó preta”, ao passo que Mário, ainda que não trate Benedito por avô, tece com ele uma relação de afeição, consideração e confiança ao longo da trama. É, portanto, apropriando-se da lógica de relações de convivência possíveis no interior de famílias senhoriais escravistas que Alencar compõe os vínculos entre as crianças e os escravos em seu romance, supervalorizando na literatura os espaços de maior ambiguidade da lógica escravista havida fora dela. Ao aludir à relação entre Benedito e José Figueira, o pai de Mário, o narrador faz questão de tocar num ponto sensível. Objetivamente falando, são pouquíssimas as cenas em que o pajem e o

⁶⁰¹ Ibidem, p. 188.

⁶⁰² Sênio, op. cit. vol. 1, p. 81.

filho do comendador Figueira interagem diante do leitor. Não se faz descrições concretas acerca da juventude de José Figueira ou dos trabalhos de Benedito como pajem do rapaz, porém tudo o que se sabe aparece em pequenos *flashes* que compõem a narrativa sobre o passado. Contudo, o narrador escolhia as palavras a dedo. Assim, contou que o comendador trouxera Benedito para a fazenda ainda “mulecote”, como “*colaço* e pajem do filho José”⁶⁰³. Por “colaço” o narrador indicava que o filho do comendador e o escravo tinham sido amamentados pela mesma ama de leite⁶⁰⁴, ou seja, compartilhavam a mesma “mãe preta”, logo todos os significados e experiências em torno dela.

Uma pista sobre a forma como o romance elaborava mais claramente o papel da mãe preta surge ainda no encontro entre os escravos e as crianças na cabana. Chica construía em torno de si uma atmosfera acolhedora, entre abraços, boas palavras e quitutes preparados por ela. Além disso, era contadora de histórias. O pedido de Alice não é por acaso: “Conta a história da mãe d’água, vovó!”⁶⁰⁵. Após algum esforço de memória, Chica conta às crianças e aos escravos em torno de si uma lenda que aprendeu no passado, ouvida de sua antiga senhora velha (bisavó de Alice). A mãe d’água era uma princesa, filha de uma fada e feita por ela rainha das águas “para governar o mar e todos os rios”, inclusive o Paraíba, como lhe perguntou alguém⁶⁰⁶. Era bonita e tinha cabelos verdes tão longos que arrastavam no chão. As crianças interrompiam a narrativa de Chica com perguntas que ela respondia com intenção, incentivando a fantasia dos pequenos. Para não perder o sabor que Alencar imprimiu à narrativa, prefiro citar um trecho:

[Chica] Os cabelos verdes, tão verdes, chegavam até os pés e ainda arrastavam; nhanhã não tem visto aqueles fios muito cumpridos, que às vezes andam boiando em cima d’água; a gente chama limo; são as tranças dela.

– Tão bonito! Cabelos verdes, não é? Eu queria ter! disse Alice.

– Mas tia Chica, quando ela nada, não se vê?

– A princesa?... Às vezes, quando a água está dormindo, ela se deita assim de bruços para olhar o céu. Tem saudade das irmãs.

– Que são as estrelas? acrescentou Alice.

– É nhanhã.

– Como são os olhos dela? perguntou Adélia.

⁶⁰³ Ibidem, p. 77. Grifo meu.

⁶⁰⁴ Antonio de Moraes Silva, *Diccionario da lingua Portuguesa*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, p. 285.

⁶⁰⁵ Sênio, op. cit. vol. 1, p. 65.

⁶⁰⁶ Ibidem, vol.1, p. 66.

- Aposto que são verdes como os cabelos?
- Verão que são bem pretos!
- Os olhos não tem cor; é assim como uma claridade da lua que está cegando a gente.

[...] ⁶⁰⁷

Alice finalmente sugere a todos que deixem de interromper para que Chica siga adiante com a história. A escrava relata disputas entre príncipes e finalmente o festivo casamento da mãe d'água, que, entretanto, teve um fim trágico, pois o rei, influenciado por intrigas, a abandona em favor de outra esposa. Para se vingar, a mãe d'água fora morar no fundo do mar, fazendo as águas subirem, afogando “o palácio, o rei, a nova rainha e todos que tinham dito mal dela”⁶⁰⁸. Ao final da história Chica contava que “De tempos em tempos ela vem à terra para afogar a gente, e todo o menino que entra no rio, ela agarra para servir de criado ao filho. Também de noite, quando alguma criança chora e aflige sua mãe; ela a carrega para o fundo d'água”⁶⁰⁹.

É possível pensar que nessa passagem o narrador transmite o que seriam os valores ideais em torno da ama de leite ou da ama seca responsável pelas crianças da família senhorial. Afável e acolhedora, de preferência, cumpria a função social de nutrir, entreter, fazer dormir e quem sabe oferecer as primeiras noções de obediência através de histórias com fundo moral. Afinal, a lenda da mãe d'água, tal como aparece em *O tronco do ipê*, além de oferecer uma explicação para as enchentes, faria com que as crianças evitassem entrar sozinhas nos rios, igualmente sugerindo que não dessem trabalho na hora de dormir sob pena de serem levadas embora pela mãe d'água. Ademais, por meio de Chica tem-se uma referência acerca de significados possíveis na narrativa em torno da relação de coloço entre Benedito e José Figueira. Seria para imaginar que tivessem ouvido histórias juntos, compartilhado curiosidades e fantasias infantis, além dos quitutes e atenções da ama de leite. O trecho sugere a formação de um tipo de familiaridade entre os dois que talvez permitisse que se entendessem como “irmão[s] de leite”⁶¹⁰. Tal seria o substrato das relações de dependência idealizadas em *O tronco do ipê* entre Benedito e José Figueira, no

⁶⁰⁷ Ibidem, vol. 1, pp. 66-67.

⁶⁰⁸ Ibidem, vol.1, p. 70.

⁶⁰⁹ Ibidem, vol. 1, pp. 70-71.

⁶¹⁰ No dicionário Houaiss, op. cit., a explicação do verbete “coloço” alude também ao sentido de “irmão de leite”. Cf. p.491.

qual as relações de escravidão, embora de modo algum se apagassem, ficariam borradas por conta de uma experiência ambígua de convivência.

Digo que a condição de Benedito como escravo não se apaga no romance, pois na idade adulta, por ser cativo, ele se vê obviamente limitado em suas vontades, impedido de partir com José Figueira quando do casamento do moço. O momento é interessante, pois abre espaço para que se perceba a existência de conflitos entre senhores e escravos em *O tronco do ipê* de modo mais interessante do que o que se viu no caso de Eufrosina. Voltarei ao assunto adiante. Por ora, ainda é preciso fazer algumas considerações sobre o recorte utilizado pelo narrador ao compor as relações entre as crianças e os escravos, em especial no caso de Chica. Se por um lado é possível pensar que a narrativa se apropria de uma série de experiências possíveis fora da literatura, por outro seleciona o que contar segundo uma perspectiva positiva orientada pelo ponto de vista senhorial. Assim, o romance não fala da mãe preta cujos colaços foram Benedito e José Figueira, tampouco se ocupa em narrar as dificuldades e pressões que uma mãe preta como tia Chica – que afinal criara a mãe de Alice – poderia sofrer, tendo muitas vezes que atender primeiro ao filho do senhor e só depois ao seu, como acontecia muito nas histórias das amas fora da literatura.

Situações assim se deram no círculo familiar da viscondessa de Ubá, que ao mesmo tempo mostrava-se afetuosa com os escravos antigos de sua mãe⁶¹¹. Muaze mostra que, em 1866, Mariana Ribeiro de Avellar emprestou para a cunhada a escrava Bernarda como ama de leite, e, segundo as cartas escritas pelo irmão Juca à viscondessa, a escrava desenvolvia suas tarefas exemplarmente: “a Bernarda vai preenchendo muito bem o seu mister e nos agradando muito”⁶¹². Porém, a situação da ama em relação ao próprio filho pequeno era precária, pois ao invés de trazê-lo consigo para a residência onde vivia emprestada, teve de deixá-lo sob o cuidado da viscondessa, dependendo do intermédio dos senhores para ter notícias do menino. Continuava assim a carta de Juca:

Ela [Bernarda] é muito respeitosa e com gratidão te agradece às constantes e favoráveis notícias que, por meu intermédio, lhe envio de seu filho. Ela te

⁶¹¹ Muaze, op. cit. cap.8.

⁶¹² Apud Muaze, op. cit. p. 134.

agradece muito e muito os cuidados que te merece o seu Feliciano. Continue Bernarda assim, como espero, que fico descansado.⁶¹³

Desse modo, se a escrava tinha o mérito de ser qualificada como trabalhadora digna de nota, as negociações estabelecidas com os senhores, como percebe Muaze, nada tinha de harmoniosas. “A forma encontrada por Bernarda para tentar garantir a sobrevivência de seu rebento era exercer prontamente suas tarefas de ama de leite”⁶¹⁴, desvelando-se, além do mais, em demonstrações de gratidão pelas notícias que recebia do filho. Assim, a dedicação de uma ama de leite a uma criança senhorial também tinha muito a ver com uma estratégia, nada confortável para a ama, de tentar garantir bom tratamento e nutrição para o próprio filho. Em seu trabalho, Koutsoukos menciona o caso da ama Joaquina, que também recebia elogios acerca do “‘carinho e agrado’” com que cuidava das filhas dos senhores⁶¹⁵. Porém, segundo eles, quando a escrava soube que seria alforriada dali a alguns anos passou “aos poucos a se mostrar ‘desobediente’ e ‘petulante’, respondendo atravessado à senhora”, que uma vez, “possessa com uma resposta da ama”, “*deu lhe um murro*”⁶¹⁶. Joaquina avançou na senhora e ambas tiveram que ser separadas pela vizinhança, enquanto os senhores passaram a envidar esforços para tentar anular a alforria prevista para a escrava⁶¹⁷. Fica claro a precariedade do modo de vida das amas, obrigadas a manter continuamente uma postura respeitosa e grata, dependendo sempre, em última instância, da “generosidade” dos senhores, como bem expressa a frase de Juca, acima: “Continue Bernarda assim, como espero, que fico descansado”.

O fato é que os conflitos e as dificuldades das amas nem sempre constituíam a memória senhorial sobre o assunto, ao menos a daqueles que, quando crianças, foram criados pela ama e que tivessem se esforçado por construir com ela uma relação positiva. Koutsoukos relata, por exemplo, o que Francisco de Paula Ferreira de Rezende escreveu em

⁶¹³ Idem, *ibidem*, p.134.

⁶¹⁴ Muaze, *op. cit.* p.134.

⁶¹⁵ Koutsoukos, *op. cit.* p. 180. Para o caso da ama Joaquina a autora se apoia no estudo de Nireu Oliveira Cavalcanti em *Crônicas. Histórias do Rio Colonial*. Cf. Koutsoukos, p. 180.

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 181. Grifo original.

⁶¹⁷ *Ibidem*, p. 181.

relação à ama que o criou: batizada como Margarida, era uma preta “baixa e retinta e que trazia estampadas no rosto a alegria e a bondade que lhe iam pela alma”⁶¹⁸. Ela,

que “tanto o havia amado e ensinado”, sempre que podia, cantava e, se não podia, conversava ou contava histórias; contara-lhe as lendas do saci-pererê e da mula sem cabeça, de bruxas e lobisomens [...].⁶¹⁹

É bem possível que ao idealizar o papel de Chica em *O tronco do ipê*, Alencar se aproveitasse de alguma referência, mesmo que indireta, desse tipo de memória afetiva senhorial que valorizava a presença da ama carinhosa e contadora de histórias. Quem sabe, o autor conferisse à forma literária algum eco da experiência pessoal com a escravidão. A biografia de Alencar escrita por Luís Viana Filho⁶²⁰ não chega a discutir as possíveis relações do romancista com a instituição, nem na infância, nem na idade adulta, porém deixa vestígios que podem sugerir algumas coisas. Conta que quando de seu falecimento, em 1867, a mãe de Alencar, d. Ana Josefina, “libertara alguns escravos”⁶²¹. Além disso, deixava no Rio de Janeiro, uma casa na rua da Constituição, uma chácara na rua Maruí, além de uma fazenda no Ceará. Ao longo de todo o seu trabalho, Viana Filho por algum motivo enfatiza as poucas posses da família Alencar⁶²², ressaltando os esforços do romancista para ganhar a vida como advogado, além de literato e deputado, excluindo assim a ideia de que vivesse de rendas decorrentes do trabalho escravo. Mas, com a informação no inventário da mãe de Alencar, fica sugerido que o romancista muito provavelmente conviveu com escravos, quem sabe nas casas que a mãe deixava no Rio de Janeiro; quem sabe o literato tivesse convivido com cativos quando criança⁶²³.

⁶¹⁸ Ibidem, p. 189.

⁶¹⁹ Ibidem, p. 189.

⁶²⁰ *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1979.

⁶²¹ Ibidem, p. 143.

⁶²² Ibidem, p. 50. O biógrafo se refere a Alencar, por exemplo, como “o escritor pobre”.

⁶²³ No entanto, parece que Alencar não foi amamentado por ama de leite, ao menos não por ama escrava, conforme escreveu a Joaquim Nabuco na imprensa, no jornal *O Globo*, em 1875. A frase do romancista sobre isso é a seguinte: “Esses lábios purpurinos [referindo-se a Nabuco], que não podem sem náusea pronunciar a palavra *moleque*, talvez sugassem o leite de uma escrava, como aconteceu, *não a mim*, porém a muitos outros [...]”. Afrânio Coutinho (org.), *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965, p. 119. Grifo meu em “não a mim”. Na biografia de Alencar, Viana Filho não faz menção ao inventário do romancista, tornando difícil saber se havia escravos na casa de Alencar quando de sua morte. Recorrendo à memória de Mário de Alencar, filho do romancista, o biógrafo registra apenas que, na ocasião, havia uma ama seca, chamada Coleta, junto às crianças. Cf. *A vida de José de Alencar...* op. cit. p. 293.

E se assim fosse, como seria o tipo de escravidão na casa de Alencar? Que tipo de senhores seus pais seriam? Como tal experiência teria influenciado a concepção política do romancista sobre o cativo no país? Ainda não há estudos sobre esse aspecto da vida do romancista que permitam responder tais perguntas a contento, porém talvez seja possível extrair hipóteses a partir da documentação estudada até aqui. Ao compor a peça *Mãe*, em 1859, Alencar a dedicou à d. Ana Josefina⁶²⁴. Como o leitor já sabe, o drama se desenrolava em torno da história de uma escrava que tivera um filho com o senhor e acabara se tornando cativa do rapaz, embora ele nada desconfiasse disso. Na dedicatória à Ana Josefina, Alencar não chega a discutir abertamente os motivos políticos que o levavam a compor um drama como aquele, aludindo a uma inspiração mais genérica sobre os sentimentos maternos inspirados no exemplo da própria mãe:

À minha mãe e minha senhora: d. Anna J. de Alencar.

Mãe,

Em todos os meus livros há uma página que me foi inspirada por ti. É aquela em que fala esse amor sublime que se reparte sem dividir-se; que remoja quando todas as afeições caducam.

Desta vez não foi uma página, mas o livro todo.⁶²⁵

O dramaturgo teria composto a peça “com o pensamento em ti [na própria mãe], cheio de tua imagem”⁶²⁶. Assim Alencar evitou explicitar na dedicatória sua inspiração política ao acompanhar as discussões jurídicas em torno da emancipação das mães escravas que tinham filhos com os senhores, como mostrou o estudo de Robert Slenes⁶²⁷. Ainda assim, a dedicatória traz informações interessantes acerca do pensamento do autor sobre a escravidão e quem sabe, indiretamente, sugere alguma coisa sobre a experiência do cativo debaixo do teto dos Alencar, mais precisamente sob a supervisão de d. Ana Josefina. Assim continuava a dedicatória:

Acharás neste livro uma história simples; simples quanto pode ser.

⁶²⁴ José de Alencar, *Mãe*. Drama em quatro atos. Rio de Janeiro, Tipografia de F. de Paula Brito, 1862. A dedicatória data de 1859.

⁶²⁵ Ibidem, dedicatória.

⁶²⁶ Ibidem.

⁶²⁷ “Senhores e subalternos” ... op. cit. pp. 258-264.

É um coração de mãe como o teu. A diferença está em que a Providência o colocou o mais baixo que era possível na escala social, para que o amor extremo e a abnegação sublime o elevassem tão alto, que ante ele se curvassem a virtude e a inteligência; isto é tudo quanto se apura de melhor na lia humana.
À outra que não a ti causaria reparo que eu fosse procurar a maternidade entre a ignorância e a rudeza do cativo, podendo encontrá-la nas salas trajando sedas. Mas sentes que se há diamante inalterável é o coração materno, que mais brilha quanto mais espessa é a treva: sentes que rainha ou escrava a mãe é sempre mãe.⁶²⁸

A escrita do texto se faz por meio das ambivalências que constituíam o pensamento de Alencar sobre a escravidão; mesmo a tentativa de valorizar a pessoa escravizada esbarra em estereótipos que a depreciavam, os quais ele não relativizava. Entretanto, ainda assim, se faz um esforço em reconhecer a humanidade dos escravos, especialmente representada pelo advento da maternidade. Não havia que diferenciar coração de mãe, quer se tratasse de uma senhora da alta sociedade ou de uma escrava. Nesse caso a ideia de amor extremo e abnegação como valores inerentes à maternidade teria a função de humanizar as mulheres cativas; quem sabe fundamentasse uma percepção moral e política em Alencar contrária à permanência no cativeiro das mulheres que mantivessem relações sexuais com os senhores e das quais resultassem filhos⁶²⁹. Nesse sentido, chama a atenção o modo como o dramaturgo atribui à d. Ana Josefina a capacidade de humanizar as mães escravas, pois se facilmente alguém naquela sociedade estranharia que o drama sobre a maternidade fosse protagonizado por uma escrava, assim não aconteceria com d. Ana; pois reconheceria a legitimidade das afeições da mãe pelo filho mesmo sob o jugo da escravidão. Se por um lado é necessário reconhecer alguma intenção retórica na dedicatória elaborada por Alencar com intuito de ganhar a atenção do público e transmitir-lhe uma mensagem, por outro lado é possível que o trecho testemunhe, ainda que indiretamente, um legado acerca do modo como d. Ana Josefina se propunha a tratar as próprias escravas. Talvez Alencar trouxesse isso de casa.

Afinal, foi possível encontrar um fragmento da memória afetiva de Alencar, em relação a um escravo seu, publicado na imprensa em 1875, em resposta a críticas que

⁶²⁸ Alencar, op. cit. dedicatória. Grifos meus.

⁶²⁹ Cf. Slenes, “Senhores e subalternos”, op.cit.

Joaquim Nabuco lançava sobre sua dramaturgia⁶³⁰. Para o futuro abolicionista, Alencar cometera gafe imperdoável ao utilizar a escravidão como matéria prima para o trabalho literário, lamentando especialmente a representação do jeito incorreto que o escravo Pedro, de *O demônio familiar*, falava o português⁶³¹. Nabuco duvidava que um negro nascido no Brasil “e criado na família do senhor” falasse “uma língua que nos parece bárbara”: “Falasse-a, porém, ela não deveria ser repetida em cena. Já é bastante ouvir nas ruas a linguagem confusa, incorreta dos escravos; há certas máculas sociais que não se devem trazer ao teatro”⁶³². Para Alencar, entretanto, não fazia sentido dissociar a arte da realidade social da qual ela emergia⁶³³ e, além do mais, entendia-se como pioneiro em favor das discussões sociais acerca da necessidade de superar o cativeiro⁶³⁴. Ao criar o escravo Pedro pretendia discutir o problema da escravidão doméstica, sem necessariamente vilificar o cativo, preferindo associar Pedro a um menino até certo ponto inocente: “uma criança travessa, que mais pela coincidência dos fatos, do que por efeito da própria malícia, urde uma simples intriga, donde sai a ação”⁶³⁵. Ademais, Pedro seria apenas uma cópia imperfeita de um pajem do qual Alencar guardava memória saudosa:

Pedro é pura e simplesmente uma cópia no que se refere à linguagem, não aos fatos que são de mera fantasia. Há muito quem ainda conheceu o original, no tempo de sua garrulice infantil, e eu ao escrever estas linhas, apesar dos faniquitos do Sr. Nabuco, sinto molhar-me as pálpebras uma lágrima de *saudade por aquele bom companheiro de minha adolescência* que tantas vezes nas longas frias noites de S. Paulo, deliu-me o tédio e a tristeza com a sua palrice jovial, como o trinado de um passarinho.⁶³⁶

⁶³⁰ Afrânio Coutinho, op. cit.

⁶³¹ Ibidem, pp. 104-114.

⁶³² Ibidem, p. 106.

⁶³³ Ibidem, p. 121.

⁶³⁴ Ibidem, pp. 120-121.

⁶³⁵ Ibidem, p. 124. Entretanto, essa pretendida postura de Alencar não impediu que mais tarde o público conferisse à peça um viés agressivo, fazendo com que o “demônio familiar” se tornasse alcunha racista dirigida a negros, escravos ou não, no período imperial. É o que aparece no trabalho de Ana Flávia Magalhães Pinto sobre José do Patrocínio na década de 1880. Na imprensa, Patrocínio foi chamado de “famigerado *Demônio Familiar* da sociedade Brasileira”. Cf. “Ferreira de Menezes e José do Patrocínio: passos e tropeços de dois homens negros livres e letrados em tempos de escravidão” em: Ana Flávia Magalhães Pinto, “Fortes laços em linhas rotas: experiências de intelectuais negros em jornais fluminenses e paulistanos no fim do século XIX”, Unicamp, tese de doutorado em andamento, p. 64, grifo original.

⁶³⁶ Afrânio Coutinho, op. cit. pp. 122-123. Agradeço ao professor Jefferson Cano por me indicar precisamente essa passagem.

O trecho, embora curto, explicita a possibilidade de que na vida real o romancista tivesse experimentado as ambiguidades da escravidão ao estabelecer relações cordiais e uma memória afetiva a respeito de um escravo com o qual conviveu. Tais elementos poderiam ser um dos ingredientes a orientar a criação literária do romancista de *O tronco do ipê*, não em relação “aos fatos” e personagens específicos criados, mas à lógica que informava a representação. Isso pode explicar o esforço que existe no romance em evitar a coisificação dos cativos, traçando-lhes perfis humanos e enfatizando a existência de laços de família – aparentemente preservados - e solidariedade entre eles, ainda que a particularização do ponto de vista do subalterno seja precária por causa da perspectiva senhorial da narrativa.

Em *O tronco do ipê* a experiência de Alice no trato com os escravos na infância certamente contribui para a forma como ela lida com a escravidão na idade adulta, quando ganha autoridade sobre eles. As passagens em torno dos preparativos para os festejos de natal no segundo volume do romance oferecem um desdobramento da forma como a narrativa idealizava a política das relações entre senhores e escravos.

Alice tinha motivos adicionais para empenhar-se na preparação das comidas e dos enfeites, pois, após sete anos de distâncias e saudades, aguardava o retorno de Mário, que completara os estudos na Europa. Embora trajasse um elegante⁶³⁷ “bonito vestido de seda”⁶³⁸, a filha do barão, ao invés de enfeitar com sua beleza a janela da sala, preferia estar na copa onde “desempenhavam os humildes serviços do tráfego diário da casa”⁶³⁹. Admirador desses estilos da moça, o narrador gabava-lhe as atitudes contando que, “muito senhora de si, mov[ia]-se com o maior desembaraço atendendo à [sic] diversos objetos que a interessavam”⁶⁴⁰, também dividindo sua atenção entre os afazeres das escravas que trabalhavam naquele lugar. Chegava Vicência com o que lhe fora solicitado – “Nhanhã, estão aqui os ovos”⁶⁴¹ - e logo Florência pedia atenção à massa da cocada no fogo – “Já

⁶³⁷ Sênio, op. cit. vol.2, p. 7.

⁶³⁸ Ibidem, vol.2, p. 6.

⁶³⁹ Ibidem, vol.2, p. 6.

⁶⁴⁰ Ibidem, vol.2, p. 6.

⁶⁴¹ Ibidem, vol.2, p. 6.

tomou ponto, Nhanhã! Agora, se quer mais apertado!”⁶⁴². Alice atendia aos chamados, dava ordens – “Traz o alguidar. Manda ver o forno, que esteja pronto”⁶⁴³ – e, quando necessário, punha a mão na massa, “emenda[ndo] o que não achava bom, e fazendo por suas mãos o que não executavam com a desejada rapidez”⁶⁴⁴. A labuta das escravas não era menos intensa, como é de se esperar, e o número de trabalhadoras seria bem maior do que o daquelas que são nomeadas. De fato, o narrador às vezes descreve uns vultos meio imprecisos que permitem intuir o grande número de escravos que imaginava compor a mão de obra da fazenda. Quando Alice vai à cozinha checar o ponto da cocada, “Com a Eufrosina, ficaram na copa *outras mucamas e pretas da cozinha* ocupadas em diversos misteres, como arear as caixas de manuês, bater pão de ló, ralar gengibre e cidra para os pastéis e cortar as folhas de banana para as mães bentas”⁶⁴⁵. Quando o compadre Domingos Paes chegou da vila, desajeitado e estrepitoso, fazendo suspeitar da entrada de Mário: “As *pretas corriam* às tontas; *umas entravam*, para pedir as alvíssaras à [sic] Alice; *outras espirravam pela porta* do pátio para serem as primeira a verem Mário apear-se”⁶⁴⁶. Embora o leitor só se familiarize com um pequeno número de escravos ao longo do romance, fica sugerido que havia muito mais gente trabalhando por ali.

Para o narrador, porém, relevante seria notar como se construíam as relações de trabalho entre Alice e as escravas e talvez por isso idealizasse certas minúcias ao compor as cenas. Um ponto importante diz respeito à eventual participação direta da moça na lida braçal da cozinha. O leitor tem tudo para pensar que é a própria Alice que mede e mistura ovos, manteiga e farinha para a preparação de uma receita que consultava no livro da “*Perfeita Doceira*”⁶⁴⁷, já que em dado momento, ela aparece com as “mangas arregaçadas e as mãos até os pulsos cheias do bolo que estivera amassando no alguidar para fazer os fartes de natal”⁶⁴⁸. Além disso, se faz necessário notar a forma como a moça partilhava o ambiente com as escravas. Vale a pena citar outra cena, antes de explicar as coisas. Durante

⁶⁴² Ibidem, vol.2, p. 13.

⁶⁴³ Ibidem, vol. 2, p. 6.

⁶⁴⁴ Ibidem, vol.2, p. 7.

⁶⁴⁵ Ibidem, vol.2, p. 13. Grifo meu.

⁶⁴⁶ Ibidem, vol.2, p. 14. Grifos meus.

⁶⁴⁷ Ibidem, vol.2, pp. 6-7. Grifo original.

⁶⁴⁸ Ibidem, vol.2. p.8.

todos aqueles preparativos, Alice não escondia as expectativas em relação ao retorno de seu companheiro de infância:

- Olha aqui, Eufrosina. Quase meio dia!..
- Não vem mais hoje!
- Com certeza só chega de tarde, nhanhã.
- E por que não há de chegar agora? Disse a moça agastada e batendo o pé com um gesto de impaciência.
- Mas esse arrufo de passarinho não durou um instante, desvanecendo-se logo na habitual jovialidade e garridice.
- Está se fazendo desejado, o tal Sr. Mário! Acudiu ela com um sorriso faceiro.
- Xi! Há de estar um moço bonito, não é, nhanhã?
- Um laivo de carmim roseou a face acetinada da menina, que respondeu rapidamente:
- Sempre foi.
- É verdade, nhanhã; mas depois que estive em Paris!
- Quem havia de estar agora bem contente era Sinhá D. Francisca; mas Deus não quis; disse Paula.
- Mas também, tia Paula, ela era tão doente, coitadinha! Já antes de nhonhô Mário ir...
- Está bom, atalhou Alice; não vão falar nisso quando ele chegar.
- Jesus! Só se a gente estivesse doida, nhanhã.⁶⁴⁹

Na copa e na cozinha da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão o trabalho era realizado enquanto se conversava, trocavam-se expectativas e impressões, mesmo na presença da senhora, de fato com a anuência e participação dela. Era um lugar cujo “ruído produzido pelos diferentes serviços” se compunha também “pela garrulice inesgotável das raparigas que falavam todas ao mesmo tempo”⁶⁵⁰, como descreve o narrador. Idealiza-se assim um ambiente de trabalho menos opressor, onde as escravas teriam liberdade para realizar as tarefas enquanto tagarelavam. Ademais, Alice as tratava com uma familiaridade que abria espaço para que elas fizessem alusões ou comentários acerca de assuntos de sua intimidade ou sobre a vida de dependentes e convivas da casa grande. Nada disso causava reparo à filha do barão, que respondia com naturalidade, embora tímida, à especulação sobre a beleza de Mário, assim como acerca de sua estada em Paris e o orgulho que d. Francisca sentiria se ainda estivesse viva. A única repreensão da moça poderia ter sido feita a qualquer de seus pares na casa - à amiga Adélia, por exemplo -, com vistas a proteger os sentimentos de Mário sobre a perda da mãe, sem sugerir que evitar o assunto fosse uma

⁶⁴⁹ Ibidem, vol.2, pp. 8-9.

⁶⁵⁰ Ibidem, vol.2, p.13.

interdição lançada particularmente aos escravos. Tanto é assim que uma das cativas se sente à vontade para oferecer uma desinibida resposta final.

Do ponto de vista do narrador, a plausibilidade de tais familiaridades se explicaria num contexto de relações construídas a longo prazo, especialmente entre as “pretas velhas” que conheciam Alice desde criança. É assim que se explica no romance o modo como a escrava Paula se dirige à moça e vice-versa, quando o assunto era escolher o gado para o banquete. A cativa já esperava há algum tempo a mocinha que fazia questão de participar da seleção, e resolveu chamá-la: “Nhanhã não vem apartar?... Depois fica tarde”. Alice pediu à Paula “um instantinho”⁶⁵¹, pois resolvera trocar o vestido, que estava todo manchado de doce. Naquele estado não fazia sentido tentar agradar Mário, acostumado às moças francesas, com a peça elegante e, portanto, preferia trocar por um de seus vestidos habituais: “Agora Mário pode chegar quando quiser que me há de achar como eu estiver. Sou roceira!... exclamou a rir”⁶⁵². Paula sentiu que o dito bulia com ela: “Sai daí, nhanhã! exclamou Paula atuando a menina com a familiaridade da preta velha. *Não zomba da gente!*”⁶⁵³. O narrador chama a atenção para o fato de a escrava tratar a senhora pelo “tu”, porém há que se reparar também na naturalidade com a qual lhe dirige uma censura bem humorada. O mesmo clima entre as duas se repete no galinheiro, quando Alice não conseguia escolher qualquer das galinhas para o banquete:

- Vai esta, nhanhã?
- [...]
- A pintadinha? Logo não vê, Paula! Minha franguinha que eu criei! Solta já... Prr...
- Esta velha feia queria te matar, coitadinha!
- E aquela?
- Qual?
- A pedrês.
- Pois já acabou de criar?
- Xi! que tempo! Olha, nhanhã, o pinto dela; já está tamanho.
- Ainda estão muito pequetitos. Pobrezinhos! Hão de ficar sem sua mãe.⁶⁵⁴

⁶⁵¹ Ibidem, vol.2, p. 20.

⁶⁵² Ibidem, vol.2, p. 20.

⁶⁵³ Ibidem, vol.2, p. 21. Grifo meu.

⁶⁵⁴ Ibidem, vol.2, pp.36-37.

E daí por diante, sem que Alice, com dó dos animais, pudesse se decidir até que Paula retruca: “O cozinheiro desde hoje que está esperando as galinhas para o jantar. Chega nhonhô Mário; há de vir mais gente e...”⁶⁵⁵; a moça finalmente cede à razão da escrava. O narrador chama a atenção para a familiaridade entre as cativas e a filha do barão ainda em outro momento interessante. No natal os senhores foram assistir à abertura do batuque dos escravos. Na volta para a casa grande algumas pretas velhas passam por Alice e fazem comentários sobre a felicidade dela com a presença de Mário:

- Agora sim, Nhanhã está contente!
- É mesmo; nhô Mário já chegou!
- Festa grande não tarda!
- Batuque de três dias!
- Benza-os Deus! ... Feitinhos um para o outro
- É um anjo com um serafim!⁶⁵⁶

Segundo explica o próprio narrador as especulações sobre o casamento da filha do barão eram feitas pelas “pretas mais idosas que *tinham visto Alice nascer, e por isso usavam com a menina de certa familiaridade*”⁶⁵⁷. Na cena, a moça não se incomoda com os comentários – “Alice enrubescendo sorriu-se para Mário” - e apenas os repreende – “Nem mais palavra, senão fico zangada!”⁶⁵⁸ - quando percebe o incômodo do rapaz. Como mal havia chegado da Europa, e sem que estivesse formalmente cortejando Alice, Mário imaginou que seu casamento com a filha do barão seria um desígnio já arranjado e noticiado entre todos, sem que nem mesmo o tivessem consultado, e por isso se incomodou; mal entendido ocasionado pela fala das “pretas idosas”⁶⁵⁹. Diante disso, o narrador sugere uma nota de repreensão ao excesso de confiança das escravas, dizendo: “Foi a tolerância com que a família desde seu chefe deixou passar aquela indiscreta liberdade” que exacerbou as susceptibilidades de Mário⁶⁶⁰. Isso, porém, apenas contribui para ressaltar o esforço da narrativa em moldar a política das relações entre senhores e

⁶⁵⁵ Ibidem, vol.2, p. 39.

⁶⁵⁶ Ibidem, vol. 2, p. 127.

⁶⁵⁷ Ibidem, vol.2, p. 127. Grifo meu.

⁶⁵⁸ Ibidem, vol.2, pp. 127-128.

⁶⁵⁹ Ibidem, vol.2, pp.146-147.

⁶⁶⁰ Ibidem, vol.2, p. 147.

escravos no romance pelo viés de uma familiaridade originada por estreitas relações de convivência.

O senhorio de Alice é caracterizado em *O tronco do ipê* ainda por outro elemento fundamental, a saber, o papel de *protetora* da comunidade escrava local. Na rotina da fazenda, fora dos dias de festa, era costume dos escravos “fazerem suas queixas e pedidos à Alice”⁶⁶¹, ao final do dia durante a Ave Maria. A dedicação da moça inspirava tamanha confiança que

Na fazenda, para qualquer ponto que se voltasse, via-se rodeada de entes que a amavam e a quem ela retribuía em simpatia. Onde chegava, na roça ou no curral, havia festa e alegria. Os pretos batiam palma; o gado mugia, as ovelhas balavam.⁶⁶²

Dentre outras coisas, o trecho testemunha, de certo, um dos momentos mais inspirados do viés senhorial que informa a narrativa, na aproximação da condição dos escravos à dos animais. Entretanto, conforme o que vimos na cena entre Alice e Paula no galinheiro, e como o comentário faz parte daquele trecho, é possível que a intenção mais profunda da passagem não fosse tanto animalizar os cativos, como ilustrar a capacidade da senhora em se compadecer das necessidades deles, no seu entender, tão indefesos quanto pintos e galinhas. Entendido dessa forma, o trecho tanto ilustra o papel da filha do barão como protetora quanto registra o tipo de visão paternalista que informava a atitude. Assim, no cumprimento de seus deveres na época de natal, Alice visitava “o quadrado da senzala” para verificar se, além dos enfeites, “estava ali tudo caiado e bem asseado conforme as ordens do barão”⁶⁶³. Além do mais, verificava com o administrador se haviam sido fornecidas as roupas novas para os escravos:

- Apronta-se tudo para hoje, Sr. Santos?
- Já está pronto!
- Ficaré bonito?
- Pois que dúvida!
- E a roupa dos pretos? Não falta nenhuma peça?
- Vou contar agora.

⁶⁶¹ Ibidem, vol.2, p. 46.

⁶⁶² Ibidem, vol.2, pp. 39-40.

⁶⁶³ Ibidem, vol.2, p. 40.

– Se faltar, mande-me dizer logo, que ainda há tempo de aprontar.⁶⁶⁴

Didático e quem sabe querendo sugerir a prática a possíveis leitores, o narrador informava que era “costume na fazenda distribuir-se pelo natal a cada escravo, uma nova muda de roupa domingueira como *presente de festa*”⁶⁶⁵. Note-se que a noção de troca de presentes volta a aparecer nesse trecho como parte do acordo entre os cativos e a casa senhorial, sob as ordens do barão e intermédio de Alice.

Através desse arranjo de situações e ideias que afirmavam as características de Alice como protetora dos escravos, a narrativa permite enriquecer o olhar sobre o trato da mocinha com as escravas na cozinha. Percebe-se que a filha do barão realiza um tipo específico de supervisão do trabalho, como se coubesse a ela, além de vigiar, ensinar e orientar, sempre com benevolência, sem comprometer a desejada ordem harmônica das coisas. Vejamos como as pessoas se comportam na cena a seguir:

- Onde vai, Alice? perguntava Adélia.
- Correr a lida; respondeu a menina descendo a escada da copa. *Quero ver o que fizeram por aí.*
- Por que não manda alguém?
- Si eu tenho prazer nisso. *Já tirou a cocada do forno, Vicência? Manda ver as compoteiras de cristal, Eufrosina. E esta clara? É preciso bater já para os suspiros. Olha lá, quero um suspiro bem alvo e bem doce, como os que saem desta boquinha.* [referindo-se à Adélia]
- [...]
- [à Adélia] – Queres um manuê?
- Só para provar.
- São feitos por estas mãozinhas! *Vamos, vamos mãe Paula; cochilou bem não foi?*
- Pois então, Nhanhã. A gente assim vadiando... dá sono.⁶⁶⁶

A cena necessariamente mostra Alice, com atitude imperiosa, desempenhando a função senhorial de supervisionar e impor ritmo ao trabalho, ainda que a moça se desvie de abordagem agressiva. A forma utilizada por ela para impor celeridade ao desempenho das tarefas explicita-se pelo pouco intervalo que dá entre as inquirições e ordens, uma atrás da outra: “Já tirou a cocada”?; “Manda ver as compoteiras”; “E esta clara? É preciso bater para já”. Atenta à qualidade do trabalho realizado, não se esquece de determinar suas

⁶⁶⁴ Ibidem, vol.2, p. 40. Grifo meu.

⁶⁶⁵ Ibidem, vol.2, p. 40. Grifo meu.

⁶⁶⁶ Ibidem, vol.2, pp. 33-34. Grifos meus.

expectativas acerca do produto final: “quero um suspiro bem alvo e bem doce”. A brincadeira que faz aproveitando-se da presença da amiga Adélia tem a ver com o esforço da mocinha em abrandar a situação através do gracejo. O empenho de Alice em colorir dessa forma a experiência de supervisora do trabalho tem o ponto alto no momento em que chama a atenção de Paula, pega em flagrante no cochilo, repreendendo-a sem rispidez, como se resolvesse uma travessura. Dentro do mesmo código se faz a resposta de Paula, que de fato encerra o momento de ócio, contudo sem demonstrar medo da senhora ou de possível castigo.

A noção de que os senhores teriam em relação aos escravos uma incumbência de proteção e orientação se desenvolve de maneira importante durante a festa de natal em *O tronco do ipê*. Um dos esmeros do narrador é apresentar o que seriam os antigos costumes da fazenda durante aquela época do ano, enfatizando encenações e ritos religiosos como parte de todos os preparativos de Alice. Nesses momentos, explicitam-se aspectos em torno do que se pode interpretar como a representação de cerimônias de afirmação de laços de dominação e dependência entre senhores e escravos. Há mais de um momento em que os escravos, no interior de encenações específicas, saúdam e honram o barão da Espera, assim como a própria família senhorial se desloca em dado momento para oferecer uma contrapartida. Na noite de natal, por exemplo, antes do início dos festejos, os escravos eram reunidos “na frente do quadrado”⁶⁶⁷ para a reza das trindades, repetindo “as palavras da oração estropiada pelo feitor”⁶⁶⁸, depois iam “salvar ao senhor, desfilando conforme o costume pelo terreiro da *Casa Grande*, onde o barão sentado em sua poltrona descansava”⁶⁶⁹. Mais tarde, tinham papéis específicos na representação do auto de natal elaborado por Alice. Durante a madrugada, no escuro, saíam organizados em grupos os convivas mais jovens da casa grande em direção à capela da fazenda, representando cenas em torno da anunciação do nascimento do menino Jesus⁶⁷⁰. No auge da encenação “romp[iam] de todos os pontos grandes brados e clamores de júbilos”, logo seguidos por “Multidão de lanternas no ar, e fogaréus, que agitavam os escravos da fazenda”,

⁶⁶⁷ Ibidem, vol.2, p. 45.

⁶⁶⁸ Ibidem, vol.2, p. 45.

⁶⁶⁹ Ibidem, vol.2, p. 45. Grifo original.

⁶⁷⁰ Ibidem, vol.2, pp. 62-68.

iluminando de repente o lugar⁶⁷¹. Em seguida, saía de onde estivera até então oculta “A banda de música dos pretos, com suas roupas agaloadas”⁶⁷². Era o sinal para que se abrissem as janelas da casa grande, fartamente iluminada, para que os convidados que, pela idade ou posição, não tomavam parte “nas folias dos moços”, se reunissem rumo à missa na capela. Ali, o narrador focalizou particularmente a atuação dos escravos:

Os pretos da fazenda, uniformizados de calça e camisa de riscado azul com cinta de lã encarnada, passavam a um e um pela frente do presépio, ajoelhando para fazer breve oração, e cantando na sua meia língua um louvor à Nossa Senhora. Nessa ocasião alguns depunham com devoção objetos que traziam, para oferecer ao menino Jesus.⁶⁷³

O narrador não chega a particularizar a experiência retratada pelo olhar específico de qualquer dos escravos que conhecemos, diminuindo assim as possibilidades de se extrair da passagem um sinal de empenho da narrativa em registrar possíveis apropriações escravas da situação. Em cena parecida com a de Alencar, em folhetim de 1865, Joaquim Ferreira de Menezes⁶⁷⁴ também representou momento em que escravos passavam pela capela da fazenda, no caso de manhã, antes de seguirem para o trabalho no eito. O narrador de “Os envenenadores”, porém, tentou imaginar o que inspirava a prece dos escravos, afirmando haver ali um quê de “queixa tão sincera”, assim como “sonhos e reminiscências de liberdade!”⁶⁷⁵. Em *O tronco do ipê* a preocupação principal da narrativa parece ter sido promover a atitude senhorial de permitir a participação dos escravos naquele festejo, com papéis específicos a serem cumpridos, reafirmando as noções de convívio e também valorizando o cumprimento do papel senhorial na formação religiosa dos cativos sob seus cuidados. Na valorização do modo como os senhores tratam os escravos está a lógica para se compreender a ênfase na descrição dos trajes dos escravos: roupas agaloadas e “calça e camisa de riscado azul com cinta de lã encarnada”. Tudo muito detalhista.

⁶⁷¹ Ibidem, vol.2, pp. 66-67.

⁶⁷² Ibidem, vol.2, p. 67.

⁶⁷³ Ibidem, vol.2, p. 77-78.

⁶⁷⁴ “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*. O conto foi publicado no jornal entre 14 e 19 de dezembro de 1865. Sobre Ferreira de Menezes e sua produção literária cf. Ana Flávia Magalhães Pinto, op. cit.

⁶⁷⁵ “Os envenenadores”, *Correio Paulistano*, 14 de dezembro de 1865, p. 3.

Ademais, o trecho oferece um testemunho literário da valorização da presença escrava no modo de vida de famílias escravistas abastadas do Oitocentos. A banda de música é um exemplo preciso. Em *As barbas do Imperador*, por exemplo, Lilia Schwarcz menciona o quanto as bandas de música compostas por escravos eram valorizadas entre os ricos plantadores, pois tê-las conferia certa distinção social⁶⁷⁶. A autora observa que inclusive na fazenda de Santa Cruz, de posse da família imperial, havia uma banda de músicos escravos, muito famosa pela ótima qualidade das apresentações⁶⁷⁷. Segundo Schwarcz, em 1860 d. Pedro II alforriou um dos escravos do grupo “por suas execuções primorosas, que tanta fama emprestam à banda da Fazenda”⁶⁷⁸. Não bastasse esse testemunho indireto da valorização escrava em *O tronco do ipê*, o texto de Alencar o faz abertamente, recorrendo outra vez a figuras que lembram muito o perfil já analisado de tia Chica. Ao registrar, com inegável simpatia, aqueles costumes de fazenda, o narrador se preocupa em atribuir a sujeitos sociais específicos aquela tarefa de preservação de tradições. De modo geral, reivindica o feito às mulheres:

Essas múmias de um passado extinto [referindo-se aos antigos costumes] são mais do que se pensa a obra da mulher. Enquanto o velho se esconde na concha de seu egoísmo valetudinário; vereis a velhinha, lá no terreiro da fazenda ou na rótula da cidade, *contando as histórias* de sua meninice às netinhas [...].⁶⁷⁹

Estas, mais tarde, carregariam as tradições e lendas aprendidas para as próprias famílias⁶⁸⁰. Lido com atenção, percebe-se que o trecho remete aos capítulos do primeiro volume do romance, quando a escrava Chica aparece em sua cabana, rodeada de crianças, contando histórias que aprendeu quando era jovem. De fato, o passo seguinte da narrativa ressalta o papel das mulheres escravas nesse possível ciclo de transmissão de conhecimento, afinal, Alice só conseguiu conservar os antigos costumes da fazenda a partir do que ouviu das escravas: “A menina ouvia sempre pelo natal falarem as pretas velhas das bonitas festas que se faziam outrora na fazenda; e arremedarem as cantigas e representações

⁶⁷⁶ São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 263.

⁶⁷⁷ Ibidem, pp. 222-223.

⁶⁷⁸ Ibidem, p. 226.

⁶⁷⁹ Sênio, op. cit. vol.2, p. 75. Grifo meu.

⁶⁸⁰ Ibidem, vol.2, p. 75.

que se davam então”⁶⁸¹. Como a baronesa não se habilitava a tais misteres, a partir do contato com as escravas, Alice reestabelece na fazenda aqueles costumes.

Há ainda um momento chave dos festejos de natal na fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, a saber, o batuque dos escravos. Chama a atenção o potencial simbólico do momento na afirmação das relações de troca entre senhores e escravos, tal como idealizadas no romance. Num momento inicial, Alice cumpriu o papel de protetora certificando-se de que as senzalas seriam caiadas e os escravos receberiam, todos, as suas costumeiras roupas novas. Em seguida, os cativos cumpriram o seu papel de reverência ao barão, assim como participação nas celebrações natalinas. Nova contrapartida: tinham direito ao próprio folguedo. Não bastasse isso, a narrativa efetivamente confere um aspecto ritual à situação ao atribuir à postura senhorial certa correspondência à postura dos escravos. Na noite seguinte aos festejos de natal, às dez horas, *suspendiam-se as danças na casa grande*, “enquanto o barão e a família acompanhadas pela conviva iam dar cumprimento a uma *usança* estabelecida desde tempos remotos na fazenda do Boqueirão [...]”⁶⁸². Por ocasião do festejo dos “pretos da roça” os senhores tinham o costume de “*honrar os escravos*, assistindo à abertura da festa que principiava pelo infalível batuque”⁶⁸³. Em frente à senzala, para receber o barão havia um toldo vermelho embaixo do qual arrumaram “cadeiras trazidas da *Casa grande* para dar assento ao barão e seus convidados”⁶⁸⁴. Os escravos trajavam roupas de festa, além de fantasias escolhidas a seu gosto. Uma “algazarra formidável” saudava o senhor, dando início em seguida ao “samba”⁶⁸⁵. Ao final, “o barão retirava-se com os convidados no meio dos aplausos e saudações dos escravos que, formando alas, os acompanhavam até a *Casa Grande*”⁶⁸⁶. Todo o simbolismo imbuído na situação se faz através dos gestos dos senhores em direção aos escravos – pausar o próprio divertimento; locomover-se em direção à senzala – como um tipo de retribuição ao que fora recebido na véspera. É claro que tal relação de troca seria muito desigual, mas não estaria na intenção do narrador reparar nisso, tampouco questionar a desigualdade, porém conferir

⁶⁸¹ Ibidem, vol.2, pp. 75-76.

⁶⁸² Ibidem, vol.2, p. 123. Grifos meus, exceto em “Boqueirão”.

⁶⁸³ Ibidem, vol.2, p. 123. Grifo meu.

⁶⁸⁴ Ibidem, vol.2, p. 124. Grifo original.

⁶⁸⁵ Ibidem, vol. 2, p. 125.

⁶⁸⁶ Ibidem, vol.2, p. 127. Grifo original.

solenidade àquela reafirmação cíclica de troca de favor. Esse era também o limite da valorização da presença escrava na narrativa, pois não sugeria crítica à escravidão.

A aposta de Alencar na política paternalista

A análise de *O tronco do ipê* construída até aqui busca desvendar a lógica social que informava a elaboração do romance⁶⁸⁷ de Alencar, orientando-se igualmente por ela. Assim, ao inquirir as relações entre senhores e escravos no texto tenta-se necessariamente resgatar aquilo que seria plausível à criação literária a partir da experiência social de José de Alencar como homem do seu tempo. Isso não significa reduzir a interpretação da obra a determinismos estritos, tampouco à inteira autoconsciência de Alencar em exprimir este ou aquele sentido através do texto. Se em alguns momentos, no cotejo entre as fontes, as intenções do autor - e particularmente de um autor como Alencar, nem sempre interessado em esconder suas opiniões – oferecem profícuos caminhos interpretativos, isso não impede que se possa interrogar a obra a contrapelo daquelas intenções ou mesmo bisbilhotar os sentidos que o autor registrou sem ter planejado. Porém, qualquer que seja o caso, há que se considerar que tudo isso é possível na medida em que o texto literário se oferece como uma fonte “entranhada de história”⁶⁸⁸, cujos costumes, ideias, além de perfis esboçados, em algum sentido dialogam com o universo de possibilidades disponível à criação literária para determinado autor, em determinadas circunstâncias socioculturais e políticas.

Nesse sentido, em parte, parece ter havido um esforço consciente na composição de *O tronco do ipê* em ressaltar harmonia e laços de familiaridade como elementos estruturais das relações entre senhores e escravos. Tudo isso permitindo imaginar o romance como uma peça estratégica da argumentação do deputado Alencar contra a lei do ventre livre em 1871. De fato, considerando em conjunto os documentos parlamentares e o registro literário

⁶⁸⁷ Sidney, Chalhoub e Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁶⁸⁸ Aproprio-me de expressão utilizada por Carlo Ginzburg ao referir-se ao método de Erich Auerbach na abordagem à literatura. Cf. Carlo Ginzburg, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das letras, 2011, “Introdução”, p. 11.

do autor, Hebe Cristina da Silva⁶⁸⁹ considera *O tronco do ipê* como testemunho de uma tentativa deliberada de José de Alencar de forjar “relações harmônicas” entre senhores e escravos, assim como um “bom tratamento” oferecido aos cativos⁶⁹⁰, no intuito de afirmar o argumento de que a escravidão seria extinta naturalmente pela iniciativa privada. Sobre as intenções de Alencar, Silva afirma: “podemos dizer que ele, com vistas a defender sua postura contrária à aprovação da mencionada lei, construiu uma imagem que atestava a validade de suas convicções”⁶⁹¹. Desse modo, o interesse de *O tronco do ipê* quanto à escravidão seria constantemente reiterar a “postura benevolente dos senhores”⁶⁹².

A interpretação de Silva explora a possibilidade, bastante plausível, de que Alencar forjava uma leitura seletiva da escravidão para proteger interesses escravocratas no início da década de 1870. Para isso, estratégia importante em seu trabalho foi cotejar o romance do autor com seus textos políticos em busca de relações mais estreitas entre esses escritos. Porém, ao conceber a ideia de “imagem da escravidão”, a interpretação de Silva acabou distanciando a representação elaborada por Alencar da lógica social que informava a narrativa e também da própria experiência do romancista no mundo da escravidão. Assim, sua interpretação acaba enfatizando o esforço retórico de Alencar ao construir um discurso sobre a escravidão, deixando de interrogar o que poderia haver concomitantemente à retórica, que de fato não precisa ser negada. Desse modo, embora concorde com Silva acerca do empenho da narrativa de *O tronco do ipê* em apresentar um conjunto harmonioso de relações entre senhores e escravos, o presente texto pretende ampliar o problema em busca do modo como Alencar reinterpretava a experiência da escravidão à sua volta adentrando debates sociais específicos segundo os termos de sua época.

Nesse sentido, a interpretação aqui proposta diverge particularmente do modo como Silva entende a caracterização das personagens escravas em *O tronco do ipê*, bem como da importância que Alencar conferia a elas. Para a autora, o “elemento servil em geral ocupa um lugar de pouca importância” na obra, aparecendo atrelado aos personagens livres,

⁶⁸⁹ “*Imagens da escravidão – Uma leitura de Escritos Políticos e Ficcionalis de José de Alencar*”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/IEL, 2004.

⁶⁹⁰ Ibidem, p. 1.

⁶⁹¹ Ibidem, p. 1.

⁶⁹² Ibidem, p. 156.

acompanhando-os ou executando tarefas, sem compor o centro da atenção da narrativa⁶⁹³. Além disso, as personagens escravas não receberiam o mesmo tratamento descritivo dado às personagens livres, sem que a narrativa se ocupasse em individualizar seus perfis: “é como se todos os pajens, mucamas ou cozinheiras fossem iguais por desempenharem a mesma função, já que sua forma de pensar, suas características físicas ou qualquer aspecto que os individualizasse são desconsiderados”⁶⁹⁴.

Silva utiliza como medida de comparação para o modo como Alencar representava os escravos o comportamento do narrador ao descrever as personagens livres. Assim, a autora nota com razão que se gasta muito mais tinta e papel com descrições físicas e psicológicas de Mário e Alice, dentre outros, do que com os personagens escravos⁶⁹⁵. Igualmente é verdade que as histórias dos cativos não compõem o cerne do enredo de *O tronco do ipê*. Contudo, é possível que tais ausências não testemunhem necessariamente a pouca importância que o autor conferia aos cativos, porém indício da perspectiva senhorial com a qual Alencar interpretava o mundo à sua volta, a partir da qual forjava literatura. Assim, admitidas as limitações das lentes senhoriais do autor, é possível pensar que o romance oferece, ao contrário, diversos indícios da valorização das personagens escravas naquele contexto, conforme as passagens analisadas no início deste texto. Ademais, atentando aos detalhes com os quais o narrador compôs os diálogos entre as crianças e os escravos durante o passeio, percebe-se algum esforço em individualizar o perfil dos cativos. Eufrosina é diferente de Felícia, as duas diferem de Martinho, que, por seu turno, não tem intenção de se parecer com nenhuma delas. Os perfis mais imprecisos certamente são os de Paula, Vicência, Florência, além do tio Leandro, mencionado apenas como pai de Martinho. Isso sem falar nos escravos da roça, dos quais não nos chega nem mesmo algum nome. Sabemos, entretanto, que gostavam de “jongo” e tocavam um “infalível batuque” no dia de natal⁶⁹⁶. Assim, no contexto das relações escravistas que ordenavam o convívio social no século XIX brasileiro - necessariamente opressivo em relação aos escravos e aos gestos da cultura negra -, o movimento de Alencar, na literatura, em reconhecer laços de

⁶⁹³ Ibidem, p. 142.

⁶⁹⁴ Ibidem, p. 143.

⁶⁹⁵ Ibidem, p. 143.

⁶⁹⁶ Sênio, op. cit. vol.2, p. 125.

família entre escravos, assim como distinguir-lhes traços culturais específicos, sem tentar expurgá-los do cenário, talvez não deva ser desprezado⁶⁹⁷. De modo geral, o argumento que levanto acerca da presença da escravidão em *O tronco do ipê* é que, embora a perspectiva da narrativa seja senhorial ela não se mostra inteiramente cega à participação escrava na elaboração dos arranjos no interior da escravidão, o que confere alguma importância à caracterização das personagens escravas.

No conjunto, considerando tanto a retórica senhorial no texto de Alencar quanto o que poderia haver acerca de sua experiência com a escravidão, é possível que a posição política do deputado entre 1870 e 1871, mais do que apenas elogio da benevolência senhorial – embora também houvesse isso – representasse uma aposta na eficiência das relações paternalistas. Vale ressaltar que, em parte, Alencar não se distanciava da percepção geral que orientava as discussões parlamentares sobre uma lei de emancipação entre 1870 e 1871, mesmo entre os favoráveis à libertação do ventre das escravas, pois a todos interessava idealizar um processo que mantivesse a ordem social estabelecida, conforme discutido no capítulo anterior. A questão em Alencar era a insistência em torno do argumento de que a emancipação, deveria ser resolvida pela iniciativa individual, “tão bem dispost[a] para sua realização”⁶⁹⁸, segundo dizia. Foi com tais argumentos que o deputado se opôs às preocupações do deputado Teixeira Junior no início da sessão de 1870, ressaltando, a favor de sua posição, a iniciativa das assembleias provinciais em separar parte do orçamento para prover alforrias. Porém, conforme aumentaram as pressões da comissão especial sobre o gabinete de 16 de julho, posturas tais como as de Alencar se tornaram sinal de negligência política quanto à “questão servil”. Provavelmente a fim de escapar da pecha, o deputado afinal ofereceu um projeto a ser avaliado pelos colegas.

Com a proposta, sua intenção era “concorrer” para que a solução da “máxima questão da atualidade” fosse “a mais conforme aos interesses nacionais e para a civilização”⁶⁹⁹. Era também “um protesto contra algumas ideias aqui iniciadas”, pois

⁶⁹⁷ Em outro momento de seu texto Hebe Silva reconhece que Chica, e especialmente o escravo Benedito, recebem atenção diferenciada do narrador, porém isso não leva a autora a reformular a interpretação sobre a escravidão no romance. Cf. op. cit. p. 144.

⁶⁹⁸ *Dezesseis de Julho*, 7 de maio de 1870.

⁶⁹⁹ Sessão em 7 de julho, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f. Em 7 de julho Alencar discursou em dois momentos diferentes e em ambos fez menção ao projeto oferecido, por isso utilizo duas referências

conquanto fosse “sectário dos meios indiretos” acreditava “que o Estado não deve conservar-se indiferente e inerte” e que, sim, “deve auxiliar a revolução do espírito público”, “deve concorrer pela sua parte para facilitar o movimento que todos nós testemunhamos”⁷⁰⁰. Sua proposta, além disso, aparecia concomitantemente às discussões do orçamento do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas, mostrando que Alencar tentava imaginar um caminho para a emancipação sem deixar de atender às demandas dos fazendeiros por “braços” para a lavoura. Para o deputado, uma instituição como a escravidão, “caduca” e condenada pela moral, não podia ser modificada estruturalmente sem o perigo de desmoronar repentinamente. Apropriando-se de metáfora corrente à época, a escravidão funcionaria “como alicerce do edifício social”⁷⁰¹. Alencar temia que tentativas mais ousadas de reformá-la colocassem a perder as bases da sociedade construída até então, por isso se opunha aos “meios diretos” de intervenção do Estado no processo de emancipação, pois seriam “perigosos” e “improfícuos”⁷⁰², ameaçando a mudança que estaria em curso.

Assim, no projeto de Alencar o Estado deveria favorecer as associações de emancipação, por exemplo, isentando-as de taxas de escravos comprados para serem alforriados; deveria criar um fundo para a manumissão dos cativos, preferindo mulheres até os 40 anos e os que soubessem ler e escrever. Além disso, a proposta previa uma pequena lista de mecanismos que indiretamente favoreceriam a emancipação tais como a restrição do direito de legar cativos em testamento apenas aos “herdeiros necessários”; a isenção de impostos às heranças e arrematações em favor da emancipação; a permissão ao escravo para a formação de um pecúlio, inalienável, em bem de sua liberdade, contanto, porém, que fosse feito com a “com ciência do senhor”. O principal mecanismo propunha a migração dos escravos das cidades para a lavoura, através da proibição do “serviço de escravos na corte, capitais e cidades marinhas” em atividades variadas como a venda de quitanda, carroto, serviço de alfaiate, sapateiro, costureira, carpinteiro, marceneiro, ferreiro,

diferentes na citação. O projeto de Alencar aparece publicado em “Jornal do Commercio”, *Jornal do Commercio*, 8 de julho de 1870.

⁷⁰⁰ Idem.

⁷⁰¹ Sidney Chalhoub, *Machado de Assis...* op. cit. p. 192.

⁷⁰² Sessão em 7 de julho, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f.

açougueiro, pintor etc. Com a proposta, copiada de Euzébio de Queiróz, Alencar tentava atender às demandas dos fazendeiros por mão de obra para a manutenção da produção, assim como a valorização da propriedade diante dos credores. Por outro lado, idealizava a medida “como *meio preparatório para a emancipação*”⁷⁰³.

Ficava ausente do projeto de Alencar a libertação do ventre das escravas, mecanismo que já constava em propostas oferecidas à comissão especial, entendida como forma eficaz de iniciar um processo gradual e lento de emancipação sem grandes abalos sociais. Para Alencar, contudo, a medida era “íniqua”, “bárbara”, e ensejaria “ódios, intrigas e malquerenças”⁷⁰⁴. “[I]níqua, porque concede a liberdade à prole e nega à geração atual, cheia de serviços e dedicação”⁷⁰⁵. Bárbara, porque condenaria “a prole inocente” – ou seja, os filhos da escrava nascidos livres após a lei – “ao abandono, o que significa a miséria e a morte”⁷⁰⁶. A preocupação fundamental de Alencar era com as consequências decorrentes da intervenção da lei no domínio privado das relações entre senhores e escravos, as quais seriam reconhecidas pela “moderação”, chega mesmo a dizer “doçura”⁷⁰⁷. No pensamento do deputado, os costumes brasileiros, “a índole generosa de nossa raça”, teriam impregnado a escravidão “de uma brandura e solicitude que a transformavam quase em servidão”⁷⁰⁸. Que dissesse o contrário quem nunca tivesse visto, “uma e muitas vezes, no seio da família, a mãe querida e respeitada” a reclinar-se “sobre o leito de dor onde jazia o escravo”, dirigida pelo sentimento de caridade, “o resplendor da senhora brasileira”. Entretanto,

se com a nossa impaciência sufocarmos esses sentimentos generosos, se sopitarmos esses sentimentos benévolos; *se criarmos o antagonismo entre raças que viveram sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra*, não receais que desapareça de repente esse caráter de moderação e caridade?⁷⁰⁹

⁷⁰³ José de Alencar, *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília, câmara dos deputados, 1977, p. 36. Grifo meu.

⁷⁰⁴ Alencar, *Discursos...* op. cit. p. 240. Para explicar o pensamento de José de Alencar sobre a lei do ventre livre, recorro a discurso proferido por ele na câmara em 13 de julho de 1871, quando apresentou com mais detalhes sua oposição à proposta.

⁷⁰⁵ Ibidem, p. 240.

⁷⁰⁶ Ibidem, p. 240.

⁷⁰⁷ Ibidem, p. 240.

⁷⁰⁸ Ibidem, p. 240.

⁷⁰⁹ Ibidem, p. 240. Grifos meus.

Não é fácil discernir até que ponto Alencar estaria apenas sendo retórico, em defesa cega do sistema de dominação vigente, e até que ponto estaria expressando uma interpretação na qual se esforçaria por acreditar, através da qual entrevia o aludido processo natural de superação da escravidão. Perspectiva esdrúxula atualmente, à época difundia-se a ideia de que a escravidão no Brasil teria um estilo particular tendendo à conciliação entre senhor e escravo. Uma correspondência de Londres publicada no *Jornal do Commercio* na mesma época em que ocorriam os debates parlamentares exemplifica a situação. Referindo-se a Cuba, e assemelhando as condições de escravidão daquela localidade ao Brasil, certo cônsul inglês acreditava que em Cuba havia “certa familiaridade entre senhores e escravos”, “o escravo é amigo e tem pela casa um amor de gato”⁷¹⁰. Eram inúmeras nos jornais da época as notícias de senhores que emancipavam seus escravos alegando caridade, filantropia e outras coisas do gênero, muitos deles empenhados em demonstrar interesse pela educação dos libertos. Ainda no *Jornal do Commercio*, por exemplo, noticiaram-se os atos de um vigário da província de São Paulo que dera “carta de Liberdade a mais de 20 escravos seus”. Além disso, “não só lhes têm concedido liberdade como os educa e os considera, como se fossem seus filhos. Todos, sem distinção de sexo, sabem ler, escrever, e contar corretamente”. Meninas, além do mais, seriam “peritos nos trabalhos de agulha, desde o ponto mais grosseiro até o bordado mais caprichoso”⁷¹¹. Até mesmo a comissão especial da câmara dos deputados, de 1870, cujo projeto de emancipação propunha a libertação do ventre das escravas, endossava em seu parecer a ideologia na qual Alencar embasava suas ideias. Assim, na comparação com outros países “os nossos hábitos sociais [...] favoreceram sempre a concessão da liberdade”⁷¹². Logo se envaideciam em reconhecer “que a ideia civilizadora e humanitária da emancipação não encontra adversários no Brasil”⁷¹³. Ao longo do ano de 1870, o *Jornal do Commercio* publicou diversas cartas de correspondentes das províncias do Império as quais noticiavam o desenvolvimento da

⁷¹⁰ “Exterior”, *Jornal do Commercio*, 31 de julho de 1870, 1º f.

⁷¹¹ “Gazetilha”, *Jornal do Commercio*, 16 de setembro de 1870.

⁷¹² *Elemento servil: Parecer e projeto de lei apresentados à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 16 de agosto de 1870 pela mesma comissão especial nomeada pela mesma Câmara em 24 de maio de 1870*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1870, p. 7.

⁷¹³ *Idem*, p. 6.

emancipação por iniciativa dos particulares. Destacavam-se, pela insistência no assunto, as correspondências da província do Ceará, que sem dúvida chamariam a atenção de Alencar, natural de lá e deputado pela província. Carta publicada em 10 de julho, por exemplo, chegava a cutucar o governo. Primeiro anunciou que a emancipação “vai diariamente ganhando terreno”, a seguir listou várias manumissões, enfatizando os sentimentos filantrópicos: aqui, “uma família pobre” abria mão de “um casal de escravos, marido e mulher”, passando-lhes “carta de alforria”; acolá, um cidadão que já havia alforriado escravos “acaba de passar carta aos doze que lhe restavam; além disso com eles tem distribuído boa parte de seus haveres”; etc., etc. Não havia semana, enfatizava o correspondente, “que a imprensa não tenha de registrar algum fato de manumissão. Quando os poderes gerais acordarem na solução do grande problema social, a província do Ceará já não terá escravos, pelo desenvolvimento que vai tomando a ideia”⁷¹⁴.

Parece-me que nada seria mais interessante a Alencar naquele ano do que acompanhar tais notícias nos jornais, encontrando nelas maneira de embasar seu entendimento sobre os rumos da sociedade escravista da época. Se, de modo generalizado, acreditava-se em pressupostos tais como a “índole generosa” dos brasileiros, na “familiaridade entre senhores e escravos”, ou na difusa disposição favorável à emancipação; se mais do que *coisa* reconheciam-se nos escravos pessoas, “marido e mulher” candidatos a cartas de alforria; se um senhor libertava vinte e dizia tratá-los como “seus filhos”, enquanto outro alforriava todos os seus cativos, dividindo com eles “boa parte dos seus haveres”, haveria uma hegemonia de pensamento a imaginar que a sociedade paternalista ia bem. E, segundo tal recorte, para Alencar seria plausível conceber que o aperfeiçoamento dos costumes no país estaria promovendo a superação da escravidão através de um processo pacífico, dentro de sua própria lógica, sem romper as relações de cordialidade, logo sem comprometer a agregação social de modo geral. Para ele, a lei do ventre livre viria para atrapalhar o processo em andamento; desestabilizaria um arranjo de

⁷¹⁴ “Interior”, *Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870, 1º f. Cartas da província do Ceará com informações sobre emancipação no local se repetiram no *Jornal* em 14 e 21 de julho, 17 e 30 de agosto e 15 de setembro. Além disso, em 9 de agosto o *Jornal do Commercio* noticiou as alforrias do Ceará no espaço “Jornal do Commercio”. Fora isso, cartas de outras províncias imitavam as notícias do Ceará, por exemplo: de Alagoas em 8 de junho, da Bahia em 22 de junho e 5 de julho, de Maceió em 6 de agosto, de Amazonas e Maranhão em 30 de agosto.

relações em que cada qual tinha um papel a cumprir – o serviço de um era retribuído com a proteção do outro -, sendo tal configuração o projeto ideal para a formação do sujeito escravizado rumo à liberdade. Ao oferecer possibilidades de alforria fora dos acordos com o senhor, a lei do ventre livre promoveria uma competição de interesses, logo as tais “intrigas e malquerenças”.

Essa maneira de interpretar a sociedade da época era sustentada por Alencar pelo menos desde 1867, quando publicou a segunda série de cartas de Erasmo ao Imperador, em resposta a questões políticas da época, dentre as quais a fala do trono na qual d. Pedro II inaugurou o tema da emancipação no parlamento⁷¹⁵. Segundo elementos citados pelo autor nesses textos, é possível ter uma ideia um pouco mais clara do contexto que mobilizava ao idealizar a superação do cativo através da mudança dos costumes. Para Erasmo, a escravidão era instituição que se mantinha no Brasil por “suprema necessidade”⁷¹⁶, ao mesmo tempo em que a classe proprietária já teria adquirido “convicção da injustiça absoluta do seu domínio”⁷¹⁷. A prova disso: “Um espírito de tolerância e generosidade, próprio do caráter brasileiro, desde muito que transforma sensivelmente a instituição”⁷¹⁸. Porém Erasmo tentava ancorar a retórica em exemplos concretos. Segundo afirmou, enquanto as leis do país ainda consideravam “o escravo como coisa”, “o costume, a razão pública, mais poderosa que todas as leis escritas [...] já elevou o cativo entre nós à condição de homem, embora interdito e sujeito”⁷¹⁹. Assim,

O primeiro direito da pessoa, a propriedade, o escravo brasileiro não só o tem, como o exerce. Permite-lhe o senhor a aquisição do *pecúlio*, a exploração das pequenas indústrias ao nível de sua capacidade. Com esse produto de seu trabalho e economia, rime-se [sic] ele do cativo: *emancipa-se e entra na sociedade*. [...]

O mais sagrado dos contratos civis, o matrimônio, também está ao alcance do escravo em nosso país. *Ele forma sua família; o senhor a respeita e garante*.⁷²⁰

⁷¹⁵ Ao organizar publicação recente sobre amplo conjunto de cartas políticas de José de Alencar, José Murilo de Carvalho considera que o tema da emancipação na pauta de Erasmo relacionava-se com a fala do trono. Cf. José de Alencar, *Cartas de Erasmo*, (org.) José Murilo de Carvalho, Rio de Janeiro, ABL, 2009, “Apresentação”, p. XXIV.

⁷¹⁶ Ibidem, p. 309.

⁷¹⁷ Ibidem, p. 309.

⁷¹⁸ Ibidem, p. 309.

⁷¹⁹ Ibidem, p. 309.

⁷²⁰ Ibidem, p. 309.

Percebe-se, então, que precisamente o direito ao pecúlio, à formação e preservação de famílias, assim como a exploração de pequenas indústrias – o que permite pensar nas roças próprias - seriam as experiências concretas nas quais Alencar ancorava seus ideais de generosidade senhorial. Assim, não por acaso esses são os mesmos elementos que compõem a pauta política do autor no interior da administração imperial e no parlamento, desde o decreto de 1869 – que, dentre outras coisas, proibia a separação da família escrava nas transações de venda de cativos – até o projeto oferecido em 1870, tentando assegurar família e pecúlio escravos. E novamente se repete a ideia de que por dentro daquela lógica de relações seria possível alcançar a liberdade através de um processo regido por valores senhoriais - “Com esse produto de seu trabalho e economia, rime-se [sic] ele do cativo”⁷²¹.

No cotejo entre os textos de Alencar *O tronco do ipê* estabelece um diálogo interessante com o contexto externo, realizando a utopia do deputado sobre o modelo paternalista. Não é possível afirmar categoricamente, mas quem sabe a publicação do romance em 1871 também representasse interesse de Alencar em contribuir para a transformação dos costumes acerca da escravidão. Valorizando espaços ambíguos possíveis à experiência do cativo fora da literatura, Alice realiza o perfil idealizado da senhora brasileira a tratar do escravo em seu leito de dor. Quanto às relações de trabalho, Nossa Senhora do Boqueirão oferece o modelo daquilo que Alencar se esforçava por implementar no parlamento, com a concentração da escravidão nas lavouras – não no meio urbano - através de acordos entre senhor e cativo, especialmente quanto à permissão ao pecúlio – no

⁷²¹ Em publicação recente das cartas políticas de Erasmo, o historiador Tâmis Parron levantou o argumento de que os textos seriam fundamentalmente uma defesa da escravidão, daí o título “Cartas a favor da escravidão” que inseriu na obra. De fato, o texto de Alencar realiza uma defesa conjuntural do cativo no Brasil, assim justificando o surgimento da escravidão no período colonial como necessidade, por fim idealizando através dele um processo de formação do cativo. Porém, como José Murilo de Carvalho observa, Alencar não chega a fazer “qualquer defesa da justiça e da moralidade da escravidão em si, ao contrário do que se passou com autores sulistas norte-americanos”, da mesma forma não defende o cativo como condição natural e permanente para africanos. Ainda seguindo o raciocínio de Carvalho, Alencar entende a escravidão como fenômeno histórico e sociológico, que surgia por necessidade histórica e desapareceria quando se tornasse desnecessária, “assim como o feudalismo surgiu e desapareceu”, comenta o historiador, parafraseando Alencar. Cf. José de Alencar, *Cartas de Erasmo...* op. cit. “Apresentação”. Os trechos citados referem-se às páginas XXVII; XXVI. Para o argumento de Tâmis Parron, cf. *Cartas a favor da escravidão*, Tâmis Parron (org.), São Paulo, Hedra, 2008, “Introdução”.

caso, as roças próprias⁷²². Contudo, o romance vai além, opinando em situações sobre as quais o legislador se abstinha, como a jornada de trabalho e a licença para os próprios folguedos. Em *O tronco do ipê* era permitido à comunidade escrava “aquela hora de repouso e liberdade que medeia entre ave-maria e o recolher”, ou seja, a partir das seis da tarde, além disso enfatiza-se o direito ao batuque no dia de natal.

Em mais de um momento, a ênfase de Alencar no parlamento sobre projetos de emancipação fora restringir a atuação do legislador, preferindo confiar na transformação dos costumes. Sendo assim, a função política de *O tronco do ipê* poderia ser a de reafirmar elementos que o deputado levou para a tribuna, ampliando a proposta através daquilo que cabia à literatura discutir: sugerir transformações mais profundas por meio da crítica de costumes. Essa percepção do papel social da literatura era de fato bastante difundida entre os literatos brasileiros do século XIX, preocupados em formar a identidade nacional, assim como o gosto e os costumes do público que lia romances e ia ao teatro⁷²³. Tal percepção seria tão inequívoca para José de Alencar que resolveu citá-la no parlamento, em 1870, enquanto discutiam as dificuldades de fazer vingar a imigração europeia no Brasil. Dentre outras coisas, o deputado defendia o incremento do que chamou de “movimento intelectual”, com o barateamento do custo de livros e jornais a fim de que a leitura fosse incentivada, como elemento complementar à instrução pública⁷²⁴. Era preciso “compreender-se neste País que ler não é um luxo e sim uma necessidade”⁷²⁵, era o “pão do espírito”, dizia. Ademais, seria função da literatura desconstruir “intolerâncias”, como as que levantou o deputado Paula Toledo, da província de São Paulo, ao rejeitar a entrada de estrangeiros que trouxessem religião que competia com o catolicismo. Dizia Alencar:

desde que se leia muito, e a difusão das luzes preparar a nossa população para o contato com as populações estrangeiras, desde que se acabar com esses vislumbres de intolerância a que aludiu o nobre Deputado por S. Paulo, que há

⁷²² Sênio, op. cit., vol.2, p. 46.

⁷²³ Sobre o assunto: Jefferson Cano, “O fardo dos homens de letras: o ‘orbe literário’ e a construção do império brasileiro”. Tese de doutorado, Unicamp, 2001. Silvia Cristina Martins de Souza e Silva, “Ideias Encenadas: uma interpretação de *O Demônio Familiar*”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996. Cap. 1.

⁷²⁴ Sessão em 7 de julho de 1870. Alencar, *Discursos...* op. cit. p. 35

⁷²⁵ Idem, ibidem, p. 36.

pouco falou, desde que a ação eficaz da imprensa desvanecer certos preconceitos, os estrangeiros não poderão deixar de afluir [...].⁷²⁶

Diante das grandes questões que influíam na vida política e social do Império, o deputado apostava na “ação eficaz da imprensa” em favor das transformações desejadas. Que pensava da mesma forma acerca da escravidão testemunha a forma como Alencar entendia o papel social de sua dramaturgia sobre a escravidão, produzida no final da década de 1850: “eu me esforçava no campo que se abria então à minha atividade na literatura e na imprensa a banir essa instituição”⁷²⁷. Entretanto, já sabemos que para Alencar “banir a instituição” não significava lutar para que fosse revogada de uma vez através de lei, porém *superada* devagar através do aperfeiçoamento dos costumes sociais que regiam a escravidão. Desse ponto de vista, é interessante notar como o discurso sobre a escravidão em *O tronco do ipê* poderia contribuir para esse movimento, tocando em assuntos melindrosos para os legisladores, porém possíveis para o literato. Por exemplo, vale a pena reparar na explicação oferecida no parecer da comissão especial da câmara dos deputados de 1870 acerca do projeto de emancipação que ofereceu. A medida mais importante estabelecida era a libertação do ventre das escravas, seguida de uma série de disposições que favoreciam à liberdade dos cativos existentes no império, como a elaboração de um fundo de emancipação e a formação do pecúlio etc. Entretanto, a comissão especial se preocupava em resguardar a autoridade senhorial, evitando legislar sobre elementos que excessivamente interferissem no exercício do poder privado, evitando “todas as medidas que pudessem perturbar as relações domésticas do escravo com o senhor”. Afinal, não muito diferente de Alencar, criam ser necessário manter “essas relações no estado de moderação e humanidade a que nossa civilização já as elevou”, de modo que, à comissão especial pareceu “conveniente não curar de outros assuntos como são *os castigos, tempo de serviço, tratamento, etc*”⁷²⁸.

O projeto de Alencar, além de se opor à libertação do ventre das escravas, também não ousava tocar em tais assuntos. Porém *O tronco do ipê*, além de favorecer as propostas

⁷²⁶ Idem, ibidem, p. 36.

⁷²⁷ Sessão em 30 de setembro, *Jornal do Commercio*, 04 de outubro de 1870.

⁷²⁸ *Elemento servil...* op.cit., p. 33. Grifo original.

políticas expressas por Alencar na tribuna, expunha com desenvoltura uma série de orientações sobre a forma de lidar com os cativos quanto ao tratamento e à jornada de trabalho, até mesmo evitando castigos e açoites. Em favor dessa possível interpretação, percebe-se que o narrador adquire postura didática, explicando deliberadamente o funcionamento da rotina de trabalho da fazenda fora das comemorações natalinas⁷²⁹. Na véspera de natal, não se fechava as senzalas no horário habitual e por isso os escravos tinham “muito tempo de seu”, motivo pelo qual se deixaram ficar conversando a respeito das novidades do dia⁷³⁰. Na rotina normal não seria assim, os escravos teriam sua hora de liberdade e repouso, a qual aproveitavam para tratar de seus negócios, roças próprias, além de levar pedidos e queixas à Alice⁷³¹. Mais tarde, a mesma postura se repete ao descrever o deslocamento da família senhorial até à senzala para acompanhar a abertura do batuque⁷³².

Em sua aposta na eficiência da política de dominação paternalista, Alencar não excluiu de *O tronco do ipê* a percepção acerca dos conflitos de interesse entre senhores e escravos, mas procurou sugerir que, por dentro do sistema, havia soluções possíveis para a situação. Vejamos, por exemplo, como o escravo Benedito conseguiu ir morar em cabana separada da senzala. Como pajem de José Figueira, e ao manter boas relações com o moço, Benedito conseguiu conquistar um modo de vida mais confortável no interior do mundo da escravidão, mantendo-se longe do trabalho pesado na roça, por exemplo. Além disso, é possível que tivesse aposentos na casa senhorial, pois só fora mandado para a senzala aos 40 anos de idade, quando José Figueira se casou⁷³³. A situação enseja conflito entre senhor e escravo no romance, pois, por ser cativo do comendador, Benedito não pôde acompanhar o seu “senhor moço”, que deixava a fazenda por conta das rugas com o pai. Desse modo, o escravo perdia o seu protetor mais imediato, assim como as regalias que tinha conquistado ao longo do tempo nos serviços de pajem.

Para Benedito, frustrado em suas esperanças, “a casa onde vivera feliz tornou-se para ele insuportável; começou a ausentar-se da senzala para onde o tinham mandado e a

⁷²⁹ Sênio, op. cit. vol.2, pp. 45-46.

⁷³⁰ Ibidem, vol.2, p. 46.

⁷³¹ Ibidem, vol.2, pp.45-46.

⁷³² Ibidem, vol.2, pp. 123-124.

⁷³³ Ibidem, vol.1, p.77.

faltar ao trabalho”⁷³⁴. Por sorte, na mesma época, Benedito descobre uma cabana vazia nas imediações da fazenda e, reorganizando suas expectativas, “pediu ao senhor que o deixasse morar ali; no que não houve dificuldade”⁷³⁵. À primeira vista, ressalta-se a benevolência de um senhor a apaziguar os desconfortos de um cativo na nova situação. Porém, a narrativa traz mais informações. Ao mudar-se para a cabana, Benedito ganha das beatas da região a alcunha de feiticeiro, pois era o que há muito se dizia de escravo que habitava o lugar. Para as “veneráveis matronas”, a prova de que Benedito estava metido com artes de feitiçaria, entendido por elas como coisa de mal presságio, era o fato de que o escravo, “sempre tido como bom cativo, dera ultimamente de *ruim e até fujão*”⁷³⁶. Mas tal não era coisa que assustasse o narrador, pois nos conta que pai Benedito “era *um feiticeiro de bom coração*”⁷³⁷:

Em vez de usar de seu poder para soprar intrigas e desavenças, ao contrário *servia de conciliador* em todas as brigas que se davam entre os pretos da fazenda; *aconselhava os parceiros* nos casos de aperto por alguma falta; *apadrinhava o fujão perante o antigo senhor*, que o tinha em grande estima e muitas vezes o ia visitar em sua cabana.⁷³⁸

Deixo para comentar adiante os pormenores sobre a construção desse “feiticeiro de bom coração”. Por ora, importa notar a densidade conferida por Alencar à representação da escravidão em *O tronco do ipê*. Benedito aparece como peça chave das relações entre os escravos e a casa senhorial, exercendo uma série de *funções mediadoras* entre os feitos e vontades da comunidade escrava e aqueles da casa senhorial. Isso certamente se devia ao bom relacionamento que teria conseguido estabelecer tanto de um lado como de outro, apresentando-se como “bom cativo” e conservando ao mesmo tempo influência e solidariedade entre os parceiros de cativo. Assim, quando Benedito se irrita com a impossibilidade de partir com José Figueira, bem como com o novo modo de vida na senzala, ele ameaça desestabilizar as relações de dependência estabelecidas até então. Se ele era escravo importante e se torna “ruim e até fujão”, o romance permite interpretar o

⁷³⁴ Sênio, vol. 1, p. 78.

⁷³⁵ Ibidem, vol.1, p.78.

⁷³⁶ Ibidem, vol.1, p. 79. Grifo meu.

⁷³⁷ Grifo meu.

⁷³⁸ Sênio, vol.1, p.80. Grifo meu.

privilégio de morar na cabana como mais que simples ato de benevolência senhorial, porém conquista de Benedito, fruto de seu poder de negociação no interior das relações conflituosas que permeavam o paternalismo. Ou seja, através do romance Alencar reconhecia espaços de atuação escrava na construção dos arranjos cotidianos no interior das fazendas.

Negociação, tratamento humanizado, preservação da família, direito a pecúlio e folguedos próprios, tal conjunto de elementos representaria o modo pelo qual Alencar idealizava o funcionamento do paternalismo, imaginando trocas e ganhos de ambas as partes. Os escravos teriam condições de garantir seus interesses, assim como os senhores, a força de trabalho. Ao gosto de seu discurso no parlamento, as “raças” viveriam “sempre unidas, retribuindo uma com sua proteção os serviços da outra”. Fica claro o quanto Alencar apostava na capacidade do paternalismo para gerir os conflitos sociais no interior da escravidão. Para a superação do cativo, os espaços de negociação, administrados pela tutela senhorial, deveriam proporcionar aos escravos um processo de aprendizagem para a liberdade – o que aparece no discurso de Alencar como “meio preparatório para a emancipação”. Tal forma de imaginar o cativo estava difundida em 1870 mesmo entre os favoráveis à libertação do ventre das escravas. Dentre outras coisas, a comissão especial da câmara previa em seu projeto, além da permissão ao pecúlio, que os filhos livres das escravas permanecessem necessariamente trabalhando até os 21 anos para o senhor⁷³⁹. O intuito era inculcar um espírito de economia, apego ao trabalho, além de respeito à proteção senhorial para que, após os anos de servidão, pudessem optar, com a própria vontade, por permanecer trabalhando para o senhor⁷⁴⁰. Entre o romancista e seus pares, por mais que

⁷³⁹ Na lei do ventre livre aprovada em 1871 os senhores eram obrigados a cuidar dos filhos das escravas até completarem 8 anos de idade e, então, poderiam optar por entregar a criança ao governo, assim recebendo uma indenização pela criação, ou poderiam preferir manter os ingênuos trabalhando até os 21 anos como indenização pela criação. Vide, por exemplo, Chalhoub, *Machado historiador...* op. cit. No projeto da comissão de 1870, os senhores necessariamente ficavam com os ingênuos até os 21 anos. Primeiro, eram obrigados a tratar deles até os 8 anos, quando então poderiam optar por uma indenização do governo ou a utilização dos serviços dos ingênuos (tratados no projeto como “libertos”) até os 21 anos. Porém, se os senhores optassem pela indenização, “os libertos continuarão a ser criados e tratados” pelos patronos até os 15 anos, “prestando-lhes os serviços compatíveis com essa idade”. Completados os 15 anos, não obstante, “até os 21 permanecerão os libertos em poder dos seus patronos” a troco de uma “retribuição módica”. Metade desta seria entregue “ao liberto” e a outra metade colocada para render num banco para ser entregue ao ingênuo após os 21 anos. Cf. *Elemento Servil...* op. cit. p. 68.

⁷⁴⁰ *Elemento Servil...* op. cit. p. 27; p. 47.

divergissem sobre o modo de administrar o processo de emancipação, compartilhava-se uma convivência generalizada com o trabalho forçado e com a ideologia que o validava.

Pai Benedito e outros feiticeiros negros

Formulei em alguns momentos do texto a hipótese de que a política de relações entre senhores e escravos idealizada por José de Alencar concebia a ideia de negociação, abrindo espaço para a atuação escrava. Um dos momentos mais interessantes da posição do romancista nesse sentido se faz em *O tronco do ipê* por meio da caracterização de Benedito como feiticeiro. Contudo, para apreender a fundo os sentidos políticos de seus contornos é preciso uma pequena incursão nas discussões que permeavam o cotidiano de Alencar, na corte, enquanto elaborava o romance. É bastante provável que o autor tenha lido, em 1869, *As vítimas- algozes*, de Joaquim Manuel de Macedo⁷⁴¹, dada a importância do tema do livro e do autor, reconhecido à época. Segundo consta em exemplar do *Jornal do Commercio*, uma carta remetida do Rio de Janeiro para o *Anti Slavery Reporter* inglês dizia que os livros de Macedo foram “acolhidos com afeição”⁷⁴². Logo, Alencar estaria familiarizado com “Pai-Raiol, o feiticeiro” e teria lá suas ideias acerca da composição do romancista. Com o livro, Macedo oferecia uma explanação – exaustiva – sobre a maldade supostamente incrustada nos negros escravizados a ameaçar a sociedade que os acolhia. “O Pai-Raiol era o demônio do mal e do rancor”⁷⁴³; “Para espalhar a desolação, derramar sangue”, “inventaria pretextos” e, em falta deles, “serviria sem remorsos ao impulso dos instintos perversos, vangloriando-se da perversidade”⁷⁴⁴. Macedo criava um estereótipo segundo o qual escravos, em particular o feiticeiro, seriam capazes - até instintivamente - de violência gratuita, quando o contrário seria o mais provável. Pai Raiol, além do mais, seria esquivo e incapaz de formar laços de solidariedade mesmo entre os parceiros de escravidão⁷⁴⁵, insociabilidade que Macedo estendia aos escravos de modo geral.

⁷⁴¹ São Paulo: Scipione [1991?]. [1869]

⁷⁴² “Exterior”, *Jornal do Commercio*, 2 de junho de 1870, “Suplemento”.

⁷⁴³ Macedo, op. cit. p. 92.

⁷⁴⁴ Ibidem, p. 92.

⁷⁴⁵ Ibidem, pp. 89-91.

Nesse passo, Macedo oferece um testemunho da escravidão profundamente filtrado pelo olhar preconceituoso e opaco aos sentidos da cultura escrava. Com a história de pai Raiol, a intenção era alertar os leitores para os perigos do “feitiço”. Curandeiros e feiticeiros não passariam de abusadores “da simplicidade dos crédulos”⁷⁴⁶, cujo arranjo de crenças não pôde ser separado dos africanos importados ao Brasil⁷⁴⁷. Longe de ver nisso a capacidade dos escravizados em resistir ao cativo, enfrentando a experiência à luz de suas origens culturais, Macedo lamentava a disseminação das crenças de matriz africana, para ele, “absurdas”, “ideias falsas de uma religião extravagante, rudemente supersticiosa”⁷⁴⁸, etc. A seguir, tenta uma descrição de práticas rituais sem poder evitar tropeçar em adjetivos: “O *feitiço* tem o seu pagode, seus sacerdotes, seu culto, suas cerimônias, seus mistérios; tudo porém grotesco, repugnante, escandaloso”⁷⁴⁹. Os encontros se faziam “à noute”, o sacerdote “é um africano escravo ou algum digno descendente e discípulo seu, embora livre ou já liberto”; dentre os participantes, uns iam “curar-se do feitiço”, outros “iniciar-se ou procurar encantados meios de fazer o mal que desejam ou conseguir o favor que aspiram”⁷⁵⁰. É tamanha a ânsia de Macedo em julgar aquilo que seus olhos não entendem que nem mesmo os objetos escapam à representação depreciativa, tornando-se “*grosseiros* instrumentos”; “símbolos *ridículos*”; “*imunda* mesa”⁷⁵¹. E assim o leitor enfrenta os primeiros quatro capítulos de um romance pleno de adjetivos, embora ainda sem trama nem personagens. Em seguida conta-se a história de um fazendeiro chamado Paulo Borges, casado com Tereza, pai de três filhos pequenos e senhor de mais de uma centena de escravos, dentre os quais pai Raiol, feiticeiro feio de botar medo, cheio de maldade e maquinações contra os senhores. Pai Raiol passa o romance inteiro mancomunado com Esméria, preparando venenos e artes com os quais extermina quase todo o exíguo elenco da trama: Tereza e os três filhos; um casal de escravos e seus dois filhos aos quais não se dá nomes; um coelhinho, alguns pintinhos... Paulo Borges se salva

⁷⁴⁶ Ibidem, p. 71.

⁷⁴⁷ Ibidem, p. 73.

⁷⁴⁸ Ibidem, p. 73.

⁷⁴⁹ Ibidem, p. 74. Grifo original.

⁷⁵⁰ Ibidem, p. 74.

⁷⁵¹ Ibidem, p. 74. Grifo meu.

no último minuto e pai Raiol termina morto, mas segundo Macedo, que mal se esconde atrás do narrador, nada estava garantido, pois “a escravidão continua a existir no Brasil”⁷⁵².

Se o argumento do livro era abolicionista, o leitor, por sua vez, poderia se perguntar pelo projeto político de Macedo para os negros egressos da escravidão. Seu discurso realizava um movimento perigoso em relação à cultura escrava e aos homens e mulheres que viviam naquela condição, disseminando estereótipos negativos e hostilidades. Inspirado por um preconceito cultural mais profundo em relação a coisas trazidas da África, parece que Macedo não sabia oferecer uma saída, a julgar pelo que escreveu ao final de alguns capítulos do romance. A “prática da feitiçaria” era “peste que nos veio com os escravos d’Africa” e que haveria de “resistir invencível a todas as repressões” enquanto houvesse escravidão, “*e ainda depois da emancipação dos escravos, enquanto a luz sagrada da liberdade não destruir todas as sombras, todos os vestígios negros*” trazidos do continente africano⁷⁵³. Tampouco “a autoridade pública” poderia “acabar com os feiticeiros [...] enquanto houverem [sic] no Brasil escravos, *e ainda além da emancipação destes, os restos e vestígios dos últimos africanos*, a quem roubamos a liberdade”⁷⁵⁴. É explícita a hostilidade dirigida aos negros e à cultura de matriz africana, mesmo além da escravidão, ainda que Macedo ensaiasse um lamento ao roubo da liberdade. Penso que tal potencial de conflito social, racismo mesmo, não escapou à leitura de Alencar. Se desde então planejava desenhar, em resposta, outro perfil de feiticeiro, não posso dizer, mas acredito que os eventos que se seguiram conduziram necessariamente à construção de pai Benedito.

Em novembro de 1870 os jornais da corte pululavam de notícias sobre a prisão de um feiticeiro bastante conhecido, o Juca Rosa. Através do processo instaurado contra ele, Gabriela Sampaio⁷⁵⁵ adentra o universo cultural do Rio de Janeiro imperial e nos conta que Rosa, havia bastante tempo, atuava na corte. Embora houvesse controvérsia em torno das práticas religiosas de matriz africana, Juca Rosa atendia um público misto entre homens e mulheres, desde escravos até políticos e senhoras de rico cabedal. Feitiçaria não era crime

⁷⁵² Ibidem, p. 152.

⁷⁵³ Ibidem, p. 75. Grifo meu.

⁷⁵⁴ Ibidem, p. 72. Grifo meu.

⁷⁵⁵ *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

no código criminal do Império⁷⁵⁶, porém processavam feiticeiros imputando-lhes delitos como estelionato. Prevenções com as quais já estamos familiarizados faziam suspeitar de dinheiro e objetos de valor recebidos por curandeiros e pais de santo em troca de seus serviços. Juca Rosa foi preso por denúncia anônima e processado por estelionato⁷⁵⁷. Sua fama, somada aos boatos de que tivesse entre seus clientes figuras da alta sociedade, incluindo um deputado do partido conservador, provável autor da denúncia anônima, fez com que Rosa se tornasse figura fácil nos periódicos da época⁷⁵⁸. O processo do feiticeiro seria o assunto do momento, não só na imprensa, como entre os transeuntes das ruas da corte que abarrotavam a sala das sessões do julgamento de Rosa ao longo do ano de 1871⁷⁵⁹. Porém, o discurso nos jornais não era favorável a ele, chamado “charlatão”, “o monstro”, especulador de “trejeitos fingidos” e por aí vai⁷⁶⁰. A própria alcunha de “feiticeiro” seria forma de depreciar a atuação de curandeiros e pais de santo espalhados pela corte⁷⁶¹.

Pois, sim, havia muitos e desde antes da prisão de Juca Rosa havia preocupação com a disseminação deles. O discurso de Macedo não falava doutra coisa, lamentando, por vezes, a convivência das autoridades: “A autoridade pública supõe perseguir; mas não persegue séria e ativamente [...]”⁷⁶². Em outubro de 1870, antes da prisão de Rosa, um jornal da corte publicava folhetins intitulados “Os feiticeiros na corte”, cujo intento, não muito distante das posições políticas de Macedo, era alertar os leitores, especialmente o público feminino, sobre o perigo de consultá-los ou frequentar seus rituais⁷⁶³. Ali, o feiticeiro também seria um tipo de aproveitador e provocador de intrigas. Com a repercussão do caso Juca Rosa, falava-se mesmo em “maré de caçar feiticeiros”, no texto de um anônimo que, dirigindo-se às autoridades públicas, perguntava se “não poderíamos

⁷⁵⁶ João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.

⁷⁵⁷ Sampaio, op. cit. p. 19.

⁷⁵⁸ Ibidem.

⁷⁵⁹ Ibidem, pp. 31-38.

⁷⁶⁰ Ibidem, pp. 38-53.

⁷⁶¹ Ibidem.

⁷⁶² Macedo, op. cit. p. 71.

⁷⁶³ Trata-se do *Diário de Notícias* em 2 e 12 de outubro de 1870. Para chegar aos folhetins, aproveitei a indicação de Gabriela Sampaio que os utilizou em seu trabalho.

também dar uma corrida aos curandeiros”, referindo-se a um homeopata⁷⁶⁴. Note-se a dificuldade entre os não participantes das crenças de matriz africana em situar as práticas e o sujeito contra os quais se opunham. Ainda através da imprensa, outro anônimo se animou a denunciar um “negro mina”. Pedia ao redator do *Diário de Notícias* que escrevesse “em termos enérgicos” à polícia, pois continuava “a pairar nas imediações de S. Domingos de Niterói” um “célebre chefe dos feiticeiros desta cidade”. Era um “Negro mina alto, rosto comprido, pouca barba, traja[va] paletó branco e calça de casimira de cor, chapéu preto alto e às vezes de chile desabado, usa[va] bengala e traz[ia] consigo um cão preto da Terra Nova. Passe[ava] de manhã das sete às onze horas ou meio dia” em uma praia da região⁷⁶⁵. Distante da corte, em jornal de Campinas, também mencionavam o assunto. A este outro anônimo parecia que “os adeptos do célebre Juca Rosa ultimamente preso na corte, não tinham assento só lá na capital do império”, pois a polícia acabava descobrir um deles na região. O tal “João Tangará” achava-se “de oratório em frente à matriz velha, assistindo de vez em quando as indagações das autoridades”⁷⁶⁶. Afinal, não era à toa que para alguns “O espírito da quadra”- aqueles meses entre 1870 e 1871 – “vai tão saturado de feitiços e feiticeiros”⁷⁶⁷.

Este era o ambiente sociocultural do qual José de Alencar compartilhava naquele momento. Estaria certamente bem informado sobre o que circulava na imprensa, e também nas ruas do município onde morava, sobre “feiticeiros” e artes religiosas de matriz africana. Não parece haver influência direta entre a história de Juca Rosa e a trajetória que Alencar compõe para pai Benedito, mas a experiência do personagem real, bem como o debate sobre feiticeiros naquele momento, ilumina as escolhas que o romancista fez ao compor seu personagem. Assim, vale ressaltar o perfil de feiticeiro veiculado pela imprensa da época, depreciativo, marcado por “preconceitos e deboches”⁷⁶⁸. Juca Rosa, como seus pares, aparecia como enganador de mulheres, “explorador da credulidade alheia”, autor de “ridículas e estúpidas feitiçarias”⁷⁶⁹. Sampaio bem observa a opacidade de tais discursos, na

⁷⁶⁴ *Diário de Notícias*, 24 de novembro de 1870.

⁷⁶⁵ Cf. 5 de janeiro de 1871.

⁷⁶⁶ *Gazeta de Campinas*, 15 de maio de 1871.

⁷⁶⁷ *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1870.

⁷⁶⁸ Sampaio, op. cit.

⁷⁶⁹ *Ibidem*.

verdade ignorantes das experiências e significados internos aos ritos festeiros e religiosos da cultura negra e escrava que estava alargando suas fronteiras. A tentativa de barrar tal processo de disseminação de crenças e práticas seria um dos motivos para a virulência da repressão pela imprensa. Vale lembrar o caso do sacerdote africano Domingos Sodré, estudado por João José Reis na Bahia. Entre 1862 e 1863, ele também foi processado por estelionato. À época, as autoridades haviam chegado ao consenso de que o candomblé “tinha extrapolado os limites da comunidade africana e crioula para [segundo os preconceitos da época] contaminar outros extratos sociais”⁷⁷⁰. Lá também a imprensa exercia papel importante na repressão, sem muita criatividade, repetindo o estribilho do charlatanismo etc.

Desde “pai-Raiol, o feiticeiro”, passando pela repercussão do caso Juca Rosa na imprensa, conseguimos construir uma referência geral na qual o discurso presente na cultura impressa reprime e condena práticas de religiosidade africana, invariavelmente qualificando seus praticantes como charlatães. Sabemos que se trata de uma perspectiva parcial, já que a disseminação das crenças de matriz africana testemunha aceitação e devoção por parte de parcela da sociedade. O que faz pensar em adjetivos alternativos àqueles utilizados por Macedo e a imprensa. José de Alencar não seria entusiasta de curandeiros ou pais de santo, mas em *O tronco do ipê* trazia perspectiva diferenciada ao que se dizia até então.

Desde o encontro embaixo do velho ipê, na cena de abertura do romance, o narrador parece cativado pela figura do “preto velho”, descrito com capricho, ao longo do livro, como “bonito negro, de elevada estatura e fisionomia agradável”⁷⁷¹, que “iluminad[o] em cheio pelo sol e moldurad[o] pela natureza que o rodeava, era digno de um cinzel”⁷⁷². Em ocasiões, o narrador ressalta aspecto sereno e profundo da personalidade do escravo como quando aparece “sentado a um canto com a fronte apoiada sobre os joelhos, na posição de um ídolo africano, e absorvido em profunda cogitação”⁷⁷³. Sobre a alcunha de feiticeiro, vamos recolhendo os detalhes ao longo do romance, mas é possível pensar que há pelo

⁷⁷⁰ Reis, op. cit. p. 38.

⁷⁷¹ Sênio, op. cit. vol. 1, p. 78.

⁷⁷² Ibidem, vol.1, p. 106.

⁷⁷³ Ibidem, vol.1, p. 74; p. 83.

menos dois discursos diferentes sobre o feiticeiro Benedito, e um deles não decorre de elaboração direta do narrador. Quando relata o primeiro encontro com o “preto velho” ao pé do tronco do ipê, o narrador ora oferece ao leitor a sua perspectiva das coisas, ora amplia o discurso com o que ouviu dizer “segundo as beatas” da região. Nessas ocasiões, recai sobre o escravo de Alencar o tenebroso discurso sobre o “bruxo preto que fizera pacto com o *Tinhoso*”, ou que era “*subdelegado* de satanás”⁷⁷⁴ e “todas as noites convidava as almas da vizinhança para dançarem embaixo do ipê”. Se bem nos lembramos, Benedito herda a fama de feiticeiro ao mudar-se para a cabana abandonada. E, conforme o narrador, assim “as beatas inventaram outro Benedito à sua feição”⁷⁷⁵: “A dar-se crédito à palrice das tais velhas, aquele preto bem apessoado, em sendo meia noite, virava anão com uma cabeça enorme, os pés zambros, uma corcunda nas costas, vesgo de um olho e torto do pescoço”⁷⁷⁶.

Tudo culpa e obra “do pacto que tinha feito com o *seu mestre*”, de modo que Benedito fica “tido e havido por feiticeiro”⁷⁷⁷. Podemos reconhecer aí um eco daquelas críticas que saíam nos jornais com referência, por exemplo, a Juca Rosa. Contudo, o narrador faz menção bem humorada a esse aspecto caricatural do feiticeiro, como se o intento fosse registrar as crenças populares, sem interesse em expurgar o sujeito do cenário cultural. Mas isso não é tudo. Alencar empreende algum esforço em construir um personagem que, como feiticeiro, exercia funções sociais importantes na fazenda. Assim, Benedito, que inicialmente resistira ao novo *status*, incentivado “pelos rogos dos parceiros”, acabou cedendo ao “arsenal de bruxarias”⁷⁷⁸. “Algumas coisas que disse, aconteceu saírem certas, e tanto bastou para aumentar a fé na sua mandinga”⁷⁷⁹. Surgiu “o feiticeiro de bom coração”, que não soprava intrigas nem desavenças, porém conciliava e apadrinhava, como vimos acima. No entorno da fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, embora temessem Benedito, “não faltava também quem recorresse a seu poder sobrenatural

⁷⁷⁴ Ibidem, vol. 1, p. 9. Grifo original.

⁷⁷⁵ Ibidem, vol.1, p. 78.

⁷⁷⁶ Ibidem, vol.1, p. 78.

⁷⁷⁷ Ibidem, vol.1, p. 79. Grifo original.

⁷⁷⁸ Ibidem, vol.1, p. 79.

⁷⁷⁹ Ibidem, vol.1, pp. 79-80.

para cura de certas enfermidades, para descobrimento de coisas perdidas, e realização de ocultos desejos”⁷⁸⁰.

Quanto ao modo como o narrador enxerga a feitiçaria em Benedito, tem-se um misto de descrição distanciada e de estranhamento. A distância se faz em dois movimentos: quando ele recorre ao que dizem as matronas – ou seja, um discurso terceirizado – para ilustrar as feitiçarias de Benedito; e quando lança mão de estratégias científicas, algo bem ao gosto do século XIX, para desconstruir os efeitos da feitiçaria quando a tem diante dos olhos. Isso acontece em seu primeiro encontro com Benedito. Depois de receber do “preto velho” as “excelentes limas e laranjas”, o viajante acomoda-se “à sombra sobre a relva para esperar que o sol descambasse”⁷⁸¹ sem prestar muita atenção ao que Benedito fazia por ali. De repente ele ouve “uma voz cava e profunda que proferia estas palavras”:

– Perdoa, perdoa! ...

O mais estranho [conta o narrador] era que as palavras saíam das entranhas da terra, e rompiam mesmo do chão que eu pisava. Se não fosse meio dia [...] talvez meu espírito se deixasse levar das superstições que infestavam o lugar⁷⁸².

E assim, ele olha para o chão e perscruta as raízes do ipê, em busca de uma resposta clara e objetiva. Até que encontra. “[C]onheci que a voz era do preto e transmitia-se por um fenômeno natural proveniente da construção geológica do sítio”⁷⁸³. Benedito havia mesmo entrado em uma fuma subterrânea à qual chegavam as raízes profundas e carcomidas do tronco do ipê. Estas, por sua vez, transmitiam daquele modo o misterioso lamento do escravo. Assim, fica claro que o narrador de Alencar não chega a se identificar com o feiticeiro, logo sem intenção de legitimar suas práticas, ao contrário, o movimento constante da narrativa é desconstruir as crenças das matronas ou os efeitos da feitiçaria de Benedito. A diferença em relação ao discurso de Macedo, e da imprensa conforme vimos, é a postura bem humorada e tolerante, pois ao mesmo tempo em que se distancia das crenças em torno do feiticeiro, não pretende excluir nem depreciá-las.

⁷⁸⁰ Ibidem, vol.1, p. 79.

⁷⁸¹ Ibidem, vol.1, p. 10.

⁷⁸² Ibidem, vol.1, p. 12.

⁷⁸³ Ibidem, vol.1, 13.

Não obstante, o estranhamento do narrador parece ser a faceta mais interessante do encontro entre a cultura senhorial do viajante e a do velho africano. Há coisas que ele não consegue entender e que descreve sem estabelecer marcas de julgamento. Em alguns casos até faz perguntas a Benedito. A cena é a seguinte:

Curioso de ver de perto o tronco do ipê, que o preto velho tratara com tanta veneração, descobri junto às raízes pequenas cruces toscas enegrecidas pelo tempo ou pelo fogo. [...] numa funda caverna do tronco, havia uma imagem de Nossa Senhora em barro, um registro de São Benedito, figas de pau, feitiços de várias espécies, ramos secos de arruda e mentruz, ossos humanos, cascavéis e dentes de cobra.

– Que quer dizer isto, *pai*?⁷⁸⁴

Note-se que não encontramos aí nada parecido com as descrições presentes no romance de Macedo onde até a mesa era qualificada como imunda. À pergunta, Benedito apenas responde enigmaticamente “Boqueirão!”, ao que o narrador responde: “Como bem se presume, não entendi”⁷⁸⁵, o que pode simbolizar, com ou sem a concordância de Alencar, uma consciência – ainda que indireta – da opacidade do olhar senhorial em relação aos apetrechos e gestos da cultura negra e escrava. O narrador, porém, não desiste facilmente do diálogo e interpela Benedito novamente: “Você vive só neste lugar?”, ao que o preto invoca o céu “em testemunho de seu isolamento” e exclama o seu “Boqueirão!”⁷⁸⁶. O viajante desanima e diz: “Dessa vez julguei compreender. O velho estava caduco”⁷⁸⁷. Porém isso só reafirma sua inabilidade em dialogar com ele. Pois talvez não achasse Benedito tão caduco assim, já que muito procurou se informar sobre os vestígios do que aconteceu por ali. O estranhamento, ao invés do julgamento, parece ser um traço importante da relação do narrador com Benedito, desde o primeiro lance, do olhar deste sobre o velho quando *parecia* que “abraçava e beijava o esqueleto” da velha árvore. O que o preto realmente fazia e qual o significado daquela veneração? A frase do narrador só permite estranhar; nem conhecer, nem julgar.

Ao compor *O tronco do ipê* em meio ao denso contexto de debate sobre a presença do feiticeiro negro na sociedade senhorial, Alencar porventura teria intenção de se opor aos

⁷⁸⁴ Ibidem, vol.1, pp. 10-11.

⁷⁸⁵ Ibidem, vol.1, p.11.

⁷⁸⁶ Ibidem, vol.1, p. 11.

⁷⁸⁷ Ibidem, vol.1, p.11.

estereótipos depreciativos. Possivelmente preocupado com as hostilidades em discursos tais como o de Macedo, teria tentado se opor às teses do escravo mau, bem como às alegações acerca de uma incorrigível insociabilidade dos egressos da escravidão⁷⁸⁸. Claro movimento da narrativa nesse sentido se dá na cena de abertura do romance quando o viajante, por seu turno desprevenido, solicita ao “preto velho” água mais fresca que a do rio, recebendo, de quebra, umas limas e laranjas que nem tinha pedido, e não quaisquer limas e laranjas, mas as de excelente qualidade. Nesse mesmo sentido, é relevante refletir sobre o movimento de Alencar ao compor um narrador que descreve os apetrechos rituais do africano sem marcas de julgamento, ao contrário, dispondo-se a solicitar explicação. Parece significativo também que o narrador se dirija a Benedito tratando-o por “pai” - logo no primeiro encontro quando ainda eram desconhecidos - como se ensaiasse um exercício de alteridade, apropriando-se respeitosamente do código cultural do outro a fim de estabelecer diálogo. À época de publicação da obra, em meio à efervescência do debate político, Alencar poderia estar sugerindo aos seus leitores – brancos - formas de lidar com a cultura negra. Como notei acima, o diálogo entre o viajante e o preto velho era, contudo, precário, mas penso que o registro de tal limitação é um testemunho involuntário em *O tronco do ipê*, algo que Alencar não planejou demonstrar, mas que podemos arrancar dele na leitura a contrapelo.

Tudo isso significa que a narrativa de José de Alencar estaria livre de pressupostos raciais? A resposta é não. Continuamos na cena em que o narrador se encontra pela primeira vez com o “preto velho”. Ao avistar a cabana à distância, faz o seguinte comentário: “Saía dela um negro velho. De longe, esse vulto dobrado ao meio, parecia-me um grande bugio negro, cujos longos braços eram de perfil representados pelo nodoso bordão em que se arrimava”⁷⁸⁹. Com o bugio, Alencar aludia a macaco⁷⁹⁰, logo a depreciativos estereótipos de raça. Se na década de 1870 emergiam, contra a população negra no Brasil, hostilidades específicas no contexto dos debates sobre a emancipação, e se for plausível pensar que Alencar tentava se afastar delas, por outro lado compartilhava

⁷⁸⁸ A ideia de que Alencar concebia em sua visão de mundo a inserção social dos ex-escravos pode ser encontrada desde a peça *Mãe*. Entende-se na obra que Vicente fora pajem quando criança. Adulto e livre, consegue o emprego de oficial de justiça, do qual muito se orgulha. Cf. op. cit. Ato II, cenas 1 e 2.

⁷⁸⁹ Ibidem, vol.1,p. 9.

⁷⁹⁰ Antonio de Moraes Silva, op. cit., p. 201.

preconceitos raciais anteriores a tais discussões, que permeavam há tempos o olhar branco de matriz europeia sobre os negros africanos⁷⁹¹.

De fato, certa visão de mundo informada por diferenças raciais organizava o pensamento de Alencar de modo generalizado. Ao falar dos ingleses, por exemplo, tinha em mente um “frio caráter saxônio”⁷⁹² e uma disposição “natural” para o labor – o “homem do norte é originalmente industrioso” –; já os franceses, “raça latina”, “sobretudo artística”⁷⁹³. Tratava-se, além do mais, de uma matriz de pensamento que hierarquizava as culturas, colocando a civilização europeia como o auge do desenvolvimento humano no século XIX. Tal viés cultural estreito não reconhecia como civilizações as culturas africanas existentes, julgando-as, pelo modo de vida, como mais próximas à natureza, logo a um suposto estágio primitivo de desenvolvimento. Daí, só mais um pulo ao estereótipo do homem bárbaro. Na pena de Alencar, a “raça africana” teria “rude crosta”⁷⁹⁴ a ser polida pela civilização. *O tronco do ipê* traz exemplos desse tipo de percepção. Após o diálogo frustrado com pai Benedito, o narrador sentara-se à sombra: “O preto de seu lado, como um instrumento perro a que houvessem dado corda, começou a cantilena soturna e monótona, que é o eterno solilóquio do africano”⁷⁹⁵. Depois de considerar o velho um caduco, por “instrumento perro” a que tivessem “dado corda”, o narrador dava mostras de ter mesmo deixado de lado o tímido exercício de alteridade. Muito sabido, explicava: “Essas almas rudes não se compreendem a si mesmas sem falar para ouvirem o que pensam”⁷⁹⁶. O personagem que há pouco se gabava de desvendar os mistérios da feitiçaria através da objetividade de seu olhar científico, cai na armadilha de oferecer uma explicação sem base

⁷⁹¹ A hipótese, por enquanto, carece de uma discussão mais aprofundada. Há, porém, registros na bibliografia consultada de que na década de 1870, após a aprovação da lei do ventre livre – ou seja, após a fragilização da lógica das relações paternalistas que pretendia controlar a população negra pelos laços de dependência –, as hostilidades contra os negros aderem cada vez mais a estereótipos de raça forjados ou reinterpretados a partir de então, a fim de manter a hierarquia social. Cf., por exemplo: Sampaio, op. cit. pp. 165-177; Karen Souza, *As cores do traço: paternalismo, raça e identidade nacional na Semana Ilustrada (1860-1876)*. Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2007, pp. 164-171. É possível que, ao manter a crença no paternalismo, Alencar concebesse o duplo movimento de se opor a hostilidades emergentes, ainda que não estivesse livre de perspectivas raciais.

⁷⁹² Alencar, *Cartas...* op. cit., p. 297.

⁷⁹³ Ibidem, p. 298.

⁷⁹⁴ Ibidem, p. 298.

⁷⁹⁵ Sênio, op. cit. vol.1, p. 11.

⁷⁹⁶ Ibidem, vol.1, p. 11.

empírica. Tal problema Alencar não estava preparado para resolver, confiado, tanto quanto o narrador, na ideologia que assegurava sua posição social, bem como os preconceitos que havia no bojo dela⁷⁹⁷. Os mesmos que não permitiam vislumbrar no continente africano muito mais do que um areal – “superfície de grande extensão coberta de areia; areão”⁷⁹⁸. Ao vir para o Brasil, Benedito tinha deixado para trás “os areais de sua pátria africana”⁷⁹⁹. Essa miopia cultural sem dúvida contribuiria para a visão de mundo paternalista capaz de transigir com a permanência do cativo no país durante um processo bem lento de emancipação, guiado por uma classe senhorial dita generosa e protetora daqueles que seriam os desvalidos.

Ainda com base na perspectiva de raça, Alencar encontrava forma de valorizar os africanos na composição da “civilização americana”⁸⁰⁰. Seriam fruto de uma “casta humilde e laboriosa que se prestava com docilidade ao serviço”⁸⁰¹; valorizava a contribuição do “sangue africano” no amálgama de raça nas Américas, cuja “energia” fora indispensável no desbravamento das terras⁸⁰². Em outra passagem de *O tronco do ipê*, Benedito aparece como portador de uma alma rude, porém dedicada⁸⁰³. Novamente, o olhar branco ideologicamente informado a tecer comentários sobre os sentidos da diáspora africana nas Américas, na tentativa de tornar a escravidão aceitável até ali. Mas, para Alencar, tais pressupostos seriam suficientes para imaginar que empunhava argumentos realmente válidos para a valorização da população negra africana e afrodescendente no país a fim de se opor a disputas raciais. Um testemunho do interesse de Alencar nesse sentido aparece, por exemplo, em passagem de *Guerra dos mascates*⁸⁰⁴, romance que publicou pouco tempo depois de *O tronco do ipê*. O enredo se passa no século XVIII em Pernambuco, em torno dos conflitos que levariam à deflagração da guerra, porém o narrador faz ostensivas críticas e comentários à sociedade da corte do século XIX, não do XVIII. Em dado momento

⁷⁹⁷ Não confundo Alencar com o narrador, porém parece-me bastante claro que em *O tronco do ipê* o romancista compartilha posições políticas com ele.

⁷⁹⁸ Houaiss, op. cit., p. 178.

⁷⁹⁹ Sênio, op. cit., vol.1, p. 97.

⁸⁰⁰ Alencar, *Cartas...* op. cit. p. 293.

⁸⁰¹ Ibidem, p. 293.

⁸⁰² Ibidem, p. 293.

⁸⁰³ Sênio, op. cit. p. 55.

⁸⁰⁴ José de Alencar, *Guerra dos mascates* em: *José de Alencar: obra completa*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1965. [1873-1874]

explica que, no passado, o conflito entre europeus e mestiços nascidos na capitania teria feito surgir os epítetos de “cabra” e “chumbo”, através dos quais trocavam afrontas. Logo vinha o comentário do narrador: “Felizmente já lá vão longe estes ciúmes e queira Deus que não tornem, para que possamos ambos os povos, auxiliar-nos na obra do progresso da humanidade e da regeneração de nossa raça [...]”⁸⁰⁵. O trecho sugere que mesmo com o pensamento permeado por pressupostos raciais, o romancista optava pela conciliação, ao invés de antagonismos. Quando da publicação de *Guerra dos mascates* a lei do ventre livre já fora aprovada pelo parlamento e parece-me que a passagem citada vaza alguma coisa das preocupações do deputado frustrado, que, apesar das posições conservadoras, imaginava meios de, sem abrir mão delas, aplacar as tensões sociais e raciais da sociedade escravista. E isso talvez explique que Alencar pudesse valorizar Benedito ao mesmo tempo em que concebesse, em dado momento, aproximá-lo da figura de um bugio⁸⁰⁶.

No fundo, a aparente tolerância esboçada em relação ao feiticeiro e aos gestos da cultura negra relacionam-se diretamente ao projeto político de Alencar, discutido ao longo das páginas acima. Sua intenção de valorizar a presença negra, bem como sua contribuição ao modo de vida senhorial, não levava a uma oposição frontal à escravidão, tampouco se opunha às desigualdades entre senhores e escravos. Até mesmo as reafirmava, ao insistir na ideia de que a superação da escravidão deveria se fazer necessariamente por meio da tutela do senhor, oferecendo ao escravo um processo de preparação para a liberdade. Contudo, a política de tolerância esboçada em *O tronco do ipê* novamente se inspirava em debates havidos fora da literatura, como sugere um último cotejo com o trabalho de João José Reis.

Ao estudar o caso do sacerdote Domingos Sodré, na Bahia do século XIX, o historiador apontou que havia desentendimento entre as autoridades sobre o modo de lidar com o candomblé. Entre 1850 e 1860 os chefes de polícia “geralmente investiam num controle mais rígido das manifestações culturais africanas”, enquanto os subdelegados

⁸⁰⁵ Ibidem, p. 160.

⁸⁰⁶ Ao estudar o caso do feiticeiro Juca Rosa, Gabriela Sampaio atentou para os personagens de ficção pai-Raiol e pai Benedito, ressaltando a construção de Macedo como representativa do medo senhorial em relação ao escravo. Sampaio também percebeu que Alencar lançava um olhar menos hostil aos escravos, idealizando uma imagem positiva de Benedito, ao mesmo tempo conservando estereótipos negativos como o do macaco, porém não pôde aprofundar a análise nesse sentido. Cf. *Juca Rosa...* op. cit. p. 158, pp. 162-163.

“optavam por uma política de negociação”⁸⁰⁷, daí as reclamações da imprensa da época sobre a conivência da polícia. Por conta disso, às vezes os chefes de polícia passavam por cima da autoridade dos subdelegados para reprimir batuques, por exemplo. Nesses casos, Reis comenta o desempenho de alguns subdelegados que realmente pareciam manter uma política de tolerância em sua circunscrição. Às vezes escreviam ao chefe de polícia negando denúncias de batuques; pairava suspeita também de que pudessem prevenir seus possíveis protegidos das batidas policiais. Não se trata de pensar que os subdelegados seriam necessariamente adeptos dos batuques ou especificamente do candomblé, porém Reis sugere que alguns deles, dentro de termos específicos, talvez desenvolvessem uma política de tolerância às práticas de matriz africana. Em 1858, por exemplo, houve repressão a um batuque que “um grupo de africanos libertos” fazia por ocasião do Natal⁸⁰⁸ no bairro da Cruz do Cosme. Algumas pessoas foram presas “por se encontrar batucando”⁸⁰⁹. O subdelegado responsável pelo lugar escreveu ao chefe de polícia levantando dúvida sobre a alegação: “levo ao conhecimento de V. Sa. que tal batuque não se deu [...] e que os Africanos estavam em seus trabalhos”; aquilo não seria mais “do que uma perseguição”⁸¹⁰. Se o chefe de polícia aparecesse por lá “uma tarde” para “ver a lavoura destes Africanos se admiraria, e então quereria até garanti-los nesta freguesia”⁸¹¹.

Há outro caso em 1862, agora contra um “terreiro recém- inaugurado no segundo distrito da freguesia de Santo Antônio”, mesmo distrito do caso de 1858⁸¹². Com o sucesso da batida policial, o chefe de polícia se aborreceu com a suspeita de que o subdelegado responsável, Piapitinga, permitia um ajuntamento daqueles⁸¹³. Este último, por sua vez, “não gostou da insinuação de que ele fosse tolerante com os candomblés existentes na freguesia”⁸¹⁴ e respondeu ao chefe de polícia. Disse que combatia o candomblé, tanto que, segundo narra Reis, “já tinha os africanos devidamente sob seu controle, a grande maioria agora dedicada a honesto e bem-sucedido trabalho na lavoura, a plantarem seus

⁸⁰⁷ Reis, op. cit. p. 25.

⁸⁰⁸ Ibidem, p. 21.

⁸⁰⁹ Apud Reis, op. cit., p. 25.

⁸¹⁰ Idem, ibidem, p.21.

⁸¹¹ Idem, ibidem, pp. 21-22.

⁸¹² Reis, op. cit. p. 31.

⁸¹³ Ibidem, p. 31.

⁸¹⁴ Ibidem, p. 33.

inhames”⁸¹⁵. Reis repara na repetição do argumento utilizado pelos dois subdelegados sobre o trabalho dos africanos, reconhecendo nisso um projeto político de “missão civilizadora”. O historiador percebe que, na verdade, os tais subdelegados seguiam diretrizes do partido conservador na Bahia, segundo as quais os postos de trabalhos urbanos deveriam ser vetados aos africanos que, por sua vez, deveriam ser empregados na lavoura, “de preferência como dóceis agregados dos engenhos do Recôncavo”⁸¹⁶. Além disso, o subdelegado Piapitinga disse ao chefe de polícia que, dentre as festas africanas, tolerava “aquelas ‘decentes’ e devidamente supervisionadas, às quais, aliás, acorria gente de bem da cidade para assistir”⁸¹⁷. O próprio chefe de polícia foi convidado a conferir⁸¹⁸.

Assim, os exemplos estudados por João Reis permitem perceber uma lógica de pensamento que se aproxima das propostas políticas de Alencar. Seu projeto oferecido à câmara em 1870, copiado de expoente do partido conservador, propunha exatamente o envio dos escravos para o trabalho na lavoura, como “preparação para a emancipação”. Igualmente Alencar mostrava-se disposto a tolerar festas africanas que considerasse “decentes”, como testemunham a permissão ao batuque em *O tronco do ipê*, política que se repete na narrativa de *Til*, publicado entre 1871 e 1872⁸¹⁹. Dessa vez em fazenda situada nos arredores de Campinas, os cativos tinham direito ao “samba” por ocasião dos festejos de São João⁸²⁰. Contanto que tudo isso - inclusive o feiticeiro - fosse “devidamente supervisionado” por um “bom senhor”, segundo a cartilha paternalista da época.

Sangue africano

A única alusão a castigos físicos em *O tronco do ipê* se faz pela chave do cômico e através das próprias personagens escravas. Durante os preparativos para o banquete de natal, as mulheres da cozinha deram pela falta de Martinho e “pensavam que andava

⁸¹⁵ Ibidem, p. 33.

⁸¹⁶ Ibidem, p. 33.

⁸¹⁷ Ibidem, p. 34.

⁸¹⁸ Ibidem, p. 34.

⁸¹⁹ José de Alencar, *Til*, Cotia-SP, Ateliê Editorial, 2012.

⁸²⁰ Ibidem. Cf. vol. 4.

peralteando pela senzala como de costume”⁸²¹. A seguir, “A mãe prometeu-lhe um lembrete de cabo de vassoura quando tornasse”, ao passo que Eufrosina, sempre antipática para com o pajem, “mandou logo em nome da baronesa aviso ao administrador para fazer amarrar o fujão e rapar-lhe a cabeça”⁸²². Evitou-se falar de açoite ou de ameaçar com qualquer dos elementos da parafernália senhorial utilizada para disciplinar escravos. Criou-se o cômico ao explorar o contínuo clima de pirraça infantil entre Eufrosina e Martinho e também através da pena escolhida pela mucama: raspar a cabeça do rapaz⁸²³. Por fim, toda a tensão se desfez com a intervenção de Alice que afirmou ter incumbido o pajem de prestar-lhe um serviço, encerrando as especulações em torno de sua ausência⁸²⁴. *O tronco do ipê* também é econômico na abordagem acerca do cansaço e demais desgastes físicos decorrentes do trabalho escravo em fazendas tais como a do Boqueirão. Quanto a isso, no fundo, o autor se desculpava ao idealizar aquelas horas de descanso entre a Ave Maria e o recolher. Ou então imaginava que um preto velho como Benedito, “curvado ao peso dos anos e *consumido* pelo trabalho da lavoura”, receberia em troca “o direito a uma velhice repousada”, até mesmo inspirando aos senhores uma “pia deferência”⁸²⁵. Tudo isso, claro, após anos de uma “existência laboriosa”⁸²⁶.

Portanto, no que diz respeito à intenção autoconsciente da narrativa, evita-se o que Alencar, àquela altura do século XIX, poderia considerar como aspectos bárbaros da escravidão⁸²⁷. Por outro lado, há em *O tronco do ipê* uma cena muito eloquente acerca dos

⁸²¹ Sênio, op. cit. vol.2, p. 12.

⁸²² Ibidem, vol.2, p. 12.

⁸²³ Não ignoro que o próprio gesto de prender o pajem e raspar-lhe a cabeça contra a vontade seria representativo da violência da escravidão, porém para a perspectiva da narrativa, embotada pelo olhar senhorial, é possível que raspar a cabeça fosse inofensivo perto da pena de açoites.

⁸²⁴ Sênio, op. cit. vol.2, p. 12. Em perspectiva contrária a de Alencar atuavam os trabalhos literários de Machado de Assis, que enfatizava o legado da violência - moral e física - que a escravidão imprimia às relações sociais do Brasil durante e após a escravidão, reservando à população negra óbvia situação de desvantagem. Conferir o que Chalhoub escreve sobre o assunto: *Machado de Assis...*, op. cit. e “Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis”, texto inédito.

⁸²⁵ Ibidem, vol.1, p. 10. Grifo meu.

⁸²⁶ Ibidem, vol.1, p. 10.

⁸²⁷ Chalhoub comenta que na década de 1870 a escravidão se tornava “um problema de consciência”, acrescentando que então “havia um sentimento de culpa relativamente generalizado na sociedade”, de modo que, os maus tratos causados a escravos passavam a indignar a vizinhança. Cf. *Visões da Liberdade...* op. cit. pp.248-265. O trecho citado refere-se à p. 255. Sobre o mesmo período Robert Slenes diz o seguinte: “não era mais de ‘bom-tom’ anunciar as violências domésticas [aplicadas a escravos] para o mundo”. Cf. “Senhores e subalternos”... op. cit. pp. 277-278. Quando estudei as publicações do jornal *A República* entre 1871 e 1872

sofrimentos físicos aplicados a um escravo e do modo como o narrador observava aquilo. Trata-se do salvamento de Alice quando de sua queda no boqueirão. O acidente acontece no dia em que as crianças vão visitar Chica e Benedito na cabana. A menina ficara encantada com a estória da mãe d'água e, com a desculpa de que ia visitar os pintinhos no galinheiro, despistou os cuidados de Chica e Eufrosina, ganhando o quintal da cabana e logo a borda do boqueirão. Sob efeito da fantasia, confundiu o próprio reflexo com a imagem da mãe d'água no fundo do lago, cujos cabelos verdes e sorriso afável convidavam a mocinha a entrar, até que Alice efetivamente cai na água, imediatamente tragada por um remoinho⁸²⁸. Sua sorte foi que Mário acompanhava a cena à distância e logo saltou atrás para resgatá-la. A esse tempo, já havia alvoroço na cabana por conta da ausência de Alice sem que ninguém tivesse conseguido chegar a tempo de arrancá-la da vertigem. Benedito correu, mas foi capaz apenas de reconhecer, antes de submergir, um pedaço do vestido da menina⁸²⁹. O escravo fica assombrado com a situação, imaginando um “Castigo do céu”⁸³⁰ sobre Joaquim Freitas que perdia a filha da forma como deixara morrer o amigo no passado. Quando Mário salta atrás de Alice, é a vez de Benedito sofrer um baque, por conta do apego que tinha ao menino: “A estatura do africano rodou como uma árvore enovelada pelo tufão, e desabou em terra. Seu corpo foi rolando pesadamente pela encosta, até que as moitas de espinheiros bravos o retiveram”⁸³¹. A cena é dramática e construída com detalhe. Por uma espécie de pressentimento, tanto a mãe de Mário, d. Francisca, como o barão da Espera se inquietavam na casa grande pela demora das crianças e resolvem partir em direção à cabana dos escravos. A narrativa faz convergir para o boqueirão a preocupação de todos as personagens do romance, enchendo a cena de tensão e expectativa.

Dentro do lago, Mário conseguira alcançar Alice, porém, somada à voragem do boqueirão, lutava contra o peso dos vestidos molhados da menina para poder retirá-la dali.

encontrei sinais de pudor, por parte dos editores da folha, acerca da presença da escravidão e situações pertinentes a ela. Em janeiro de 1872, por exemplo, reclamavam de uma casa que alugava e vendia escravos, referindo-se a ela como “Bazar de carne humana”. Dayana Façanha, “Política e crítica social em *Til*, de José de Alencar”, Unicamp, monografia de bacharelado, 2011, p. 80.

⁸²⁸ Curioso que a atitude de Alice vai na contramão do fundo moral da estória da mãe d'água, que seria evitar que as crianças entrassem sozinhas em rios e lagos.

⁸²⁹ Sênio, vol.1, p. 95.

⁸³⁰ Ibidem, vol.1, p. 106.

⁸³¹ Ibidem, vol.1, p. 107.

Benedito voltava a si “pelos golpes que as farpas da pedra lhe abriam nas carnes”, admirando-se de não ter caído também no boqueirão⁸³², entristecido por pensar que tinha perdido o garoto. Até que ouve o menino gritar por ele: “Benedito!”⁸³³. Comovido, o cativo se pôs em movimento:

Então o corpo robusto do africano vibrou estremecendo, como o canhão depois da descarga. Com as mãos seguras a dois ramos do arbusto, o seu talhe projetou-se fora do rochedo sobre o lago [...].

Os olhos dilatados, saltando-lhe das órbitas pareciam absorver em si a Mário, arrancando-o das águas do lago. Não tinha voz para falar [...]

Entretanto quando seus lábios se moveram, articulando sons [...] sentiu-se que uma alma se derramava pela superfície do lago, e que essa alma se prostrava aos pés de Mário [...].⁸³⁴

O narrador enfatiza que na atitude de Benedito, além de “adoração” pelo menino, havia “*abnegação para o salvar morrendo se preciso fosse*”⁸³⁵. Antes de submergir novamente, Mário pede ao escravo que arranjasse alguma coisa em que se apoiar: “Uma corda, Benedito; um pau!...”⁸³⁶. O escravo olhava em volta desesperado sem poder encontrar qualquer das coisas solicitadas, enquanto Martinho e Eufrosina insistiam na procura. Logo Mário vinha à tona talvez pela última vez “E nada!... nem uma corda, nem um madeiro!...” observava o narrador.

Mas havia um corpo humano. Benedito escorregando pelas abas do rochedo, chegara quase ao nível do lago; e daí estendendo-se por baixo da ramagem dos arbustos, foi prolongando-se sobre as águas. Chegando à extremidade da folhagem, o negro não obstante, continuou a avançar; esticando os braços e forçando os galhos retorcidos a se dobrarem com o peso de seu corpo.

Assim ajudado por sua grande estatura e pela elasticidade dos braços, como dos ramos do espinheiro; conseguiu Benedito manter-se horizontalmente suspenso sobre a bacia do lago, com a cabeça quase completamente derreada sobre os ombros que de longe se diria *um corpo estrangulado*. Nessa posição o negro quase roçava com a nuca a flor d’água.⁸³⁷

⁸³² Ibidem, vol.1, pp. 175-176.

⁸³³ Ibidem, vol.1, p.175.

⁸³⁴ Ibidem, vol.1, pp. 176-177.

⁸³⁵ Ibidem, vol.1, p. 177. Grifo meu.

⁸³⁶ Ibidem, vol.1, p. 177.

⁸³⁷ Ibidem, vol.1, p. 179. Grifos meus.

Benedito fora preciso, pois na mesma hora Mário emergia com “sua mão convulsa” em busca de apoio⁸³⁸. Agarrou-se “nos cabelos grisalhos do negro”⁸³⁹ e empregou todos os esforços para trazer para cima o corpo de Alice. Após “repetidos arrancos” sem sucesso, Mário resolveu mudar de estratégia: “travou os pés no pescoço de Benedito, e segurando com ambas as mãos os braços de Alice arcou de novo contra a correnteza”⁸⁴⁰.

*O corpo do negro, inteiriçado sobre o abismo, escorrendo sangue das feridas, brandia, aos repetidos abalos que lhe imprimiam as arremessas de Mário, como um vergão de ferro. Com o esforço, os artelhos do menino cerrando-se quase estrangulavam o pescoço do velho africano, cujos olhos injetados e narinas dilatadas, indicavam asfixia iminente.*⁸⁴¹

Era intenso o empenho de Mário para resgatar Alice, pois a menina, desacordada, não podia contribuir no sentido de emergir. O narrador vislumbra naquela cena uma “sublime cadeia humana que se estendia da base do rochedo até as profundezas do lago, com uma ponta presa à vida, e outra já soldada à morte”⁸⁴², sugerindo algo de metafórico naquela cena de salvamento. Do ponto de vista do barão quando avistou o lago: “A vítima era Alice; o herói Mário; o instrumento Benedito”⁸⁴³. Em breve Mário, sempre com o apoio do escravo, consegue retirar a menina da água: “A mão, Benedito, a mão! [...] Um dos braços do negro desprende-se dos ramos [...] travou do corpo de Alice e descansou-o no largo peito”. Logo Mário alcançou o rochedo para “alivia[r]” o negro daquele peso”⁸⁴⁴. Benedito lentamente se retraiu, “até que afinal levantou direito o porte robusto”⁸⁴⁵. “Mário cingiu-lhe o pescoço com os braços e beijou-lhe as cãs. O negro apertando-o ao peito soluçava como uma criança”⁸⁴⁶.

Não é possível saber até que ponto Alencar planejou todos os sentidos possíveis à interpretação da cena. Por um lado, é muito sugestivo que idealize toda aquela operação

⁸³⁸ Ibidem, vol.1, p. 179.

⁸³⁹ Ibidem, vol.1, p.179.

⁸⁴⁰ Ibidem, vol.1, p. 180.

⁸⁴¹ Ibidem, vol.1, p. 180. Grifos meus.

⁸⁴² Ibidem, vol.1, pp. 180-181.

⁸⁴³ Ibidem, vol.1, p. 181. Grifo meu.

⁸⁴⁴ Ibidem, vol.1, p. 182.

⁸⁴⁵ Ibidem, vol.1, pp. 182-183.

⁸⁴⁶ Ibidem, vol.1, p. 183.

para o salvamento da filha de um rico fazendeiro do vale do Paraíba no mesmo momento em que, fora da literatura, os representantes da classe senhorial alardeavam temer a ruína do seu modo de vida por conta das discussões em torno da emancipação dos escravos. Um primeiro aspecto do sentido metafórico da cena sugere Alice – senhora - e Mário – dependente - como representantes dos pilares da sociedade senhorial em perigo de morte caso não tivessem ao alcance da mão a força do trabalho escravo. Nesse sentido, a ideia da “sublime cadeia humana” seria reafirmar a importância da hierarquia social para a manutenção da “civilização” construída até ali, para lembrar a expressão utilizada por Alencar ao oferecer seu projeto na câmara. Cabe lembrar aqui a observação de Chalhoub de que em *O tronco do ipê* “a escravidão é a chave de todo um modo de vida, não necessariamente mau; se as ‘luzes do século’ e as circunstâncias políticas específicas exigiam a emancipação, era preciso fazê-la sem comprometer a continuidade do mundo senhorial”⁸⁴⁷. A metáfora interna ao salvamento de Alice reconhece o trabalho escravo como esteio daquela ordem social, de certo modo valoriza o escravo, porém sem conseguir formular questionamento à instituição. Se, como dissera Erasmo, a classe senhorial reconhecia a injustiça do domínio, tampouco podia abster-se facilmente daquela dita “necessidade”. Daí os argumentos de ocasião para justificar a permanência do cativo através de um lento processo de emancipação: a suposta amenidade da escravidão no Brasil em comparação com ou que houvera em outras nações, desdobrando no argumento de que o escravo brasileiro viveria em melhores condições do que o proletariado inglês⁸⁴⁸. Para arrematar, a cena idealiza no africano docilidade e abnegação, como se ele fosse naturalmente impelido a cumprir o papel que lhe cabia. A alma de Benedito se derramava pelo lago disposto a salvar o dependente e a senhora, “morrendo se preciso fosse”.

Aspecto talvez mais intrigante da cena do salvamento de Alice é o testemunho indireto acerca dos sofrimentos físicos experimentados pelo escravo para a manutenção daquela ordem de coisas. Indireto porque o intuito inicial da cena não é falar de escravidão, tampouco das condições de vida e trabalho dos africanos escravizados. Surpreende, porém, o quanto o narrador, que desvia o tempo todo da violência da escravidão, focaliza o corpo

⁸⁴⁷ Chalhoub, *Machado de Assis...* op. cit. p. 196.

⁸⁴⁸ O argumento apareceu em textos do *Jornal do Commercio* de 1870 algumas vezes e em *O tronco do ipê* aparece num diálogo entre o conselheiro Lopes e Mário, no vol. 2, cap. X.

do escravo e sua contínua laceração. Quando Benedito desmaiou seu corpo foi “rolando em terra” até que as “farpas da pedra lhe abriram as carnes”. Ao projetar-se sobre o lago, Benedito embrenhou-se nos espinheiros; a posição limite e desconfortável fazia, à distância, lembrar um “corpo estrangulado”. Não obstante, a mão convulsa de Mário agarrou e aplicou força às cãs do negro, que aguentou “repetidos arrancos” e logo os pés do menino em volta do seu pescoço. Diz-se então que o corpo do africano brandia – oscilava, vibrava - “aos repetidos abalos”, “escorrendo sangue das feridas”, “olhos injetados e narinas dilatadas”, no limite das próprias forças.

A despeito da ideologia senhorial levada ao extremo por Alencar acerca da suposta amenidade da escravidão brasileira e do papel civilizador que ela teria sobre os africanos rumo à liberdade, a capacidade metafórica do trecho acima desdiz eloquentemente tudo isso. Ao contrário, enfatiza-se, até com certo impressionismo, o sangue, imagens de tortura e o rompimento das carnes do escravo, algo que, com efeito, era constitutivo daquela sociedade que ambicionava ser civilizada. Porém a força desse testemunho sobre o quanto a escravidão seria desvantajosa para o escravo muito rapidamente dá lugar à opacidade habitual da narrativa sobre o assunto. O fechamento da cena recorre à saída enfatizada ao longo de todo o texto, ressaltando sentimentalidades e gratidão: Mário abraça Benedito e lhe beija as cãs. Ademais, todo o desgaste físico de Benedito é ignorado nas cenas seguintes. Quando Alice finalmente dá sinais de vida, Mário se afasta das pessoas que se aglomeravam na cabana, pouco interessado na gratidão do barão. “Extenuado de fadiga”⁸⁴⁹, o menino deita-se na grama e cai em sono profundo, “imperiosamente” reclamado pelo organismo⁸⁵⁰. Benedito, porém, permanece diligente: percebe a ausência do menino e põe-se a procurá-lo – “Benedito percorreu durante algum tempo os arredores da cabana”⁸⁵¹; quando o encontra, ouve rumor de passos a pouca distância⁸⁵² e percebe tratar-se da mãe de Mário, que vinha andando; então o escravo corre até “a senhora e carregando-a nos braços robustos, a trouxe para junto do filho, animando-a com a narração [...] do que havia

⁸⁴⁹ Ibidem, vol.1, p. 197.

⁸⁵⁰ Ibidem, vol.1, p. 197.

⁸⁵¹ Ibidem, vol.1, pp. 196-197.

⁸⁵² Ibidem, vol.1, p. 197.

passado”⁸⁵³. D. Francisca e Benedito passam algum tempo contemplando o sono de Mário, sem que nada seja dito sobre a “imperiosa” necessidade de descanso do próprio cativo, muito plausível na leitura a contrapelo. Informada pelo estereótipo da robustez do africano, enfatizado diversas vezes, a narrativa reassume a limitação habitual para adentrar o ponto de vista dos escravos, o que por sua vez diz muito sobre a capacidade do deputado Alencar em idealizar um lentíssimo processo de emancipação por dentro da própria experiência do cativo.

Durante os debates de 1870 e 1871 em torno da lei do ventre livre a posição de Alencar contrária à intervenção direta da lei lhe rendeu a pecha de escravocrata. Ele se opunha a ela, embora não mudasse de ideia, não defendendo medidas mais ousadas de emancipação. O máximo que pôde fazer em 1870 foi oferecer projeto dos mais moderados na câmara⁸⁵⁴. Nesse sentido, vale a pena recordar a postura do deputado durante os debates em torno de sua exoneração do cargo de ministro da justiça. Foi criticado por certa tenacidade de caráter que dificultava a negociação das questões políticas no conselho de ministros; além disso, sua postura inflexível fez emergir rugas de todos os lados, desde o imperador até a câmara dos deputados. Diante disso, embora no fundo seus discursos sugerissem verdadeiro empenho em favor das questões políticas de interesse público, a postura do deputado apenas tornava-se mais rígida, até mesmo comprometendo o andamento dos assuntos com os quais se preocupava⁸⁵⁵. Alencar se explicava alegando ser homem de “convicções profundas”. Assim, preocupado com sua reputação, entendia que “um homem político”, ainda mais em início de carreira, não deveria “sacrificar opiniões anteriormente professadas”, sob pena de parecer apenas interessado no poder. Somente

⁸⁵³ Ibidem, vol.1, pp. 197-198.

⁸⁵⁴ Ressalva deve ser feita à postura do deputado Domingos de Andrade Figueira, voto vencido da comissão especial, o qual, na elaboração do projeto oferecido à câmara, preferia que a comissão se limitasse a legislar a favor da matrícula de escravos, abandonando quaisquer outras disposições. Cf. *Elemento servil...* op. cit., pp. 17-18.

⁸⁵⁵ Enquanto ministro da Justiça, Alencar não conseguiu levar adiante seus projetos de reforma judiciária e da Guarda Nacional. As citações a seguir referem-se ao que consta no capítulo 1 desta dissertação, p. 32.

mais tarde, quando o político se tornasse conhecido como pessoa “de firmes crenças”, então é que poderia fazer as concessões necessárias.

A opção por esse perfil político não pode ser a única explicação para a posição de Alencar sobre a emancipação entre 1870 e 1871, porém talvez não seja elemento desprezível. No discurso de 30 de setembro de 1870 quando se opôs ao “gabinete emancipador”, de São Vicente, retomou aquela expressão. Acerca da questão servil tinha “convicções muito profundas e muito sinceras das quais não me demove, nem a odiosidade que possam elas excitar, nem o receio de incorrer na pecha de escravocrata”⁸⁵⁶. A base de tais convicções poderia ser um projeto de sociedade que idealizava a superação do cativo por meio de um processo que prepararia os escravos para serem integrados socialmente, conforme aprendessem a compartilhar de valores dominantes, como a família, o trabalho e os laços de reciprocidade. Tais eram os elementos que compunham a lógica da escravidão idealizada por Alencar, nas cartas políticas, no parlamento e em *O tronco do ipê*, por meio dos quais o deputado sustentava o argumento favorável à superação da escravidão sem intervenção direta da lei. Se essa interpretação da postura política de Alencar for razoável seria possível levar a sério também as objeções que o deputado fez na câmara em 1871 ao projeto de lei do ventre livre oferecido pelo gabinete Rio Branco, quando disse que o país clamava por outras alforrias antes da do ventre, como “a alforria do voto”, “cativo do governo”, da justiça, “cativa do arbítrio”, do cidadão, “cativo da Guarda Nacional”, por fim, a alforria do país, “cativo da prepotência do governo pessoal”⁸⁵⁷. A pauta, que então se erguia contra o projeto de lei do ventre livre, de fato, já estava de pé durante o período em que Alencar exerceu o cargo de ministro da justiça. Assim, nos debates em 1870 em torno de sua exoneração, reafirmou a disposição em “pugnar e pugnar muito” pela realização de suas quatro ideias fundamentais⁸⁵⁸. Como observou Chalhoub sobre o discurso de Alencar em 1871, o raciocínio do deputado “sobre os perigos da liberdade vinham acompanhados de um diagnóstico ácido sobre a qualidade dos direitos civis e políticos na sociedade

⁸⁵⁶ Cf. capítulo 2 desta dissertação, p. 123.

⁸⁵⁷ Alencar, *Discursos...* op. cit., p. 226. Discurso proferido em 13 de julho de 1871.

⁸⁵⁸ As ideias seriam as mesmas repetidas no discurso de 1871, a saber: a representação das minorias (referindo-se ao voto), ampla descentralização administrativa, incompatibilidade da magistratura e abolição da Guarda Nacional como ônus, ou seja, como coisa obrigatória. Cf. capítulo 1 desta dissertação, p. 26.

imperial”⁸⁵⁹, a qual destinava homens livres e pobres a cumprir função de “capanga político ou criminoso, massa de manobra para os poderosos, que o espremiavam por meio do recrutamento e do arbítrio policial e judicial”⁸⁶⁰. No raciocínio de Alencar, tornar livres os filhos das escravas seria aumentar a fileira de homens livres pobres sujeitos àquele diagnóstico⁸⁶¹.

Diante da sociedade em transformação no início da década de 1870, por conta do consenso cada vez maior – nacional e internacional – pelo fim da escravidão, a ampla aposta política de Alencar poderia ser, de um lado, a promoção de reformas institucionais no interior da monarquia representativa, por outro, a preparação da emancipação no âmbito privado por meio da transformação dos costumes da classe senhorial e da formação do liberto para atuar como cidadão. Que tal perspectiva soava excessivamente idealizada para os próprios coetâneos de Alencar, o disse o deputado Teixeira Junior quando taxou de “utopia incompreensível”⁸⁶² a ideia de deixar a emancipação ao gosto da iniciativa individual. Que se tratava de proposta informada pela visão de mundo senhorial, ficou reiterado na análise acima.

⁸⁵⁹ Machado de Assis...op. cit. p. 198.

⁸⁶⁰ Ibidem, p. 198.

⁸⁶¹ A reflexão sobre esse problema seria o tema de *Til*, romance que Alencar publica entre 1871 e 1872 poucos meses após a aprovação da lei do ventre livre. Em Machado de Assis, *historiador*, Chalhoub explora os sentidos históricos de *Til* nesse contexto em torno dos problemas do capanga João Fera. Por conseguinte, sua análise foi o ponto de partida para o estudo que fiz sobre o romance publicado em folhetim nas páginas do jornal *A República* (“Política e crítica social em *Til*”, op. cit.), cujas conclusões concordam com a afirmação de Chalhoub sobre as preocupações de Alencar.

⁸⁶² Sessão em 14 de maio, *Jornal do Commercio*, 19 de maio de 1870. Refiro-me ao segundo discurso de Teixeira Junior durante o debate da interpelação sobre a questão do elemento servil.

FONTES

Periódicos

A Reforma, Rio de Janeiro, 1869, 1870.
Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1870.
Dezesseis de Julho, Rio de Janeiro, 1870.
Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1870, 1871.
Gazeta de Campinas, Campinas, 1871.

Romances, peças de teatro e autobiografias

ALENCAR, José de, *Mãe*. Drama em quatro atos. Rio de Janeiro, Tipografia de F. de Paula Brito, 1862.

_____, *O demônio familiar*. Comédia em quatro atos. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2003.

_____, “Como e porque sou romancista” em: José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1959.

_____, *O gaúcho* em: José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1965.

_____, *A pata da gazela* em: José de Alencar, *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1959.

_____, *Guerra dos mascates* em: José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Companhia Aguilar Editora, 1965.

_____, *Sonhos d’Ouro* em: José de Alencar, *Obra completa*. Rio de Janeiro, Editora José Aguilar, 1959.

MACEDO, Joaquim Manuel de, “Remissão de pecados” em: *Teatro completo*. Rio de Janeiro, SNT, 1979-1982.

SÊNIO, *O tronco do ipê*. Rio de Janeiro, Editor proprietário B. L. Garnier, 1871.

_____, *Guerra dos mascates: crônica dos tempos coloniais, o prólogo*. Rio de Janeiro. Editor – B.L. Garnier – rua do ouvidor n. 69. 1871.

Dicionários

HOUAISS, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.

SILVA, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua Portuguesa*. Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813.

Documentos parlamentares e cartas políticas

ALENCAR, José de, *Discursos parlamentares de José de Alencar – Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília, câmara dos deputados, 1977.

_____. *Cartas de Erasmo*, José Murilo de Carvalho (org.), Rio de Janeiro, ABL, 2009.

Disponível em:

<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=11453&sid=729>

Acesso em 07/05/2014.

_____. *Cartas a favor da escravidão*, Tâmis Parron (org.), São Paulo, Hedra, 2008.

Elemento servil. Parecer e projeto de lei apresentados à Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 16 de agosto de 1870. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1870.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha. A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. Unicamp, 2005.

CARVALHO, José Murilo de, *A construção da ordem. A elite imperial; Teatro de sombras. A política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.

_____. *D. Pedro II*. São Paulo, Companhia das letras, 2012.

CHALHOUB, Sidney, *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de janeiro da belle époque*, Campinas, Editora da Unicamp, 2008

_____. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo, Companhia das letras, 1990.

_____. *Machado de Assis, historiador*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

_____. “Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império” in: Elciene Azevedo [et. Al.]. *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas, Ed. Unicamp, 2009.

_____. *A força da escravidão. Ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

_____. “Escravidão e racismo em obras de Machado de Assis”, texto inédito.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). *A História contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

COMPAGNON, Antoine, *O demônio da teoria. Literatura e senso comum*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.

CONRAD, Robert, *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1975.

COUTINHO, Afrânio (org.), *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1965

FAÇANHA, Dayana. “Política e crítica social em Til, de José de Alencar”. Monografia de bacharelado, Unicamp, 2011.

GINZBURG, Carlo, *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

_____, *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo, Companhia das letras, 2004.

_____, *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo, Companhia das letras, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas. Mocambos e comunidades de senzala no Rio de Janeiro imperial, século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2006.

KOUTSOUKOS, Sandra, *Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2010

MAGALHÃES Júnior, Raimundo, *José de Alencar e sua época*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.

MARTINS, Ana Luiza e LUCCA, Tania Maria (org.), *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.

MEGID, Daniele, “Mulheres de jornal: personagens femininas em romances folhetins de machado de Assis”. Monografia de bacharelado, Unicamp, 2009.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MENDONÇA, Joseli. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas, Ed. Unicamp, 2008.

MEYER, Marlyse. *Folhetim, uma história*. São Paulo, Companhia das letras, 1996.

MUAZE, Mariana, *As memórias da viscondessa. Família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, 2v.

PARRON, Tâmis, *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2011.

PINTO, Ana Flávia Magalhães, “Fortes laços em linhas rotas: experiências de intelectuais negros em jornais fluminenses e paulistanos no fim do século XIX”, Unicamp, tese de doutorado em andamento.

PIROLA, Ricardo Figueiredo, *Senzala insurgente. Malungos, parentes e rebeldes nas fazendas de Campinas (1832)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 2011.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo, Companhia das letras, 2008.

SALLES, Ricardo, *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do império*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, Gabriela. *Juca Rosa, um pai de santo na corte imperial*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2009.

SANDRONI, Cícero, *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro, Quorum Editora, 2007.

SCHWARCZ, Lília. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

- SILVA, Hebe Cristina da, “*Imagens da escravidão – Uma leitura de Escritos Políticos e Ficcionais de José de Alencar*”. Dissertação de mestrado, Campinas, Unicamp/IEL, 2004.
- SILVA, Silvia Cristina Martins de Souza e, “*Ideias Encenadas: uma interpretação de O Demônio Familiar*”. Dissertação de mestrado, Unicamp, 1996.
- SILVEIRA, Daniela, *Fábrica de contos. Ciência e literatura em machado de Assis*. Campinas, Ed. Da Unicamp, 2010.
- _____, “Contos de machado de Assis, leitura e leitores do *Jornal das Famílias*”. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- SOUZA, Karen. As cores do traço: paternalismo, raça e identidade nacional na Semana Ilustrada (1860-1876). Dissertação de mestrado. Campinas, Unicamp, 2007.
- STEIN, Stanley, *Vassouras, um município brasileiro do café, 1850 – 1900*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1990.
- SLENES, Robert, *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil, sudeste, século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 2011 [1999]
- _____, ‘Senhores e subalternos no oeste paulista’, In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org.). *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia. das Letras, 1997. Vol. 2.
- _____, “Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888” In: COSTA, Iraci del Nero, *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.
- SODRÉ, Nelson Werneck, *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.
- SÜSSEKIND, Flora. “As vítimas-algozes e o imaginário do medo” In: MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes, quadros da escravidão*, São Paulo, Scipione [1991?].
- VIANA FILHO, Luís, *A vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1979.
- WOOD, James, *Como funciona a ficção*. São Paulo, Cosac Naify, 2012.